





ARNON DE MELLO
Governador do Estado

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada por ocasião da abertura
da Sessão Legislativa de 1954.



MACEIÓ — ALAGOAS
— 1954 —

ARNON DE MELLO
Governador do Estado

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada por ocasião da abertura
da Sessão Legislativa de 1954.



MACEIÓ — ALAGOAS
— 1954 —

Senhores Membros do Poder Legislativo

Atendendo ao preceito constitucional, venho pela quarta vez prestar-vos conta dos meus atos, como Governador do Estado. A alegria com que, nesta oportunidade, anualmente me dirijo a todos vós, representantes do povo, é hoje acrescida pela verificação dos excelentes resultados obtidos na rude caminhada que há três anos encetámos. Com a vossa cooperação e o constante apóio do povo, pôde o meu Govêrno, a despeito de quantas dificuldades se lhe antepuseram, realizar uma obra, quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista político, ao nível das esperanças despertadas pela campanha de 1950.

SITUAÇÃO DOS HUMILDES E DOS POBRES

Em consonância com as minhas palavras de candidato, tenho, à frente dos destinos de Alagoas, sobremaneira me preocupado com a situação dos humildes e dos pobres, que são a fonte de autenticidade do caráter eminentemente popular e humano do meu Govêrno. As suas privações e sofrimentos mais me fortalecem — a mim que há três anos dêles recebi tão impressionante demonstração de confiança e con-

tinuo contando com a sua inflexível solidariedade — mais me fortalecem no propósito de, tanto quanto é possível no regime vigente, a par da liberdade, da justiça e da segurança, desdobrar-lhes os campos de oportunidade, aumentar-lhes a área de benefícios, expandir-lhes a esfera de bem-estar, garantir-lhes, enfim, elevação do nível de vida, melhores condições de existência, em que as necessidades não degradem a criatura humana. Não cuidei, assim, de executar obras suntuárias, que brilhassem apenas como fogos de artificios mas não resolvessem problemas fundamentais. Aos objetivos imediatos, que alimentariam fugazmente a popularidade do Govêrno, preferi os de prazo longo, que, exigindo maior tempo para concretizar-se, certo a princípio suscitariam dúvidas sôbre a capacidade criadora da nossa vitória, mas afinal corresponderiam à nossa responsabilidade e à nossa missão.

ALHEIO AO PESSIMISMO DA ROTINA

Busquei, antes de tudo, dedicar-me realmente a empreendimentos de largo alcance, de que resultassem o progresso de Alagoas e o bem-estar do povo. Daí a determinação e o entusiasmo com que me lancei à execução do plano rodoviário, lutando — não faz mal que empregue o lugar comum — contra a maré, marchando contra a corrente, enfrentando tenazes incompreensões e resistências — incompreensões oriundas de descrença justificada pelo atraso, pela estagnação, pelo entorpecimento em que vivíamos, o assunto político-partidário superando sempre o administrativo — e resistências emanadas de adversários possuí-

dos da obsessão de que o Governo, que combatem, nada deve fazer para não prestigiar-se perante o povo — atitude absurda, pois somente através do Governo, que é o Poder Executivo, se realizam obras públicas em benefício do povo. Mas nada me entibiu o ânimo e a fé, nem me desviou os passos, nutridos e alicerçados na força prodigiosa e fecunda da inspiração e do apóio populares. Alheio ao pessimismo da rotina e da inércia, indiferente às imprecações dos exaltados, pude vencer os obstáculos que se me depararam, com a segurança e a tenacidade que me proporciona a consciência da minha responsabilidade de depositário da confiança coletiva. E resolutamente caminhei para a frente, escravo do dever de acelerar a evolução do povo alagoano, para mais rapidamente ver satisfeitas as suas esperanças de melhores dias.

O PRINCIPAL PROBLEMA

Fortificava-me ademais a certeza da importância do problema. Se, ao tomar posse do Governo em 1951, me perguntassem qual o principal problema do Estado, eu responderia que era o do transporte. Até 1926, vivia Alagoas estrangulada pelo tampão que a Satuba representava. Afóra a estrada do Norte, que nos ligava apenas a três municípios; afóra a rêde ferroviária da velha Great Western, insuficiente para escoar a produção da zona da mata, do agreste e da área sertaneja. — Maceió somente dispunha, como via de comunicação, da lagoa Mundaú, a cujas margens chegavam, já encarecidos pela baldeação e pela demora à espera de transportes lacustres, os produ-

tos dessas regiões. Costa Rêgo, com a sua clara visão de administrador, corajosamente decidiu vencer o pântano em que se transformara a antiga lagoa, que foi a Satuba. E uma nova era se abriu para a economia do Estado, logo sentida pela Great Western, cujas receitas começaram a cair.

ECONOMIA

O desenvolvimento da nossa economia, porém, trinta anos passados, exigia que garantíssemos aos nossos produtos melhores meios de transportes. As estradas ensaiçadas, já não resistindo ao impacto dos numerosos e modernos caminhões de grande tonelagem, desapareciam, a bem dizer, na época invernosa. Maceió voltava aos velhos tempos, isolada do resto do Estado, que, com as nossas rodovias danificadas pelas chuvas, se tornava por longos meses um arquipélago de melancólicas ilhas perdidas. Tal realidade, embaraçando a exploração das nossas riquezas, tolhia-nos o crescimento, frustrava os nossos sonhos de prosperidade, afogava Alagoas no arruinamento das colheitas e no desestímulo à produção, que se deteriorava e apodrecia por falta de meios fáceis para escoar-se. E como a produção que chegava aos mercados de consumo não correspondesse às demandas e já fôsse encarecida pelo alto preço dos fretes, motivado pelo mau estado das rodovias, daí advinha a elevação do custo da vida, sacrificando sobretudo os mais pobres, sobretudo aqueles obrigados a viverem dentro de orçamentos reduzidos. Eis porque — repito — me empenhei tão a fundo na construção e pavimentação rodoviárias.

NENHUM SACRIFÍCIO PARA ALAGOAS

Vale acentuar que não fiz estradas eleitorais, pois tôdas elas — a BR-11-Norte, BR-11-Sul e BR-26 — constam do Plano Rodoviário Nacional e cortam indiferentemente tanto terras de adversários como de correligionários do Governo. E não se diga que Alagoas sacrificou o seu futuro com a execução imediata de um largo programa de estradas. Antes pelo contrário. Além de tal programa abrir, de pronto, novas e grandiosas perspectivas para a nossa economia, com o que se elevará extraordinariamente a arrecadação pública, seu custo para nós se apresenta bastante reduzido. Verificando os nossos esforços, incentivando os nossos propósitos e confiando na nossa capacidade de realização, tem o Governo da União nos dado auxílio substancial nesse setor, que se exprime, êste ano, por verbas orçamentárias de mais de cinquenta milhões de cruzeiros quando em 1951 apenas contámos com Cr\$. . . 3.300.000,00 de ajuda federal, dos quais desenvolvemos Cr\$ 2.500.000,00, por não havermos tido capacidade para gastá-los.

PLANO RODOVIÁRIO EXECUTADO

O plano rodoviário, que a muitos pareceu, quando por mim anunciado, mirabolante, vai sendo realmente executado, e tem atraído geral admiração e aplausos. Engenheiros renomados aqui estiveram visitando as nossas estradas, e os seus depoimentos são unânimes em nosso louvor, não somente pelo arrôjo da nossa iniciativa, mas também pela boa orientação técnica que a preside. Conta, a esta altura, Alagoas

com mais de setenta quilômetros de estradas pavimentadas, dos quais vinte foram os restaurados no trecho Maceió-Aeroporto. Construídos êstes em 1946 pelos norte-americanos com asfalto lançado diretamente sôbre o terreno, sem base estabilizada ou de macadame hidráulico, encontrei-os, em 1951, em péssimas condições, exigindo, para não desaparecerem, imediatos e amplos reparos, que logo foram feitos pela CER. Segundo informa o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o Brasil possui, no momento, mil setecentos quilômetros de estradas pavimentadas. Vê-se, através dêsses números, que Alagoas tem, hoje, em seu território, mais de quatro por cento da rêde rodoviária nacional pavimentada, índice surpreendente para um Estado cuja receita é quase duas vezes menor que a da Prefeitura de Recife. Somos, no momento, — superados apenas por São Paulo, Estado do Rio e Pernambuco, — o quarto Estado do Brasil em quilometragem de pavimentação; o segundo, relativamente ao território; e o primeiro se se considerar apenas o montante da receita pública de cada um.

NOVAS CONCORRÊNCIAS

A fim de intensificar a execução do nosso plano rodoviário, a Comissão de Estradas de Rodagem abriu novas concorrências para concluir a construção e pavimentação da BR-11-Norte até o Jacuípe, fronteira pernambucana, na direção de Recife; construir a variante de São Miguel dos Campos, que evitará as múltiplas sinuosidades dos vales de Terra Nova, Sumauma, Varrela e São Miguel, e encurtará o antigo percurso em seis quilômetros; pavimen-

tar a BR-11-Sul, até São Miguel dos Campos, na direção do Baixo São Francisco; construir o trecho virgem da BR-26 entre Porangaba e Palmeira dos Índios; e pavimentar a mesma rodovia até Palmeira dos Índios, em demanda da Cachoeira de Paulo Afonso. Como a execução desse programa de trabalho depende de vários e importantes fatores, entre os quais o tempo, não é possível anunciar o que será feito dele, no restante período do meu Governo. Concretizados, porém, tais empreendimentos, teremos nessas estradas asfaltadas como que grandes rios correndo na direção do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste de Alagoas, aos quais afluem, com Maceió ao Leste, não somente os Estados vizinhos, a Bahia, ao Oeste; Pernambuco, ao Norte e Sergipe, ao Sul; mas também todos os quarenta e um municípios do Estado, que eles todos podem servir-se dessas excelentes vias de comunicação através das quais facilmente circularão os seus produtos. É isso num momento histórico para Alagoas e o Nordeste, qual o do início da utilização da energia hidro-elétrica da Paulo Afonso, cuja importância evidentemente se reduziria se não lhe assegurássemos um bom sistema rodoviário para transporte rápido e barato.

OUTRAS OBRAS RODOVIÁRIAS

Além de empreendimentos de tamanha significação, e sem falar nas grandes e pequenas obras de arte espalhadas, concluídas ou em execução, por todo o Estado; além da rodovia Santana do Ipanema-Pão de Açúcar e outras de menor importância, está o meu Governo construindo a Al-12, que ligará Maceió a São José

da Laje, entroncando-se na BR-11-Norte, à altura da Usina Bititinga; e restaurando a estrada do Norte, de tal modo que já se vai apresentando esta como quase inteiramente nova, com o alargamento do seu leito, a diminuição de suas numerosas sinuosidades, a regularização do seu grade, a construção de novas obras de arte e o beneficiamento de outras, existentes na parte a aproveitar-se do antigo traçado.

PAVIMENTAÇÃO É PROGRESSO

Ambas essas rodovias vão ficar em condições de poderem ser de pronto pavimentadas pelo futuro Governo, melhorando consideravelmente o nosso sistema rodoviário e conferindo a Alagoas novas e seguras bases de rápida expansão em todos os setores. Na realidade, das estradas nasce tudo. E especialmente das estradas definitivas. Pavimentação é barateamento do custo da vida, pois reduz o consumo de gasolina e óleo; evita maior desgaste de peças e conserva melhor os veículos pela ausência de buracos e de atoleiros; encurta o tempo das viagens e, por fim, diminui o preço dos fretes. Pavimentação é civilização, de que decorrem a prosperidade, pelo incentivo à produção; a educação, pela facilidade de comunicações; e a saúde, pelo maior intercâmbio entre os centros populosos, de melhores condições sanitárias, e os núcleos menos habitados e de nível mais baixo de higiene.

NOVOS INCENTIVOS À PRODUÇÃO

Mas não bastava, se queríamos apressar mais a emancipação econômica de Alagoas, ape-

nas construir e pavimentar estradas, que, sendo formidáveis elementos de progresso, pedem outros fatores que abreviem e estendam e aumentem, com a maior amplitude, a sua utilização. Era na verdade indispensável cuidar "pari passu" de problemas cuja solução viesse de imediato assegurar maior incremento à nossa produção. Dentro dêsse propósito, logo procurei aumentar a verba do acôrdo que mantemos com o Ministério da Agricultura para o fomento agrícola, a qual passou de Cr\$ 9.000.000,00 para Cr\$. . 12.000.000,00, obtendo ainda da União o meu Govêrno recursos substanciais para a distribuição gratuita de sementes aos pequenos agricultores, além de tratores e outras máquinas agrícolas, inseticidas etc., destinados à revenda aos próprios serviços da Secção de Fomento.

RESULTADOS OBTIDOS

O resultado de tais esforços se evidencia êste ano pelos números divulgados na presente Mensagem, em capítulo adequado. Cabe, porém, aqui citar que, em 1952, produzimos 279.950 sacos de sessenta quilos de feijão, enquanto em 1953 produzimos quase três vezes mais, ou sejam 643.549; em 1952, 952.330 arrobas de algodão em capulho, e, em 1953, 1.232.636; em 1952, 695.080 sacos de milho e em 1953, 832.748; em 1952, 179.050 arrobas de fumo em folha; e, em 1953, 260.103. Quanto à cana de açúcar, produzimos, em 1952, 2.410.067 toneladas, e, em 1953, 2.626.599, parte das quais destinadas às usinas Central Barreiros e Santa Terezinha, que, localizadas em território pernambucano e com produção cada qual acima de quinhentos mil sacos de sessenta quilos, obtêm no norte de

Alagoas cerca de 50% das suas canas. A nossa safra de açúcar de 1951|1952 foi de 1.768.203 sacos de sessenta quilos, enquanto a de 1952/1953 foi de 2.456.752 sacos. Tenho dado todo o apóio possível aos órgãos representativos da agro-indústria do açúcar, estendendo-se, aliás, êsse apóio, às classes produtoras em geral, às quais deve o meu Governo uma constante e patriótica cooperação.

ESTOCAGEM DE PRODUTOS AGRICOLAS

Convidado pelos Ministros da Fazenda e da Agricultura, tive oportunidade de participar em novembro do ano passado de uma reunião, no Rio, da Comissão de Financiamento da Produção, na qual se discutiu a construção de uma rede de armazens e silos com o objetivo de, assegurando a estocagem da produção, garantir a normalidade do abastecimento dos centros de consumo e evitar o aumento dos preços nas épocas de entre-safras. Como, para uma solução mais rápida do problema, fôsse sugerido o aproveitamento dos armazens das estradas de ferro, lembrei à Comissão que em Alagoas a nossa rede ferroviária abrange apenas parte relativamente pequena de nosso território, motivo por que seria indispensável que tais armazens existissem também em outras localidades. Ficou, então, decidido construir-se armazens rodoviários, à margem das estradas mais próximas dos grandes centros produtores. É' êste problema, a ser resolvido pelo Governo da União, de importância fundamental para o povo, pois de sua solução decorre a regularidade dos preços dos produtos em qualquer época do ano, impedindo-se

a especulação com o conseqüente aumento do custo da vida.

DIVISÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Ainda com o intuito de incrementar a produção, enviei em 1952 a essa Augusta Assembléia Legislativa um projeto de lei estabelecendo a divisão e o aproveitamento das terras públicas, para o qual encareço a vossa especial atenção.

DESFLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

Velho de século é o problema do desflorestamento em nosso país. Já se procurou explicar êsse nosso gôsto pelo desmatamento como decorrente de um complexo a nós transmitido pelos povoadores, aos quais, se a floresta atraía, com o pau brasil e outras madeiras de lei, também os embaraçava na sua ação de pioneiros, através das doenças, das feras, dos mosquitos, e os expunha aos ataques dos índios por ela resguardados. Já provisão régia de 1681 aludia à escassez, aqui, de lenha para o fabrico do açúcar. E o Ouvidor Geral José de Mendonça de Matos Moreira, que sugeriu a criação em 1798 do cargo de Juiz Conservador das Matas de Alagoas e o exerceu com tanto carinho, pregava a obrigatòriedade, por parte dos senhores de engenho, de conservarem suas reservas florestais, pois a destruição destas, além de resultar em outros males, já àquele tempo lhes perturbava e reduzia, pela falta de lenha, a produção. Mesmo assim, Alagoas ainda se apresenta hoje no Nordeste como um Estado

detentor de relativamente boas reservas florestais, insuficientes, entretanto, para preservar-nos de todo o conjunto de terríveis efeitos da destruição das nossas matas, entre eles — e sem referir as perturbações do clima e do regime de águas — o das erosões, que, danificando, sulcando e carcomendo os terrenos, lhes roubam o solo precioso, arrasam o leito dos rios, perturbam-lhes o livre curso e promovem-lhes o extravasamento com os horrores das inundações. Erosão também facilitada, enormemente, pelas queimadas, herança ameríndia de que não nos libertamos e responsável em grande parte pelo empobrecimento e pela degradação das nossas terras. Note-se, para bem avaliar a profundidade dos malefícios oriundos de tais práticas, que, como frisou Huger Bennett em depoimento prestado a um comité do Congresso Norte Americano, em 1939, são necessários de trezentos a mil anos ou mais para restaurar-se uma simples polegada de solo que uma chuva torrencial pode em poucas horas remover e conduzir para sempre, até o mar. Ainda há poucos dias, engenheiro florestal do Ministério da Agricultura afirmava, em entrevista à imprensa alagoana, que “já se está verificando no sertão de Paulo Afonso a última fase da erosão, a eólica, cujo agente já não é a chuva, mas simplesmente o vento, o que se torna gravíssimo”, pois caminhamos assim para o deserto.

Considerando a importância de tal problema, que se integra no da produção, assinei com o Ministério da Agricultura dois novos acordos para fomentar o florestamento e reflorestamento de Alagoas. Em virtude disso, já se acha em fase de construção, com verba incluída no

Orçamento da República pelo deputado Rui Palmeira, o Horto Florestal de Maceió, em terreno doado pelo Estado e localizado no bairro do Farol, devendo ser instalados em breve postos florestais em Pão de Açúcar, Santana do Ipanema e União dos Palmares. Além disso, aqui se encontra, no momento, o Diretor do Parque Nacional da Serra dos Orgãos, encarregado pelo Ministro da Agricultura de instalar o Parque Nacional de Paulo Afonso, que vem contribuir para o reflorestamento de uma área de mais de sete milhões de metros quadrados da região sertaneja.

BANCO DA PRODUÇÃO

Como o problema da produção está intimamente ligado ao do crédito, procurei encaminhar a solução dêste através da criação do Banco da Produção, cujo projeto de lei já igualmente remeti em 1952 a essa Egrégia Assembléia, esperando que ainda no ano corrente mereça êle as luzes do vosso patriotismo e da vossa experiência.

COLONIZAÇÃO

A essa medida, junta-se agora a da instalação, em Alagoas, de uma colônia de tresentas famílias européias, provavelmente gregas, e cem brasileiras, promovida pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização com a assistência técnica do Comité Intergovernamental de Migrações Européias. Além dessa colônia, a ser talvez localizada no sul do Estado, pensam os técnicos, que aqui estiveram recentemente, instalar também, nos arredores de Maceió,

uma colônia de cinquenta famílias européias, tipo "cintrão verde", destinada a abastecer nossa capital de leite, legumes e frutas.

DEPÓSITOS DE COMBUSTIVEIS

Ainda objetivando ao maior desenvolvimento econômico de Alagoas, logo ao assumir o Governo mantive entendimentos com a Atlantic Refining Company para a instalação, no Pôrto de Maceió, de depósitos de combustíveis líquidos que nos assegurem um abastecimento a preços mais baixos do que atualmente, quando os adquirimos em Estados, vizinhos, que percebem por isso parte da nossa quota do Fundo Rodoviário Nacional, devida a cada unidade federativa na base de seu consumo. Tais depósitos, orçados em cêrca de quatorze milhões de cruzeiros, já estão quase concluídos, devendo ser até junho inaugurados.

ATRAIR HOMENS DE EMPRESA DO SUL DO PAÍS

Tenho, por outro lado, procurado suscitar as atenções dos homens de empresa do sul do país para as nossas possibilidades econômicas. Em fins de 1953, atendendo a honroso convite dos Governadores Juscelino Kubitschek e Lucas Nogueira Garcez, visitei oficialmente os Estados de Minas Gerais e São Paulo, onde tive oportunidade de expor a nossa situação e as realizações do meu Governo, que se entrozam com a próxima inauguração da energia de Paulo Afonso. Considerando a importância da cooperação da experiência, da técnica e dos capitais do sul do país para a maior industrialização de

Alagoas, com o aproveitamento das nossas matérias primas, estou vivamente empenhado em atraí-los com o fim de abreviar o nosso desenvolvimento econômico.

SANEAMENTO, AGUA E LUZ

Mas não foram apenas os setores do transporte e da produção que mereceram os meus cuidados. No campo da saúde e da educação, também, se fez sentir a presença do Govêrno, dominado pela determinação de resolver os problemas do povo. Empreendimento de excepcional significação, que ainda neste ano estará concluído, é o saneamento de Maceió. Já foi inaugurado o coletor geral de esgotos, estando a Comissão de Saneamento atacando com intensidade a construção da rêde secundária. Além disso, perto de quarenta quilômetros de canos grossos estão sendo instalados nos bairros pobres da capital. Foram construídos pelo meu Govêrno, para atender às exigências dessa nova rêde, dois reservatórios de água, com capacidade para dois milhões e duzentos e cinqüenta mil litros. O Tabuleiro do Martins, bairro de grande densidade demográfica e habitado por gente humilde, era, quando assumi o Govêrno, insuficientemente servido de água, que lhe chegava através de dois poços. Um dêles, o do Estado, pouco depois apresentava defeitos, cujo consêrto consumiu cêrca de cem mil cruzeiros. Diante da gravidade do problema, decidi determinar à Comissão de Saneamento que estudasse uma fórmula para atender às necessidade do Tabuleiro. De acôrdo com tais estudos, êsse bairro vai ser abastecido de água do riacho Luís da Silva, e, para dito fim, já está em cons-

trução, numa de suas ruas mais centrais, um reservatório elevado com capacidade para duzentos e cinqüenta mil litros. Cuidei intensamente de melhorar as condições de vida das populações mais pobres de Maceió. Estendendo o meu Governo a recantos dos mais distantes da nossa capital os serviços de iluminação elétrica e abastecimento de água foram por eles beneficiados o Pontal da Barra, o Prado, a Ponta Grossa, o Poço, Jaraguá, Jacintinho, Pitanguinha e Tabuleiro do Martins, o último com água e luz.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ESCOLAR

A êstes e a outros bairros humildes da capital e populações dos seus arredores, proporcionou ainda o meu Governo melhor assistência médica e novos serviços ligados ao Departamento Estadual de Saúde, que organizou também posto, volantes para atender com mais amplitude e eficiência aos necessitados. Outros melhoramentos foram ainda levados aos bairros pobres, como Ponta Grossa, onde se construiu um Grupo Escolar, que é o melhor do Estado, para atender à sua densa população infantil; e Riacho Doce e Cruz das Almas, que hoje dispõem de modernos prédios para escolas rurais.

O INTERIOR DO ESTADO

O interior do Estado não mereceu menos as atenções do meu Governo. Nos capítulos próprios, verifica-se que os problemas dos municípios foram por mim devidamente considerados em todos os setores da administração, dentro

das possibilidades financeiras do Estado e sem indagar das tendências políticas daqueles Prefeitos.

CENTRO EDUCACIONAL E ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS

Nas minhas viagens ao Rio, que faço sem receber ajuda de custo, procuro obter a cooperação de todos os órgãos da administração federal para o desenvolvimento de Alagoas. Graças a tal cooperação, estamos construindo o Centro Educacional de Maceió, obra orçada em cêrca de sessenta milhões de cruzeiros, e cuja Escola Normal, com cinco pavilhões, deve estar concluída até março do próprio ano. Também uma Escola de Aprendizes Marinheiros, de valor aproximado de quarenta milhões de cruzeiros, vai ter em breves dias sua construção iniciada no Pontal da Barra, em terreno doado pelo Estado, planejando a Marinha de Guerra concluir, por sua conta, o trecho ainda não pavimentado da Avenida Duque de Caxias, a fim de assegurar à futura Escola melhor meio de comunicação com o centro da cidade.

A NOVA PENITENCIÁRIA

A nova Penitenciária de Alagoas é outro empreendimento para o qual já contamos com a ajuda federal, obtida por intermédio do deputado Freitas Cavalcanti, dependendo apenas a sua execução da escolha do local em que deve ser instalada. Cabe frizar que, a êsse propósito, encontrei Alagoas em situação das mais tristes. Dispondo o Estado de uma Penitenciária sem quaisquer condições para abrigar o núme-

ro de detentos que lá se encontram, ainda a quase totalidade dos municípios não possuía prédios para cadeia pública, e os detentos eram ali recolhidos em casas particulares e as mais das vezes com os pés presos a correntes de ferro, como animais ferozes. Além de incentivar o desenvolvimento, na Fazenda Santa Fé, em União dos Palmares, de propriedade do Estado, de uma colônia penal agrícola aberta — iniciativa única em nosso país, — cuidei também de construir, em diversos municípios, prédios destinados à cadeia pública apresentando condições de higiene compatíveis com a pessoa humana.

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

O Departamento Nacional de Estradas elaborou, a meu pedido, a planta da Estação Rodoviária de Maceió, para cuja construção já nos foi reservada, no Orçamento da República, por iniciativa do deputado Rui Palmeira, a verba inicial de três milhões de cruzeiros.

SERVIÇO SOCIAL DE MENORES

Para o Serviço Social de Menores, o meu Governo adquiriu, com auxílio federal também obtido pelo deputado Freitas Cavalcanti, um imóvel nas Mangabeiras, nesta capital, onde será feita a triagem dos menores desajustados, destinando ainda o meu Governo ao mesmo Serviço, para uma escola agrícola, o terreno de propriedade do Estado localizado em Igaci, Palmeira dos Índios.

ÁGUA E GRUPOS ESCOLARES PARA OS MUNICÍPIOS

O Serviço Nacional de Malária e o Departamento Nacional de Saúde, pela sua Divisão de Organização Sanitária, subordinados ao Ministério da Saúde, vêm emprestando ao meu Governo inestimável cooperação para a instalação de serviço de água em diversos municípios, como Pôrto Calvo, Pilar, Anadia e Viçosa. Numerosos Grupos Escolares estão sendo, por outro lado, construídos em vários municípios, com a ajuda do Ministério da Educação. Tenho ainda assinado com diversos Ministérios acordos para a instalação, em regime de cooperação, de novos serviços e o desenvolvimento de outros no nosso Estado.

OBRAS DO SÃO FRANCISCO

Cumprе fixar, embora em linhas gerais, as obras que estão sendo realizadas no Vale do São Francisco, em território alagoano, visando a valorização econômica daquela região, e para as quais tanto tem contribuído a ação parlamentar do deputado Freitas Cavalcanti, por mim indicado como representante do Governo do Estado junto à Comissão do Vale do São Francisco. Além das importantes iniciativas, que foram inicialmente compreendidas no programa de recuperação do Vale, relacionadas com o problema hospitalar e de Saúde Pública, rodovias, retificação e saneamento dos vales úmidos, cabe destacar as novas obras planejadas, algumas das quais já em execução: Linha de força de Paulo Afonso para as cidades de Delmiro, Agua Branca e Mata Grande, cuja

construção foi cometida, por força de convênios, à Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, utilizando-se a dotação de Cr\$ 10.000.000,00 dos orçamentos federais de 1953 e 1954; serviços de abastecimento d'água das cidades de Penedo, Traipú, São Brás, Pôrto Real do Colégio, Delmiro e Pão de Açúcar; obras de proteção e acostagem do pôrto fluvial de Piassabussú, já em regime de concorrência pública aberta pela Comissão do Vale do São Francisco.

Outra iniciativa do que resultarão certamente grandes benefícios para as atividades agrícolas do baixo São Francisco, em nosso Estado, será a instalação da Fazenda Escola Modelo e de uma Residência Agrícola da Comissão do Vale do São Francisco, em Pôrto Real do Colégio. Tal Fazenda ficará em terrenos de propriedade do Estado, para cuja doação já solicitei dessa douta Assembléia Legislativa a respectiva autorização. Não preciso frisar a urgência requerida pelo assunto, de grande importância para a economia do sul de Alagoas.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Foi difícil a situação financeira que atravessámos em 1953. Apesar disso, pôde o meu Govêrno encerrar o ano com um "deficit" de apenas Cr\$ 8.000.000,00. Tal cifra bem revela o empenho do Govêrno pelo equilibrio orçamentário, pois sòmente o último aumento do funcionalismo, em vigor a partir de janeiro de 1953, atingiu a importância de Cr\$ 8.142.654,70. E recorde-se que o meu Govêrno não teve orçamento em 1953, prorrogado que foi o de 1952, ocasionando o fato embaraços, fáceis de ima-

ginar, à boa marcha da administração; recorde-se que a arrecadação pública, — devido aos meses de sêca, de que resultou a redução da produção esperada, e devido à retenção desta em virtude dos baixos preços, notadamente do feijão, produzido êste ano em larga escala pelo Paraná, — a arrecadação pública apenas teve um aumento em 1953 de cêrca de quatro milhões de cruzeiros em relação ao ano anterior.

NOVOS MUNICIPIOS

Sob meu Govêrno, foram criados quatro novos municípios: Delmiro, Paulo Jacinto, Ôlho d'Água das Flôres e Feira Grande. Espero que essas novas unidades alcancem rápido desenvolvimento, para o que contarão com a cooperação do Govêrno do Estado.

ESFORÇOS DO GOVÊRNO

Ai estão, em ligeiro resumo, alguns dos resultados, melhor expostos nos capítulos seguintes, dos nossos esforços em favor de Alagoas, esforços meus, dos meus auxiliares de Govêrno e de todos que me ajudam a bem desempenhar minha tarefa. Não são tão grandes êsses resultados quanto desejavam o nosso amor à terra comum e a nossa dedicação ao povo, mas são bem maiores do que seria possível imaginar em 1951, quando recebemos o Estado com uma arrecadação de oitenta milhões de cruzeiros, dos quais setenta e seis milhões destinados ao funcionalismo, além de dívidas no total de quarenta e dois milhões de cruzeiros.

FÉ NO FUTURO DE ALAGOAS

Alegra-me reafirmar a minha mais profunda fé no futuro de Alagoas. Pode-se dizer que somos no Nordeste um Estado privilegiado. Possuimos faixa litorânea ampla e excepcional para a cultura de coqueiros, tão boa como a das Antilhas e das Filipinas, que apresentam os maiores índices de produção do mundo, de côco por pé, ou sejam 120 frutos em média por ano. Quando assumi o Governo, era de 25 a média em Alagoas, apesar de um coqueiro adubado já haver produzido, no campo das Palmeças, 780 cocos num ano. Com a assistência técnica prestada aos proprietários de coqueirais pelo Fomento Agrícola e pela Defesa Sanitária Vegetal, e graças aos próprios esforços deles, já hoje vai melhorando a situação. Em 1953, produzimos 57.261.000 de cocos. Só fomos superados, nesse setor, pela Bahia, cuja produção se elevou a 63.006.000, enquanto Pernambuco produziu apenas 36.715.000. Temos em nossas terras cerca de 1.500.000 dos 8.000.000 de pés de coqueiros existentes no Brasil, que, na produção geral, se inclui com apenas de 1 a 1,5%. Diga-se, por curiosidade, que somente na Ilha de Mindanau, nas Filipinas, há perto de 70.000.000 de pés de coqueiros. O valor do côco se exprime pelo fato de, na economia mundial, colocar-se êle no mesmo nível ou em nível superior ao do café.

Se a faixa litorânea nos apresenta tais possibilidades, são também excelentes as perspectivas que se nos abrem na zona da mata, com apreciáveis reservas florestais e servida por seis rios perenes.

Quanto à área sertaneja, só necessita de

água para produzir em abundância. De Santana do Ipanema, saem cereais para todo o Nordeste, desde o Piauí. Na região de Batalha e Pão de Açúcar o índice de produção de leite por cabeça de gado é surpreendente para o Brasil.

Não temos, pròpriamente, problemas rodoviários, pois os únicos com que lutávamos — a várzea de Satuba e a falta de uma rodovia cortando a zona Norte, na direção de Leopoldina — já estão resolvidos. Com 28 mil quilômetros quadrados quase todos de terras férteis, configurados em triângulo, podemos percorrê-las a bem dizer em um dia.

Repito que somos o São Paulo do Nordeste, um Estado-Piloto, cuja economia, baseada na agricultura e na indústria, esta a ser favorecida pela energia de Paulo Afonso, nos assegura situação única no Brasil, sobretudo se perseverarmos neste ritmo intenso de trabalho, sem tirar os pés da realidade, mas também sem perder de vista o engrandecimento de Alagoas. Não temos o direito de descrever do futuro quando, olhando o passado recente, vemos que o que aqui construímos em três anos há três anos parecia o impossível, e certo infinitamente mais difícil do que o que planejamos construir ainda neste quinquênio. O essencial era a destruição do tabu da nossa estagnação. Rompido êste, novos horizontes foram rasgados ao destino de Alagoas, que entrou em fase de irresistível inovação, penetrando em todos os corações e espíritos a mística do progresso. Agora, é não retroceder, é marchar para a frente. E tal não pode deixar de verificar-se desde quando a nossa força criadora, o segrêdo do nosso dinamismo, a seiva do nosso poder

reside na nossa adaptação, às necessidades de Alagoas, na nossa identificação com um povo contido por longos anos nos seus impulsos de bem-estar e de prosperidade, mas não contaminado pela descrença nem pelo negativismo, e cujas puras e caras aspirações surpreendemos, alcançamos e captamos nas suas nascentes mais longínquas, nas suas fontes mais profundas e cristalinas. É este um momento supremo para Alagoas.

CAPÍTULO I

Finanças Públicas

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Se não é de desafôgo a situação financeira do Estado ao se encerrar o exercício de 1953, nada autoriza que nos firmemos em conjeturas pessimistas sôbre as repercussões que ela esteja determinando ou venha determinar, no presente ou no futuro, na ordem administrativa, econômica ou social de Alagoas.

Vivemos uma hora de perturbação que invade todos os domínios das atividades humanas. Vinculada a fatores decorrentes da crise universal, reflexo, ainda, da última guerra, e agravada pelas condições particularíssimas que afetam à ordem econômica, política e social do Brasil, ela teria que se manifestar em nosso Estado como de resto se vem manifestando entre quase tôdas as unidades administrativas do país. Não é um fenômeno de cunho estadual ou regional, mas um acontecimento de incidência nacional e universal.

Tudo o que foi possível fazer para aliviar as consequências da crise, entre nós, não escapou, em nenhum momento, ao esforço de recuperação empreendido pelo Governo. Quando as atividades do agricultor sertanejo estiveram ameaçadas pelo flagelo da sêca, o meu Governo se empenhou a fundo no sentido de combatê-lo. São do conhecimento público as medidas de socorro às populações atingidas, medidas que chegaram a tempo de evitar que a região sertaneja se despovoasse, com o abandono completo dos campos, dos povoados, das vilas e distritos.

Se por outro lado se tornou necessária a adoção de providências especiais de compressão das despesas

públicas, com o sacrifício de setores importantes da administração, não titubeou o Governo em concretizá-las; e o resultado é que, para um orçamento de despesa, em números redondos, de Cr\$ 196.000.000,00, inclusive os créditos adicionais, realizou-se uma economia de Cr\$ 26.000.000,00.

Enquanto isso, o Governo intensificou as atividades dos setores de obras públicas mais diretamente entrelaçados com as atividades da produção: a construção de açudes, a distribuição de sementes e a execução do Plano Rodoviário Estadual.

A ARRECADAÇÃO

A arrecadação, em 1953, embora superior à de 1952, não foi suficiente para a cobertura da despesa, como abaixo se demonstra:

	Cr\$
Arrecadação em 1953	178.853.053,30
Arrecadação em 1952	138.768.104,40
	<hr/>
Maior arrecadação	40.084.948,90

Confrontadas as cifras acima com a despesa, o resultado é o que abaixo se discrimina:

Despesa orçamentária realizada . .	168.487.536,70
Fundo de operação de crédito . .	18.508.171,30
Deficit financeiro em 31-12-1952 .	4.796.277,80
	<hr/>
	191.791.985,80
Receita orçamentária arrecadada .	178.853.053,30
	<hr/>
Deficit financeiro	12.938.932,50

O saldo negativo acima indicado se explica através da seguinte operação:

<i>Deficit</i> financeiro de 1952	4.796.277,80
<i>Deficit</i> financeiro de 1953	8.142.654,70
	<hr/>
	12.938.932,50

Apreciada através do ativo e passivo, a posição financeira do Estado, ao se encerrar o exercício de 1953, apresenta os seguintes resultados:

	Cr\$
Passivo financeiro	35.529.461,60
Fundo de operações de crédito (disponibilidade para as obras de saneamento de Maceió)	18.508.171,30
	<hr/>
	54.037.632,90
<i>Menos:</i>	
Ativo financeiro	41.098.700,40
	<hr/>
	12.938.932,50

Confrontada com a de 1952, a receita do exercício de 1953, excluindo-se as operações de crédito destinadas aos serviços do saneamento da Capital, apresenta uma maior arrecadação de Cr\$ 9.284.948,90, como abaixo assinala:

Arrecadação de 1953 . .	178.853.053,30
Menos o crédito aberto pela Lei n. 1.655, de 22/9/52, para as obras da segunda etapa do	

saneamento	35.000.000,00	143.853.053,30
<hr/>		
Arrecadação em 1952 . .	138.768.104,40	
Menos parte do crédito de Cr\$ 5.000.000,00, aber- to pela Lei n. 1.539, de 30.7.51, para serviços diversos do saneamento	4.200.000,00	134.568.104,40
<hr/>		
		9.284.948,90

Melhor resultado se teria obtido na arrecadação, não fôsem os reflexos da sêca avassaladora que nos três últimos anos tanto flagelou a região sertaneja.

Em relação à estimativa orçamentária, a diferença que aparece é digna de menção, tendo em vista a prorrogação do orçamento de 1952 para 1953 e a inclusão, na rubrica OPERAÇÕES DE CRÉDITO, da importância de Cr\$ 35.000.000,00, para os serviços do saneamento da Capital, como se observa a seguir:

Receita prevista	125.904.000,00
Receita arrecadada	178.853.053,30
<hr/>	
Maior arrecadação	52.949.053,30

A DESPESA

A despesa orçamentária se desenvolveu do seguinte modo:

Créditos orçamentários . .	145.877.884,10
Menos anulações de cré- ditos orçamentários . .	5.169.111,40
	140.708.772,70
<hr/>	
Créditos adicionais:	
Suplementares	19.718.136,60

Especiais	36.226.571,00	55.944.707,60
		<hr/>
		196.653.480,60
<i>Menos:</i>		
Despesa realizada		168.487.536,70
		<hr/>
Menor despesa realizada		28.165.943,90

Justificam a menor despesa realizada os algarismos abaixo:

Economia na realização da despesa . .		9.557.772,30
Créditos especiais transferidos para 1954:		
Lei n. 1.655, de 22.9.1952:		
	Cr\$ 18.508.171,30	
Lei n. 1.744, de 30.11.1953	100.000,00	18.608.171,30
	<hr/>	<hr/>
		28.165.943,60

Chega-se à evidência, com os elementos acima, que a receita do Estado melhorou no exercício de 1953, pondo-se à margem, mesmo, as operações de crédito que entraram para a sua formação. A reação assim verificada não foi, todavia, suficiente para suportar o pêso da despesa; isto porque o exercício foi encerrado com o *deficit* de Cr\$ 12.938.932,50, não obstante as medidas de ordem econômica postas em prática visando a restauração das finanças do Estado.

Cumpre assinalar que o *deficit* propriamente do exercício de 1953, na importância de Cr\$ 8.142.654,70, como já se demonstrou acima, resultou do aumento de vencimentos do funcionalismo estadual, especialmente o constante da Lei n. 1.703, de 26 de dezembro de 1952, como abaixo se verifica:

Pessoal	1952	1953	Maior despesa
Fixo	70.171.372,90	79.450.278,40	9.278.905,50
Pessoal	12.245.331,70	13.759.486,90	1.514.155,20
Variável	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
	82.416.704,60	93.209.765,30	10.793.060,70

Não fôsse o aumento de vencimentos, o exercício de 1953 ter-se-ia praticamente encerrado sem *deficit*. Tal medida, porém, se impunha como solução inadiável ao problema do desajustamento criado entre o poder aquisitivo do funcionalismo e o encarecimento progressivo do custo de vida; quando não tivesse decorrido do espírito de justiça com que o Govêrno tem sempre encarado os problemas dos servidores do Estado, ela teria que se impôr como uma necessidade da própria administração pública, cuja eficiência depende, em maior escala, do bem-estar geral dos que a movimentam.

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

Entre os tributos que mais pesaram no resultado acima referido, merecem destaque o imposto sôbre vendas e consignações, a taxa rodoviária, o imposto sôbre exportação e o imposto sôbre transmissão de propriedade imóvel *inter-vivus*. A arrecadação do primeiro se elevou a Cr\$ 88.555.385,20, cuja importância é superior em Cr\$ 7.555.385,20 à que foi orçada e de Cr\$. 1.739.179,00 ao resultado de 1952.

Concorreu o mesmo tributo com 49,51% para o total do orçamento, subordinando-se a arrecadação à taxa de 2,85% estabelecida pela Lei n. 1.537, de 20 de julho de 1951. No quinquênio 1949-1953 êle assim evoluiu:

	Cr\$
1949	46.645.656,60

1950	48.648.599,90
1951	67.366.081,80
1952	86.816.206,20
1953	88.555.385,20

A taxa rodoviária rendeu, em 1953, Cr\$
12.984.550,10. Tributo de aplicação específica, pois se destina exclusivamente a investimentos na execução do Plano Rodoviário Estadual, no quinquênio 1949-1953 apresenta o seguinte comportamento:

1949	8.743.971,30
1950	9.135.947,60
1951	11.268.099,20
1952	12.495.695,30
1953	12.984.550,10

A arrecadação do imposto sôbre exportação é o que oferece maior oscilação, pois de Cr\$ 77.967,60, em 1952 se elevou para Cr\$ 5.370.696,10 em 1953. A ocorrência deve-se à super-produção do açúcar no país, que levou o país a exportá-lo para o exterior.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Merece referência especial, como título de receita, a rubrica "operações de crédito", que concorreu, em 1953, com Cr\$ 47.506.520,10, ou seja, 26,56% de arrecadação do orçamento. Tal importância obedece à seguinte distribuição: Cr\$ 35.000.000,00 provenientes do empréstimo contraído no Banco do Brasil para custear as obras da segunda etapa do saneamento da Capital, na forma da competente autorização e crédito aberto para o mesmo fim constante das Leis ns. 1.636 e 1.655, respectivamente, de 19 de julho e 22 de setembro de 1952, e Cr\$ 12.506.520,10 do *adicional recuperável*, nos termos da Lei n. 1.565, de 25 de outubro de 1951.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Não obstante a maior arrecadação conseguida no exercício de 1953, em relação ao exercício de 1952, conforme já vimos, a qual se elevou a Cr\$ 40.084.948,90, dos quais Cr\$ 35.000.000,00 correspondem ao empréstimo destinado à execução dos serviços de 2a. etapa do saneamento da Capital, ela não atendeu, satisfatoriamente, aos compromissos assumidos pelo Governo, muitos deles urgentes e de importância vital para a administração pública. Isto nos faz compreender o acerto das medidas adotadas, no que diz respeito à compressão de despesas, medidas que serão repetidas no atual exercício, até que melhorem as perspectivas em torno da situação econômica do Estado.

CAPÍTULO II

Situação Econômica



PRODUÇÃO

O ano que findou foi promissor para o Estado, nos seus setores de produção, principalmente no que respeita à agricultura, embora ainda se verificassem os reflexos dos anos difíceis em que o Estado foi duramente atingido pelos rigores das sêcas e pelas resultantes desta, com sua coorte de sacrifícios para a população sertaneja.

Graças às providências adotadas pelo meu Govêrno junto às repartições responsáveis pelo incremento da produção agrícola, promovendo a distribuição de sementes, construindo açudes na zona mais sêca, organizando os setores de revenda de material agrícola e, sobretudo, assistindo ao homem do campo com os conhecimentos da técnica, pôde a produção dos gêneros essenciais, em sua maior parte, superar a produção dos anos anteriores. É justo acentuar que a obtenção desses resultados é devida, em grande parte, ao desvêlo dos chefes dos vários departamentos de Fomento Agrícola e das residências agrícolas do interior, que souberam enfrentar as dificuldades e tirar o máximo de rendimento do trabalho organizado e produtivo.

Compulsando as estatísticas, considerados dez principais produtos como base de comparação, vamos encontrar um aumento substancial de produção dos gêneros de primeira necessidade no ano findo, comparado com o período anterior. De resultados tão animadores, sobressaem, justamente, aqueles produtos de que o Govêrno se interessou por uma maior distribuição de sementes, positivando-se a utilização desse auxílio para aumentar

as fontes comuns de riqueza. A produção de feijão foi quase triplicada, a de milho registrou um aumento de 137.678 sacos de 60 quilos, o algodão, que teve uma produção de 952.330 arrobas em 1952, alcançou no ano recém-findo 1.232.636, o que representa um acréscimo de mais de tresentas mil arrobas, e por fim, a cana de açúcar e o fumo superaram substancialmente a produção em comparação com a do ano anterior.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

<i>Artigo</i>	<i>—</i>	<i>Unidade</i>	<i>—</i>	1952	1953
Algodão em capulho		Arroba		952 330	1.232.636
Cana de açúcar		Tonelada . . .		2.410.067	2.626.599
Feijão		Sacas 60 kls.		279.950	643.549
Fumo em Folha		Arroba		179.950	260.103
Milho		Sacas 60 kls.		695.070	832.748

Essa análise comprova o esforço do meu Govêrno em incentivar o desenvolvimento da agricultura, atentando para êsse fenômeno que a todos aflige que é o encarecimento do custo da vida, fato econômico que só. uma contínua e crescente produção dos gêneros de primeira necessidade poderá contribuir para paralisar ou fazer descer a curva ascencional a que dia a dia estamos assistindo.

No setor industrial, temos de lamentar a crise por que passa a nossa indústria básica. Mas a grave situação econômica da indústria do açúcar não é um fato alagoano e sim de todo o Nordeste. Entretanto, não tenho poupado esforços junto às autoridades responsáveis no sentido da obtenção de meios ou soluções para superar a gravidade da situação. A indústria dos tecidos se manteve equilibrada, melhorando consideravelmente o seu comércio. No setor das pequenas indústrias manufatureiras, é satisfatório registrar que tem

hâvido sensível aumento da instalação de fábricas, que no conjunto oferecem um espetáculo de confiança para nosso futuro econômico. Devo ressaltar a grande influência que para nosso futuro irá ter a energia de Paulo Afonso, cuja presença em nosso Estado, tida como certa para o primeiro semestre do ano próximo, há-de atrair grupos industriais do sul para o aproveitamento de matérias primas nas suas próprias fontes, valendo-se de produtos agrícolas, minerais e de origem animal.

Na região de Batalha, por exemplo, o Governo do Estado, juntamente com o Ministério da Agricultura, vem incentivando a atividade agro-pastoril, havendo empenho de expandir a indústria de laticínios ali existente.

Em Santana do Ipanema e Anadia, também por acôrdos com o Ministério da Agricultura, se estabelecem as bases para a instalação de fábricas destinadas ao aproveitamento e beneficiamento de algodão e fabrico de farinha de mandioca, possibilitando, assim, aos produtos daquelas regiões maior rentabilidade.

FOMENTO AGRÍCOLA

A Secção de Fomento Agrícola, um dos setores básicos na orientação e incentivo da produção agrícola do Estado, apresentou no ano de 1953 uma intensa atividade, através de seus órgãos municipais, promovendo, por todos os meios ao seu alcance, o incremento das atividades agrícolas, no sentido de possibilitar um aumento de produção dos principais produtos dos campos, tão reclamados nos mercados consumidores.

Funcionando sob o regime de "Acôrdo" com o Governo Federal, a Secção de Fomento Agrícola contou, nessa rubrica, com a dotação de Cr\$ 6.246.250,00, concorrendo o Governo Federal com a importância de Cr\$ 4.000.000,00 e o Estado com a quantia restante. Com a dotação mista do "Acôrdo", foram adquiridos mate-

riais permanentes e de consumo nos valores, respectivamente, de Cr\$ 1.498.508,00 e Cr\$ 1.250.464,20, destinados à aquisição de produtos químicos e biológicos, combustíveis, lubrificantes, combate às pragas da lavoura, epizootias e outras despesas de ordem administrativa.

Durante o ano de 1953, com o propósito de incentivar a produção e fomentar o desenvolvimento agrícola do Estado, obteve a Secção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura e do Governo do Estado, dotações especiais destinadas à aquisição de sementes de algodão, de milho e de feijão, tendo dispendido a elevada quantia de Cr\$ 3.379.809,20, com a compra de 213.780 quilos de milho, 160.920 quilos de feijão e 571.720 quilos de sementes selecionadas de algodão, material êsse distribuído aos pequenos lavradores de todo o Estado.

As varias dependências do Fomento Agrícola, nesta Capital e nos municípios, realizaram vendas de mudas de coqueiros de fruteiras, enxertos vários, aves, etc., no valor total de Cr\$ 231.654,70, no último semestre do ano, avultando a quantidade de mudas de coqueiros, que foi de 20.073.

Relativamente ao setor da revenda de material e utensílios agrícolas, tratores, motobombas, arados, etc., o movimento atingiu a expressiva soma de Cr\$ 4.372.693,70.

FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

O Serviço do Fomento da Produção Animal, em regime de acôrdo com o Ministério da Agricultura, realizou importantes tarefas no setor de suas atividades.

A VIII Exposição de Animais e Produtos Derivados contou com a presença de 314 animais, proporcionando uma amostra de desenvolvimento dos rebanhos do Estado.

Vários melhoramentos foram feitos no Parque de Exposições, no Pôsto Zootécnico de Igaci, na Fazenda Experimental de União dos Palmares.

Tenciona o Serviço instalar no corrente exercício um pôsto agrostológico em Anadia, onde já possui uma área de 150 hectares, com o objetivo de estender as nossas possibilidades forrageiras.

Para a execução do "Acôrdo", concorreu o Ministério da Agricultura com a quantia de Cr\$ 1.300.000,00 e o Estado de Alagoas com a importância de Cr\$. . . . 650.000,00.

PÔSTO DE DEFESA AGRÍCOLA

No exercício de 1953, o Pôsto de Defesa Agrícola em Alagoas passou a funcionar em regime especial de Acôrdo com o Estado, recebendo as quotas de Cr\$. . . 1.700.000,00 do Ministério da Agricultura e Cr\$. . . . 850.000,00 do Estado.

O combate ao *Podalgus humilis* (Pão de galinha), séria praga da cana de açúcar, a um pequeno surto de *hygerus fossater* nas plantações de mandioca e batata doce, bem como ao "Anel Vermelho" dos coqueiros, foi intenso.

Parece ter havido, em relação ao "Anel Vermelho", uma interrupção na disseminação da praga que pairava como uma ameaça sôbre os coqueirais do Estado.

Em caráter de campanha, o Serviço também promoveu sistemático combate à saúva, não só na capital mas nos diferentes sub-postos do interior.

Ressente-se o Pôsto de um armazém próprio onde seja instalada, ao lado do depósito, uma câmara de expurgo, com capacidade para 200 sacos. A área para a localização do armazém já foi escolhida, devendo sua construção ser em breve iniciada.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Integrante do extinto "ACÓRDO ÚNICO", o Serviço de Defesa Sanitária Animal existia em Alagoas há vários anos. Sua séde se localizava no Parque de Exposição de Animais, Prado, nesta Capital, intimamente conjugada e confundida, a outra repartição — o Fomento da Produção Animal, com um único chefe para as duas, o mesmo pessoal para trabalhar para ambas, e sem o mínimo necessário à vida própria.

No interior do Estado, existiam diversos Postos de Vigilância Sanitária Animal, integrantes e dependências da Secção de Fomento Agrícola, subordinados aos seus encarregados. Não havia preparo para as funções que o pessoal executava e nem tão pouco existia orientação técnica. Não se conheciam as vantagens da revenda de produtos veterinários instituída pelo Ministério da Agricultura, sendo os medicamentos vendidos aos criadores por preços mais elevados do que os da praça.

Com a dotação de Cr\$ 1.500.000,00, verba destinada às suas atividades em 1953, foi possível realizar o seguinte:

1) — *Reaparelhamento Geral do Serviço*

A fim de tornar o Serviço mais objetivo e eficiente, tornou-se necessário adquirir material para suprimento da sede e das dependências do interior. Foram retirados os Postos das repartições da Secção do Fomento Agrícola do Estado, instalando-os em sedes condignas e adequadas nos centros das cidades onde estão localizados. O mesmo foi feito com relação à sede nesta Capital, localizando-a à rua do Comércio, n. 672, no chamado centro administrativo de Maceió.

2) — *Reinstalação de P.V.S.A.*

Os Postos de Quebrangulo, Arapiraca e Batalha estavam sem atividade, isto é, extintos, providenciando-se a sua reinstalação com a máxima brevidade, uma vez que ficam localizados em zonas de elevada criação. Muitos serviços prestam os mesmos hoje em dia ao Estado, maximé devidamente aparelhados como se encontram.

3) — *Criação do PVSA de S. Miguel dos Campos*

O mais novo P.V.S.A. foi criado em agôsto de 1953, ficando localizado numa zona que, além de criatório, serve de passagem às correntes de gado destinadas ao abastecimento da Capital. O movimento realizado por êsse Pôsto foi digno de registro, justificando a sua permanente ação. Servirá, também, o mesmo, aos municípios, menos de criatório, de Pilar, Junqueiro, Coruripe e Marechal Deodoro.

4) — *Controle das correntes de gado*

Estuda-se a possibilidade de aplicação de medidas ao controle das correntes de gado, medidas estas, no momento, de inoportuna aplicação, uma vez que não dispomos de pessoal técnico capaz, assim como de instalações. Há três caminhos percorridos pelos rebanhos que abastecem os Estados de Alagoas e Pernambuco, vindos de Bahia e Sergipe. Um dêles, de mais fácil fiscalização, é por via férrea, da cidade de Pôrto Real do Colégio à Capital e a Recife. Os dois outros são percorridos a pé, por boiadas que, via de regra, disseminam, por onde passam, várias enfermidades. É preciso notar que 80% do gado abatido no Estado é de importação. Precisamos, num futuro próximo, entrar em entendimentos com a I. R. de Salvador para, juntos, solucionarmos a questão.

5) — *Visitas às propriedades rurais*

Considerem-se de importância fundamental de execução a qualquer programa de defesa sanitária animal, as visitas às propriedades rurais, porque teríamos a dupla finalidade de educar o criador protegendo os seus rebanhos.

No período de dezembro de 52 a dezembro de 53, referido Serviço realizou cerca de 1956 visitas comprovadas às fazendas de criação.

6) — *Vacinações e animais tratados*

Empregou o Serviço máximos esforços no sentido de imunizar um grande número de animais contra as principais enfermidades comuns aos mesmos, no Estado. Neste particular, 145.147 bovinos, equinos, muares, ovinos, caprinos, caninos e aves foram vacinadas. Por orientação do veterinário foram tratados cerca de 419 animais de enfermidades não infectuosas.

7) — *Combate às enfermidades*

Desde que entrou em vigor o "Acôrdo", dirigiu a Defesa suas atenções para o combate das zoonoses que costumam surgir no Estado sob forma enzoótica, epizootica e panzootica, emitindo normas de profilaxia constante de vacinações, sorolização, práticas higiênicas etc., e tratamentos segundo a terapêutica veterinária. Tenho a satisfação de informar que não foi constatado foco de enfermidade, a não ser de aftosa.

8) — *Venda de produtos veterinários*

Foi possível realizar a venda de produtos veterinários num total de Cr\$ 221.160,50, aos criadores, a preço de custo.

9) — *Pesquisas de laboratório e outras atividades*

Na parte referente a pesquisas e diagnósticos de laboratório, foram realizados 60 hemo-sôro-aglutinação para diagnóstico de brucelose, 22 exames parasitológicos em fezes, 71 pesquisas de protozoários no sangue de bovinos, 3 dosagens de sangue, e 124 colorações de lâminas, para diagnósticos bacteriológicos.

Procurou-se, também, atender aos pequenos animais com a manutenção de uma clínica inteiramente gratuita para cães, gatos, aves, etc.

I M I G R A Ç Ã O

A Delegação do Brasil à 4ª Sessão do Comité Inter-governamental para as Migrações Européias, reunida em Genebra, em outubro de 1952, solicitou, de acôrdo com a Resolução n. 36, aprovada naquela oportunidade, a colaboração técnica do mesmo para organização do Plano Nacional de Colonização. Debatido o assunto, deliberou-se adotar dois tipos de colônia: um denominado "Colonização Interior", constituído de grupos de 400 famílias, das quais 100 brasileiras e 300 européias; e outro denominado "cinturão verde". Ao primeiro, caberia incentivar a produção agrícola do país; e ao segundo abastecer as grandes cidades.

Alagoas, no Nordeste, e o Paraná, no Sul, foram escolhidos para sedes de núcleos do primeiro tipo, enquanto o Estado do Rio de Janeiro foi para sede de um núcleo do segundo tipo.

Deu o meu Governo todo apôio à iniciativa, que trará à nossa economia incalculáveis benefícios.

No início dêste mês aqui esteve o Dr. Artur Hebel Neiva, representante do Brasil no Comité Inter-Governamental de Migrações Européias, acompanhado do Dr. Weismann, técnico do aludido comité; do Dr. René Bertholet, Consultor Técnico da Campanha Progresso,

encarregada da colonização, e do sr. Michel Chesnais, especialista em agricultura tropical. Depois de uma visita às terras alagoanas, consideraram êles a conveniência da instalação do "núcleo" "Colonização Interior", no sul do Estado, admitindo também a instalação de um tipo "Cinturão Verde", para 50 famílias, nos arredores de Maceió.

Segundo informou o Dr. Arthur Neiva, é possível que até junho de 1955 possa Alagoas começar a receber imigrantes europeus, provavelmente gregos, que melhor se adaptarão às condições do nosso clima. O trabalho pioneiro da colônia será feito pelas cem famílias brasileiras que a integrarão.

Abre-se, assim, para a nossa terra uma nova era com a incorporação, em nosso meio, dessas forças de trabalho da Europa, destinadas a incrementar o nosso desenvolvimento econômico.

BANCO DA PRODUÇÃO

Não nos foi possível contar no exercício findo com o Banco da Produção, instituição de crédito que deveria conferir recursos para o desenvolvimento da produção, do comércio e favorecer a nossa expansão industrial.

O projeto de lei elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado e encaminhado à Assembléia Legislativa no ano de 1952 ainda ali permanece sem qualquer solução.

Na mensagem sôbre o assunto endereçada ao Poder Legislativo, vale relembrar, assim me expressava:

"De ninguém é desconhecida a escassez de numerário com que, entre nós, têm de contar os interessados para custeio e andamento das suas atividades econômicas. Em certos casos, ela é de tal forma deprimente que se converte quase em fator preponderante de relativo re-

tardo que se chega a notar em determinados setores de nossa economia. O certo é que essa deficiência de recursos entra como base de explicação para a profunda anemia de que eles se ressentem."

É de esperar, portanto, do patriotismo dos membros dessa Augusta Assembléia a atenção para tal iniciativa de alcance econômico indiscutível e de premente necessidade, principalmente quando se anuncia, para dentro de breve tempo, a distribuição da energia elétrica gerada em Paulo Afonso.

BANCO DO NORDESTE

O Banco do Nordeste do Brasil S. A., constituído em virtude da lei federal n. 1.649, de 19 de julho de 1952, está fadado a ser, dentro da estrutura bancária brasileira, um organismo de características originais, assegurando aos Estados do Nordeste um plano assistencial permanente e de larga envergadura.

O capital inicial do Banco será de Cr\$ 100.000.000,00, dividido com ações comuns nominativas, de Cr\$ 1.000,00 cada uma, das quais o Tesouro Nacional subscreveu 70%, ficando os restantes 30%, no montante de Cr\$ 30.000.000,00, destinados à subscrição pública.

Emprestando todo o apôio a tão útil iniciativa, ao lado da subscrição de particulares realizada entre nós, tomou o Govêrno a deliberação de participar ainda que simbôlicamente nesse movimento, subscrevendo, devidamente autorizado pela lei n. 1.744, de 30 de novembro de 1953, ações no valor de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00).

No momento, estão sendo tomadas as necessárias providências pela direção do Banco do Nordeste para instalação de uma agência do citado estabelecimento de

crédito em nossa capital, passando, assim, a exercer atividades de alta significação para a vida econômica e financeira do Estado.

TERRAS PÚBLICAS

O aproveitamento das terras públicas pertencentes ao Estado, mediante a sua divisão em lotes de 10 a 25 hectares, para a cultura de cereais, plantas feculentas e árvores frutíferas, será sem dúvida medida de alto alcance econômico e social.

O aumento de produção, que decorrerá do aproveitamento dessas terras e a fixação do elemento humano, justificariam, por si só a política que se pretende adotar.

O projeto de lei que encaminhei sobre o assunto a essa Egrégia Assembléia Legislativa ainda não foi definitivamente aprovado.

Conto, porém, que, no presente exercício, seja aquela proposição legislativa remetida à sanção governamental, trazendo-se, assim, à órbita de sua utilização efetiva, bens até hoje inertes e abrindo-se ao nosso homem de campo mais uma condição de estabilidade e sobrevivência.

COOPERATIVISMO

Até fins do ano de 1951 o movimento cooperativista alagoano esteve completamente desarticulado, sendo pequeno o número das cooperativas que àquela época funcionavam regularmente no Estado.

A situação se apresentava bem grave nêsse setor de atividades econômico-sociais, vez que ninguém mais confiava na pureza dessas instituições, em face dos inúmeros prejuízos resultantes da incapacidade administrativa de seus dirigentes ou mesmo em razão dos constantes desfalques constatados, sem que fôsse tomadas

quaisquer providências por parte dos poderes competentes.

Não existia, no Estado, um órgão capacitado a realizar as funções de delegado do S.E.R., no que concerne à fiscalização, orientação, contrôle e propaganda do sistema cooperativista, embora simbolicamente funcionasse a Divisão de Assistência ao Cooperativismo, entidade destituída de verbas próprias e de pessoal habilitado para o exercício das funções técnicas necessárias.

Procurando sanar essas irregularidades e ao mesmo tempo reestruturar o movimento cooperativista alagoano, o Govêrno encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto criando o atual Departamento de Assistência ao Cooperativismo, que, uma vez transformado em lei, (n° 1.579, de 9 de novembro de 1951), iniciou as suas atividades a 1° de janeiro de 1952.

Já há quase dois anos o D.A.C. vem batalhando sem desfalecimento no sentido de normalizar a situação do cooperativismo alagoano; muito realizou até agora, quer no setor da fiscalização, quer no que se refere à assistência técnica, à propaganda do sistema, à reorganização de entidades até então paralisadas, etc. Mas, mesmo assim, ainda estamos longe de atingir a meta desejada, qual seja a completa reestruturação dêsse movimento, com o perfeito funcionamento de tôda a máquina cooperativista do Estado.

A tarefa é bem árdua, face a situação de verdadeira calamidade a que chegou a rêde de nossas cooperativas, sòmente agora em fase de recuperação moral, econômica, social e financeira.

Propaganda cooperativista realizada

Desde a instalação do D.A.C. que uma das principais preocupações de sua Diretoria tem sido a de manter intensa campanha publicitária visando a propaganda doutrinária e prática do sistema cooperativista.

Em face da situação em que se encontrava esse movimento, completamente desacreditado perante a opinião pública, tanto na capital como no interior, sentiu-se desde logo a necessidade de manter acêsa propaganda do sistema, como medida de esclarecimento das massas e de reação à campanha de descrédito que se formara e que ainda persiste em parte contra esse movimento social e econômico.

Constantemente têm sido visitadas cooperativas do interior e da capital, aproveitando-se sempre essas oportunidades para a realização de palestras doutrinárias, com excelentes resultados de ordem prática.

Outra maneira de difundir a doutrina rochdaleana e de esclarecer o povo em tôrno da prática dêsse sistema tem sido a distribuição de comunicados de propaganda encaminhados aos jornais da capital, aos serviços de alto-falante do interior e à Rádio Difusora de Alagoas.

Durante os dez primeiros meses do corrente ano foram confeccionados e distribuídos 65 dêsses comunicados, tratando dos mais variados assuntos ligados ao cooperativismo, valendo apenas destacar os seguintes:

- 1 — Movimento cooperativista alagoano
- 2 — O Cooperativismo e a Sociedade futura
- 3 — Vitória das Cooperativas sôbre o Fisco
- 4 — A Recuperação Alagoana
- 5 — A Propaganda Cooperativista
- 6 — O Brasil e os seus Problemas Econômicos
- 7 — Remédio Pior do que o Mal
- 8 — Jornalismo Cooperativista
- 9 — Único Meio de Eficaz Combate à Carestia
- 10 — Assembléia Geral Ordinária na Cooperativa Agrícola de União dos Palmares, Ltda.
- 11 — Responsabilidade do Conselho Fiscal
- 12 — Financiamento às Cooperativas Nordestinas
- 13 — A Questão do Crédito Agrícola
- 14 — Área de Ação das Cooperativas

- 15 — Fundada a Sociedade Cooperativa “Banco dos Plantadores de Cana de Alagoas”, Ltda.”
- 16 — Movimento de Unificação das Cooperativas de Consumo
- 17 — Mais uma Importante Iniciativa do Centro Nacional de Estudos Cooperativos
- 18 — Cooperativa de Crédito de Fortaleza
- 19 — Intensificação da Produção Agrícola na América Latina.
- 20 — Plano de Coordenação dos Problemas do Nordeste
- 21 — Mais uma Homenagem a um Técnico Brasileiro
- 22 — Valor das Assembléias nas Cooperativas
- 23 — O Individuo, Célula Dinâmica da Cooperação
- 24 — A Situação Econômica Nacional
- 25 — A Base Moral do Cooperativismo e Alguns Conceitos de Hans Müller
- 26 — Crédito ao Pequeno e Médio Agricultor
- 27 — Pescadores Humildes Realizam Grande Obra Cooperativa no Brasil
- 28 — Fatores Decisivos à Recuperação Econômica do Nordeste
- 29 — Balanço da Situação Econômica Nacional
- 30 — Fundação, em Maceió, de Uma Cooperativa Distribuidora de Material Escolar
- 31 — As atividades do BNCC e o Nordeste Brasileiro.

Com a reorganização do Centro Nacional de Estudos Cooperativos — Secção de Alagoas, o D.A.C. passou a contar com excelente colaborador nesta campanha de esclarecimento das massas.

Além do jornalzinho “Alagoas Cooperativista” e da realização de importantes reuniões de caráter social e doutrinário, acaba o C.N.E.C. de preparar a primeira turma de alunos do seu curso de doutrina e prática coo-

perativista, iniciativa de grande repercussão em todo o Estado.

Como se pode observar, com a criação do D.A.C. a propaganda do cooperativismo passou a merecer a especial atenção dos seus dirigentes, contribuindo assim para que, embora lentamente, se modifique esse clima de desconfiança já arraigado no espírito do povo alagoano em torno da prática cooperativista.

Cooperativas existentes

De acôrdo com os dados estatísticos levantados pelo D.A.C., existem em Alagoas, atualmente, 90 cooperativas, assim discriminadas por categorias:

25	de produção vegetal
6	de produção de cana
1	de produção animal
4	de consumo doméstico
9	de crédito resp. Ltda.
43	de consumo escolar
1	de trabalho
1	de 2º grau

—
90

Dessas entidades, duas foram constituídas durante o último exercício: Cooperativa de Crédito de Alagoas Ltda. e Banco Cooperativo dos Plantadores de Cana de Alagoas — e três em regime de liquidação em face de não ter sido possível reorganizá-las.

Temos ainda seis outras cooperativas agrícolas de difícil reestruturação e que possivelmente serão dissolvidas, pois apesar dos esforços dispendidos pelo D.A.C. não se conseguiu até agora o completo levantamento de suas escritas contábeis, uma vez que os próprios arquivos dessas instituições desapareceram no todo ou em

partê, não havendo, por conseguinte, ambiente propício à realização de um trabalho para restabelecê-las.

Para se ter uma idéia mais ou menos exata da presente situação do movimento cooperativista alagoano, vejamos a seguir os dados estatísticos levantados pela Secção de Propaganda e fiscalização do D.A.C., referente ao movimento dessas entidades em 31 de dezembro de 1953:

Total de cooperativas	89
Total de sócios	19.861
Capital subscrito	44.323.098,10
Capital realizado	29.654.525,20
Total de empréstimos realizados	3.580
Valor total dos empréstimos	57.706.372,50
Total das vendas nas cooperativas de consumo	5.472.911,70
Total das vendas nas cooperativas de produção	95.042.871,80
Movimento Geral	1.310.635.819,50

Com a apreciação desses dados estatísticos podemos concluir que apesar das grandes falhas apresentadas ainda pelo movimento cooperativista alagoano, êste já representa algo de verdadeiramente apreciável no setor da economia do Estado.

E' de se esperar, portanto, com a continuação do trabalho persistente e sobretudo dedicado que o D.A.C. vem desenvolvendo nessa esfera de atividades, possamos, dentro de pouco tempo, contemplar, com satisfação, novos empreendimentos capazes de firmar, de uma vez para sempre, perante a opinião pública, a prática do cooperativismo entre nós.

Inspeções realizadas

Se a propaganda da doutrina e prática cooperati-

vista tem sido uma das principais preocupações do D.A.C., nessa nova fase de recuperação dêsse movimento social e econômico em Alagoas, não tem sido menor a atenção dispensada no que se refere à assistência técnica e fiscalização das nossas cooperativas.

A fiscalização geralmente se transforma numa visita de orientação: em certos casos é uma explicação que se dá com relação às convocações de assembleias, ou então, uma informação a respeito de certas dúvidas nos lançamentos a serem feitos nos livros contábeis, ou ainda, um esclarecimento sôbre transferência de associados, demissões, questões relativas ao fisco, etc.

Eis a razão por que reputo de grande necessidade essa assistência permanente, mesmo porque ela representa para a vida social e administrativa de uma cooperativa uma espécie de injeção revitalizante de suas energias, impedindo assim, na maioria dos casos, a acumulação de êrros que provocariam o futuro aniquilamento da sociedade.

Se se levar em consideração o grau de descalabro a que chegou o movimento cooperativista alagoano, até fins de 1951, com muito mais razão deve-se encarar a questão das fiscalizações a essas entidades, pois foi exatamente em consequência da paralisação total dessas inspeções que as nossas cooperativas sofreram verdadeiro assalto nos seus patrimônios e aos poucos deixaram de funcionar regularmente.

Não fôsse a persistência do D.A.C. visitando constantemente as nossas cooperativas, corrigindo êrros, orientando administrações, colaborando em muitos casos na feitura e regularização de escritas contábeis, certamente muitas das nossas cooperativas que hoje voltaram a funcionar normalmente não teriam conseguido alcançar êsse objetivo.

Durante o primeiro ano de atividades do D.A.C., ou seja em 1952, as inspeções realizadas, tanto na capital como no interior, atingiram um total de 205, prova evidente de que nessa fase inicial de recuperação do movimento cooperativista no Estado essas entidades receberam assistência permanente.

Normalizada em parte a situação de muitas dessas cooperativas, não foi mais preciso no ano findo visitá-las com tamanha intensidade, razão por que diminuiu, no exercício em curso, o volume das inspeções, embora não tenha influido na eficiência do trabalho de fiscalização.

Assim mesmo pode-se considerar ainda bem elevado o número dessas inspeções, pois de janeiro a outubro foram realizadas 81 visitas a cooperativas.

CAPÍTULO III

Obras Públicas

O PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL

Ao Governo empossado em 1951 coube a missão histórica de iniciar a era do asfalto em Alagoas. O Plano Rodoviário Estadual, idealizado para a pavimentação asfáltica das nossas rodovias, atingindo às zonas do norte, do oeste e do sul do Estado, é empreendimento que representa um nítido divisor de águas entre duas épocas: uma a da estrada de barro, de trafegabilidade a mais precária, submetida a oscilações do clima, abertas aos nossos veículos no verão, mas fechadas à circulação das nossas riquezas no inverno.

Os que mourejam no interior, exercendo atividades no campo, no comércio ou na indústria, e mais de perto sentem a necessidade de estradas definitivas, como vias fundamentais do intercâmbio comercial, compreenderão, num futuro próximo, o vivo contraste entre os dois tipos de rodovias.

A outra época é a do asfalto, transformando as nossas estradas em respiradouros arejados e permanentes do organismo da economia alagoana. Não exagero ao afirmar que encerramos um ciclo de civilização, iniciando uma nova era que abrirá para Alagoas, com a civilização do asfalto, os verdadeiros caminhos do seu progresso e da prosperidade do seu povo.

Ao falarmos em estradas asfaltadas devemos considerá-las não como uma solução imediata ao problema do encarecimento da vida, mas como fontes de estímulo à produção e à abastança. Num país de economia inflacionária, como o Brasil, onde as causas predominantes da nossa crise estão, ao mesmo tempo, na ausência de

boas vias de comunicações e na falta de produção, a abertura de estradas permanentes é como que o eixo de gravitação dos nossos problemas mais angustiantes. No curso do seu raio de penetração, ela vai estimulando o esforço do homem, dando-lhe a garantia de que o produto do seu trabalho encontrará uma via certa e fácil de escoamento. E onde ela já existe, está desempenhando, já, a sua função de criadora de riquezas e de prosperidade. Com uma produção em índices compatíveis com as necessidades do consumo e com estradas que lhe assegurem o transporte rápido e econômico, no verão ou no inverno, estarão destroçadas as causas principais da nossa crise inflacionária.

Apesar dos obstáculos que a execução do Plano Rodoviário teria de encontrar, pois exigiria o emprêgo de uma técnica inteiramente nova no tratamento do problema de investimento de avultadas reservas financeiras, a iniciativa vem sendo concretizada com êxito absoluto.

No presente momento, Alagoas possui 70 quilômetros de estradas pavimentadas, uma ligando a Fazenda Porangaba a Maceió, com ligeiras interrupções que abrangem as ladeiras de Satuba e Atalaia, a BR-11-Sul e a BR-26, e outra, a BR-11-Norte, em continuação ao aeroporto de Palmares, em demanda de Vila Messias. Já chegou às margens do rio Jacuípe, na fronteira de Pernambuco, a estrada de penetração do Alto Camaragibe, a BR-11-Norte.

Duas etapas importantíssimas do programa rodoviário traçado pelo meu Governo foram, assim, atingidas, vencendo-se a descrença e o ceticismo de quantos se opunham, por motivos vários, ao seu planejamento e à sua concretização.

A nova estrada de ligação com Pernambuco, que representa a garantia de valorização econômica de uma região das mais férteis de Alagoas, como a do norte do Estado, própria à exploração de indústrias agrícolas

e, ainda, sob a perspectiva da energia da Hidro-Elétrica, poderá transformar Alagoas, num futuro não muito distante, numa das unidades mais ricas e progressistas do nordeste.

Por outro lado, vencidas as etapas de pavimentação das duas estradas principais, a AL-BR-11-Sul e a AL-BR-26, ficam asseguradas ao nosso Estado condições ideais para o aproveitamento da energia elétrica de Paulo Afonso, condições que superam, ao que tudo indica, às da maioria dos Estados pela mesma companhia beneficiados.

As atividades da C.E.R.

Durante o ano de 1953, foram enviadas à empreiteira, pela unidade competente da C.E.R., grande número de ordens de serviços para execução de terraplenagem, obras de arte e pavimentação asfáltica na AL-BR-11 Norte, AL-BR-11 Sul e AL-BR-26, como fez a mesma unidade permanecerem nas três rodovias diversas turmas de topografia que executaram serviços concernentes a levantamentos, nivelamentos, locações, estudos de obras de arte e determinações de secções de razão.

1) Terraplenagem na AL-BR-11-Norte

Das ordens de serviço enviadas, a empreiteira executou diversas etapas, de acôrdo com as previsões do programa de ação do Govêrno para aquele importante setor.

Os serviços de terraplenagem atingiram a estaca 3.312, em 19 de janeiro de 1953, ao mesmo tempo em que a empreiteira atacava novamente o trecho compreendido entre as estacas 500 e 719, no sentido de cobrir as obras de arte já concluídas nesse trecho, bem como terminar a terraplenagem. No mês de janeiro do mesmo

ano foram atacados os cortes situados entre as estacas 2.312 e 2.349, serviços êsses que prosseguiram durante o mês de fevereiro, avançando até a estaca 2.390 e daí até o rio Camaragibe. Por êsse tempo foi reatacado o trecho compreendido entre as estacas 2.195 e 2.245, onde se concentraram as máquinas, prolongando-se êsses serviços pelo mês de março, quando foi iniciada a terraplenagem entre as estacas 85 e 155 da variante que começa na estaca 2.460 do estaqueamento da rodovia federal de que estamos nos ocupando. Êsses últimos trabalhos prosseguiram pelo mês de março e mês de abril, sendo atingida a estaca 265 no dia 20 dêste último mês, quando ficaram paralisados os trabalhos em virtude das chuvas caídas na região. Os serviços foram reiniciados a 28 de agôsto com a execução do corte entre as estacas 860 e 871 do estaqueamento da BR-11-Norte.

A 4 de setembro os trabalhos foram atacados também no trecho 3.088 a 3.206, sem qualquer interrupção na execução do corte anteriormente citado. Continuaram êsses trabalhos durante o restante do mês de setembro e todo o mês de outubro. Em novembro e dezembro foi executado o trecho compreendido entre as estacas 3.206 e 3.635, prosseguindo êsses trabalhos pelo mês de janeiro do corrente ano, quando foi atingida a fronteira com o Estado de Pernambuco.

O volume escavado, durante o exercício findo, na AL-BR-11 Norte, atinge o total de 1.013.705.000 m³ (um milhão, treze mil setecentos e cinco metros cúbicos).

2) Obras de arte na AL-BR-11 Norte

Foram executadas, em 1953, as seguintes obras d'arte:

1 — Seis boeiros capeados em concreto, nas estacas 1.055; 1.111 -|- 3,00; 833; 843; 1.138 -|- 8,18 e 1.133, respectivamente.

2 — Quinze boeiros simples tubulares de concreto,

nas estacas 1.146 -|- 4,31; 1.172; 1.162 -|- 8,00; 1.264 -|- 12,78; 1.301 -|- 3,50; 1.040 -|- 19,73; 1.037 -|- 10,00; 1.379 -|- 7,22; 793; 851 -|- 8,00; 893 -|- 10,00; 1.344 -|- 15,60; 1.362; 1.388 -|- 2,78 e 1.217 -|- 5,17, respectivamente.

3 — Quatro boeiros duplos tubulares de concreto, nas estacas 589 -|- 10,00; 778, 1.096 -|- 8,26, a 1.143 -|- 7,30, respectivamente.

3) Pavimentação

No ano findo, foram executados os seguintes serviços, no trecho Gregórios-Chã do Pilar, da AL-BR-11 Sul:

11,180 km de regularização de sub-leito;

10,380 km de abertura de caixa;

3,720 km de base de macadame hidráulico.

Até o fim de janeiro do corrente ano, foi concluído o revestimento asfáltico no trecho acima aludido, no total de 11,180 km.

Nos trechos Gavião-Porangaba e Chã do Pilar-Atalaia, da rodovia AL-BR-26, foram executados 13,800 km e 9.200, respectivamente, de pavimentação asfáltica, ou seja o total de vinte e três quilômetros (23 km) de estrada pavimentada, inclusive os trabalhos de regularização de sub-leito, abertura de caixa e base de macadame hidráulico, executados também no ano de 1953.

4) Serviços complementares

Durante o ano de 1953 foram ainda executados, em grande número, na AL-BR-11 Norte, serviços complementares constantes de valetas de proteção de cortes, corta rios, caminhos de serviço, etc.

Através da Divisão Técnica da CER foi executado

um grande número de projetos durante o ano de 1953, dentre os quais se destacam:

- a) Uma ponte sôbre o rio Priaca, em Traipu;
- b) Um pontilhão na rodovia AL-11, em Camaragibe;
- c) Dez boeiros, sendo um do duplo para a rodovia AL-12;
- d) Sete boeiros simples para a rodovia AL-15;
- e) Dois boeiros duplos para a rodovia Major Isidoro-Cacimbinhas;
- f) Oito boeiros tubulares para a ladeira do Pilar;
- g) Quatro boeiros, sendo dois duplos para a rodovia AL-11;
- h) Um boeiro duplo capeado de concreto para a avenida Engenheiro Gordilho, em Pôrto Real do Colégio;
- i) Estudo e projeto da av. Engenheiro Gordilho, em Pôrto Real do Colégio;
- j) Estudo e projeto para regularização e pavimentação do trecho Aeroporto-Messias, na AL-BR-11 Norte;
- k) Relocação, nivelamento e secções transversais da rodovia AL-11;
- l) Locação, nivelamento e secções transversais da rodovia AL-31;
- m) Locação, nivelamento e secções transversais da rodovia AL-BR-11 Norte, trecho Aeroporto-Messias;
- n) Levantamento cadastral da cidade de Santana do Ipanema;
- o) Estudo da ponte sôbre o rio Ipanema;
- p) Gabarito tipo para a rodovia AL-12.

5) *Trabalhos Diversos*

Através da Divisão de Construção e Conservação

da CER, foram executados, em 1953, os seguintes trabalhos:

- a) Início do tratamento superficial asfáltico sôbre base de solo estabilizado na rodovia Al BR-11 Norte, trecho Aeroporto-Messias;
- b) Construção da ponte do Gulangí, na rodovia Al-12, município de Murici;
- c) Construção da ponte sôbre o rio Dois Paus, na rodovia Al-11;
- d) Início da Construção de uma ponte sôbre o rio Priaca, no município de Traipú;
- e) Início da construção da ponte do Catolé, na rodovia Al-BR-11 Sul;
- f) Construção da ponte do Camarão, com o vão de 20 metros, inclusive seus acessos, no município de Anadia;
- g) Construção do Viaduto de Satuba, na Al-BR-11 Sul;
- h) Conclusão dos acessos à ponte de Tapera, em Anadia;
- i) Construção de oito boeiros, na ladeira do Pilar;
- j) Construção de um boeiro e atêrro na Av. Engenheiro Gordilho, no município de Pôrto Real do Colégio, em cooperação com a Prefeitura local;
- k) Colaboração com a Usina Santa Terezinha para a construção de uma ponte sôbre o rio Jacuípe, no município de Porto Calvo;
- l) Prosseguimento da construção das variantes de Flamenguinha e Camaragibe, nos municípios de São Luís do Quitunde e Passo de Camaragibe, respectivamente, inclusive acessos e obras complementares;
- m) Prosseguimento da ligação Pindoba BR-26;
- n) Início da construção da rodovia São José da Laje-Maceió;

- o) Melhoramento na Al-11, trecho Maceió-Saúde;
- p) Conclusão do trecho da Serra do Muro, na estrada Palmeira-Quebrangulo;
- q) Melhoramento na estrada Capela-BR-26;
- r) Construção da variante do Brejo do Pacheco, com 13 km de extensão;
- s) Construção de um campo de pouso no município de Batalha;
- t) Reforma geral de duas garages, para adaptação das instalações do Laboratório Central da CER;
- u) Reparos gerais nos prédios da Sub-Comissão, Divisão Técnica e Oficinas da CER;
- v) Construção do Almoxarifado e instalações de banheiros e aparelhos sanitários no Parque Rodoviário.

Além dos serviços acima enumerados, foi conservada a grande maioria das rodovias do Estado, inclusive com a realização de reparos de obras d'arte, desobstrução de boeiros, etc.

6) *Assistência Rodoviária aos Municípios*

Cumprindo as linhas básicas do seu programa de ação, o meu Governo tem feito o possível, dentro das possibilidades financeiras do Estado, no sentido de melhorar as condições dos municípios alagoanos, no que diz respeito ao tráfego público. Assim é que lhes tem dispensado, através da CER, assistência técnica eficiente no tratamento dos problemas ligados ao Plano Rodoviário. Os pedidos encaminhados ao Governo pelas municipalidades do interior são imediatamente estudados pela CER que procura solucioná-los com o maior interesse e rapidez.

Tais pedidos são ora de estudos e elaboração de projetos de determinadas rodovias, ou obras d'arte municipais, ora de construções, pelo sistema de cooperação,

ôra para a mobilização de máquinas pesadas da CER em serviços de interesse local.

Durante o exercício de 1953, foram regularmente pagas aos municípios as quotas do Fundo Rodoviário Nacional.

7) *Maquinaria*

No ano findo foi aumentado sensivelmente o número de máquinas e veículos motorizados da CER, no sentido de melhor atender às exigências dos serviços que lhe são afetos. Assim, foram adquiridos dez caminhões, quatro jeeps, dezoito máquinas e diversos outros materiais de uso permanente para as oficinas, cujo montante das despesas atingiu à soma de Cr\$ 4.506.735,30 (quatro milhões, quinhentos e seis mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiros e trinta centavos).

Despendeu a CER, por outro lado, com a aquisição de peças para automóveis e máquinas, a quantia de Cr\$ 3.212.013,20 (três milhões, duzentos e doze mil, treze cruzeiros e vinte centavos).

SANEAMENTO DE MACEIÓ

Para execução das obras da 2ª etapa do saneamento da Capital, foram reiniciadas em janeiro de 1953 as atividades da Comissão de Saneamento de Maceió, criada pelo Decreto-lei n. 3.252, de 20 de fevereiro de 1947.

Estas obras constituem, em resumo, na construção de 30 quilômetros de rede de esgotos sanitários, incluindo o Coletor Geral, com as instalações correspondentes, 35 quilômetros de rede de água nos bairros pobres e 3 novos reservatórios de água.

A administração técnica da Comissão de Saneamento foi entregue, como na primeira etapa e nas mesmas condições, ao Escritório Saturnino de Brito.

Com a reorganização da Comissão no princípio do

ano, foram dados os passos iniciais para a execução das obras, realizando-se, por concorrências e coletas de preços, as aquisições de materiais e veículos necessários.

Durante o ano decorrido teve franco andamento a execução das obras, mau grado os atrasos verificados na entrega pelos fornecedores dos materiais indispensáveis às mesmas.

Assim, a primeira remessa de tubos de ferro fundido e peças do mesmo material somente foi recebida no início de setembro. Também as primeiras remessas de manilhas para a rede de esgotos começaram a ser recebidas, em pequena escala, em outubro de 1953. Disso resultou que na maior parte do ano só foi possível à Comissão executar serviços para os quais se dispunha de materiais adquiridos em Maceió.

Apesar disso executou-se um bom volume de obras, conforme está discriminado a seguir:

SETOR DE ÁGUA

1 — *Obras concluídas:*

- a) Reservatório R. 2 — 2ª câmara com 2 milhões de litros;
- b) Reservatório em torre R. 1T com 250.000 litros;
- c) Retirada e reaproveitamento da antiga adutora do Cardoso com 3.000 metros.

2 — *Obras em andamento:*

- a) Rede de distribuição de água — 20 quilômetros executados do total de 35 quilômetros;
- b) Reforma dos filtros.

3) — *Obras a iniciar:*

- a) Caixa C.1 — 100.000 litros;
Reservatório R.4T — 250.000 litros
Recalque R.4T.

SETOR DE ESGOTOS

1 — Obras concluídas:

- a) Coletor Geral de esgotos, com 3.000 metros (faltando 200 metros);
- b) Fabricação de peças de concreto premoldadas para poços de visita, inspeção, tanques fluxíveis etc.
- c) Peças de concreto para cobertura de coletores do mesmo material num total de 7.000 peças.

2 — Obras em andamento:

- a) Elevatória EE2 de esgotos — excavação e fundação executadas;
- b) Emissário de esgotos do distrito D2 — 1.100 metros executados num total de 1.500 metros;
- c) Confeção de cerca de 500 jogos de manilhas para rede de esgotos.

3 — Obras a iniciar:

- a) Distrito D1, D2 e D7 de esgotos;
- b) Estação depuradora de esgotos.

Todos os materiais necessários às obras foram encomendados, com exceção do equipamento da Estação Depuradora de esgotos para o qual, até o presente, não foi possível obter licença de importação.

A rede de distribuição de água já construída abrange as seguintes ruas: Rua Manaus, Xavier de Brito, 21 de Abril, Caramurus, Travessa Caramurus, Rua Rodrigues Alves, Franco Jatobá, São Francisco, Ceará, Agnelo

Barbosa, Miguel Omena, Piauí, Inconfidentes, 2 de Julho, 1º de Maio, Teixeira Bastos, 16 de Setembro, Coronel Meira, João Alfredo, Cláudio Manoel e Professor Loureiro.

Possuia a Comissão em 31 de dezembro 500 operários em serviço, com uma fôlha de pagamento mensal de cêrca de Cr\$ 500.000,00.

Até 31 de dezembro foi recebida do Tesouro do Estado, mediante requisições, a importância de Cr\$ 9.491.588,30.

Por solicitação da Comissão foram ainda feitos, pelo Tesouro do Estado, no Banco do Brasil, dois depósitos, em conta irrevogável, como garantia de pagamento do fornecimento de tubos e peças de ferro pelas Companhia Metalúrgica Barbará e Companhia Ferro Brasileiro S|A, no montante de Cr\$ 5.945.394,20.

Pagou ainda o Tesouro do Estado ao Escritório Saturnino de Brito, pela administração contratada das obras, a importância de Cr\$ 990.000,00 até 31.12.53.

Elevou-se, portanto, a quantia efetivamente recebida por aquisições, ao total de Cr\$ 16.426.982,50.

O valor do material em estoque no Almojarifado da Comissão em 31.12.53 atingia a soma de Cr\$ 4.598.293,60.

AGUA PARA O TABULEIRO DO MARTINS E CHÁ DE BEBEDOURO

Concretizando compromissos assumidos com o povo do Tabuleiro do Martins, o Governo encarregou a Comissão de Saneamento de Maceió de estudar e executar as obras para o abastecimento d'água daquela próspera localidade.

A construção do reservatório elevado com a capacidade de 250 metros cúbicos está em franco andamento.

Por outro lado, os estudos para a captação d'água do Luís da Silva já se acham prontos, tendo sido encaminhados ao Escritório Central da firma Saturnino de

Brito para a elaboração do projeto definitivo e orçamento.

Estão em andamento os estudos pelo Escritório referido para levar água a Chã de Bebedouro.

CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS

O Departamento de Obras Públicas, a despeito dos óbices de natureza econômico-financeira, pôde realizar trabalhos satisfatórios no último exercício.

Efetou, assim o DOP, além de várias construções de próprios públicos, a reconstrução e conservação de vários outros.

Das obras construídas merecem destaque as cadeias públicas de Traipu, Colônia Leopoldina, Coruripe, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Muricí, Batalha, Piassabussú e Atalaia.

O estado lastimável de abandono em que se encontravam os próprios públicos que, desde vários anos, se ressentiam dos mais simples reparos, exigiram uma maior concentração de esforços do DOP para evitar a ruína de muitos deles, realizando para isso obras que importaram em verdadeiras reconstruções.

Assim, durante o ano de 1953, sofreram obras de reforma e conservação os seguintes prédios:

- Palácio do Governo;
- Edifício do Departamento de Obras Públicas;
- Centro de Saúde de Maceió;
- Coletorias de Jaraguá e Rio Largo;
- 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares da Capital;
- Delegacia de Rio Largo;
- Tribunal Regional Eleitoral;
- Imprensa Oficial;
- Colônia Eduardo Rabêlo;
- Serviço do Patrimônio do Estado;
- Teatro Deodoro;

Pôsto de Puericultura do Trapiche da Barrá;
 Pôsto de Saúde de Rio Largo;
 Hospitais "Constança de G. Monteiro" e "Santa Leopoldina";

Penitenciária do Estado;

Guarda Civil;

Residências dos Motoristas do Estado;

Cadeias Públicas de São Miguel dos Campos, Mata Grande, Pilar, São Brás, Marechal Deodoro e Rio Largo.

Grupos Escolares Francisco Leão, Tavares Bastos, Ladislau Neto, Cincinato Pinto, Fernandes Lima, Tomás Espíndola, Alberto Torres, 7 de Setembro, Modêlo, Rocha Pitta, Diegues Junior, Rosalvo Ribeiro, Rocha Cavalcanti, Delmiro Gouveia, Oliveira e Silva, Almeida Cavalcante, Professor Loureiro, Aristeu de Andrade, Deodoro da Fonseca, Bráulio Cavalcanti, Santa Bulhões, Messias de Gusmão e Sampaio Marques;

Jardim Infantil "Ismar de Góis Monteiro";

Colégios Estadual de Alagoas e Moreira e Silva;

Escolas Rurais Otávio Gomes, Massagueira, Santa Cruz, Barra do Itiúba, Carnaíba, Girau do Itiuba e Tibiri.

LUZ ELÉTRICA PARA O TABULEIRO DO MARTINS E PONTAL DA BARRA

As localidades do Tabuleiro do Martins e Pontal da Barra passaram a ser servidas das rêdes de energia elétrica da Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil.

A construção de tais rêdes foi executada com a colaboração do Govêrno do Estado, solucionando, assim, problema de tanto interêsse para os habitantes daqueles núcleos.

Oportunamente será enviada Mensagem a essa Egrégia Assembléia, solicitando suplementação da dotação orçamentária relativa às despesas com a iluminação pública, com o objetivo de estender a área da mesma ilumi-

nação nesta cidade e nas localidades do Tabuleiro do Martins e Pontal da Barra.

Açudagem

Apesar dos esforços dispendidos pelo Governo Estadual, não foi possível obter a vinda de um técnico do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a fim de elaborar um plano geral de assistência aos municípios do Estado localizados na área do polígono da sêca.

Diante dessa dificuldade, pretende-se solicitar a colaboração de um técnico estranho ao quadro do aludido Departamento, estando, no momento, em curso as providências necessárias.

Embora não tivesse sido possível executar um conjunto de obras de vulto na área sertaneja, não descurou o Departamento de Obras Públicas de tão importante problema.

Assim é que, no ano findo, aquêlê Departamento pôde construir os seguintes açudes: Salgado, Sinimbú, Santa Cruz e Caraibeiras, no município de Água Branca; Canapí, Xexéu, Cafundó e Barriguda, em Mata Grande, e Riacho Grande, em Santana do Ipanema.

Procedeu ainda o Departamento de Obras Públicas à limpeza do açude Várzea do Pico, em Água Branca, à limpeza e ampliação do açude Dois Riachos, em Major Isidoro e bem assim dos açudes Maravilha e Carneiros, em Santana do Ipanema.

Foi desapropriada a "Águada Mary", no município de Pão de Açúcar.

Além das obras de açudagem, o Departamento de Obras Públicas do Estado executou as obras relativas ao abastecimento d'água da Vila de Pindoba Grande, município de Viçosa.

CAPÍTULO IV

Saúde Pública

Período dos mais construtivos foi o de 1953 no setor da saúde pública em Alagoas. As atividades do Departamento Estadual de Saúde foram consideravelmente intensificadas, destacando-se iniciativas do mais alto interesse para o nosso povo e que muito concorreram para melhorar o nível dos serviços de tão importante setor da administração.

LABORATÓRIO CENTRAL

Uma das unidades que desempenharam papel de proeminência no acêrvo de realização do D. E. S. foi, sem dúvida, o Laboratório Central. Dotado de novas e modernas instalações, inauguradas em 3 de outubro de 1952, essa unidade, por intermédio de sua secção de Hipodermia, permitiu um notável impulso à produção de medicamentos para o abastecimento das unidades médico-sanitárias e hospitalares da Capital e do Interior do Estado. Em 1950, a produção de medicamentos injetáveis da mesma Secção atingia a 171.100 ampôlas, enquanto em 1953, em virtude dos melhoramentos introduzidos, êsse número se elevava para 262.692.

Convém esclarecer que a referida Secção já está fabricando medicamentos sob a forma de comprimidos, tendo atingido até agora a sua produção a elevada cifra de 21.740.

Ainda como atividade específica do Laboratório Central, o Departamento Estadual de Saúde elaborou um plano de preparo de vacinas anti-tífica e anti-rábica, de modo a suprir, de maneira ininterrupta, suas necessidades no setor, libertando-se, assim, das constantes solici-

tações dêsses produtos ao Departamento Nacional de Saúde e Departamentos de Saúde de outros Estados. Isto representava uma situação falha e deficiente em nossas atividades sanitárias, não se compreendendo dêsse modo que tal estado de coisas permanecesse por mais tempo. Visando a êsses objetivos, o Govêrno inaugurou em 3 de outubro do ano passado as instalações necessárias ao preparo daquelas vacinas. Convém esclarecer que o Departamento Estadual de Saúde, mesmo em condições precárias de instalações, vinha produzindo a vacina anti-rábica, método de Hogenes, cuja aplicação sômente era possível às pessoas que procurassem o Centro de Saúde da Capital. Hoje, com o novo tipo de vacina anti-rábica, Fermi, o Departamento Estadual de Saúde está suprindo os Postos de Higiene do interior do Estado, evitando o deslocamento para a Capital, tão inconveniente quanto oneroso, de pessoas mordidas por cães raivosos.

Também na Secção de Bromatologia e Química do Laboratório Central foram introduzidas novas ampliações, de modo a permitir melhor desenvolvimento de atividades ligadas às análises de gêneros alimentícios requeridas pelo Serviço de Polícia Sanitária, e a análise fisico-química de amostras de água, destinada ao aproveitamento em abastecimento público.

A fim de dar um cunho mais técnico e atualizado no domínio das pesquisas químico-bacteriológicas, foi enviado um dos técnicos do Departamento Estadual de Saúde ao bem aparelhado Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Aracajú, para realizar um estágio que foi altamente proveitoso.

SERVIÇO DE DOENÇAS CÁRDIO-VASCULARES

A ação da Saúde Pública não vem se limitando ao combate às doenças transmissíveis: ultimamente tem voltado suas vistas para as doenças evitáveis, iniciando

uma nova e eficiente etapa para o bem estar da coletividade. Compreendendo o alto alcance e os magníficos benefícios que atividades de tal natureza proporcionam ao público, resolveu-se incluir, entre os novos empreendimentos, a criação de um serviço de Doenças Cardiovasculares, em função de Saúde Pública, colocando-se assim Alagoas como um dos Estados pioneiros neste particular, vez que até agora só o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul contam com Serviço desta espécie em suas repartições sanitárias. Somos, portanto, a êste respeito, o Estado líder da região nordeste do Brasil. Para tanto, contamos com a magnífica e sempre crescente cooperação do Governo Federal, que, através da Divisão de Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, forneceu um moderno eletrocardiógrafo e aparelhos outros indispensáveis ao diagnóstico precoce das cardiopatias. Êste serviço se destina precipuamente ao atendimento da população escolar, com o objetivo primordial de descobrir cardiopatias congênicas ou incipientes, permitindo um tratamento oportuno e adequado.

ASSISTÊNCIAS AS VÍTIMAS DA SÊCA

Alagoas, como os demais Estados Nordestinos, foi duramente castigada pela longa estiagem, o que propiciou o deslocamento de grande massa de sertanejos para as sedes de municípios, fugindo espavoridos do espectro da sede e da fome. Êsse deslocamento, em massa, de pessoas em condições econômicas precárias, criou um sério problema de saúde pública, tendo em vista o perigo iminente da disseminação de doenças epidêmicas, pelo risco da exposição ao contágio motivado pela aglomeração e pela sub-nutrição, tanto mais quanto essas localidades de convergência eram desprovidas de saneamento básico rural. Por mais incrível que pareça, Alagoas foi, de início, excluída do plano federal de assistência médico-sanitária às populações sertanejas castigadas pelo

flagelo da sêca. Graças, porém, à intervenção rápida e pertinaz do meu Governo junto às autoridades do Ministério da Educação e Saúde, o impasse pôde ser de pronto solucionado, com a inclusão de Alagoas no plano de auxílio. O D.E.S. elaborou um eficiente programa de assistência médico-sanitária e que mereceu as melhores referências bem como a inteira aprovação da Comissão Federal encarregada de coordenar tôda a assistência às vítimas da sêca. Assim, foram organizadas duas unidades volantes com base técnico-administrativa em Palmeira dos Índios e Mata Grande, e três unidades fixas em Major Isidoro, Olho d'Água das Flôres e em Água Branca, sem contar as unidades sanitárias já existentes na região sertaneja e que foram providas do necessário para reforçar essa assistência médico-sanitária de emergência. E, dêsse modo, com o entusiasmo de bem servir à coletividade do sertão escaldante e faminto, partiram de Maceió caravanas de saúde com pessoal técnico recrutado em sistema de voluntariado. Tôdas essas unidades dispunham de médicos, atendentes, visitadoras, guardas e almoxarifes.

O Governo Federal, por sua vez, enviou um grande suprimento de medicamentos e produtos imunizantes, além de dois "jeeps" e um caminhão.

Foram sobremaneira relevantes os resultados obtidos com essa assistência médico-sanitária de emergência, os quais situaram Alagoas no julgamento das autoridades federais, como o Estado que mais se destacou nesse particular.

POSTOS VOLANTES

Tendo em vista a situação financeira que atravessa presentemente o Estado, sem recursos para um programa que comporte a instalação de um maior número de unidades sanitárias fixas, o Departamento Estadual de Saúde vem operando nas localidades desprovidas de

tais serviços, através de unidades volantes, de sistema itinerante, em ciclo semanal. As atividades dessas unidades têm atingido, no município da Capital, as localidades de Ipióca, Alto do Jacintinho, Pontal da Barra e Chã de Bebedouro, além de outras situadas na margem da Lagoa Mundaú e canais de acesso, como Coqueiro Sêco, Bôca da Caixa, Massagueira, Santa Rita e Barra Nova.

Tanto o pòsto volante terrestre como o pòsto volante lacustre, êste último denominado Mário Pinotti, em homenagem ao ilustre sanitaria federal que tantos serviços tem prestado ao país, desenvolveram intensa atividade, desde que foram organizados, como abaixo se verifica:

1) — *Pòsto Volante Terrestre*

(De maio de 1952 a dezembro de 1953)

Comparecimentos para inscrição	5.718
Comparecimentos para subseqüentes	11.070
Extrações dentárias	3.158
Visitas domiciliares (médico)	132
Visitas domiciliares (visitadoras)	191
Injeções aplicadas	42.112
Comprimidos distribuidos	172.036
Vacinação anti-variólica	1.599
Revacinação	820
Vacinação anti-tífica	682
Vacinação anti-coqueluche e difteria	103
B. C. G.	304

2) *Pòsto Volante Lacustre "Dr. Mário Pinotti"*

(De junho a dezembro de 1953)

Comparecimentos para inscrição	1.178
--	-------

Comparecimentos subseqüentes	1.974
Extrações dentárias	1.320
Visitas domiciliares (Médico)	5
Comprimidos distribuídos	20.488
Injeções aplicadas	7.128
Vacinação anti-variólica	581
Revacinação	435
Vacinação anti-coqueluche e difteria	226
Vacinação anti-tífica	582
B. C. G.	116

E' excusado ressaltar o mérito da unidade volante, tendo em vista sobretudo a impossibilidade de se instalarem postos fixos em tôdas as localidades marginais da lagoa e do canal.

Se não fôra a crescente dificuldade de material de importação — máquinas e peças sobressalentes — o Governo teria instalado uma unidade volante aérea, de vez que o Departamento Estadual de Saúde dispõe de um avião para o atendimento urgente de determinadas tarefas de saúde pública. Conquanto o avião não esteja funcionando como pôsto volante aéreo de assistência médico-sanitária, vem o mesmo prestando inestimáveis serviços de inspeção a unidades sanitárias do interior, fiscalização assídua das obras a cargo do DES, transporte rápido de material e medicamentos injetáveis, transporte de pessoal técnico nas eventualidades de surtos epidêmicos, etc.

Os serviços de transporte foram consideravelmente melhorados. Dois modernos "jeeps", tipo 1953, e um caminhão F-6, que vieram para o serviço da sêca, foram doados pelo Departamento Nacional de Saúde ao Estado, ficando incorporados ao patrimônio do D.E.S.

Pelo Fundo Internacional de Socôrro à Infância, foi enviada uma caminhonete "Willys Overland" para desenvolvimento e fiscalização dos serviços daquela entidade, mantidos em cooperação com o Estado.

SÓPA NUTRITIVA A GESTANTES E ESCOLARES

Pela primeira vez na vida do Departamento Estadual de Saúde, foi instituída a distribuição diária de sôpa nutritiva a gestantes e escolares inscritos no Centro de Saúde da Capital e no Pôsto de Puericultura do Trapiche da Barra. E' desnecessário destacar aqui a importância dessa iniciativa, cujos resultados vêm sendo verdadeiramente animadores, tendo em vista o estado de sub-nutrição das pessoas pobres que se beneficiam com êsse tipo de alimentação rico de proteínas e vitaminas. Cogita o meu Govêrno estender essa tão útil e proveitosa iniciativa a outros bairros da Capital, servidos por Postos do Departamento Estadual de Saúde, e também a alguns municípios e distritos do interior.

FEBRE TIFOIDE EM VIÇOSA

Essa próspera cidade, por ser ainda desprovida de serviço de saneamento básico, está sujeita, periódicamente, ao aparecimento de casos de febre tifoide, que no ano próximo passado se mostraram com maior severidade, a ponto de se caracterizar como uma epidemia. Tão logo teve conhecimento da ocorrência, tomou o meu Govêrno enérgicas e imediatas providências, de modo a debelar o mais rápido possível aquela epidemia que se pronunciava bastante grave. Assim é que, como refôrço à unidade sanitária alí em funcionamento, foi enviada uma equipe integrada por médicos sanitários, enfermeiros, visitadoras, guardas sanitários e atendentes, levando grande quantidade de produtos imunizantes e medicação específica.

Em tempo *record*, foi debelada a epidemia, graças às medidas sanitárias postas em prática pelo D.E.S., em conjugação com o Departamento Nacional de Saúde.

CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS E HOSPITALARES

Dentro do plano de desenvolvimento e melhor assistência médico-sanitária e hospitalar às populações do interior do Estado, meu Governo, por intermédio do D. E. S., entrou em estreito entrosamento com as autoridades do Departamento Nacional de Saúde e do Departamento Nacional da Criança, no sentido de cooperarem ativamente na ampliação e melhoria da atual rede de unidades sanitárias e hospitalares. Contando com essa indispensável colaboração, foram aqui estudados e elaborados projetos de instalação de tipos de unidades que atenderão a uma assistência polivalente, compreendendo a médico-sanitária, a hospitalar e a materno-infantil, o que representa uma interessante iniciativa, sobretudo, de interesse econômico, do ponto de vista de administração e enfermagem. A construção é do tipo monobloco e constitui, no gênero, uma inovação no Brasil, o que por certo terá boa repercussão, pela excelência da assistência polivalente, cujas vantagens vimos de referir.

Unidades desse tipo já tiveram sua construção iniciada em Santana do Ipanema e Anadia. Tal tipo de unidade mista constituiu um trabalho do D.E.S., apresentado ao XI Congresso de Higiene, realizado em Curitiba, em novembro p. passado. Próximamente, daremos início à construção de modernos postos de Higiene nas cidades de Major Isidoro e Arapiraca, bem assim de um Posto de Profilaxia de Boubas em Camaragibe. Vai em rápido andamento a construção da Maternidade do Pilar.

Para esse empreendimento e outros ligados ao desenvolvimento da referida assistência médico-sanitária, hospitalar e materno-infantil, funcionando separadamente em outras localidades, está recebendo o meu Governo o substancial auxílio de Cr\$ 1.950.000,00 pela Divisão de Organização Sanitária, devendo também o Departa-

mento Nacional da Criança contribuir com a ajuda aproximada de Cr\$ 2.000.000,00.

SANEAMENTO BÁSICO RURAL

Um novo setor de atividades foi delineado para o Departamento Estadual de Saúde e que tem alto significado para o bem-estar das coletividades — o abastecimento d'água e serviço de esgoto sanitário. Considerada a difícil situação financeira do Estado, obrigando a severa compressão de despesas públicas, não pôde o Departamento Estadual de Saúde, até então, dar execução ao plano elaborado pela administração, de contar com uma Secção de Engenharia Sanitária. Contornando, entretanto, êsse impasse e graças à ajuda direta do Departamento Nacional de Saúde, através do Serviço Nacional de Malária e da Divisão de Organização Sanitária, as atividades ligadas ao saneamento básico puderam, de pronto, ser devidamente encaminhadas, permitindo assim o início da execução das obras programadas. De acôrdo com o plano traçado, foram iniciados serviços de abastecimento d'água nas cidades de Pôrto Calvo, Viçosa, Anadia e Pilar. As obras relativas a Pôrto Calvo já estão concluídas, devendo ser inauguradas dentro de poucos dias. Os serviços referentes às demais cidades vão em franco andamento.

Dispensa qualquer comentário a importância desses serviços em cidades onde periòdicamente se verifica a ocorrência de doenças de veiculação hídrica, e altamente infestadas pelas helmintiasés, destacando-se entre estas a esquistomoníase mansônica.

Na dependência de recursos que venham a ser obtidos da esfera federal e mesmo estadual, tão logo melhore a nossa situação financeira, outros municípios poderão ser beneficiados. As perspectivas de serem conseguidos novos recursos são bastante animadoras.

Com o desenvolvimento normal desses serviços de

abastecimento d'água, procurará o Governo voltar às suas vistas para outra etapa do saneamento — esgotos sanitários. A construção de lavanderias, banheiros públicos e instalações adequadas para lavagem de animais, está incluída nos projetos de serviços de abastecimentos d'água programados e em execução.

Finalmente, devo destacar que o Governo vem prestando, por intermédio do Departamento Estadual de Saúde, boa cooperação a vários outros municípios, no tocante a estudos e elaboração de projetos de serviços de abastecimento d'água. Atualmente, contando com a colaboração da Divisão de Obras e Saneamento e o Serviço Nacional de Malária, o D.E.S. realiza os estudos e projetos para as cidades de Arapiraca e Santana do Ipanema.

O PLANO FISII

Continúa em magnífica execução o Plano FISII (Fundo Internacional de Socorro à Infância) neste Estado. Depoimento valioso a respeito nos é dado pela Delegacia Federal da Criança da 3ª Região quando, comunicando ao Governo do Estado a remessa da segunda quota de leite em pó, num total de 61 toneladas, entre outras cousas, diz: "O fato é decorrente do magnífico e ponderável resultado da brilhante execução dada àquêlê Plano, no Estado de Alagoas".

Através do Plano FISII, o meu Governo já prestou relevantes serviços assistenciais à população infantil de 19 municípios alagoanos. Três quotas de leite já recebeu o nosso Estado, perfazendo um total de 127 mil quilos, acondicionados em 1.396 tambores. Já se encontra nas Docas do Pôrto nova quota de leite num total de 48.886 quilos acondicionados em 433 tambores. De vitaminas A e D recebemos até o momento duas quotas, com um total de 480 mil cápsulas.

Copioso material de instalação estamos recebendo progressivamente, destacando-se refrigeradores elétricos e a querosene, balanças antropométricas, balanças pesa-bêbê, mesas ginecológicas, mesa cirúrgica, camas-padiola, camas de parto, máquinas de costura japonesas, aparelhos de pressão-arterial, camas hospitalares tipo Fawler, mesas para instrumental cirúrgico, etc.

Temos um total de 35 instituições beneficiadas com material e leite do FISI. Até hoje, foram organizados e estão em pleno funcionamento, 23 Clubes de Mães, os quais têm correspondido perfeitamente à alta finalidade ligada à parte educativa a que se destinam.

Em várias oportunidades, o D.E.S. tem realizado a distribuição de roupinhas, fazendas, sabonetes, dentifrícios, cobertores, etc., às crianças e gestantes inscritas nos seus serviços oficiais e em alguns particulares.

POLÍCIA SANITÁRIA

Em excelente desenvolvimento prosseguem as atividades da Polícia Sanitária e Higiene de Alimentação, orientadas sobretudo em bases mais educativas que coercitivas. Em virtude da nova orientação dada a este Serviço, durante o ano de 1953 foram apreendidos gêneros imprestáveis ao consumo totalizando 122 toneladas, 916 quilos e 650 gramas. Entre os gêneros que mais se destacaram na estatística de apreensões, figuram o xarque, com 33.957 quilos e 900 gramas; frutas diversas, com 13.665 quilos; cebôlas, com 10.693 quilos; batata tipo inglesa, com 7.508 quilos; carne verde bovina, com 7.505 quilos; miúdo de charque, com 6.536 quilos; peixe em conserva, 6.491 quilos; bacalhau, com 6.093 quilos; sirís, com 29.079 unidades; leite, com 2.212 litros.

CAMPANHA CONTRA A ESQUISTOSOMIASE

Com o Serviço Nacional de Malária ao qual está

afeta a campanha contra a esquistosomiase, o Governô do Estado celebrou um convênio, pelo qual se obrigou a realizar, em suas unidades do interior, o tratamento dos atacados dessa doença. O Serviço Nacional de Malária, que cuida da parte profilática dessa campanha, forneceu tôda a medicação necessária. Em referência à Campanha Nacional Contra a Equistosomiase, assim se expressou o dr. Mário Pinotti: "Desejo fazer de Alagoas o Estado paradigma da luta contra a esquistosomiase".

NOVO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO

Estão em vias de conclusão as obras do novo Hospital Psiquiátrico no bairro do Farol, achando-se sua inauguração prevista para o primeiro semestre do corrente ano, com o que será consideravelmente melhorada a situação dos doentes mentais atualmente internados no velho Hospital de Santa Leopoldina, onde as condições, são as mais precárias possíveis. Quanto ao equipamento, já foi adquirido, inclusive, um magnífico equipo para cozinha e lavanderia, que custou um milhão de cruzeiros, um grupo gerador, camas, cobertores, lençóis, utensílios de copa, aparelhos de eletro-choque, equipo dentário, etc.

AUXÍLIOS AOS MUTILADOS

Prosseguindo naquela louvável iniciativa de distribuir carros ortopédicos, braços e pernas mecânicas, etc. aos mutilados, o Departamento Estadual de Saúde conseguiu novo fornecimento num total de 12 carros, dos quais dois foram imediatamente entregues. Agora chegaram mais 5 e o restante já foi embarcado. Com essas distribuições, o meu Governô promove mais uma atividade de alta significação, beneficiando pessoas necessitadas, valendo tornar patente que tal fato pela primeira vez se registra em Alagoas.

MÁQUINAS PARA O SERVIÇO DE BIO- ESTATÍSTICA

A fim de imprimir melhor desenvolvimento aos trabalhos do Serviço de Bio-Estatística, o Governo do Estado, através do Departamento Estadual de Saúde, assinou um convênio com o Ministério da Educação e Saúde — Serviço Federal de Bio-Estatística — pelo qual recebeu o primeiro uma máquina de calcular elétrica, com 8 colunas e multiplicador automático; uma máquina de escrever “Remington”, carro grande; um duplicador “Ellans”, elétrico; com mesa de luxo, tipo armário.

CAMPANHA ANTI-TUBERCULOSA

Novos entendimentos foram mantidos com o Serviço Nacional de Tuberculose, para intensificação, em sentido mais objetivo, da campanha anti-tuberculosa no Estado. Assegurou o professor Pereira Filho, Diretor do Serviço Nacional de Tuberculose, que daria início à construção de novo e completo dispensário anti-tuberculoso, no Centro de Saúde, bem como do Pavilhão Infantil do Sanatório Severiano da Fonseca. Prometeu-nos ainda aquela autoridade o fornecimento de uma quota mensal de Hidrazida.

BECEIGIZAÇÃO

Continúa em franco desenvolvimento a Campanha de Beceigização, especialmente em recém-nascidos, escolares e outros grupos de coletividade de mais fácil exposição ao contágio tuberculoso. Já foi iniciada a beceigização dos doentes internados no Leprosário. A quota semanal de B.C.G. remetida e que inicialmente era de 80, passou a 250, posteriormente se elevando a 500 e agora é de 1.000.

COLÔNIA EDUARDO RABÊLO

No ano passado, pela primeira vez em Alagoas, foi promovida a transferência, para Dispensário, de doentes internados na Colônia Eduardo Rabêlo. A Comissão de Altas, designada pelo Diretor do Serviço Nacional de Lepra, após acurados exames clínicos, laboratoriais e histopatológicos em nove candidatos à alta, opinou pela transferência de 6 desses doentes, em virtude dos três outros não terem condições sociais satisfatórias para sua manutenção fora da Colônia.

Esses egressos do Leprosário, considerados curados pelos exames clínicos e laboratoriais, em condições de exercerem normalmente suas atividades no seio da comunidade, sem oferecer perigo, continuarão por mais algum tempo, sob vigilância rigorosa do Dispensário de Centro de Saúde. Nova e auspiciosa notícia já se anuncia, qual seja a da concessão de alta a mais 10 doentes que deverão receber os respectivos certificados dentro de poucos dias.

Continuando esse ritmo de curas, iremos assistir a um espetáculo inédito e impressionante sob todos os aspectos, como seja o fechamento de um leprosário, por não mais existirem doentes, vez que nos censos últimamente realizados não têm sido encontrados novos doentes.

O SALGADINHO E A BAIXADA DA FEIRA DO PASSARINHO

Graças às providências do meu Governo, praticamente está conseguida a execução do atêrro restante do antigo leito do Salgadinho, trecho compreendido entre a Rua Barão de Anadia e a antiga foz, e da Baixada da Feira do Passarinho. Quanto a êste último atêrro, os serviços já foram iniciados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

CAMPANHA EDUCATIVA

Prossegue em ritmo crescente a Campanha de Propaganda de Educação Sanitária, encetada pelo Departamento Estadual de Saúde, através da projeção de filmes, exposições, folhetos e conselhos educativos, pela imprensa, rádio, etc.

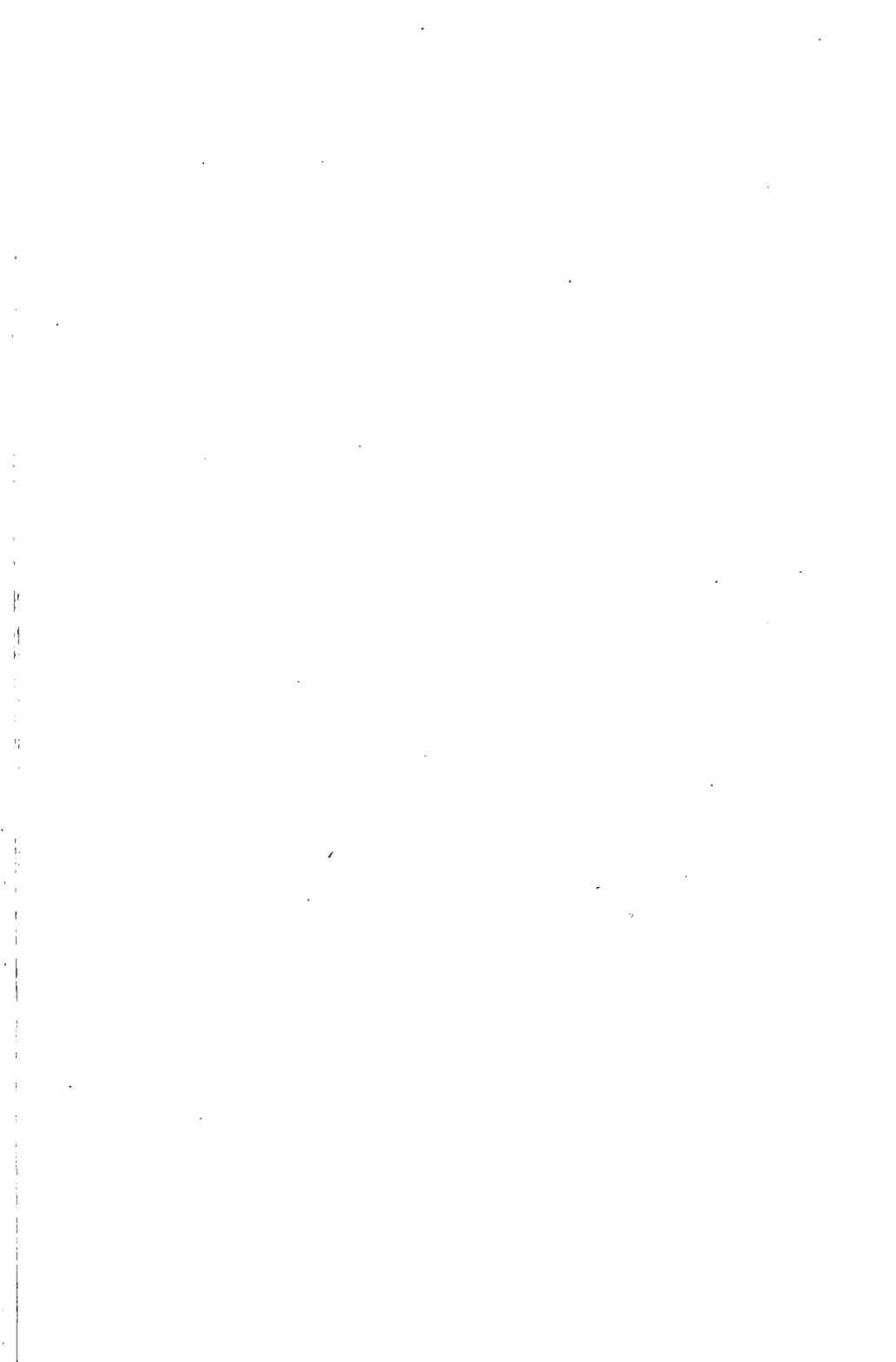
CURSOS, ESTÁGIOS E CONCURSOS

Tem merecido particular atenção do meu Governo a realização de cursos para formação de pessoal técnico, destinado às tarefas de saúde pública e estágios para atualização de conhecimentos. Dêstes, destacam-se os cursos de revisão para Visitadoras Sanitárias e Atendentes o de Auxiliares de Maternidade com a cooperação do FISI; estágios para técnicos de Química Bromatológica e de preparo de produtos imunizantes, em serviços especializados fora do Estado, além de cursos de Auxiliares Sociais e de Auxiliares de Puericultura, no Recife e no Distrito Federal.

Quanto a concurso para as carreiras técnicas de saúde pública, mereceu do Governo consideração especial, tendo-se promovido no ano passado o concurso para Médico Sanitarista. Já programado e com inscrições encerradas, será próximamente realizado o concurso para a carreira de Médico Clínico.

COMBATE AO PLANTIO DA MACONHA

O combate ao plantio, comércio e vício da maconha vem merecendo do Governo cuidados especiais. O Departamento Estadual de Saúde, num serviço persistente, silencioso e, sobretudo, eficiente, tem conseguido apreender e inutilizar grandes quantidades da erva em aprêço, sendo que a última apreensão, em fins do ano passado, constou de 200 quilogramas.



CAPÍTULO V

Educação

O ano de 1953, no setor da educação pública, assinala um dos períodos de mais intensas atividades do Governo. Ao lado dos problemas pedagógicos e, por intermédio do Departamento Estadual de Educação, procurando elevar o nível do ensino de modo a obter uma completa formação da mocidade e sua integração na vida dos trabalhos de educação de base e de formação profissional, o Governo dirigiu, ainda, o seu esforço, para o campo da construção escolar.

Através das dotações orçamentárias estaduais e contando sempre com a cooperação do Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foi concretizado um amplo programa de realizações no sentido de se dotar o Estado de melhores e mais modernos estabelecimentos de ensino, construindo-se novos e reparando os existentes.

O Grupo Escolar "Dr. José Maria Correia das Neves", no bairro da Ponta Grossa, resolvendo o problema do congestionamento dos Grupos Escolares "7 de Setembro" e "Tomás Espíndola", foi construído dentro das melhores normas de pedagogia, e é, no momento, o melhor grupo construído no Estado de Alagoas. O Grupo Escolar "Dr. Jorge de Lima", de cinco classes, no município de União dos Palmares, construído em continuação ao programa elaborado no sentido de melhorar a rede atual de estabelecimentos de ensino primário, foi também uma outra realização a assinalar.

Pequenas unidades escolares, por seu turno, tiveram sua construção concluída em Cruz de Almas e Riacho Dôce, nesta Capital, e em Lourenço de Albuquerque, município de Rio Largo.

Foi completamente restaurado, achando-se, já, em funcionamento, o edifício da "Instrutora Vigosense", onde se instalou e passou a funcionar a Escola Normal Rural "Joaquim Diégues".

Planejou, ainda, o Govêrno e iniciou a construção de grupos escolares em Penedo e Palmeira dos Índios, bem como escolas rurais em Coqueiro Sêco e na Usina Alegria, no município de Murici, estas já em fase de acabamento.

Procurando atender a urgente imperativo de ordem pedagógica, com verba estadual e cooperação financeira do INEP, conseguiu o Govêrno mobilar cento e quinze classes, problema que, aos poucos, vai sendo resolvido de acôrdo com os interêsses do ensino.

A educação de base destinada a prestar um dos relevantes serviços à população, com um trabalho dinâmico de recuperação do homem e suas comunidades, sejam estacionárias, decadentes ou em fase de desenvolvimento rápido e desigual, trazendo desorganização e desajustamentos sociais, é um dos problemas educacionais a solucionar. Foram, então em harmonia com a Campanha Nacional de Educação Rural, instalados o Centro de Treinamento para Professôres Rurais e a Missão Rural em Palmeira dos Índios.

CENTRO DE TREINAMENTO

O Centro de Treinamento para Professôres Rurais, destinado a Professôres do meio rural, procura, através de cursos intensivos, ministrar-lhes conhecimentos de Pedagogia, Higiene, Educação Sanitária, Artesanato, Indústrias Domésticas e Noções de Agricultura, integrando-os profissionalmente, permitindo o levantamento do nível do ensino em suas escolas e, consequentemente, melhorando os padrões de vida em suas comunidades.

Dois cursos no Centro de Treinamento já foram instalados. O primeiro teve o seu término a 31 de abril de 1953 e o segundo o seu início em dezembro do mesmo

ano.

A Missão Rural é um magnífico instrumento de recuperação do homem rural. Composta de técnicos altamente treinados, caracterizando-se pela mobilidade e pelo emprego de novas técnicas de ensino, com os processos audio-visuais, encontra-se, desde junho do ano findo, com plena atividade, no município de Palmeira dos Índios. Compõe-se de médico, agrônomo, assistente social e enfermeira.

Quanto ao Ensino Supletivo da Campanha de Ensino de Adolescentes e Adultos, conseguiu o Govêrno instalar e fazer funcionar, apesar da falta de verba federal para administração, seiscentos e cinqüenta classes, distribuídas pela Capital e pelo interior.

Conseguiu ainda o Govêrno instalar Centros de Iniciação Profissional, compreendendo Cursos de Marcenaria, Corte e Costura, planejando e adquirindo máquinas e equipamentos para um Curso de Artes Gráficas.

APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL

Com interêsse especial, vem o Govêrno cuidando do aperfeiçoamento dos membros do magistério primário. Com esta finalidade, foram designados para estagiar no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no curso para professôres rurais, na Fazenda Rosário, em Minas Gerais, e no curso de Direção de Clubes Agrícolas, realizado em Pernambuco com a cooperação do INEP, diversos professôres primários, lotados em escolas isoladas e grupos escolares do interior do Estado.

NOVO REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO

A falta de unidade e conjunto na antiga legislação do ensino primário, sendo datado de 1936 o último Regulamento; as falhas decorrentes da criação de novos órgãos, a evolução dos problemas educacionais, levaram o Govêrno

a determinar a elaboração de um novo Regulamento do Ensino Primário, que foi expedido em 6 de agosto de 1953.

Modificações fundamentais, ao lado de princípios mais objetivos, trazendo maiores benefícios para o ensino, vieram com o novo Regulamento, transformando as modalidades de provimento das cadeiras de ensino com maiores direitos para os diplomados pelos Cursos Oficiais, restaurando a classificação das cadeiras por entrâncias, de acordo com o desenvolvimento econômico e social das localidades, aplicando processos mais objetivos de apuração de merecimento, melhor sistematizando as remoções, propiciando mais constante permanência dos professôres em suas cadeiras, ao lado da atualização das normas gerais do desenvolvimento e orientação do ensino, foram problemas regularizados pelo novo diploma.

CENTRO EDUCACIONAL DE MACEIO'

Obra de grande vulto e de excepcional significação para o ensino secundário, no Estado, é a representada pelo Centro Educacional de Maceió. Planejada dentro de uma notável concepção pedagógica, irá resolver a situação angustiante do Colégio Estadual de Alagoas e da Escola Profissional "Princesa Isabel" que funcionam em prédios adaptados, e do Instituto de Educação que funciona em prédio que não comporta o aumento da nossa população escolar.

O interesse que manifestou pelo assunto o meu Governo atraiu a compreensão superior do Professor Anísio Teixeira, possibilitando o bom êxito dos entendimentos, com o conseqüente planejamento e início dos trabalhos

Concorrências foram realizadas para as obras da Escola Normal e Aplicação e fundações da Escola Secundária. Entraram em concorrência para o edifício da Escola Normal e Aplicação as firmas:

- a) Empresa Nacional de Engenharia Ltda., sediada

na cidade de Salvador, Bahia, que apresentou proposta no valor total de Cr\$ 11.966.654,00;

- b) Empresa Construtora Castro & Ferreira Ltda., que apresentou proposta no valor de Cr\$
11.549.446,00.

Atendendo a parecer da Comissão designada, composta dos drs. Ib Gatto, Antônio Mário Mafra e Demócrito Sarmiento Barroca, foi julgada vencedora a Empresa Construtora Castro & Ferreira Ltda., tendo a mesma assinado contrato em solenidade por mim presidida.

Além das firmas mencionadas, foram convidadas a concorrer às obras do Centro Educacional as seguintes firmas: Cristiano & Nielsen, Empreiteira de Construções Limitada (EMCO) e Escritório Técnico Aluísio Freitas Melro.

À concorrência para construção das fundações da Escola Secundária compareceram as firmas Sarmiento & Cia., Empresa Construtora Castro & Ferreira Ltda. e Walbreda Engenharia e Obras, tendo sido vencedora a firma Sarmiento & Cia.

ENSINO MÉDIO

Procurando atender aos imperativos de ordem social, dando oportunidade a que dezenas de jovens menos favorecidos pudessem estudar, o Governo fez instalar e funcionar o Curso Noturno do Colégio Estadual de Alagoas, seção masculina.

Resolvendo a situação em que se encontravam os Colégios oficiais do ensino médio, foram abertos concursos para as cadeiras vagas no Instituto de Educação, Colégio Estadual de Alagoas, Escola Normal Rural "Joaquim Diégues" e Escola Normal Rural de Penedo.

Vêm os estabelecimentos de nível médio do Estado funcionando regularmente, tendo acusado, em 1953,

escola, porque subordinado a múltiplos fatores sociais e econômicos, ainda muito esforço está a exigir e outras providências a reclamar. A formação de uma rede escolar mais dinâmica e flexível é necessidade e problema de todos os momentos. Um aumento do pessoal docente também sentimos ser necessidade inadiável, principalmente se considerarmos o problema do afastamento temporário dos docentes pelos múltiplos motivos permitido em lei e condicionadores de súbitos abandonos de classes, muitas vezes impossíveis de remediar.

Melhorando o nível do professorado, procurando criar uma consciência profissional e estimulando-o por mais seguros processos aferidores do mérito, cremos ter encontrado o caminho para resultados mais promissores.

A Secção de Pesquisas Educacionais, em cumprimento aos dispositivos do Regulamento do Ensino Primário, realizou, em novembro de 1953, mais uma aferição do rendimento educativo em 11 grupos escolares da Capital. Como nos anos anteriores, êsse balanço global da aprendizagem teve como finalidade básica não só avaliar a eficácia dos planos e técnicas do ensino empregados pelos estabelecimentos primários públicos, senão, também, estabelecer critérios racionais para a organização relativa das classes.

Para a consecução dêsse objetivo, foi organizada pelo Serviço um sistema de provas simples e objetivas. A elaboração destas provas, inspiradas nos novos programas em vigor, baseou-se na experiência adquirida nos anos anteriores em que foram aplicadas provas do mesmo gênero.

As fórmulas mimeografadas, fornecidas conjuntamente com instruções e chaves de correção, atingiram a um total de 10.413 provas nas diferentes séries, atendendo a 42 pedidos de estabelecimentos de ensino do Estado.

Na Capital foram em 1953 os seguintes os resul-

tados finais das promoções, por série, comparados com as respectivas matrículas:

MATRÍCULA		PROMOÇÃO
1º Série	2.690	828
2º Série	1.142	819
3º Série	842	491
4º Série	607	351
5º Série	130	107
<hr/>		<hr/>
GERAL	5.413	2.555

No interior do Estado, o movimento de matrícula geral atingiu a 11.301 e o de promoção a 5.615.

Os números acima indicam que resultados razoáveis vêm sendo obtidos e uma orientação profissional mais segura cada dia melhor norteia as nossas atividades educacionais.

Por outro lado, foi publicado, com regularidade, o periódico especializado do Departamento Estadual de Educação, que vem despertando o interesse, no meio do magistério, pela natureza e seleção dos assuntos, de leitores interessados.

O ano de 1953 foi, como se observa, no setor da educação pública, um período de atividades excepcionalmente construtivas com as quais visou o meu Governo, sobretudo, às aspirações e às necessidades da coletividade alagoana.

CAPÍTULO VI

Justiça e Segurança Pública

Em cumprimento do programa que me tracei ainda na campanha eleitoral, logo ao assumir o Governo do Estado procurei dar solução aos problemas vinculados à Justiça.

Prestigiar cada vez mais o nobre Poder Judiciário, através de medidas compatíveis com a elevada missão de que é investido, tal a inflexível diretriz seguida pelo meu Governo.

Decorrido um triênio de administração, posso observar, com a consciência do dever cumprido, os benéficos resultados das medidas reformadoras, ideadas e levadas a termo sem desfalecimento, pelo meu Governo.

Conta hoje o Estado com o Código de Organização Judiciária, e com Comarcas em todos os municípios existentes em 1953, além de haver o meu Governo assegurado a aposentadoria e pensões dos serventuários da Justiça.

A Lei que concedeu o direito a aposentadoria e pensões, aos serventuários da Justiça, resultou de um anti-projeto de lei estudado por uma comissão de juristas conterrâneos, e por mim remetido, acompanhado de mensagem, em 1953, à apreciação dêsse Augusto Poder Legislativo.

Pode-se dizer, sem hesitar, que a Justiça de nosso Estado, com as leis modificadoras em plena execução, se acha apta a desempenhar, de forma adequada, os misteres da nobre e difícil missão de julgar.

Justiça Militar do Estado

Com a sanção da lei n. 1.704, de 15 de janeiro de

1953, foi dada definitivamente organização à Justiça Militar do Estado.

O diploma legal em aprêço, fruto do trabalho de uma Comissão de figuras de relêvo nos meios forenses do Estado, recebeu as necessárias luzes dessa Colenda Assemblêia Legislativa.

À Justiça Militar do Estado competirá processar e julgar, nos crimes militares, os oficiais e praças da Polícia Militar, e bem assim as pessoas que lhe são assemelhadas (Constituição Federal art. 124, XII, e Constituição Estadual, art. 64), podendo, nos casos expressos em lei, estender-se aos civis êsse fôro especial.

Segurança Pública

Constitui a Segurança Pública uma das maiores preocupações dos govêrnos, pela complexidade de que se reveste a sua manutenção em face dos problemas político-sociais.

Apesar das dificuldades com que luta, decorrente da situação financeira e da ausência de um melhor aparelhamento técnico, tem a nossa Polícia se desincumbido a contento de sua missão.

Instituto de Identificação

O Instituto de Identificação está a necessitar de uma reforma geral. A falta de material especializado e de próprio pessoal técnico não tem permitido uma melhor organização dos Arquivos Criminal e Dactiloscópico, bem como de Registro de Identificações, elementos tão importantes nas atividades normais de Instituto dessa natureza.

No exercício último, apresentou o Instituto de Identificação o seguinte movimento:

Boletim Negativo	222
Idem positivo	1
Carteira Civil	3.386
Idem Estrangeiro	27
Idem Policial	22
Folhas de antecedentes	60
Fôlha corrida	783
Fichas para processo	74
Ofícios expedidos	108
Passaporte	19
Atenticação em documentos	20
Visto em Fôlha Corrida	1

Identificações Processadas:

Criminal	108
Civil	3.386

Serviço Médico Legal

O Serviço Médico-Legal ainda continua desparelhado e por isso mesmo impossibilitado de prestar à polícia civil os elementos de que esta tanto necessita, na sua luta contra o crime.

Um convênio, porém, está sendo estudado entre o Estado e a Faculdade de Medicina de Alagoas, visando a criação de um Instituto Médico-Legal.

O Instituto Médico-Legal absorverá os atuais serviços Médico-Legal e o de Verificação de Óbitos, assegurando uma organização mais eficiente que se traduzirá não só em benefícios aos citados Serviços mas ainda ao ensino médico em nosso meio.

Apesar das dificuldades de que se ressentiu o Serviço Médico-Legal, confiado ao encargo de competente técnico, realizou em 1953 450 perícias, sendo 322 no vivo e 128 no morto.

Regime Penitenciário

Não somente na qualidade de candidato ao Governo do Estado, na memorável campanha política de 1950, senão também depois que assumi o cargo de Chefe do Poder Executivo, eleito pela confiança do povo de minha terra, participou intensamente de minhas cogitações — como vem participando — a solução do problema penitenciário de Alagoas.

Vale recordar, senhores deputados, o discurso que pronunciei em dezenove de setembro daquele ano, no qual tive oportunidade de pintar, ao vivo, o quadro tristador dos desajustados sociais, alojados na superlotação de nossa Penitenciária, nome imprópriamente conferido, pelo Decreto n. 1.606, de 16 de janeiro de 1932, ao vetusto casarão da Praça da Independência.

Do campo das cogitações passou-se ao terreno da realidade, procurando objetivar a idéia em marcha. Assim é que, já em 1951, uma comissão, composta dos doutores Osório Calheiros Gatto, Zeferino Lavenère Machado, Ciridião Durval, José Lages Filho e Ib Gatto Falcão, foi designada para estudar o problema penitenciário alagoano.

Aqui esteve também o coronel Vittorio Canepa, Diretor da Penitenciária do Distrito Federal, a convite da Comissão, fornecendo subsídio para solução de assunto tão palpitante.

Dos estudos e conclusões a respeito, surgiu um anti-projeto de lei que instituiu a Administração das Prisões do Estado, sistematizando-as num conjunto constituído de uma Penitenciária central, da Colônia Penal Agrícola de Santa Fé em União dos Palmares, e das cadeias públicas nos municípios.

Encaminhei-o, em 1953, acompanhado de mensagem, ao pronunciamento dessa Egrégia Assembléa, onde se acha em fase de estudo.

Penitenciária do Estado

A instituição, em nosso Estado, de um regime penitenciário adequado ao Código Penal, torna-se uma medida de indiscutível alcance social.

Não é demais frisar que a atual Penitenciária, construída em 1847, dispondo de 37 celas para uma lotação de 40 detentos, nada mais representa que um símbolo de um passado longínquo.

Estarrece dizer, portanto, que o número de detentos recolhidos, nos três últimos anos, àquêle estabelecimento penal, tem ultrapassado, de nove a dez vêzes, a lotação primitiva, sendo de 404 a 406, as cifras referentes ao biênio 1951|52, e 371 em relação ao ano de 1953.

É intenção do Governo iniciar quanto antes a construção da nova Penitenciária em local a ser escolhido pela ilustre Comissão designada em 1951 e a que já aludi.

Com recursos iniciais para empreendimento de tão grande vulto contaremos com o produto da alienação do próprio estadual, atualmente ocupado pela Caixa Econômica Federal de Alagoas e que está a depender da necessária autorização legislativa através de projeto de lei já enviado a essa colenda Assembléia Legislativa, e auxílios específicos concedidos pelo Governo da União ao Estado nos orçamentos de 1953 e 1954.

Colônia Penal Agrícola

Conquanto ainda seja uma unidade isolada num plano de sistematização, a Colônia Penal Agrícola de Santa Fé, em União dos Palmares, bem pode ser considerada como um índice do que ela poderá ser, quando concretizado o plano de um regime penitenciário modelo, no Estado de Alagoas.

Como prova do que se afirma e consoante infor-

mação do Administrador da nossa atual Penitenciária, apresentou aquela Colônia Penal, em 1951 a 1953, um ritmo sempre crescente de produção agrícola, expresso através dos seguintes valores: Cr\$ 24.546,80, Cr\$ 25.983,70 e Cr\$ 44.111,20.

No exercício passado colheram-se 22.200 quilos de milho, 1.611 de algodão, 480 de feijão, legumes e canas.

Além da produção agrícola foram fabricados cerca de 90 milheiros de tijolos e telhas que estão sendo aplicados nas construções em andamento na Colônia.

Os trabalhos de construção e organização da Colônia estão sendo orientados pela Comissão designada para estudar o problema penitenciário alagoano, sob a presidência do culto magistrado doutor Osório Calheiros Gatto.

Já se acham construídas oito casas e duas em começo de construção, sendo provável que, no corrente ano, estejam definitivamente concluídas as instalações da colônia que nada ficará a dever aos estabelecimentos congêneres de outras unidades do país.

CAPÍTULO VII

Assistência ao Funcionalismo Público

LEIS DE AMPARÓ AO FUNCIONALISMO

Várias leis de amparo e garantia aos funcionários públicos do Estado foram sancionadas no decorrer de 1953.

Entre elas vale ressaltar a 1.720, que autorizou o Govêrno do Estado a emitir apólices, na quantia de Cr\$ 9.500.000,00, destinadas ao pagamento do acréscimo de vencimentos concedido pela lei n. 127, de 13 de setembro de 1949, e referente ao período de 14 de setembro de 1949 a 31 de dezembro de 1951. O decreto regulamentador dêsse diploma legal, que entrou em vigor a 1º de janeiro do ano em curso, já foi baixado e, dentro de breve tempo, as apólices deverão ser entregues.

Outra lei de notável repercussão foi, sem dúvida, a n. 1.778, ao assegurar estabilidade aos extranumerários do Estado e das autarquias estaduais, de qualquer categoria, que tenham ou venham a completar dez anos de serviço público.

A lei n. 1.714, de 13 de agôsto de 1953, por sua vez, tornou extensivo aos extranumerários estáveis do Estado e de suas autarquias o acréscimo de 10% para cada período de dez anos de exercício no serviço público, de que trata a lei n. 127, de 13 de setembro de 1949, além das vantagens asseguradas aos funcionários efetivos nas leis 1.608, de 22 de dezembro de 1951 e 1.693, de 23 de dezembro de 1952.

Ao funcionário público civil, militar ou autárquico, pela morte do cônjuge, a lei n. 1.751, de 2 de dezembro de 1953, manda dar um auxílio correspondente a um

mês de vencimento, para cobrir as despesas funerárias.

Está, no momento, sendo elaborado pelo Departamento do Serviço Público um anti-projeto definindo a situação jurídica dos extranumerários e amparando classe tão numerosa.

Aguarda, outrossim, o Governo a remessa do projeto de lei em curso nessa Augusta Assembléia Legislativa, aumentando o salário família dos servidores estaduais e de suas autarquias, para sancioná-lo.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO

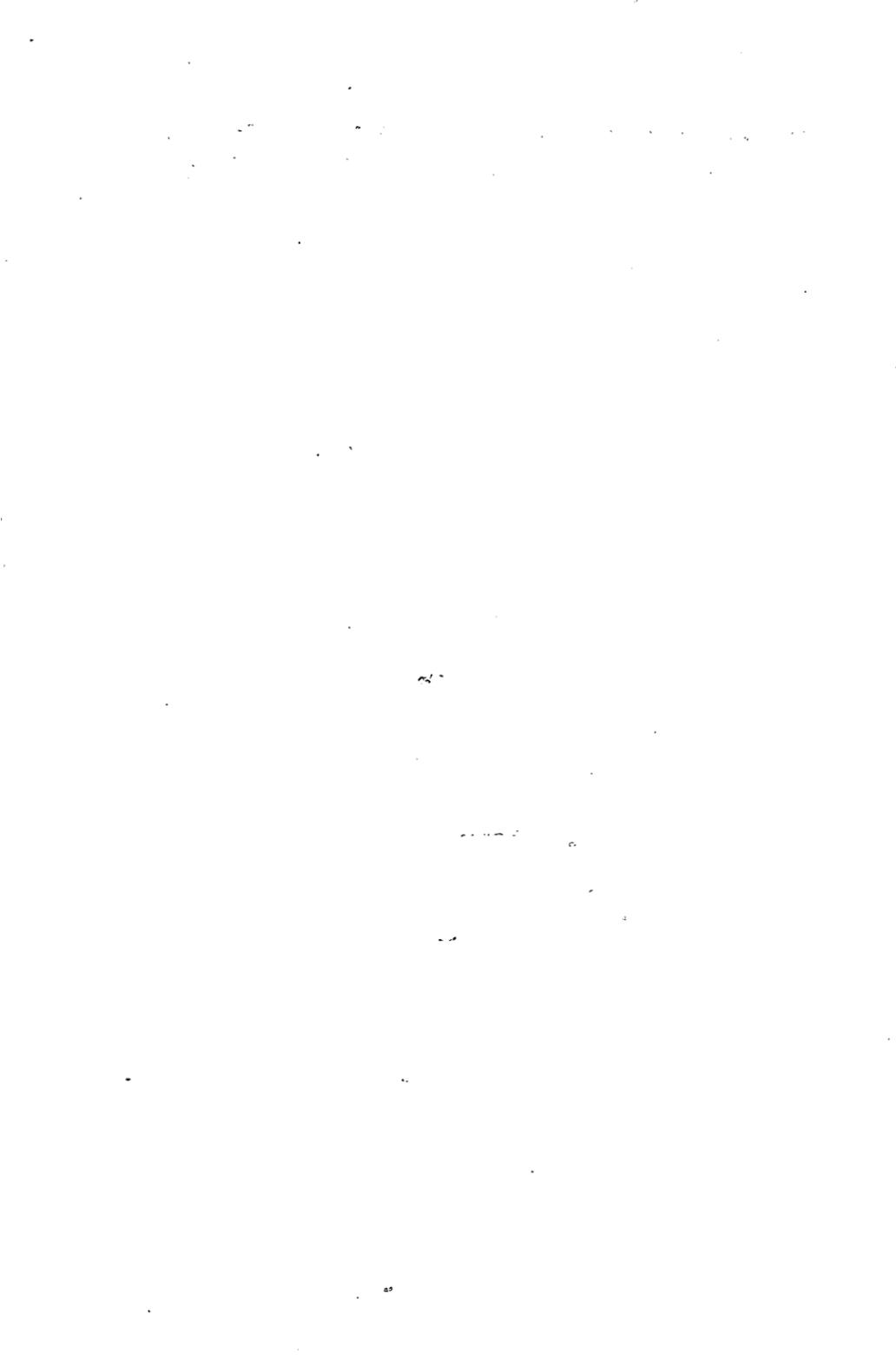
Na Mensagem que dirigi a essa Colenda Assembléia em 1951, tive oportunidade de aludir as condições pouco louváveis do convênio celebrado entre o Estado de Alagoas e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

O convênio não assegura, conforme é fácil verificar, um mínimo de assistência condigna aos servidores públicos.

O acôrdo acarreta, por outro lado, um pesado ônus para o Estado, atribuindo-lhe o encargo de financiar, com seus próprios recursos, os pagamentos aos beneficiários de pensões do antigo Montepio dos Servidores do Estado, ônus que se estima, aproximadamente, em Cr\$ 20.000.000,00.

A Comissão por mim designada para rever o Convênio com o IPASE e apresentar sugestões, comissão integrada pelos srs. Antenor Barbosa Reis, Samuel Vieira, dr. José de Albuquerque Porciúncula, dr. Marcial Alencar Barreto Coelho e Francisco Rizzo, propôs ao Governo a vinda de um atuário para proceder aos estudos necessários à criação de um Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Alagoas, organização que tomaria a si o encargo de assistir ao funcionamento público do Estado.

É com satisfação que comunico já haver sido contratado para a execução desses trabalhos o atuário Severino Montenegro.



CAPÍTULO VIII

Autarquias e Serviços Industriais

SERVIÇO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE MACEIÓ

O abastecimento d'água à capital, entregue ao Serviço de Águas e Esgotos de Maceió, funcionou com perfeita regularidade, apesar da insuficiência de recursos para cobrir as despesas que, dia a dia, estão a crescer.

Eis, em linhas gerais, as atividades mais importantes desenvolvidas por aquela autarquia no exercício último.

I — CAPTAÇÃO

No decorrer de 1953 funcionou com regularidade a captação do Catolé, encontrando-se em perfeito estado a barragem, tomada e prefiltros.

Os serviços ali executados se limitaram à conservação, limpeza das margens do açude e dos prefiltros. A adoção do sistema de lavagem diária de uma câmara dos prefiltros, com remoção parcial da pedra britada tem assegurado uma operação satisfatória das mesmas, evitando o recurso desaconselhável da alimentação direta do aqueduto. Para manutenção de tal serviço foi necessário o aumento do pessoal, passando o seu número de quatro para seis operários.

II — AQUEDUTO DO CATOLÉ

Funcionou normalmente o aqueduto, preenchendo satisfatoriamente a sua finalidade.

Em um dos encontros da ponte-canal, ainda dentro

da área do Catolé, verificou-se pequena trincadura nas paredes e fundo, motivada por abatimento no aterro existente. Foi o reparo efetuado com pequena despesa.

O serviço de consolidação do Sifão n. 1 prosseguiu, tendo sido cravadas 16 estacas com uma extensão de 96 metros. Em março verificou-se abatimento num trecho de 60 metros, em zona onde ainda não havia sido feita a consolidação. A execução desta foi procedida pela Comissão de Saneamento, em vista de estarem esgotados os recursos para obras complementares (Lei n. 1.561), no montante de Cr\$ 1.000.000.00. A Comissão cravou 26 estacas com o comprimento de 480 metros.

Na consolidação executada em 1953 foram tomados cuidados especiais, obtendo-se uma néga inferior a 2 centímetros por estaca, a qual, tendo em vista o pêso do martelo de 750 kg e a altura de queda de 1 metro, dá um coeficiente de segurança de 6, com a aplicação da fórmula dos Holandeses. Tal providência assegura a estabilidade do trecho consolidado.

Com a execução deste serviço consolidou-se cerca de 80% do Sifão 1. No trecho restante, onde as estacas repousam em terreno firme, não se verificaram abatimentos desde a construção, há mais de três anos. Em face disso, tudo leva a crer que está solucionada, de modo definitivo, a questão.

III — TRATAMENTO E FILTRAÇÃO

Durante o ano não se constataram dificuldades no funcionamento da Estação do Cardoso.

A Comissão de Saneamento, utilizando a verba prevista para tal fim no orçamento de 2º etapa, procedeu a substituição das hastes dos registros de entrada e lavagem dos filtros.

Ainda pela referida Comissão foi feito um depósito de Cr\$ 38.441.40 correspondente ao crédito pen-

dente desde a 1ª etapa, a favor de W. A. Rein, fornecedores do equipamento de filtros, que está pago após a firma em apreço executar os reparos provenientes de defeitos de fabricação das instalações fornecidas. Já foi fornecida pela mesma uma caixa de redução de velocidade, com o respectivo motor elétrico, o qual foi adaptado no tambor de dissolução de cal, situado na estação de tratamento. Tal equipamento funcionou satisfatoriamente, eliminando a vibração que se verificava com o funcionamento do tambor, motivada por defeito de fabricação das engrenagens de transmissão, ficando, dêste modo, completamente solucionada esta questão.

Está ainda a cargo de W. A. Rein a revisão da aparelhagem de controle de filtração e níveis de água, devendo o pagamento referido ser efetuado somente após a execução de tal serviço.

A conclusão do laboratório, com materiais parcialmente adquiridos pelo SAEM, será levada a efeito em breve pela Comissão de Saneamento.

Sob o controle do Dr. Luiz Rocha, químico dêste Serviço, processou-se satisfatoriamente o tratamento da água fornecida a Maceió, sendo mantidos os elevados padrões de potabilidade adotados.

Fôram utilizadas, no tratamento, as seguintes quantidades de materiais:

Sulfato de alumínio	55.000 kgs.	161.445,40
Cal	53.798 kgs.	29.599,00
Cloro líquido	20 tubos	13.297,00

A despesa total com produtos químicos elevou-se portanto a Cr\$ 204.341,40.

Com relação ao sulfato de alumínio, após demorados entendimentos, foi possível retirar-se das docas de Recife as cinquenta toneladas de sulfato holandês encomendadas em 1952.

Este Serviço, em face da demora em ser despachada pelo Ministério da Fazenda a isenção de direitos, que lhe era assegurada pela legislação federal em vigor, e premido pela urgente necessidade do material, efetuou o pagamento dos direitos de importação no valor de Cr\$ 19.764,20, obtendo ainda redução das despesas de armazenagem graças à boa vontade da Administração do Pôrto de Recife.

Em relação a 1952, houve os seguintes aumentos no consumo de produtos químicos:

Sulfato de alumínio	18.940 kgs.
Cal	5.598 kgs.

Quanto ao cloro, verificou-se uma redução no consumo, passando-se de 22 cilindros de 50 kgs. (em média) em 1952, para 20 em 1953.

O menor consumo de cloro foi devido à adoção de menor taxa na cloração, visando economizar o produto mantendo-se um teor de cloro residual satisfatório, sem redução portanto no valor da esterilização obtida.

Também quanto a cal, um melhor ajuste na dosagem e a redução na adição de cal na água filtrada, com a manutenção de um PH mínimo de 7,1 a 7,2, possibilitou redução no consumo por m³ de água tratada.

Não recebeu o Serviço em 1953 qualquer reclamação relativa à qualidade da água distribuída.

IV ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO CARDOSO

Funcionou satisfatoriamente em 1953.

Em janeiro foi efetuada uma revisão geral do grupo Diesel, por intermédio de um especialista vindo de Recife.

Como fruto desta revisão foi possível o funcionamento do Diesel de modo satisfatório, atendendo ao serviço no período em que a corrente fornecida pela

Companhia Fôrça e Luz decaí, geralmente, entre 17 e 20 horas.

De acôrdo com a norma estabelecida os dois grupos motor-bomba funcionam alternadamente, um dia cada um.

O tempo total de funcionamento do Diesel durante o ano foi de 607 horas.

Tendo-se em conta que não houve necessidade de operar o Diesel nos domingos e feriados, pelo menor consumo de águas nestes dias, a média diária de funcionamento do mesmo foi de 2 horas por dia.

Em consequência da revisão referida acima, solicitou êste Serviço, ao Banco do Brasil, licença para importação de peças sobressalentes para o Diesel, incluindo injetores, bombas de injeção, anéis de pistão, etc

O valor das peças encomendadas foi de Cr\$ 2.100,00 correspondente a Cr\$ 44.545,30. Apesar do pequeno valor da encomenda, sòmente depois de dez meses de entendimentos e solicitações reiteradas foi possível obter o embarque das peças. Logo que recebidas, deverão ser feitas nova revisão e as substituições que fôram indicadas.

O grupo motor-bomba n. 2, que apresentava há muito irregularidades no funcionamento, sofreu uma completa revisão, constatando-se defeito na chave de proteção, o qual foi removido, achando-se o grupo em perfeito funcionamento.

Foi adquirido para a usina um aparelho para extinção de incêndios.

O consumo de óleo diesel foi de 40.000 litros e o de óleo lubrificante de 2.493 litros.

Sendo a potência do Diesel de 600 HP e o tempo de operação, durante o ano, de 607 horas, o consumo de combustível por cavalo-hora foi de 0,192 kgs.

Analogamente, o gasto de óleo lubrificante por cavalo-hora foi de 0,007 kgs.

No alternador acopado com o Diesel verificaram-

se vasamentos de corrente no estator.

Com a cooperação da Companhia Fôrça e Luz foi procedida uma limpeza com ar comprimido e feito novo envernizamento dos enrolamentos, restaurando-se a situação primitiva.

O total de kilowatts-hora consumido na Elevatória do Cardoso em 1953, de fornecimento da Companhia Fôrça e Luz, elevou-se a 844.860.

A distribuição mensal dêste consumo foi a seguinte:

M E S	Kwh.	Custo	Custo médio: Kwh.
Janeiro	93.120	115.114,50	1,24
Fevereiro	85.440	110.723,00	1,30
Março	62.280	82.107,30	1,32
Abril	67.680	95.289,40	1,41
Maió	57.600	87.693,60	1,52
Junho	65.460	98.683,60	1,51
Julho	66.240	96.691,80	1,42
Agosto	67.680	96.737,80	1,43
Setembro	74.880	104.056,60	1,39
Outubro	73.920	104.662,60	1,42
Novembro	75.840	105.843,90	1,40
Dezembro	54.720	82.362,30	1,59
Totais	844.860	1.179.966,40	1,39(méd.)

A variação que se constata no custo médio mensal do kwh. é devida à existência da taxa fixa por HP instalado, bem como da variação da taxa de combustível.

Fazendo um confronto com os valores de 1952 temos:

Consumo de Kwh — 1952 — 602.400
 Consumo de Kwh — 1953 — 844.860

Custo total de energia — 1952 — Cr\$	1.050.539,30
Custo total de energia — 1953 — Cr\$	1.357.917,70
Custo médio do Kwh — 1952 — Cr\$	1,47
Custo médio do Kwh — 1953 — Cr\$	1,39

Pelos dados acima verifica-se que houve um aumento no consumo de 246.460 Kwh ou seja de 29% a mais do que em 1952. Este crescimento decorre da expansão da distribuição domiciliar.

Sendo a potência consumida por um grupo motor-bomba de 350HP, ou seja 257 kw., a energia útil produzida pelo grupo diesel, com 607 horas de funcionamento, foi de 156.000 kwh.

Em média, o tempo de funcionamento das bombas foi de 8 horas e 18 minutos por dia, em 1953.

V — ADUTORAS

Nada há a assinalar, tendo as mesmas funcionando sem alteração.

VI — RESERVATÓRIOS

Funcionaram com regularidade, assegurando satisfatório abastecimento da rede de distribuição.

Com a conclusão da segunda câmara do R.2 e do reservatório R.1T, ficou o SAEM com a sua reserva de água acrescida de 2.250.000 litros atendendo de maneira integral a crescente demanda existente.

O reservatório R.1 e o antigo reservatório em torre que alimenta o bairro do Farol atenderam ao abastecimento daquela zona com alguma dificuldade, dado o seu desenvolvimento.

Com o funcionamento das duas bombas ali instaladas, em paralelo, recalcando pela mesma linha numa média diária de 6 horas e 30 minutos, elevou-se para a torre em 1953 uma média de 1.494m³ por dia. Esta

água é fornecida pela adutora do Cardoso — R.2 que se ramifica nas proximidades do R.1. A construção em conclusão, do R. 1T pela Comissão de Saneamento, com 250.000 litros de capacidade, duplicou a reserva disponível para o citado bairro e trouxe a vantagem de aumentar o rendimento total das duas bombas, que funcionando com recalques separados fornecerá 72 l.s. em vez de 64 l.s. como na situação primitiva, conforme medições efetuadas pelo SAEM, com o mesmo consumo de energia elétrica.

No reservatório N.2 foi concluída a segunda câmara, executada pela Comissão, passando a sua capacidade para 4.000.000, de litros

O R.3 abasteceu a zona por êle servida sem alterações.

Salvo pequenas deficiências motivadas por falta de energia e de duração de uma hora, no máximo, os reservatórios mantiveram a rede permanentemente cheia.

VII — RÊDE DE DISTRIBUIÇÃO

As atividades do SAEM, neste setor, fôram muito reduzidas em virtude de estar entregue à Comissão de Saneamento, a execução de tôda a rede incluída no programa da 2ª etapa dos serviços de água e esgotos.

Foi construído um distribuidor de 75mm com 274 metros de extensão, na rua Dr. José Duarte.

Manteve-se permanente conserva dos encanamentos em serviço.

Nas zonas servidas pela rede executada na 1ª etapa, poucos vasamentos fôram constatados e todos decorrentes de rutura de ramais domiciliares. O mesmo não se verificou nas zonas alimentadas pela antiga rede onde fôram numerosos os defeitos surgidos.

Sob êste aspecto a linha em piores condições é o tronco abastecedor do bairro de Bebedouro, desde o início

na Praça Floriano Peixoto até a sua extremidade. Nêle, os tubos se encontram ainda em bom estado de conservação apesar de mais de trinta anos de serviço; os constantes vasamentos são ocasionados pela pequena profundidade em que os mesmos estão assentados, não contando com uma cobertura de terra suficiente para protegê-los do impacto dos veículos.

Esta situação vem se agravando com o serviço de conserva motorizado que a Prefeitura Municipal mantém naquela via pública. A passagem constante de uma plaina tem adelgaçado, cada vez mais, a camada protetora de terra.

Uma vez que a Municipalidade pretende iniciar em breve a pavimentação de tôda a faixa em aprêço, é indispensável um acôrdo entre a mesma e o SAEM, a fim de ser efetuado o rebaixamento da canalização de água antes do calçamento. Para isso a Prefeitura deverá fornecer no mínimo o pessoal não especializado que fôr necessário.

VIII — VOLUME E CUSTO DA ÁGUA DISTRIBUIDORA

Durante o ano as bombas da Usina do Cardoso funcionaram 3.632 horas, incluindo-se no período as que fôram acionadas por energia do grupo diesel, alimentando tôda a distribuição da cidade.

Sendo a vasão de cada grupo eletro-bomba de 1.000 m³ por hora, o volume total fornecido à capital atingiu a 3.632.000m³ ou seja uma média diária de quase 10.000m³.

O bairro do Farol, alimentado pela segunda elevação mecânica efetuada no R.1. absorveu uma média diária de 1494m³, ficando o restante da cidade com 8.506m³ por dia.

A despêsa total da operação de abastecimento de água, conforme se pode verificar no anexo n. 1 do

Balanço, com exclusão das Contas Especiais, que não se referem ao custo efetivo do serviço, foi de Cr\$. . . . 4.085.945.50.

Deduz-se dos elementos supra que o custo real do metro cúbico distribuído se eleva a Cr\$ 1.12.

O custo determinado acima não inclui quaisquer quotas para fundo de reserva, depreciação, ou amortização do investimento feito.

Examinando-se a Tabela n. 1 anexa ao Decreto n. 459 de 11 de março de 1949, que aprova e manda executar o Regulamento do SAEM, na qual estão fixados os valores das taxas a cobrar, e mesmo tendo em conta os adicionais cobrados, relativos a taxa de combustível e aumento de tarifa de fornecimento de energia, verifica-se que, salvo o consumo industrial e do Pôrto, todos os preços são menores do que o custo efetivo determinado acima.

Acresce ainda a circunstância de que as quotas básicas fixadas são em geral excedidas, dada a falta de contrôle no dispêndio de água, por parte dos particulares. Sòmente se o SAEM dispusesse de quase dez mil hidrômetros poderia ser conseguido o contrôle em apreço. Entretanto, no presente só existem 661 medidores em funcionamento. O consumo médio de água por ligação domiciliar e por dia é, conforme se deduz dos dados acima, de 1.000 litros, ou seja, 30m³ por mês.

Sabendo-se que cêrca de 70% das ligações pagam taxas correspondendo às categorias 1^a e 2^a, com direito, portanto a um consumo mensal de 15 e 20 m³ respectivamente, fica evidenciado que a falta de medidores agrava sobremaneira a situação deficitária existente.

IX — CHAFARIZES

Em 31 de dezembro de 1953 estavam em funcionamento os seguintes chafarizes, em número de 40:

Farol — Rua Clementino do Monte. Dr. Luiz Mas-

cãrenhas, Pitanguinha, Vila Murici, Rua Pôrto Alegre, Martins Murta (Pitanguinha) e Pinheiro;

Bebedouro — Avenida Pilar, Avenida Passos de Miranda, Avenida Major Cícero de Góes Monteiro e Rua Sabino Romariz;

Levada — Rua Agnélo Barbosa, Avenida Gabino Besouro, Rua Boa Sorte, Avenida Gabino Besouro;

Ponta Grossa — Rua Dr. Olímpio Galvão, Rua São Paulo, Santa Fé, Timbiras, Santo Antônio e Felix Bandeira (Vergel do Lago);

Prado — Avenida 5 de Julho, Rua do Ceará, 21 de Abril e Rua Maranhão (Ouricuri);

Trapiche da Barra — Rua dos Pescadores, Riachuelo;

Poço — Praça Guimarães Passos, Praça da Maravilha, Rua 13 de Maio, Minas Gerais, Marquês de Tamandaré e Avenida Paraná;

Jaraguá — Rua Feliz Deserto e Avenida Comendador Leão;

Pajussara — Avenida Quintino Bocaiuva, Rua Araújo Bivar, Boa Vista e Belo Monte.

A sua renda total atingiu o valor de Cr\$ 48.204,70; a despesa com mão de obra e conserva elevou-se a Cr\$ 27.906,20.

Em 1952 verificou-se na operação dos chafarizes um "deficit" de Cr\$ 5.656,20.

Este "deficit" foi motivado pela elevada despesa de mão de obra, dada a circunstância de certo número dêles ser atendido por pessoal do SAEM, cujo vencimento mensal ultrapassava, em geral, a renda obtida nos mesmos.

Diante dêste fato adotou-se a solução de arrendá-los a particulares mediante taxa mensal, reduzindo-se a dois chafarizes o número dos operados por servidores do SAEM, incapacitados de exercer outra função. Resultou desta providência a obtenção de um saldo de Cr\$ 20.298,50.

Em outubro, após numerosos contratempos foi possível colocar em funcionamento o chafariz do Tabuleiro do Martins. O antigo grupo eletrobomba, inutilizado pelo desgaste, foi substituído por um novo grupo diesel-bomba de 15 HP, acionando uma instalação de ejetor. O seu funcionamento tem sido satisfatório até o presente.

As despesas feitas pelo SAEM para montagem de instalação foram de Cr\$ 31.648,40.

O custo da operação atingiu o valor de Cr\$ 4.571,70 e a renda obtida de Cr\$ 5.323,00.

X — LIGAÇÕES DOMICILIARES

Existiam em 31 de dezembro 9.619 ligações, sendo 1.883 antigas, nas zonas ainda servidas pela primitiva rede e 7.736 executadas pelo SAEM a partir de 1949.

Com os recursos provenientes da Lei 1.561 de 14 de outubro de 1951, no montante de Cr\$ 3.000.000,00, foram feitas 2.880 novas ligações pelo sistema de prestações módicas mensais, sendo todos os materiais e mão de obra fornecidos pelo SAEM. Com uma diferença de apenas 120 instalações, foi cumprido o objetivo da referida Lei, que previa a execução de 3.000 novas instalações.

A partir de outubro, com o esgotamento dos recursos disponíveis, foi suspensa a execução pelo sistema de prestações, estabelecendo-se a norma da aquisição direta, no comércio, pelo interessado, dos materiais necessários, sendo fornecidos pelo SAEM, além da mão de obra, braçadeiras e registros fecho.

Com relação à questão da execução de novas instalações deve ser ressaltado o seguinte:

O Regulamento do SAEM, Decreto 459 de 11 de março de 1949, estabelece no seu art. 16, parágrafo 2º:

“Pela construção de cada derivação de água ou mudança de ramais com o comprimento má-

ximo de dez (10) metros, serão pagas pelo proprietário no ato da assinatura do termo de responsabilidade e concessão, as taxas de Cr\$ 35,00 por metro, para as derivações de uma polegada ou vinte e cinco milímetros, e Cr\$ 32,00 para as derivações de três quartos (3/4) de polegada ou dezenove milímetros."

Da fixação de preços, por Lei, para a execução pelo SAEM dos serviços de novas instalações, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários, resulta a impossibilidade do prosseguimento de tais serviços visto que somente os preços vigorantes para tubos galvanizados ultrapassam de muito os valores fixados. Assim, se o SAEM fôsse adquirir no comércio tubos de 3/4 teria de pagar Cr\$ 45,00 por metro, enquanto que o art. 16 referido fixa em Cr\$ 35,00 o preço por metro da instalação executada, incluindo mão de obra, escavação e recalçamento.

Na reforma futura do Regulamento, que se impõe por várias razões, será indispensável uma alteração no Artigo 15 em apreço, sob pena de entorpecimento da expansão do número de novas instalações. ..

O total de novas instalações feitas em 1953 foi de 647.

Durante o ano foram efetuados 114 desligamentos e realizadas 1.142 religações.

O número de hidrômetros em funcionamento foi de 661.

Foram atendidas pela Secção de Águas 129 reclamações diversas, das quais 25 sem fundamento.

Efetuuou-se a substituição de 75 ramais domiciliares antigos por conta dos proprietários. Foram feitos consertos em 198 ramais externos e 49 instalações.

A partir de junho de 1953, com a redução do número de instalações a executar, ficou suspensa a execução das mesmas pelo sistema de tarefeiros.

Esta modalidade, se necessária durante o período de maior intensidade de serviço, quando o pessoal fixo do SAEM era insuficiente para atendê-lo, não apresenta vantagens econômicas para o SAEM.

Com um aumento de doze diaristas foi possível manter, durante o resto do ano, o ritmo necessário neste setor, traduzindo-se esta solução em considerável economia para o SAEM conforme apropriações feitas pela Secção de Águas.

XI — MOVIMENTO FINANCEIRO

Persistiu no exercício de 1953 a difícil situação financeira do SAEM, impondo a necessidade de providências objetivando restituir a esta autarquia o equilíbrio indispensável, sem o qual não poderá ser mantido o elevado padrão de serviços à comunidade que presta atualmente.

Após a conclusão do exercício de 1953 foram obtidos os seguintes resultados:

<i>Receita total</i>	Cr\$
Arrecadação de fornecimento de água	2.975.710,10
Chafarizes	48.204,70
Rendas Eventuais	849.803,20
Juros bancários	12.172,70
	<hr/>
Total	3.885.890,70

Despesa total — Cr\$ 4.085.945,50, conforme anexo n. 1 do Balanço.

A diferença foi de Cr\$ 200.054,80.

Na distribuição da Receita observa-se que houve uma renda eventual de Cr\$ 849.803,20. Ela foi devida à venda de Cr\$ 762.000,00 de tubos de ferro de 350mm à Comissão de Saneamento, com a necessária aprovação

do Governador, adicionada à venda, em concorrência pública, de cem toneladas de sucata de ferro, proveniente de tubos imprestáveis e ainda crescida de pequena renda devida a multas etc.

Se tais rendas eventuais não tivessem existido, a diferença entre a despesa e a receita efetivas atingiria a mais de Cr\$ 1.000.000,00.

Por sua vez os débitos de contas a pagar foram:

Em 1952

Restos a Pagar	28.000,10
Fornecedores	220.403,50
Diversos Credores (Fôrça e Luz, etc.)	625.612,60
Administração Contratada	154.346,30
	<hr/>
Total	1.028.362,70

Em 1953

Restos a Pagar	45.256,20
Fornecedores	102.390,90
Diversos Credores (Fôrça e Luz, etc.)	902.777,00
Administração Contratada	226.470,30
	<hr/>
Total	1.279.894,40

Constata-se pois que a dívida do SAEM, de contas a pagar, elevou-se de Cr\$ 251.531,70, aumentando portanto dêste valor o "deficit" real verificado em 1953.

Além de outros fatores, o aumento principal da despesa foi motivado em 1953, pela despesa de energia elétrica, fornecida pela Companhia Fôrça e Luz, a qual em 1952 foi de Cr\$ 1.050.539,30 e em 1953 de Cr\$.. 1.357.917,70, representando um aumento de Cr\$ 307.373,50.

Para remediar tal situação somente dois caminhos ocorrem:

Receber o SAEM uma subvenção do Estado que cubra o deficit, ou ser efetivada uma revisão nos valores das taxas de água fixadas pelo Regulamento de 1949, atendendo a que houve geral elevação de despesas dêsse ano até o presente, o que já determinou a elevação de taxas de água e esgotos em várias repartições de saneamento, como as do Recife, Natal e outras.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE MACEIÓ

As atividades da Administração do Pôrto de Maceió, em 1953, apresentaram-se satisfatórias.

Movimento do Pôrto

a) — O *pêso total* das mercadorias movimentadas no pôrto em 1953 foi 186.741 toneladas, sendo 44.059 de importação e 142.682 de exportação. Em 1952 êsse *pêso total* fôra 162.138 toneladas. Em comparação com o ano de 1952, houve, portanto, em 1953, um acréscimo de 24.603 toneladas.

b) — A *frequência das embarcações* em 1953 foi: 278 a motor (268 nacionais e 10 estrangeiras) e 160 a vela (tôdas nacionais), contra 327 a motor e 165 a vela em 1952. Verificou-se, pois, uma redução de 31 embarcações a motor nacionais, 21 a motor estrangeiras e 5 a vela nacionais.

c) — A *movimentação total* de mercadorias se distribuiu em 1953 da seguinte forma: pelo cais 183.170 toneladas, por fora do cais 3.571 toneladas. Em 1952 a distribuição fôra: pelo cais 158.270 toneladas, por fora do cais 3.868 toneladas. Assim se observa que em 1953 foram movimentados por fora do cais 1,95% da carga total, contra 2,38% em 1952 e 2,66% em 1951, o que evidencia que à Administração do Pôrto vem cabendo uma cota cada vez maior no trabalho de mo-

vimentação de carga, tocando conseqüentemente às alvarengas uma cota cada vez menor. A percentagem em estudo foi, em 1952, inferior à metade da verificada em 1950, último ano da Administração anterior.

Situação Financeira

a) — *Despesa* — Em 1953 as despesas de pessoal importaram em Cr\$ 7.349.155,40 contra Cr\$ 6.052.983,20 em 1952; as despesas de material, em Cr\$. 615.066,80 contra Cr\$ 530.606,00 em 1952. Houve, portanto, um acréscimo de Cr\$ 1.296.172,20 em pessoal e Cr\$ 84.460,80 em material, isto é, 21,4% e 15,9%, respectivamente.

Não houve aumento do número total de servidores: o acréscimo da despesa com o pessoal se deve a três causas: a elevação de 50% nos salários dos Serventes do Pôrto proposta pelo Govêrno do Estado por sugestão da Administração do Pôrto e aprovada nos fins de 1952 pela Portaria n. 720 do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas; o aumento dos vencimentos e salários de todos os servidores (salvo o Superintendente) determinado pela Lei n. 1.703 de dezembro de 1952; e o acréscimo verificado no total da tonelagem movimentada.

O aumento das despesas de material decorreu, em grande parte, da elevação de preços de tôdas as utilidades.

b) — *Receita* — A receita arrecadada em 1953 importou em Cr\$ 8.601.607,20, contra Cr\$ 7.321.342,90 em 1952. Dois motivos determinaram a elevação verificada: o aumento da tonelagem total movimentada e a modificação de taxas das Tabelas "A" e "C" aprovada pela Portaria ministerial já mencionada, cabendo observar-se que essa modificação não foi além do necessário para custeio do já referido acréscimo de salário dos Serventes do Pôrto.

A arrecadação da taxa de emergência produziu Cr\$ 959 508,20 em 1953 contra Cr\$ 826.468,50 em 1952; êstes valores não estão incluídos nos totais de receita acima indicados. Trata-se de uma taxa de Cr\$ 5,00 por tonelada movimentada, com aplicação especial nos termos do Decreto-lei federal n. 8.311, de 6 de dezembro de 1945. O acréscimo na arrecadação dessa taxa resultou do aumento verificado no pêsso da carga movimentada.

c) — *Saldo* — Em 1953 se verificou um saldo de Cr\$ 636.590,00 na exploração comercial do Pôrto, tendo havido devolução de taxa no valor de Cr\$ 795,00.

Em 1952 se obteve um saldo de Cr\$ 735.449,10; em 1951, um de Cr\$ 243.299,10; em 1950, último da administração superior, houve um *deficit* de Cr\$. . . 947.648,30.

Em resumo:

Ano	Receita (Cr\$/ton)	Despesa (Cr\$/ton)	Deficit (Cr\$/ton)	Saldo (Cr\$/ton)
1950	31,8	37,3	5,5	—
1951	43,1	41,6	—	1,5
1952	45,2	40,6	—	4,6
1953	46,1	42,7	—	3,4

A arrecadação da taxa de emergência está excluída das considerações dêste ítem, porque essa taxa tem aplicação especial e não constitui parcela das rendas brutas dos portos.

Explica-se perfeitamente o pequeno decréscimo do valor do saldo em Cr\$/ton.: A administração fez face ao aumento de vencimentos e salários dos seus servidores determinado pela Lei n. 1.703 de dezembro de 1952, sem para isso contar com qualquer aumento de taxas.

d) — *Movimento financeiro* — O numerário existente em caixa e em Bancos ao fim do exercício de 1953

era de Cr\$ 1.668.881,20, sendo Cr\$ 1.267,70 em Bancos e Cr\$ 400.936,50 em caixa. Ao iniciar-se o exercício de 1953, isto é, ao encerrar-se o de 1952, êsse numerário era de Cr\$ 1.668.881,20, sendo Cr\$ 1.267.944,70 em Bancos e Cr\$ 346.621,20 em caixa. Sofreu, pois, no exercício de 1953 um acréscimo de Cr\$ 139.751,40 o numerário em Bancos e Caixa.

Considerações Gerais

a) — *Instalação para inflamáveis* — Do projeto aprovado pela Portaria n. 663, de 8 de outubro de 1952, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas e cujo orçamento importou em Cr\$ 13.900.000,00, ficaram concluídas em 1953 as seguintes obras: todo o cais em alvenaria de pedra, todo o terrapleno, as duas tubulações de recalque desde o molhe acostável até o local dos tanques e as bases dêstes. No momento já está feita a montagem de três tanques e acham-se iniciados os pequenos edifícios.

b) — *Aquisição de imóveis* — Dando prosseguimento ao programa de aquisição dos imóveis sítos à Praça Dr. Manoel Duarte e rua Sampaio Marques, do lado do mar, que se encontram em área necessária à ampliação das instalações portuárias, a Administração adquiriu em janeiro de 1953, pela importância de Cr\$ 143.039,60, o terreno de Adolfo Silveira de Carvalho e, em outubro do mesmo ano, pela quantia de Cr\$ 130.000,00, o prédio residencial n. 102 daquela praça. Dessas aquisições foram lavradas escrituras públicas nos cartórios do 3.º e do 1.º Ofícios, respectivamente; às mencionadas compras se referem os processos ns. 101|52 e 18|53 da Administração.

c) — *Relação programa* — No exercício de 1953 a Administração adquiriu para a locomotiva n. 3 uma caldeira de fabricação "Borries". Essa aquisição estava prevista na relação programa então em vigor e nela

figurava com o valor de Cr\$ 150.000,00.

d) — *Tomada de Contas* — De 25 a 30 de maio de 1953 se realizaram os trabalhos de Tomada de Contas do Estado de Alagoas na qualidade de concessionário do Pôrto de Maceió, relativa ao exercício de 1952. A junta de Tomada de Contas, de acôrdo com as Instruções aprovadas pelo Decreto Federal n. 17.788 de 8 de fevereiro de 1945, teve a seguinte constituição: o Engenheiro Chefe do 8º Distrito de Portos, Rios e Canais, um representante do Tribunal de Contas da União e um representante do Estado concessionário. A referida Tomada foi aprovada por despacho de 21 de agosto do mesmo ano, do sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, conforme comunicação constante do ofício n. 275 de 26 de outubro, daquêle Engenheiro Chefe.

e) — *Depósito da taxa de emergência* — O saldo em poder do Banco do Brasil, em 31 de dezembro de 1953, dos depósitos da arrecadação da taxa de emergência criada pelo Decreto-lei federal n. 8.311 de 6 de dezembro de 1945, importava em Cr\$ 5.347.693,70.

f) — *Resultado do exercício* — Alcançou bom êxito como em 1951 e em 1952, o esforço dispendido pela Superintendência da Administração do Pôrto no sentido de melhorar a situação financeira da mesma autarquia sem prejuízo da eficiência dos serviços prestados aos seus clientes.

Realmente, pelo Estado foram cumpridas em 1953 as suas obrigações de concessionário e podem ser considerados satisfatórios os resultados dêste 12º ano de exploração comercial do Pôrto, quer sob o ponto de vista financeiro, quer sob o de facilidades proporcionadas ao comércio e à navegação.

O saldo obtido importou em 7,4% da receita total.

Com o fim de não contribuir para o encarecimento das utilidades, a Administração deixou de promover a majoração de taxas correspondente aos novos encargos de elevação dos salários dos seus servidores e, assim,

a percentagem em causa não atingiu em 1953 o valor 10,05%, obtido em 1952.

Adstrita à norma de conciliar uma tributação não excessiva com a necessária segurança da situação financeira da autarquia, a Superintendência conseguiu realizar o objetivo confiado à Administração do Pôrto, de facilitar a vida econômica do Estado pelo suprimento de meios eficientes de guarda e movimentação das mercadorias.

RÁDIO DIFUSORA DE ALAGOAS

A Lei n. 1.708, de 31 de julho de 1953, veio dar organização legal à Rádio Difusora de Alagoas, erigindo-a em autarquia.

A situação da Rádio Difusora de Alagoas, desde a sua instalação, apresentava-se irregular e a aprovação de um Estatuto onde se definisse a sua posição jurídica vinha de há muito sendo reclamada.

Baixado o necessário regulamento à lei que criou aquela autarquia e nomeado o seu Diretor, procedeu-se ao levantamento do passivo da Rádio que, segundo ficou apurado, se elevava a Cr\$ 1.076.000,00.

Situação Financeira Atual — Durante os seis meses de vida legal, a despeito de dificuldades de toda a sorte, conseguiu a direção da Rádio Difusora de Alagoas normalizar a sua situação financeira, pondo em dia a folha de vencimentos do pessoal que ali trabalha e amortizando o passivo em cerca de Cr\$ 327.355,40.

Apesar das medidas tomadas pela direção da Rádio Difusora de Alagoas, medidas que, como se viu, têm visado melhorar a sua situação financeira, não se apresenta viável assegurar-se uma posição financeira estável à mesma sem o auxílio do Governo.

Uma subvenção anual viria, desafogar a Rádio e fornecer-lhe meios para uma liquidação mais pronta dos compromissos assumidos desde a sua instalação.

Melhoramentos na ZYO-4 — No exercício findo, a estação ZYO-4 da Rádio Difusora de Alagoas esteve ameaçada de deixar o ar se não fôsse feita a substituição imediata de determinadas peças. Autorizada a aquisição daquelas peças, cujo custo montou aproximadamente a Cr\$ 150.000,00, pode-se considerar normal, no momento, o equipamento da estação.

Ressente-se, entretanto, a emissora local de aparelhagem para transmissões externas e, principalmente, de uma sede própria construída com todos os requisitos técnicos.

Logo se tornem mais promissoras as condições financeiras do Estado não se poderá deixar de atender a melhoramentos tão indispensáveis à vida da nossa emissora.

IMPrensa OFICIAL

Durante o ano de 1953, a Imprensa Oficial do Estado continuou desenvolvendo normalmente as suas atividades, ao mesmo tempo em que se cuidou da execução de mais uma etapa do programa de reequipamento traçado pelo Governo.

Renda — No exercício de 1953, a despeito de um orçamento sempre ascensional a partir de 1951, a receita da Imprensa Oficial diminuiu um pouco, em relação ao exercício de 1952. O fato se explica não porque houvesse diminuído o ritmo da produção, mas em virtude de ter caído o movimento de encomendas feitas pelas demais repartições estaduais, de obras gráficas e material de expediente. Convém ressaltar, no entanto, que não figura no conjunto da renda do ano passado a importância de Cr\$ 33.354,00 relativa a material de expediente fornecido por meio de adiantamento para empenho posterior, a diversas repartições. Também não está incluída a receita com a impressão de parte das Apólices

Rodoviárias, que ainda não foi paga pela Comissão de Estradas de Rodagem.

Apólices Rodoviárias

Em face do disposto no Decreto n. 528, de 24 de dezembro de 1951, tinha o Estado de providenciar a impressão das Apólices Rodoviárias dos valores de Cr\$. . . 1.000,00, Cr\$ 500,00, Cr\$ 200,00 e Cr\$ 100,00, no total de 660.000 apólices, correspondentes ao empréstimo oferecido pelas classes produtoras ao Governo, para pavimentação das estradas de rodagem.

Em virtude das diversas espécies de apólices anteriormente emitidas pelo Estado terem sido impressas em emprêsas localizadas em outras unidades federativas do País, procurou o Governo colher orçamentos em outros Estados, chegando à conclusão de que os preços pedidos eram elevados, sobretudo porque as referidas Apólices Rodoviárias são de 100 coupons, todos êles numerados progressivamente. Diante de tal alternativa, deliberou-se realizar a sua impressão na Imprensa Oficial. A impressão de tal material, que se fez pela primeira vez no Estado, importou em uma economia de cerca de Cr\$ 700.000,00 para o erário.

Reequipamento

A Imprensa Oficial não se achava devidamente aparelhada para satisfazer às exigências de uma repartição do tipo industrial. Em 1951 as suas máquinas, exceção de uma — a Multilit Duplicator — de difícil utilização, eram tâdas de alimentação manual, não possibilitando uma produção rápida e barata. Em face disso, o Governo elaborou um plano de reforma, para execução em duas etapas, em virtude do qual se adquiriu, em 1952, uma impressora moderna e automática, de fabri-

cação alemã, marca Heidelberg, com capacidade de uma produção horária equivalente a 4.500 impressões.

No ano passado, foi adquirida uma outra máquina plana de impressão, automática, de fabricação americana, com capacidade igualmente para 4.500 impressões por hora, e foi essa compra que possibilitou o trabalho de impressão das Apólices Rodoviárias.

Da atual "Lei de Meios" consta uma dotação de Cr\$ 850.000,00 para aquisição de novas máquinas, entre as quais figuram uma guilhotina automática, uma máquina de dobrar e uma de costurar. Atualmente, os serviços de dobrar são executados a mão.

Em última etapa, deverá ser adquirida uma impressora para o "Diário Oficial", em substituição à existente, que não permite a impressão de um número mais elevado de exemplares. Quando de edições com maior número de páginas, a impressão do "Diário Oficial" fica retardada, havendo mesmo o risco de paralisação em virtude do mau estado da máquina atual.

Completado o programa de reequipamento da Imprensa Oficial, poder-se-á pensar na sua reorganização administrativa.

SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Honra-me destacar que tôdas as nossas realizações se processaram num clima de ampla liberdade, — liberdade de imprensa, liberdade de palavra, liberdade de reunião. Manteve-se perfeita a harmonia entre os Poderes. Dispensei todo o prestígio à Justiça — e quem diz Justiça diz liberdade — e as minhas relações com a Assembléia Legislativa foram as mais cordiais. Só no decorrer de 1953, realizaram-se eleições para Prefeito dos municípios de Pão de Açúcar, Murici e Pilar, pleitos suplementares neste último município e em Maceió, tendo o meu Governo colocado sempre à disposição da Justiça a Fôrça Pública. Nenhuma reclamação foi diri-

gida à autoridade judiciária contra a lisura dessas eleições, o que comprova a liberdade em que se feriram.

E a liberdade assegurada a todos os cidadãos, num Estado dominado até então pela mais extrema violência, não perturbou a tranquilidade que me orgulho de aqui haver instaurado, nem comprometeu a ordem pública, que o meu Governo se acha em condições de preservar.

O MESMO AMBIENTE ÊSTE ANO

Estou certo de que êsse clima de liberdade, tranquilidade e ordem poderá ser igualmente mantido êste ano, quando se realizarão novas eleições para o Senado, a Câmara Federal, a Assembléia Legislativa e as Câmaras de Vereadores. Não olvidando o dever que me cabe de resguardar, com serenidade e firmeza, a autoridade do Poder Executivo, sem a qual não pode haver nem liberdade, nem tranquilidade, nem segurança, nem ordem, darei ao povo alagoano plenas garantias para que êle possa manifestar sua vontade soberana nas urnas de 3 de outubro próximo. Não temo a crítica nem muito menos o povo.

OBRA DO POVO

Tudo o que se fez nesses três anos de Governo, desde a liberdade, a paz, até os numerosos e extraordinários empreendimentos administrativos, não é obra de um homem, nem de uma geração, nem de um Governo. É obra do próprio povo, cujas inspirações busquei e acolhi com a maior humildade, para melhor poder ser-lhe útil. E porque assim o considero, tenho absoluta convicção de que o povo, com o seu excepcional instinto de sobrevivência, saberá defender as suas conquistas, e não nos faltará com o seu apóio, a nós que vivemos a seu serviço, com a inteligência e o coração voltados

para a defesa dos seus interesses, dos seus direitos, dos seus ideais.

Quanto a mim, reconhecido aos que me elegeram e me ajudaram a trabalhar pela nossa terra, dando-me oportunidade de contribuir para o seu progresso, nada mais aspiro senão deixar Alagoas nas mãos dos que a merecem para assim melhor servir ao povo que me confiou o seu destino.

Palácio do Govêrno, em Maceió, 21 de abril de 1954.

a) *ARNON DE MELLO.*

APÊNDICE

Realizou sem Prometer

Discurso pronunciado quando da inauguração da ponte sobre o rio Paraíba, em Viçosa, em janeiro de 1953.

Povo viçosense:

No momento em que recebo de vós tão vivas provas de apreço, aprez-me recordar o início das nossas relações políticas, quando aqui estive em setembro de 1950, pleiteando os vossos votos para a minha candidatura ao Governo do Estado. Então eu vos falei em praça pública, saudado pelo mesmo José Maria de Mello que acabamos de ouvir em generosas palavras a meu respeito, o que agradeço com emoção.

As vossas manifestações de hoje, ao Governador do Estado, não diferem das de ontem, ao candidato democrático. Têm o mesmo tom: a mesma vibração cívica e a mesma confiança no homem que consagrastes nas urnas de 3 de outubro. Tal vibração denota o vosso espírito público e o vosso amor a Alagoas. A confiança que reafirmais ao Chefe do Poder Executivo, se muito o fortalece e o estimula na luta em favor do povo alagoano, demonstra por outro lado a fidelidade dêle aos princípios e propósitos da campanha eleitoral de 1950 e às esperanças por ela despertadas.

Bem vos lembrais, povo viçosense, das palavras que, como candidato, aqui proferi. Garanti-vos liberdade, paz e trabalho. Garanti-vos que, no Governo, me empenharia em restaurar a liberdade e a paz, então banidas da nossa terra, mas hoje amplamente asseguradas a todos os cidadãos. Garanti-vos trabalhar pelo progresso de Alagoas e o bem estar do povo, e é evidente o esforço do meu Governo nesse sentido, e são evidentes os seus

bons resultados. Nada mais adiantei, senão que conhecia os problemas de Viçosa, como os dos outros municípios, e que os estudaria com a preocupação de encaminhar-lhes soluções dentro das possibilidades financeiras do Estado. Nada mais prometi nem poderia prometer, tanto mais quanto não conhecia a situação em que me seria entregue Alagoas.

No próprio discurso com que agradei o lançamento da minha candidatura em 30 de agosto de 1950, depois de referir os problemas que deveríamos enfrentar, acentuava eu não me ser possível resolvê-los nos limites do período do meu mandato, e dizia:

«É esta uma campanha para uma vida, para uma geração, para várias gerações, e a ela dedicarei tôda a minha existência.»

Com a mesma franqueza com que falei durante a campanha eleitoral, dirigi-me em 1951 ao povo reunido na praça Pedro II em Maceió, por ocasião da minha posse no Governo do Estado.

«Conheço — afirmei eu — a generosa expectativa que se formou em tôrno da minha ação, mas devo sinceramente declarar que nada poderei fazer sem a ajuda coletiva. A situação em que recebo o Estado é das mais difíceis, e de todos conhecida. Não me considerem capazes de realizar milagres. Não há governos onipotentes.»

E frisei a seguir:

«O que prometo é empregar tôdas as minhas energias e todo o meu tempo ao serviço de Alagoas. Nada exigam do govêrno, que nada tem a dar a ninguém, mas sômente a pedir a todos, pedir, sobretudo, compreensão.»

Povo viçosense:

Nada vos tendo prometido durante a campanha eleitoral, aqui venho hoje, entretanto, inaugurar dois melhoramentos da mais alta significação para a vida do vosso município. O primeiro é esta ponte, velha de quarenta anos, que se encontrava em ruínas, aos pedaços, há um ano atrás.

Se já recordei tanto, não faz mal que recorde mais: quando aqui estive em começos de 1952, ouvi de uma criança de doze anos, Maria Amália Jatobá Bello, estas palavras dirigidas ao seu avô, o sr. João Pedro Jatobá, e pronunciadas quando era eu convidado para fazer várias visitas na cidade:

«Por que não convidamos o dr. Arnon a visitar nossa ponte, e não lhe pedimos que mande fazer outra?»

Era o espírito público já bem vivo numa flor humana, que mal começava a desabrochar. Atendi-lhe ao convíte, e, satisfazendo, ainda, aos reclamos que em mesa redonda me foram

transmitidos pelos representantes de tôdas as correntes partidárias dêste município, à frente dêles José Maria de Mello e Brandão Villela, não tive dúvida em determinar, logo que me foi possível, a construção da superestrutura desta ponte sobre o rio Paraíba, na qual despendeu a Comissão de Estradas de Rodagem, a CER, Cr\$ 1.340.000,00, inclusive com o projeto, de autoria do grande engenheiro professor Antônio Noronha, que veio do Rio para examiná-la.

E a ponte, que não foi prometida durante a campanha eleitoral, aqui se ergue, para maior segurança ao progresso de Viçosa.

O outro melhoramento que inauguramos nesta cidade é o primeiro andar da «Instrutora Viçosense». Não preciso contar-vos a história dela. Todos sabem que o prédio da «Instrutora» começou a ser erguido há mais de trinta anos. Há doze anos, a sociedade, que lhe iniciou a construção, fez doação dêle ao Estado, com o objetivo de vê-la quanto antes concluída. Quando aqui estive em janeiro do ano passado, fui visitá-lo e, no voltar a Maceió, determinei, por solicitação também de Brandão Villela e José Maria de Mello, que fôsse acabada a parte térrea do edifício, para que nela se instalasse a Escola Normal Rural Joaquim Diêgues, de Viçosa. Agora à tarde, terei a satisfação de inaugurar essa obra, da importância de cerca de Cr\$ 500.000,00, computado o mobiliário, que o meu Governo executou sem nada haver prometido e apesar das dificuldades financeiras com que luta em face da seca que nos assola.

Cumpra aqui assinalar, a êsse respeito, que encontrei Alagoas em 1951 com um orçamento de oitenta e poucos milhões de cruzeiros, dos quais setenta e seis milhões destinados ao funcionalismo, além de um «deficit» de mais de trinta milhões de cruzeiros, que em breve se elevava a quarenta e tantos milhões, dada a exiguidade das verbas de consumo constantes de um orçamento elaborado em 1948.

A poucos quilômetros desta cidade, além da estrada BR-26, que aproxima de Maceió numerosos municípios, um outro empreendimento está sendo realizado para Viçosa pelo meu Governo: a estrada ligando Pindoba ao asfalto, via Pimentas, a qual já está quase terminada e na qual gastaremos ao todo mais de um milhão de cruzeiros. Não foi igualmente prometida na campanha eleitoral, mas em breve a teremos pronta, assim melhor assegurando o desenvolvimento de tão prospera região dêste município.

Não será, porém, apenas essa a ligação que Viçosa terá com a rodovia asfaltada BR-26. Acabo de autorizar o diretor da CER a proceder aos estudos no sentido de comunicar-se Viçosa com

aquela estrada através de Bananal. Desta ponte à BR-26 distam, apenas, segundo os nossos cálculos, 12 quilômetros. Executada essa obra, como vai ser, pela Prefeitura com a cooperação da CER Viçosa estará em uma hora, ou até menos, dentro de Maceió, livrando-se definitivamente das dificuldades da estrada da serra dos Dois Irmãos, em cuja conservação tanto dinheiro todos os anos se despende.

Conheço a aspiração dos viçosenses quanto ao problema de água e luz para a sua cidade. Tudo tenho feito junto ao Ministério da Fazenda e ao Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais no sentido de autorizarem o empréstimo para que se execute aquele serviço. Confiemos em que nosso apêlo ao Governo da União seja atendido.

Viçosenses!

O Governo que elegestes e que apoiais com tanta determinação ainda tem muito a realizar, além do que já realizou em vosso benefício e no de Alagoas. Não me animo a fazer comparações, mas quero crer que nenhum Governo nos excedeu na dedicação ao povo e nos surpreendentes resultados que obtivemos, em dois anos apenas de administração e apesar da crise e da calamidade, que nos atingem. Vale, entretanto, destacar que tudo isso se deve menos a mim, que sou uma unidade, do que à equipe de homens de inteligência e de espírito público que me ajudam nos postos de Governo, como o dr. José Maria de Mello, Secretário da Fazenda; no Poder Legislativo, como os deputados Antenor Claudino e Ivan Villela, eleitos por Viçosa; e a outros ilustres alagoanos, que, fora de qualquer posto, cooperaram desinteressada e patriôticamente na obra de restauração do nosso homem e da nossa terra, encetada em 31 de janeiro de 1951. Tudo isso se deve menos a mim, que apenas me preocupo em congregar energias para o trabalho construtivo, do que ao povo, que me honra com a sua inalterável solidariedade e inestimável incentivo, e no qual ontem, como hoje, busco inspiração e força para realizar minha tarefa.

Povo viçosense!

Confio em vós!

Falando aos Correligionários

Discurso pronunciado a 19 de fevereiro de
1953, ao assumir a presidência da UDN:

Companheiros:

Bem compreendo o alcance do vosso gesto. Quisestes, elegendo-me Presidente do nosso Partido, demonstrar a identidade existente entre a UDN e o Governador do Estado. Essa verificação, ainda que não dimanasse apenas de tão elevada honra, só ela me tocaria fundo a sensibilidade, tanto assim se revela o reconhecimento, por parte de velhos companheiros, da minha fidelidade aos princípios que fizeram nascer e informam e conduzem os udenistas: princípios de liberdade, de tranqüilidade, de segurança para todos os cidadãos; princípios de trabalho intenso em benefício do povo.

Reunidos há oito anos em fase sobremodo difícil da nossa vida política, a adversidade, por mais terrível, não nos separou; manteve-nos, ao contrário, irmanados, tanto como ainda hoje, quando nos pesam os encargos do Governo. Se antes tentávamos demolir uma ordem de coisas divorciada das aspirações dos alagoanos, submetendo-nos a sofrimentos e riscos de toda ordem, cabe-nos agora a tarefa da restauração, que devemos bem executar para sermos dignos do povo e que reclama de nós excepcionais sacrifícios. A vida pública é, aliás, um permanente sacrifício para quem tem consciência do seu papel e senso de responsabilidade.

Recordo, neste instante, os nossos primeiros tempos de vida partidária, o meu primeiro encontro com a A'la Moça que, sob a lúcida orientação de Rui Palmeira, se formara de jovens dos mais dignos da nossa terra, desejosos de participar da vida pública com a nobre ambição de servir, e que, depois, se aliou a outros prestigiosos grupos para a fundação da UDN. E vejo

nesta noite, aqui congregados e juntos a ilustres e eminentes personalidades de diversas classes da nossa terra, êsses mesmos jovens, já bem provados em duras campanhas políticas, mas nem por isso menos entusiastas do bem coletivo, nem menos ansiosos de serem úteis.

E, se os vejo com a inteligência política mais esclarecida pela experiência, vejo-os também com o mesmo coração generoso voltado para os altos interesses de Alagoas, o que os leva a manter, nesta altura, os mesmos propósitos de entendimento e concórdia que, em 1950, reuniram várias forças políticas em torno da minha candidatura ao Governo do Estado. Encontrará, assim, o povo alagoano, na União Democrática Nacional, um Partido sempre de portas abertas a todos quantos queiram cooperar na obra de engrandecimento de nossa terra, um Partido preocupado com o presente de Alagoas como com o seu futuro, que deseja livre, tranquilo e progressista, e assim de tal maneira garantido que se torne impossível, realmente impossível, voltar a nossa querida província a ser o que foi há dois anos atrás.

Se, como Governador do Estado, pautei meus atos de modo a não me afastar do nosso Partido, com as minhas responsabilidades sumamente aumentadas não será outra a minha diretriz, certo de que, fiel às fontes de onde surgimos, interpreto os sentimentos e os pensamentos de todos os nossos correligionários, cujas aspirações, coincidem, ademais, com as do povo alagoano.

Companheiros:

Não preciso frisar que, para o êxito da minha ação política, como da minha ação administrativa, necessitarei sempre, considerando-a indispensável, da vossa ajudá, da vossa cooperação, da vossa solidariedade. E porque sei que elas não me faltarão, meus agradecimentos não se restringem à distinção que hoje me conferistes, mas se estendem ao apóio com que sempre honrastes ao atual Governador do Estado e do qual também vos ficará deverdor o Presidente da UDN, que acaba de ser eleito e empossado, mercê da vossa generosidade.

Meus agradecimentos — repito — a todos os companheiros. Meus agradecimentos aos que aqui falaram e a mim se referiram, Freitas Cavalcanti e Eduardo Pereira Júnior. Meus agradecimentos especialmente a Rui Palmeira, admirável figura de líder, de quem partiu a sugestão para que eu assumisse, nesta hora, a responsabilidade da direção do meu Partido, e cujas palavras a meu respeito me emocionam, sobretudo porque verifico como êle conhece as dificuldades que tenho

enfrentado no Governo e as que se me depararão à frente dos destinos da UDN; sobretudo porque verifico como coincidem os nossos propósitos de bem servir à terra comum. E o verifico com indizível satisfação, mais ainda porque não é menor a estima que dedico ao velho amigo do que o aprêço que devoto ao homem público, com tão grande vocação para a vida política e tão grandes serviços já prestados ao nosso Partido e a Alagoas.

As Soluções de Emergência e a Sêca

Entrevista concedida à «Radiopress» e publicada pela «Gazeta de Alagoas», de Maceió, de 3 de março de 1953:

O jornalista Mário Teles, da «Radiopress» do Rio, que aqui se encontra, entrevistou ontem o Governador Arnon de Mello.

A entrevista do Chefe do Executivo, concedida àquele jornalista e por êle enviada para a sua agência telegráfica, é a seguinte, que divulgamos graças à gentileza do nosso confrade do Rio:

«Existem, atualmente, em Alagoas cêrca de trinta mil flagelados, vítimas da estiagem que fere periódicamente todo o Nordeste e que agora já se pode considerar no seu terceiro ano de manifestação, com tôda sorte de conseqüências imagináveis — começa o jornalista. De passagem pelo Estado nordestino, a reportagem da «Radiopress» pode constatar, entre outras coisas, que a notícia divulgada de que, no município de Santana do Ipanema, um chefe de família, desesperado, oferecera um dos seus filhos à venda, para poder alimentar o restante da numerosa prole, não tinha absolutamente cunho fantasista. Foi o próprio Chefe do Executivo alagoano, informado pelo presidente regional da Legião Brasileira de Assistência, quem confirmou ao repórter a veracidade do ato. E isto, por si só, dá bem uma medida de gravidade da situação provocada pela sêca em Alagoas.

EFEITOS SOBRE A PRODUÇÃO

— «Alagoas está sofrendo duramente as conseqüências da sêca. Estive há três dias em parte da zona do polígono e fiquei profundamente impressionado com a situação. A sêca em

Alagoas não atinge apenas a zona sertaneja, mas alcança os municípios da Zona da Mata, entre eles União dos Palmares, fortemente castigado pela calamidade, cuja produção foi surpreendentemente reduzida. Alagoas, como os demais Estados nordestinos, não tem elementos próprios para combater o flagelo. Daí recorrer ao Governo Federal, do qual espera todo apoio nesta terrível emergência» — foi com estas palavras que o Governador Arnon de Mello se manifestou inicialmente ao repórter da «Radiopress», sobre a situação da seca em seu Estado.

A AJUDA DO GOVERNO FEDERAL

O jornalista quis saber se já houvera auxílio do Governo Federal ao Estado de Alagoas. A resposta do Governador Arnon de Mello:

— «Aqui esteve o Ministro João Cleophas, como representante do Presidente Vargas, que ouviu em mesa redonda vozes das mais altas autoridades do Estado, sobre a situação alagoana. O Ministro da Agricultura levou ao Chefe da Nação as reivindicações do povo alagoano nesta hora de atroz sofrimento».

Prosseguindo:

— «O Dr. Francisco Saboia, Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, telegrafou-me dizendo que aqui vinha por estes dias a fim cooperar conosco em benefício dos flagelados. A Srã. Darcy Vargas, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, que assumiu as responsabilidades até então atribuídas à Comissão de Abastecimento do Nordeste, já nos mandou, através da LBA de Alagoas, um auxílio de cem mil cruzeiros e um avião com gêneros alimentícios, para as vítimas da seca. Por sua vez, o Governador de São Paulo, Sr. Lucas Nogueira Garcez, enviou-nos outro avião, também carregado de gêneros para os flagelados».

A respeito da ajuda federal, fez questão de acentuar o Governador alagoano:

— «Confiamos plenamente no Governo Federal, porque só ele, com os recursos de que dispõe, poderá amenizar a terrível situação em que nos encontramos.»

ELEIÇÃO DA UDN LOCAL

A esta altura, indagou o repórter:

— «Soube que V. Excia. foi eleito presidente da UDN local. Que nos diz a este respeito?»

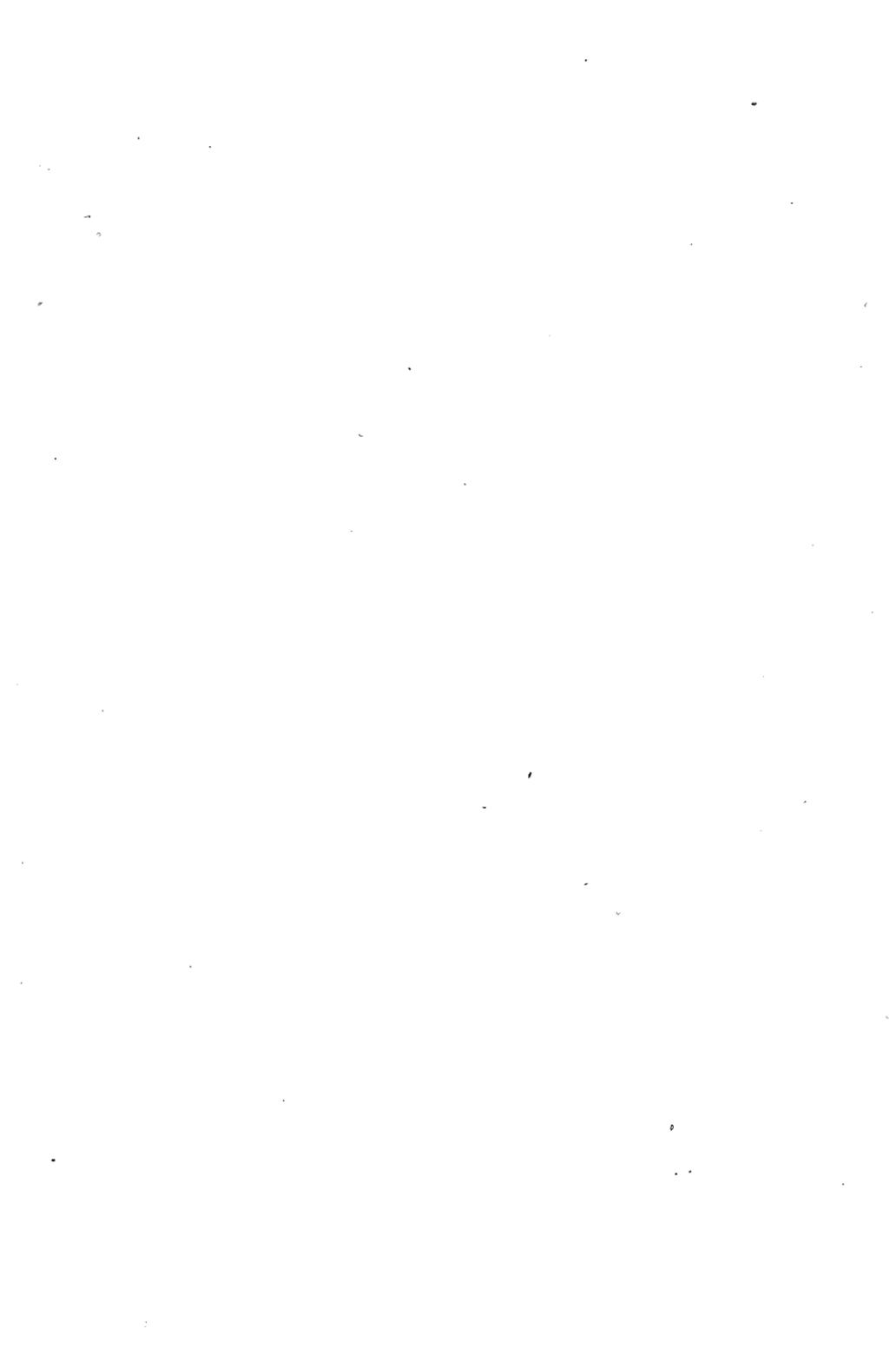
— «Foi com a mais viva emoção — respondeu o Governador».

dor alagoano — que recebi dos meus companheiros de Partido a honra com que distinguiram. Este fato demonstra a perfeita identidade existente entre o Governador e o seu Partido, a UDN. Prova a fidelidade do Governador aos princípios udenistas de liberdade, tranquilidade e segurança para todos os cidadãos. Foi por isso que os udenistas alagoanos se bateram ardorosamente, e é isso o que atualmente se verifica em nossa terra, através do clima de paz que aqui se instalou desde 31 de janeiro de 1951. Com essa tranquilidade possibilitou-se o início de uma fase de intenso trabalho em benefício do povo».

ESTRADAS

O Sr. Arnon de Mello passa em seguida a abordar um dos principais problemas do seu Estado:

— «O problema rodoviário apaixonou-me desde o primeiro dia do meu Governo. Além da construção de várias pontes e de retificação e construção de estradas estaduais, o meu Governo, em dois anos, já pôde apresentar o início da pavimentação da estrada BR-26, que liga Maceió ao sertão, e cujos primeiros quinze quilômetros já estão concluídos. Há ainda a construção da estrada BR-11, que ligará Maceió a Recife. As obras de tal estrada, iniciada pelo meu Governo, com cento e cinco quilômetros de extensão, já se encontram a vinte quilômetros da fronteira pernambucana, no Jacuípe. Além disso, já iniciámos as obras de saneamento de Maceió, que era a única Capital do litoral brasileiro sem esgotos, as quais se concluirão antes do fim do meu mandato. Estamos também estendendo os canos de água aos bairros pobres até agora não servidos.»



Falando ao "Diário de Notícias"

Entrevista publicada no «Diário de Notícias»,
do Rio, de 13 de março de 1953:

Maceió — março — (De Luiz Luna, enviado especial do «Diário de Notícias») — Estou no Palácio dos Martírios, que foi sede do feudo de Silvestre de Góis Monteiro, quartel general de todos os crimes e violências que o povo alagoano sofreu, nos piores e mais trágicos anos de sua história. Hoje, este palácio é sede de um Governo democrata, chefiado por um repórter de jornal, Arnon de Mello, que se fez governador e está honrando e dignificando a nossa classe, através de uma administração que ficará marcada nos anais das Alagoas como uma das mais produtivas e operantes.

Esse colega de jornal, que se tornou governador pela sua capacidade de trabalho e pelo seu profundo amor à terra natal, conta-me coisas terríveis da seca neste Estado, que também é meu, berço que foi dos meus antepassados.

ALAGOAS SOFRE DURAMENTE

Antes de penetrar o interior desta terra brava e gloriosa, ouço o depoimento sincero do seu jovem governador:

— «Alagoas — disse-me Arnon — sofre duramente as consequências da seca. Nunca vivemos situação igual — é o depoimento dos mais velhos, horrorizados com as proporções do flagelo. A longa estiagem não se restringiu ao sertão, porque alcança o agreste e a zona da mata. São José da Laje, município da mata, está às escuras por falta d'água.»

Depois de descrever a precária situação do Estado, com a sua receita prejudicada, em face da longa estiagem, adianta-me

o governador Arnon de Mello:

— «Em União dos Palmares, município vizinho a São José da Laje, não há jeito de chover, e a produção de algodão e de cereais se reduz, enquanto não se desenvolve a cana de açúcar. A arrecadação do Estado diminui. Há falta de trabalho. A fome, que se alastra na zona sertaneja, ameaça tomar conta de outras áreas.»

SERES HUMANOS CHORANDO DE FOME

Arnon de Mello conta cenas pungentes, que se estão desenvolvendo no interior do seu Estado. Dando-nos o seu testemunho pessoal, afirma:

— «Acabo de visitar o sertão. É de tocar a mais dura sensibilidade o espetáculo a que lá se assiste. Seres humanos chorando de fome, convencidos da morte próxima. Fisionomias cadavéricas espalhadas pelas ruas e pelas estradas, a esmolarem para não perecer de inanição. Quadros pungentes, de sofrimento atroz.»

FLAGELADOS ATACAM CAMINHÕES

O povo já não suporta o rigor da desgraça. Faminto e desesperado, lança mão de processos violentos.

— «Ante-ontem, informa Arnon de Mello, um caminhão da Legião Brasileira de Assistência, que levava víveres para socorrer os flagelados de Mata Grande, foi assaltado, na estrada, entre esse município e o de Santana do Ipanema, por cerca de 800 famintos. Agora, há pouco, recebi um telegrama de Santana, informando-me de que as ruas da cidade foram invadidas por cerca de mil retirantes, que clamam por alimentos para não morrer de fome.»

UMBU COMO ALIMENTO

A informação que publicamos abaixo, fornecida pelo governador Arnon de Mello, tivemos oportunidade de constatá-la por todo o sertão por onde viajámos. Referindo-se às condições do povo sertanejo, diz o governador de Alagoas:

— «Os que ainda resistem à terra queimada nutrem-se de farinha de mucunã, altamente tóxica; do xique-xique assado, da massa de macambira e do ouricurizeiro. Por último, apelaram para a semente de barriguda, da qual, torrada como milho, fazem uma espécie de fubá. O melhor alimento do sertanejo, nesta

situação, ainda é o umbu, nias a safra dele foi quase toda consumida verde. A palma cozida, de sabor detestável, plantada para o gado, está servindo para o sertanejo. Entretanto, já rareia e os rebanhos estão famintos e começam a adoecer. A morte em massa, se não chover e não levarmos até ali a devida assistência, é a perspectiva que se apresenta ao povo como ao gado.»

NAO DISPÕE DE RECURSOS

E o pior de tudo é que o Governo do Estado não dispõe de recursos financeiros para minorar esta terrível situação, que abate o bravo povo alagoano. E' o próprio governador quem afirma:

— «O Governo do Estado não dispõe de recursos para atender às vítimas da seca. Daí apelarmos para o Governo Federal, sem cujo auxílio não sabemos onde iremos parar. Alagoas já recebeu três aviões de víveres: dois da L.B.A. e um do Governo de S. Paulo. A LBA mandou-nos também Cr\$ 100.000,00, e o I.A.A. 766 sacos de açúcar. As necessidades são, todavia, imensas. Tenho intensificado as obras públicas, dentro das possibilidades financeiras do Estado, mas isso é uma gota d'água no oceano. E' da maior urgência a ajuda de que precisamos.»

NECESSIDADES IMEDIATAS

As necessidades do Estado são muitas, mas Arnon, de imediato, pleiteia apenas caminhões para o transporte de água e a liberação das verbas orçamentárias destinadas a Alagoas, com o que, pela execução de obras públicas, em grande parte se assegurará trabalho às vítimas da seca. Faz-se necessária também a perfuração de poços.

— «São medidas de emergências — esclarece Arnon — para amenizar a situação atual e garantir o futuro próximo.»

MANDEM SEMENTES

Para prevenir o futuro, o Governador pede a remessa urgente de sementes e esclarece:

— «No Nordeste não há sementes, e é absolutamente indispensável que as tenhamos para plantá-las, logo que as primeiras chuvas caírem. Do contrário, as dificuldades continuarão, apesar das chuvas, pois o de que sobretudo precisamos, para enfrentar a crise nordestina, é de produção, que a fonga estiagem destruiu. Não é possível continuarmos apelando, eternamente, para as medidas de emergência. Vou contar-lhe o que ouvi de um ser-

tanejo, quando visitei, ante-ontem, a zona assolada pela séca: — Tomara — declarou-me o sertanejo — tomara que não chova tão cedo. A gente pode morrer de fome e de sede, mas a maior duração da calamidade forçará, necessariamente, a solução definitiva do problema.

Olhei, espantado para o sertanejo, mas não deixei de justificar-lhe, de certo modo, as palavras.»

SOLUÇÕES DE IMPROVISO NÃO RESOLVEM

Prolonga-se a nossa conversa com o jovem e laborioso governador de Alagoas, o êle reafirma o que já dissera na Mesa Redonda dos Governadores do Nordeste, realizada em Campina Grande:

— «Cumpre-nos, de fato, rever a nossa política de defesa do Nordeste. E' essencial que saiamos das soluções de emergência, de improviso, e que adotemos uma orientação mais firme, para chegarmos, realmente, à solução definitiva dos nossos problemas. Criemos, por exemplo, uma comissão de planejamento, composta de homens do Poder Executivo e do Poder Legislativo, para examinar esses problemas. Façamos planejamentos sistemáticos, a fim de, através de uma ação permanente e continuada, dar sentido mais construtivo às soluções. Combater as consequências da séca não é apenas facilitar trabalho aos retirantes e construir estradas, açudes, barragens, mas complementar essas medidas visando à recuperação da economia do Nordeste, com o ajustamento dela no quadro da economia nacional.»

APELO AOS BRASILEIROS

O governador de Alagoas conclui a sua entrevista com um apêlo ao povo brasileiro, sem distinção de orientação política:

— «Com êsse objetivo, apelemos para todos os brasileiros, do Norte como do Sul, acima de quaisquer divergências políticas. O problema não é apenas de solidariedade, pois atinge diretamente a nossa unidade, a própria soberania nacional. Não pode haver unidade num país com um trecho do seu território rico e outro esvaindo-se na pobreza e na miséria.

Por outro lado, antes de qualquer outra parte, é aqui, no Nordeste, como já vimos, que tem de ser defendida a segurança nacional. E apelamos não só para o Governo Federal, mas para todas as forças vivas da nacionalidade, a fim de que elas contribuam para a solução dos problemas do Nordeste, salvando-o do desaparecimento, porque, no salvá-lo, estamos salvando o Brasil».

Entrevista ao "O Globo"

Entrevista publicada pelo «O Globo», do Rio,
de 17 de março de 1953:

«O Governador Arnon de Mello veio ao Rio tratar de medidas urgentes, para socorrer o seu Estado. E justificou a «O Globo».

— Porque a situação de Alagoas é desesperadora. Nós nunca sofremos tanto com a seca. Mas desde o ano passado o flagelo nos vem assolando, atingindo agora a fase mais aguda. Estive, há quatro dias, no sertão, de onde voltei confrangido e preocupado com o quadro que se me deparou. Homens e mulheres de fisionomias encovadas ajoelhavam-se diante de mim e chorando, pediam-me que lhes desse o que comer! Não há maior tristeza para um homem de Governo do que esta: ver, em carne viva, a necessidade premente, o sofrimento do seu povo pela fome, e não dispor de meios para resolver-lhe o problema.

FATOS REVELADORES

Em abono às suas palavras, o Governador alagoano lembrou fatos inquietantes:

— Flagelados fizeram parar na estrada um caminhão carregado de farinha, do qual tiraram vários sacos. Um outro caminhão, que levava víveres para o município de Mata Grande, foi interceptado por cerca de 800 retirantes famintos. A cidade de Santana do Ipanema está com mais de mil flagelados pelas ruas. Confrange-nos o espetáculo. Os deveres da solidariedade humana não nos permitem, diante dele, a indiferença ou a omissão.

E acentuou:

— Mas realidade tão trágica deve, acima de tudo, prencu-

par-nos pelo que dela pode decorrer.

SECAM OS RESERVATORIOS DAGUA

— Em Alagoas, não é somente o sertão que é atingido pela sêca — acrescentou o sr. Arnon de Mello. O agreste e a zona da mata estão igualmente assolados pela calamidade. Palmeira dos Índios, nunca sofreu falta d'água. O reservatório, que a abastece, nas piores sêcas baixava apenas em centímetros. Agora baixou varios metros. São José da Laje é um município da zona da mata, onde se acha instalada a grande Usina Serra Grande, produtora de açúcar. Esse município sempre se destacou pela abundância d'água. Pois hoje está às escuras por falta d'água. União dos Palmares, que lhe fica vizinho, está também sofrendo, se estorricando. E' de causar dó o vermos as plantações de cereais, de algodão e os próprios canaviais se ressequindo.

Referiu-se, então, o governador ao aspecto econômico:

— Alagoas produz cana de açúcar, algodão, feijão, milho, arroz. A sêca está prejudicando tudo isso. As plantações de cana não se desenvolvem por falta de chuva, o que nos leva a admitir uma safra mais reduzida. Esperávamos, em 1952, uma colheita de dez a doze milhões de quilos de algodão. E não estamos colhendo nem quatro milhões. Confiávamos no arroz. Mas até agora o rio São Francisco não se encheu, o que quer dizer que não teremos boa safra de arroz, êste ano. Quanto ao feijão e ao milho, basta frisar que um saco do primeiro está custando 600 cruzeiros e um saco do segundo, 180 cruzeiros.

NÃO ESTAVA PREVENIDO

O reporter indagou se o Estado não contava com obras federais para oferecer trabalho aos flagelados. O sr. Arnon de Mello respondeu:

— O jornalista tocou num ponto importantíssimo, para bem destacar a situação de Alagoas. Nós temos, como os outros Estados do Nordeste, flagelados com fome e com sede. Mas não dispomos de trabalho para dar-lhes. Alagoas não estava preparada para êste acontecimento de angústia. Como disse, sofriamos pouco, muito pouco, mesmo, com a sêca, que só recentemente se agravou de modo desesperador. O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas está construindo em Alagoas apenas dois açudes. E isto há mais de um ano. Não temos, assim, para onde encaminhar os retirantes que se amontoam nas ruas, sem teto e sem pão. E' o desespero. O que sustenta essas

desamparadas criaturas parece ser a fé, a religião. Encontramo-las de rosários ao pescoço, muitas falando no Padre Cícero.

PROVIDENCIAS IMEDIATAS

Concluindo, o governador Arnon de Mello adiantou as providências que pleiteia para enfrentar a sêca:

— A primeira é a remessa imediata de víveres. Víveres para serem distribuídos em troca de trabalho. Observei, aliás que os sertanejos que os recebem em paga de serviços se sentem mais felizes. Depois, caminhões para transporte de água. E além da intensificação das obras públicas, será indispensável a remessa de sementes para fazermos o plantio logo que ocorram chuvas.



Entrevista à Radio Record, de São Paulo

Entrevista concedida à Rádio Record, de São Paulo, em Maceió, e publicada pelo «Gazeta de Alagoas», a 6 de agosto de 1953:

«São Paulo — Encontramos o Governador Arnon de Mello em Maceió inteiramente absorvido pelos problemas econômicos e financeiros de Alagoas. Alagoas foi duramente atingida pela seca, de modo que exigiu do seu Governo um excepcional esforço para recuperar-se. Recebe-nos o Governador Arnon de Mello em seu gabinete de trabalho, pela manhã, que é reserva para estudar os assuntos da sua administração.

A primeira pergunta que lhe fizemos foi sobre a situação econômica e financeira do seu Estado.

PRODUÇÃO

Ouçamos a resposta do Governador de Alagoas:

— Alagoas vai bem. Agora mesmo estou recebendo notícias do interior, sobretudo do sertão, dando-me conta da safra de cereais, que já começa, e para a qual foi feita uma grande distribuição de sementes aos agricultores. A nossa colheita se faz na entre-safra dos Estados do Nordeste e do Sul. Dêste modo, vamos ter oportunidade de abastecer com cereais outros mercados do país.

SAFRAS

- E a safra de açúcar e algodão, Senhor Governador?
- Esperamos também boa safra de cana de açúcar. Em

1951 produzimos 1.700.000 sacos, enquanto em 1952 a nossa produção subiu a 2.400.000. Contamos que este ano alcançaremos mais de 2.500.000 sacos. Quanto ao algodão, tudo depende das chuvas de setembro a novembro.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

— E quanto à situação financeira, Excelência?

— Se são estas as perspectivas para a situação econômica, evidentemente são boas também as perspectivas para a situação financeira.

DEFICIT EM 1950

Como recebeu Vossa Excelência em 1951 o Estado, do ponto de vista financeiro?

— Alagoas tinha um orçamento de cerca de oitenta milhões de cruzeiros de arrecadação, dos quais setenta e seis milhões destinados ao funcionalismo público. Havia dívidas de cerca de quarenta milhões. O orçamento era ainda o elaborado em 1948, mas a arrecadação em 1950 foi de pouco mais de oitenta milhões de cruzeiros. Enquanto isso, a despesa se elevava a muito mais, em vista do aumento do custo da vida. Em 1951, quando assumi o Governo, já arrecadamos cento e quatro milhões de cruzeiros e em 1952 cento e trinta e nove milhões de cruzeiros. Este ano, se tudo correr como esperamos, acredito que arrecadaremos mais.

PLANO RODOVIÁRIO

Senhor Governador, sabemos que Vossa Excelência está executando um plano rodoviário de largo alcance. Que nos diz a respeito?

— Realmente, logo que assumi o Governo, considerei que o problema fundamental de Alagoas era o rodoviário. Alagoas é, perdoe-me a imodéstia, o São Paulo do Nordeste. Com vinte oito mil quilômetros quadrados, quase não possuímos terras áridas. São excelentes as nossas terras de praia, tão boas como as das Filipinas e das Antilhas, que são das melhores do mundo para a cultura de côco. Com regular reserva florestal, temos a nossa zona da mata cortada por seis rios perenes. E o sertão só depende de água para produzir. Santana do Ipanema, em plena caatinga, é um autêntico celeiro do Nordeste, com o seu grande número de pequenas propriedades. Verifiquei que precisávamos de estradas, e de boas estradas, tendo em vista, naturalmente, que

não basta produzir mas, também, transportar; e transportar com facilidade e por preços razoáveis, do que resulta o barateamento da produção. Imaginei, então, pavimentar as nossas estradas e construir outras com o fim de recuperar zonas abandonadas por falta de comunicações.

BR-26 E BR-11

— E quais são essas estradas?

— Estamos atualmente pavimentando com asfalto a estrada BR-AL-26, que liga o sertão a Maceió, numa extensão de cento e trinta e seis quilômetros. Temos prontos no momento treze quilômetros, e contamos inaugurar até abril de 1954 mais cinquenta e poucos quilômetros, ou seja, de Maceió a Porangaba. Além disso, estamos tomando medidas para, em setembro próximo, começar a pavimentação do trecho inicial da BR-AL-11 do Aeroporto a Vila Messias. Estamos também construindo o trecho da BR-AL-11, de Vila Messias ao rio Jacuípe, fronteira com Pernambuco. Já nos encontramos a nove quilômetros de Jacuípe, onde esperamos chegar em novembro. A BR-AL-26 e a BR-AL-11 são estradas federais, mas cuidamos também de conservar, melhorar e construir as estaduais, como a AL-12, que liga São José da Laje a Maceió, já começada, e a AL-11, que liga Maceió ao Norte do Estado, pelo litoral.

SANEAMENTO

— Vossa Excelência está construindo também o saneamento de Maceió e levando água para os bairros pobres, não é verdade?

— Maceió era a única capital do litoral brasileiro sem esgotos. Aracaju, com 74.000 habitantes, já os possui desde 1914, enquanto Maceió, com 123.000 habitantes, não os tem. Com recursos obtidos do Banco do Brasil, iniciamos este ano as obras de saneamento, que devem estar concluídas antes do fim do meu governo. Estamos também estendendo os canos de água aos bairros pobres da cidade, serviço que devemos inaugurar em 1954.

AJUDA DO GOVERNO FEDERAL

— Tem Vossa Excelência sido ajudado pelo Governo Federal?

— Alagoas tem recebido do Governo Federal todo o apêio, sobretudo dos Ministérios da Agricultura, Educação e Viação, e do Banco do Brasil.

SAUDAÇÃO A SÃO PAULO

— Vossa Excelência quer dirigir aos paulistas uma saudação através da Rádio Record?

— É com a maior satisfação que dirijo minhas saudações e as do povo alagoano ao grande povo paulista e ao seu ilustre Governador, Professor Lucas Nogueira Garcez.

Resposta ao Manifesto Oposicionista

Maceió, 11 de agosto de 1953.

Exmo. Snr.

Deputado Rui Palmeira

RIO

Prezado amigo Deputado Rui Palmeira

Acabo de tomar conhecimento do manifesto que a oposição de Alagoas fez ler da tribuna da Câmara dos Deputados, com numerosas acusações ao meu Governo. São elas de tal modo inconsistentes que não requeriam esta resposta, não fôsse o meu empenho de evitar que constem, sem réplica, dos anais do Congresso Nacional, alegações que não correspondem à verdade, mas podem levar a um falso julgamento da realidade alagoana.

Visando a bem esclarecer o assunto, destaco as afirmativas do manifesto mais absurdas a fim de melhor rebatê-las.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

1 — «Devido a sua incapacidade administrativa, o Estado encontra-se em catastrófica situação financeira, a pique de insolvência, se é que já se não pode considerá-la caracterizada.»

Resposta:

1 — Quando assumi o Governo de Alagoas é que a situação financeira se apresentava realmente catastrófica, e não agora.

No triênio de 1948 a 1950, a receita pública caiu sucessivamente de Cr\$ 91.668.236,40, para Cr\$ 84.255.224,60 e Cr\$. . . . 80,675.558,10, dos quais cerca de setenta e um milhões se des-

tinavam ao funcionalismo público, afora os adicionais, no total aproximado de quatro milhões de cruzeiros, que lhe eram devidos e não vinham sendo pagos pelo meu antecessor, e além de um «deficit» previsto de cerca de quarenta milhões de cruzeiros. Enquanto isso, em 1951, quando se instalou o meu Governo, a arrecadação dos tributos orçamentários se elevou para Cr\$ 104.542.558,10, subindo, ainda, em 1952, para Cr\$ 138.768.104,40. Isso, a despeito de fatores negativos que incidiram sobre a produção, como o inverno de 1951, com chuvas tardias e excessivamente rigorosas, e a seca inclemente e devastadora de 1952.

Impondo-se um regime de severa economia, pôde o meu Governo, em 1951, reduzir de Cr\$ 10.417.189,40 as despesas autorizadas e diminuir de cerca de vinte milhões de cruzeiros o «deficit» financeiro de aproximadamente quarenta milhões de cruzeiros, que me foi deixado pelo meu antecessor.

Enquanto, para o exercício de 1952, o Orçamento consignava uma receita de Cr\$ 125.904.000,00, e uma despesa que se elevava a Cr\$ 145.877.844,10, prevendo assim um «deficit» de Cr\$ 19.973.884,10, foi possível aos órgãos da Fazenda Estadual ultrapassarem a previsão da receita em Cr\$. 12.864.104,40, encerrando o exercício com uma arrecadação igual a Cr\$ 138.768.104,40.

O «deficit» orçamentário, que, por imperativo de ordem vária, não se pôde evitar na fase de elaboração da nova «lei de meios» para 1952, desceu de Cr\$ 19.973.884,10 para Cr\$ 4.913.138,00 ao se dar por encerrado o exercício financeiro, com a despesa total de Cr\$ 143.681.242,40.

Houve em 1950, para vigorar em 1951, primeiro ano do meu Governo, um aumento de doze milhões de cruzeiros do funcionalismo público. Em 1951, foram elevados os vencimentos da Magistratura e da Polícia Militar em cerca de dois milhões, e no ano passado verificou-se novo aumento do funcionalismo aproximadamente de dez milhões de cruzeiros. A esses aumentos, há a acrescentar os adicionais, que o meu Governo começou a pagar, no total de cerca de quatro milhões por ano. Apesar disso, o funcionalismo vem sendo pago rigorosamente em dia, e do «deficit» de quarenta milhões, deixado pelo meu antecessor, foram liquidados mais de vinte milhões, como já acentuei.

No primeiro semestre deste ano, arrecadamos Cr\$ 70.149.825,50, quantia que, somada à de Cr\$ 1.737.436,60, correspondente ao imposto de vendas e consignações e outras taxas devidas pelos usineiros, da diferença de preço do açúcar exportado para o exterior, a criação de uma taxa de fomento da

produção. Alcool, se eleva a Cr\$ 71.887.262,16, maior, portanto, apesar da calamidade da sêca, do que a receita do primeiro semestre de 1952, que foi de Cr\$ 71.332.094,60.

Agora mesmo informa-me o Secretário da Fazenda e da Produção que a receita pública de julho último foi de Cr\$ 10.328.371,00, superando, apesar dos efeitos da sêca, em mais de um milhão de cruzeiros a arrecadação de igual mês de 1952, a qual foi de Cr\$ 9.274.112,00.

Se no primeiro semestre dêste ano tivemos semelhante sucesso de arrecadação, a excepcional safra de cereais, que já estamos colhendo, e a grande safra de açúcar, que esperamos, nos asseguram para o segundo semestre uma arrecadação bem maior do que a de igual período de 1952, quando o prolongado estio destruiu parte considerável das nossas plantações de cereais e algodão.

Vê-se, por aí, como o Estado, muito ao contrário do que afirmam os oposicionistas, não se encontra absolutamente em «catastrófica situação financeira».

IMPOSTOS

2 — «Os impostos e taxas vêm sendo aumentados, pesando sôbre o contribuinte já exausto a ameaça de novos gravames.»

Resposta:

2 — O imposto de vendas e consignações só foi aumentado, no meu Governo, uma vez, — de 2,60 para 2,85 — pela lei 1.537, decretada pela Assembléa Legislativa, com o voto de muitos dos signatários do manifesto oposicionista, que assim assumiram tanto quanto eu a responsabilidade pela medida. Já o meu antecessor, aliás, pleiteara da Assembléa, no ano anterior a criação de uma taxa de fomento da produção com o objetivo de ajustar o desequilíbrio financeiro em que se encontrava o Estado.

Não é verdade, também, que pese sôbre «o contribuinte a ameaça de novos gravames», pois, conforme já afirmei, não tenho intenção de aumentar impostos, nem muito menos de criá-los.

Ademais, ainda que o quizesse, como poderia aumentá-los sem a aquiescência da Assembléa Legislativa, onde os oposicionistas constituem agora a maioria? E' esta mais uma prova da inconsistência das acusações que me são feitas no manifesto.

RODOVIAS

3 — «Quantias vultosas foram e estão sendo gastas em rodovias, e essas vias de comunicação continuam intransitáveis ou quase intransitáveis».

Resposta:

3 — Não sei se o manifesto quer referir-se às verbas de conservação ou se às de construção de rodovias. De fato, tem empregado o meu Governo em conservação e em construção de estradas quantias apreciáveis, convencido de ser esse dispêndio o mais remunerador possível. Os resultados de tal orientação vêm sendo muito compensadores, pois, na época invernososa atual, as nossas estradas estão transitáveis, pelo menos tão transitáveis como melhor já tenham sido. Se essa conservação não se faz melhor, é porque as restrições de importação não nos têm permitido a aquisição de novas máquinas adequadas àquele mistério, nem mesmo de peças sobressalentes para os velhos tratores e moto-niveladoras da Comissão de Estradas de Rodagem.

Apesar disso, pontos críticos, como a estrada de São Miguel dos Campos; a travessia do Vale do Alto Coruripe, o atêrro de Pindoba, em São Luis do Quitunde; as Sete Curvas, na estrada para Maragogi; a baixada de Taperaguá, em Marechal Deodoro; o precipício que era a ladeira de Itamaracá; os tradicionais e intransponíveis atoleiros de Satuba, os quais, até o início do meu Governo, constituíam fontes de permanente inquietação na época invernososa, — foram já satisfatoriamente superados, inclusive o Vale do Porangaba, na BR-26, inacessível até o último inverno, e já agora ostentando excelente faixa asfáltica.

Dando cumprimento ao programa de Governo que delineei ainda como candidato, tenho procurado dotar Alagoas de estradas-tronco asfaltadas e definitivas, objetivo que não me parece passível de crítica. Ninguém, em verdade, poderá oferecer restrições a uma iniciativa tendente, sobretudo, a facilitar a ação de quantos trabalham pela prosperidade da nossa terra.

Deliberei, assim, construir a BR-11 Norte, destinada a ligar-nos ao Recife em três ou quatro horas, quando hoje a mesma viagem é feita em oito e doze horas. Para aqui veio, vencedora da concorrência, uma das maiores firmas construtoras de estradas do nosso país, a mesma que construiu parte da rodovia Rio-São Paulo, e à qual o Governador Agamenon Magalhães confiou grande parte da construção da estrada BR-11 Sul, apesar de ela não haver tirado o primeiro lugar na concorrência

pública, promovida pelo Governo de Pernambuco.

Obteve, para isso, a empreiteira, do Banco da Lavoura de Minas Gerais, um financiamento de cento e cinquenta milhões de cruzeiros, a ser pago pelo Estado, aos juros de 6% ao ano, prazo de seis anos.

Os preços de transporte para pavimentação, que vamos pagar, são os mesmos que pagou o Governo Federal em 1949 para a construção da rodovia Rio-São Paulo, e os de terraplanagem os mesmos adotados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. A Comissão que julgou a proposta da firma vencedora da concorrência, e cujo relatório foi por mim aprovado, era presidida pelo engenheiro Antonio Mario Mafra, e composta dos srs. Major do Exército Luiz Cavalcanti, diretor da CER; dr. Afrânio Salgado Lages, então membro do Conselho de Finanças; sr. Samuel Bulhões, Contador Geral do Estado, e dr. Demócrito Barroca, diretor do D.O.P., os quais reúnem à competência técnica, a autoridade moral.

A BR-11 Norte, atravessando quatro grandes municípios alagoanos, Murici, São Luís do Quitunda, Camaragibe e Leopoldina — conquistará para a nossa economia uma vasta área de terras férteis e incentivará a prosperidade do norte do Estado, sempre tão em abandono.

Já foram movimentados até agora, na BR-11, 1.500.000 metros cúbicos de terra. Construiu o meu Governo grande parte dessa estrada, rigorosamente de acordo com as especificações e normas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, faltando apenas dez quilômetros para atingirmos o rio Jacuípe, na fronteira pernambucana. Já foi, também, realizado um regular movimento de terra em Satuba, na BR-11 Sul, estando iniciada a construção de um viaduto sobre os trilhos da Rede Ferroviária do Nordeste, e uma ponte sobre o riacho Catolé. A Comissão de Estradas de Rodagem, com sua própria maquinaria, concluiu os aterros de acesso à ponte de Satuba, também na BR-11 Sul, como também o maior corte já escavado em Alagoas, situado a um quilômetro além da ponte, cujo volume está próximo do 60.000 metros cúbicos.

Além disso, já foram pavimentados 13 quilômetros com asfalto, 5 com macadame hidráulico, aguardando o revestimento asfáltico, e 3.800 metros de pedra espalhada para execução de macadame hidráulico.

Além da pavimentação propriamente dita, trabalhos preparatórios de vulto estão sendo executados, para melhoramento das características técnicas da rodovia, à frente da pavimentação, e drenagem eficiente ao longo de todo o trecho a pavimentar.

Despendeu, até esta data, a Comissão de Estradas de Rodagem, com a construção e pavimentação dessas duas rodovias, em serviços da empreiteira, Cr\$ 29.384.021,50.

Realizou também o meu Governo a recuperação, numa extensão de 17 quilômetros, do antigo lençol asfáltico existente entre o bairro do Farol e o Aeroporto, e construído pelos americanos em 1941.

Cumpre frizar que o Governo passado pavimentou apenas um quilômetro e seiscentos metros de estrada.

Além do trabalho de construção da rodovia BR-11 e do início da pavimentação da BR-26, de tão grande importância, o meu Governo executou as seguintes obras:

Variante de Itamaracá — Eliminando um difícil e perigoso acesso da AL-12, na ladeira de Itamaracá, em Murici, foi construída uma variante cujo movimento de terra e consequente empedramento de «grade» garantem condições de segurança até então inexistentes. Foram gastos na sua construção Cr\$ 444.128,00.

Variante de Brejo do Pacheco — Essa variante, com 12,5 quilômetros de extensão, dos quais apenas 3,5 foram parcialmente atacados pela antiga administração do Estado, teve os seus trabalhos concluídos inteiramente levando-se a efeito, para tal fim, um movimento de terra equivalente a 130.000 metros cúbicos.

Estrada Palmeira Quebrangula — Nesse seguimento da AL-23, faltava apenas concluir o trecho da Serra do Muro, que veio substituir velha estrada de rampas demasiado íngremes e curvas de raios insuficientes, responsáveis por inúmeros acidentes ocorridos, alguns deles fatais. Os serviços, que corresponderam a um movimento de terra de 15.000 metros cúbicos de escavação em rocha, e à construção de várias obras d'arte e de proteção, exigiram uma despesa de Cr\$ 998.406,20.

Estrada Piranhas-Caboclo — Essa estrada, já concluída, tem como objetivo permitir o acesso direto de Santana do Ipanema a Piranhas, ligando a sede deste último município ao povoado de Caboclo, o qual, por sua vez, já se achava ligado à estrada Pão de Açúcar-Santana do Ipanema.

Já entregue ao tráfego público, tal estrada permitiu um encurtamento de 80 quilômetros entre Santana e Piranhas, em relação ao trajeto via Mata Grande e Delmiro, até há pouco tempo obrigatório.

Ligação Pindoba BR-26 — A próspera vila de Pindoba, no município de Viçosa, está sendo ligada à BR-26, na altura da Fazenda Pimentas, através de uma estrada de 12 quilômetros, de condições técnica satisfatórias.

Ligação Traipú-Capivara — Obra realizada em colaboração com a Prefeitura de Traipú, destina-se a abrir um elo indisponível entre o florescente distrito de Capivara e a sede municipal.

Variante da Boca da Mata — Seguimento da BR-26, com seis quilômetros de extensão entre os quilômetros 35 e 41, foi concluído pelo meu Governo.

Ligação São José da Lage-Macelió — Foi iniciada este ano a construção de AL-12, que encurtará de 15 quilômetros a distância entre a capital do Estado e os municípios de São José da Lage e de União dos Palmares, este tão grande produtor de cereais e algodão.

Construíram-se ainda no meu Governo as seguintes pontes:

1 — **Ponte de Flamenguinha**, sobre o rio Jetituba, em São Luiz do Quitunde, com 115 metros de vão, que custou à CER Cr\$ 2.437.675,50, dos quais foram pagos, no Governo passado, apenas Cr\$ 72.225,00. Os respectivos acessos estão em vias de conclusão, orçados em Cr\$ 600.000,00.

2 — **Pontes sobre o rio Coruripe**, em Brejo do Pacheco, município de Junqueiro, com extensão de 50 metros, iniciada no Governo passado e na qual o meu Governo aplicou Cr\$ 1.363.463,10, tendo a Comissão de Estradas de Rodagem se encerrado dos aterros;

3 — **Ponte de Viçosa**, em substituição à ponte existente, que datava da administração Clodoaldo da Fonseca e se achava em péssimas condições, nova superestrutura, com 90 metros de extensão, na qual despendeu o meu Governo a quantia de Cr\$ 1.300.000,00;

4 — **Ponte de Satuba**, sobre o rio Mundaú, com a extensão de 136 metros, iniciada no governo passado e na qual despendeu o meu Governo Cr\$ 1.275.282,60. Nessa obra o movimento de terra, com os trabalhos e aterros, atingiu a 15.000 metros cúbicos;

5 — **Pontes de Camaragibe**, sobre o rio do mesmo nome, com a extensão de 50 metros, iniciada no Governo passado e na qual o meu Governo despendeu Cr\$ 392.287,10. Os aterros e obras complementares estão sendo executados e foram orçados em Cr\$ 600.000,00;

6 — **Ponte de Cajueiro**, com estrutura de concreto armado e 12 metros de extensão, na qual se despendeu a importância de Cr\$ 243.374,70. Nessa obra, realizou a CER um movimento de terra de 700 metros cúbicos, para melhoramento dos acessos;

7 — **Pontes de Estrada Branca**, sobre o rio Paraíba, no município de Atalaia, com 50 metros de vão, obra realizada em regime de cooperação com a Prefeitura local e proprietários interessados, na qual a CER aplicou Cr\$ 242.752,80;

8 — Ponte sobre o Rio Salgado, de madeira, no município de Maragogi, com 60 metros de extensão, na qual a CER gastou a importância de Cr\$ 150.000,00;

9 — Ponte do Gulangi, em Murici com 23 metros de extensão, pilares de alvenaria de pedra e lastro de madeira de lei;

10 — Ponte do Rio dos Paus, em Maragogi, com 60 metros de comprimento, toda em madeira de lei.

Acham-se em construção a ponte do Catolé, em Satuba, com 18 metros de extensão, em concreto armado; o Viaduto de Satuba, com 12 metros de extensão, em alvenaria de pedra e concreto armado, e a ponte do Camarão, em Anadia, com pilares de alvenaria de pedra e lastro de madeira de lei.

Acesso à ponte de São Miguel — Por ocasião do inverno de 1951, numa repetição de quase todos os invernos passados, a cidade de São Miguel dos Campos ficou, durante vários dias, sem ligação terrestre em Maceió, em virtude do transbordamento do rio, que, inundando extensa área à sua margem esquerda, deixava também submerso um regular trecho da estrada. Em consequência, todo o tráfego rodoviário para os municípios do Sul e Centro era interrompido.

Para acabar de vez com esse estado de coisas, um grande aterro foi construído numa extensão de 800 metros e com o volume total de 29.900 metros cúbicos, mercê do qual se tem hoje acesso à ponte de concreto armado.

A despesa total com essas obras atingiu a importância de Cr\$ 832.591,50, correspondendo aquele movimento de terra e à construção de quatro obra d'arte, dentre as quais um pontilhão de concreto armado com 8 metros de vão livre.

Acessos às pontes de Marechal Deodoro — O bairro de Tapera, em Marechal Deodoro, teve sua ligação à sede municipal definitivamente assegurada com a execução dos aterros que ora ligam as três pontes de concreto armado da cidade. Essas obras importaram em Cr\$ 354.397,50.

Acesso à ponte de Tapera — Dada a situação em que foi encontrada pela administração atual a ponte de Tapera, sobre o rio São Miguel, a CER viu-se na contingência de executar volumosos aterros de acesso, para a contenção dos quais foi mister construir muros de alvenaria de pedra, com 7 metros de altura, obras essas já em fase de conclusão.

Acha-se iniciado o aterro ligando a cidade de Porto Real do Colégio à estação da Rede Ferroviária do Nordeste, com um volume de 6 mil metros cúbicos, obra de colaboração com a Prefeitura.

A tradicional cidade do Pilar está recebendo também as vis-

tas do Governo, no setor rodoviário, com a execução de melhoramentos na sua ligação à BR-26.

Projetos — A fim de possibilitar a expedição, no devido tempo, das ordens de serviço para a construção e pavimentação da BR-11 e BR-26, tornou-se imperiosa a formação de diversas turmas de topografia, indispensáveis ainda à execução de outros projetos, com as quais despendeu a CER, até esta data, o total de Cr\$ 1.291.429,90, estando aí também incluídos os projetos das pontes de Viçosa (Cr\$ 40.700,00) e Catolé (Cr\$ 33.240,00).

Veículos, máquinas e oficinas — Talvez tenha sido o setor de veículos, máquinas e oficinas o que mereceu maiores cuidados por parte da CER, em virtude da péssima situação em que foi encontrado. Empregou-se ainda a importância de mais de três milhões de cruzeiros na aquisição de veículos e máquinas diversas.

Desapropriações e indenizações — Em virtude da construção das estradas BR-11 e BR-26, foi mister proceder-se a várias desapropriações e consequentes indenizações de terrenos e benfeitorias atingidas pelo traçado das mesmas. Assim, se em 1951, a CER havia despendido a quantia de Cr\$ 11.610,00 nessa rubrica, já no corrente ano a soma das importâncias pagas com tais indenizações se aproxima do milhão de cruzeiros.

Assistência aos municípios — Tem a CER procurado prestar o melhor auxílio possível às Prefeituras, colaborando, de todos os modos, na solução dos seus problemas rodoviários. Vem, por exemplo, fornecendo cimento e madeira para a reparação e construção de pontilhões em diversos municípios, com o que despendeu a importância de Cr\$ 319.044,20.

Colaborou, também, com as Prefeituras, na construção de campos de pouso, terraplenagem de ruas e conservação de estradas distritais.

Sinalização — Outra das atividades da CER é a relativa ao novo e moderno sistema de sinalização adotado para as nossas rodovias, que tiveram, na sua quase totalidade, os itinerários convenientemente balizados, assegurando-se assim a um motorista, a cada instante, a maneira correta de se conduzir dentro delas.

Pagamento de Débitos — Recebendo a CER com um débito de Cr\$ 7.336.998,00 e com máquinas quase tôdas quebradas, empenhou-se a atual administração em regularizar tal estado de coisas. Sómente a Empresa Construtora Brasileira Ltda. tinha de crédito na CER, vindo da administração passada, a quantia de Cr\$ 5.132.055,00 hoje já inteiramente pago. Foram pagas também as grandes pontes de construção iniciada no Governo anterior e pelo meu Governo recentemente concluídas. Ao contrário do

que se verificava antigamente, as firmas comerciais, fornecedoras à CER de materiais e máquinas desta e de outras praças, estão sendo pagas regularmente sem atraso.

Dirige a Comissão de Estradas de Rodagem de Alagoas o Major de engenharia Luís de Souza Cavalcanti sôbre cuja lisura jamais se levantou qualquer suspeita.

AÇUDAGEM

4 — «As verbas consignadas no orçamento, e por força de imperativos constitucionais, para açudagem, não estão sendo empregadas».

Resposta:

4 — O problema de açudagem não foi descurado pelo meu Governo. Afim de evitar desperdício dos dinheiros públicos, deliberei que a construção dos novos açudes na zona sertaneja sómente seria feita após os indispensáveis estudos. A falta de pessoal habilitado para a execução de tais estudos e dificuldades de ordem técnica retardaram a execução do plano de tal assistência aos municípios da região assolada pelas sêcas.

Apesar disso tiveram seus estudos concluídos, no exercício passado, os seguintes açudes:

Barriguda, Xexéu e Cafundó, no município de Mata Grande; Riacho de Maniçoba e Cabeça de Boi, em Santana do Ipanema; Coité, no município de Palmeira dos Índios, bem como a ampliação dos açudes Agua Mary, São José da Tapera e Guaribas, no município de Pão de Açúcar.

Ficou terminada a construção dos açudes São João, município de Batalha, Riacho Grande, em Santana do Ipanema, e Canapi, em Mata Grande.

Foram feitas obras de limpeza e ampliação dos açudes Carneiro e Maravilha, em Santana do Ipanema; Varzea do Pico, em Agua Branca; e Dois Riachos, no município de Major Isidoro.

Valendo-se dos estudos realizados, estão em adiantada fase de construção os açudes de Barriguda, Xexéu e Cafundó, no município de Mata Grande; Santa Cruz, em Palmeira dos Índios; Saigado, Sinimbu e Caraibeiras, Agua Branca.

EMPRESTIMOS

5 — «Empréstimos onerosíssimos e contratos lesivos aos interesses do Estado vêm sendo firmados pelo Chefe do Executivo,

levando-nos à ruína, sobrecarregando de pesados ônus os que lhe vão suceder».

Resposta:

5 — Até agora o meu Governo só contraiu dois empréstimos, ambos para execução de obras reprodutivas e com o Banco do Brasil, autorizados pela Assembléia Legislativa e aprovados por diversos dos signatários do manifesto oposicionista. O primeiro, assinado em 4 de setembro de 1951, de Cr\$ 5.000.000,00, prazo de 4 anos, juros de 8% ao ano (lei 1.539, de 30 de julho de 1951), para conclusão da primeira etapa do Serviço de Águas de Maceió, serviço contratado pelo primeiro signatário do manifesto e pelo seu antecessor, com o Escritório Saturnino de Brito. Cabe aqui acentuar que, para financiar a primeira etapa do serviço de águas de Maceió, o primeiro signatário do manifesto oposicionista contraiu em 1947 com o Banco do Brasil, como Interventor do Estado, um empréstimo de Cr\$ 20.000.000,00, a longo prazo, cujas prestações vêm sendo pagas pelo meu Governo. O segundo empréstimo, também com o Banco do Brasil, e nas mesmas condições de juros do anterior, assinado em 24 de julho de 1952, de Cr\$ 35.000,00, destinou-se à construção da rede de esgotos de Maceió, e à extensão dos canos de água aos bairros pobres da cidade, serviços contratados também com o Escritório Saturnino de Brito. Maceió é a única capital do litoral brasileiro sem saneamento, e as suas condições sanitárias, com uma população de 123.000 habitantes, não permitiam ao Governo retardar por mais tempo a solução de problemas de tal relevância.

Quanto a contratos, assinou o meu Governo apenas dois; um com o escritório Saturnino de Brito, já acima citado; e o outro, da CER com a empresa vitoriosa na concorrência pública para a construção e pavimentação de estradas, contrato este último calcado no relatório da comissão encarregada de estudar a proposta da empreiteira. Já uma vez oposicionistas da Assembléia Legislativa lhe fizeram críticas. Convidados para uma Mesa Redonda na própria Assembléia, com a presença dos membros da comissão referida e dos empreiteiros, recusaram-se a comparecer à reunião, na qual se debateram todos os pontos do contrato, esclarecendo-se definitivamente o assunto e concluindo-se pela correção com que agiu o Governo em favor dos interesses de Alagoas.

Deixo ao critério do povo julgar se esses empréstimos levarão Alagoas à ruína ou lhe abrirão uma nova fase de bem estar e de progresso.

VERBAS EVENTUAIS

6 — «Verbas imorais, como a de EVENTUAIS, destinadas a favorecer apaniguados, crescem assustadoramente, em detrimento de serviços públicos necessários ao progresso da terra comum».

Resposta:

6 — A verba EVENTUAIS de há muitos anos existe no Orçamento do Estado, e nunca foi considerada imoral. Em 1944, era ela de Cr\$ 137.271,00, numa arrecadação calculada em Cr\$ 33.000.000,00. No orçamento elaborado em 1945, cujas tabelas explicativas foram assinadas pelo primeiro signatário do manifesto oposicionista, aquele tempo na interventoria do Estado, a arrecadação era de Cr\$ 38.000.000,00, e a verba Eventuais se elevou a Cr\$ 279.200,00, duplicando, portanto. No orçamento elaborado em 1946 pelo primeiro signatário do manifesto oposicionista e então Interventor do Estado, a arrecadação era de Cr\$ 46.000.000,00 e a verba Eventuais foi fixada em R\$ 741.970,10, ou seja quase o triplo do ano anterior e cerca de seis vezes mais que a de 1944.

No atual Orçamento, aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa, a verba Eventuais é, hoje, sete anos depois, quando o Estado arrecadou em 1952 Cr\$ 138.768.104,40 e espera arrecadar, este ano, Cr\$ 160.000.000,00, de Cr\$ 500.000,00, menos, portanto, Cr\$ 241.970,10, que a constante do orçamento de 1947, quando o Estado arrecadava Cr\$ 46.000.000,00, e cinco vezes menor, considerando-se a relação entre o montante das receitas públicas, que a consignada no orçamento elaborado em 1946, pois deveria ser hoje comparativamente de Cr\$ 2.500.000,00.

NOMEAÇÕES E ADICIONAIS

7 — «Apesar da difícil situação financeira do Estado, S. Excia. vem nomeando apadrinhados e afilhados, prejudicando, assim, aos que já tinham funções públicas, os quais ainda não receberam nem mesmo os adicionais a que têm direito».

Resposta:

7 — Este ano, por medida de economia, evitei o mais possível fazer nomeações, tando que existem atualmente 66 cargos vagos no Estado. Os adicionais que o meu antecessor se recusou a pagar, desde o ano passado que os venho pagando rigorosamente

em dia. Quanto aos adicionais atrasados, no total de Cr\$ 9.500.000,00, a própria oposição recentemente apresentou um projeto, que mereceu o apóio da bancada solidária com o Governo, para que fôsem pagos em apólices, projeto que sancionarei tão logo o receba. Com isso, liquidam-se os adicionais que o meu antecessor não quis pagar, tendo mesmo recorrido ao Supremo Tribunal Federal depois de vetar a lei que os instituiu e depois de haver sido o seu veto derrubado pela Assembléia.

EMPREGO DE VERBAS FEDERAIS

8 — «O Chefe do Executivo não vem prestando contas do emprégo das verbas federais canalizadas para o Estado, nem tão pouco dos auxílios que chegaram para os flagelados, os quais, por denúncis feitas e não contestadas, não tiveram, em parte, a aplicação a que se destinavam».

Resposta:

8 — Até agora o Governo do Estado recebeu para os fragelados as seguintes parcelas: Cr\$ 500.000,00 do Ministério da Fazenda; e Cr\$. 500.000,00, do Ministério da Agricultura. Esta última foi por mim encaminhada à Secção do Fomento Agrícola do Estado, repartição dirigida pelo próprio Ministério da Agricultura, afim de ser empregada na aquisição de sementes para os pequenos agricultores. Quanto à primeira, está sendo gasta em obras públicas, e da mesma prestarei contas oportunamente a quem de direito. Não sei a que «denúncia» se refere o manifesto, e a estimaria que os opositoristas indicassem quais as «verbas federais canalizadas para o Estado que não tiveram a aplicação a que se destinavam».

APOLICES

9 — «O Governo, através da bancada da UDN, quis cometer o inominável absurdo de emitir apólices estaduais para pagamento dos débitos contraídos no comércio, ao passo que não emitiu, até agora, apólices do empréstimo compulsório, que já sobe a milhões de cruzeiros e que não está sendo escriturado».

Resposta:

9 — Deputados que apoiam o Governo, valendo-se do projeto oposicionista que mandava pagar em apólices os adicionais de

funcionalismo público, tópico este que abordei linhas acima, apresentaram emendas estendendo essa forma de pagamento a débitos antigos já próximos da prescrição. Convém frisar que a quase totalidade desses débitos veio do Governo anterior e que, para saldá-los, não tive recursos orçamentários, nem mesmo de exercícios findos. É àquela proposta que o manifesto chama de «inominável absurdo» como se admitindo-se tal raciocínio não fôsse também «inominável absurdo» pagar dessa forma o funcionalismo de acôrdo com o que propuseram os opositoristas.

Quanto às apólices do empréstimo compulsório, seu processo de emissão está sendo ultimado. As exigências legais, com a tomada de preços e outros atos de concorrência, criaram certa dificuldade à conclusão dele, só agora sanada com cometimento do encargo à Imprensa Oficial do Estado. A demora da impressão dos títulos em referência decorreu das medidas que essa repartição tomou no sentido de aparelhar-se para o desempenho da tarefa que lhe foi confiada. O Governo não se descurou, assim, da obrigação que a lei firmou, a este respeito.

Quanto ao momento do empréstimo a ser regularizado com as apólices em questão, está ele, segundo a arrecadação até junho último, em Cr\$ 20.569.644,10. Tal compromisso acha-se devidamente escriturado. Já nas contas do Exercício de 1952, aprovadas pelo Conselho de Finança e apresentadas à Assembléia, figura o mencionado empréstimo sob o título Adicional Recuperavel, com a importância de Cr\$ 14.558.425,90.

GRUPOS ESCOLARES

10 — «Os próprios estaduais, como os grupos escolares, ameaçam ruir à falta de conservação, não funcionando escolas rurais».

Resposta:

10 — O exame destas palavras do manifesto opositorista nos conduz a um verdadeiro libelo contra a administração que me antecedeu.

Já na mensagem de abril de 1952, declarava eu: «A situação dos prédios escolares do Estado é das mais precárias. A impressão recolhida quando se visita qualquer deles é de desolação. Sem nenhuma obra de conservação e anseio, há muitos anos, os edifícios dos nossos grupos escolares estão, em regular número, em ruínas, e a grande maioria em deplorável estado. São a negação integral de todos os princípios pedagógicos e higiênicos. Por outro lado,

o mobiliário se encontra no pior estado, havendo numerosas salas onde as crianças não têm onde se sentar».

E, na mensagem de 1953:

«Atacando o problema, o Governo do Estado, por intermédio do Departamento Estadual de Educação, durante o exercício findo realizou obras de reforma a limpeza dos Grupos Escolares: «Floriano Peixoto», em Atalaia; «Inácio de Carvalho», em Coruripe; «Rocha Cavalcanti», em União dos Palmares; «Oliveira e Silva», em Pilar; «Rosalvo Ribeiro» e Diéguas Júnior», nesta capital, bem como no edifício do Instituto de Educação. Também realizaram-se obras urgentes de conservação, com substituição total do telhado do Grupo Escolar «Clementino do Monte», em Penedo. Em São Braz o Grupo Escolar «Sampaio Marques» foi protegido de muro e recebeu obras de conservação. O Colégio Estadual e o Grupo Escolar «Fernandes Lima» também foram beneficiados. Em Porto Calvo, o Grupo Escolar «Rocha Pita» submeteu-se a grandes obras de restauração. A Instrutora Viçosense, valioso patrimônio doado ao Estado, teve dois pavimentos de seu edifício concluídos e neles instalada a Escola Normal Rural «Joaquim Diéguas», para regozijo do povo de Viçosa, já descrente do funcionamento do magnífico próprio público, infrutíferas que tinham sido todas as solicitações feitas há vários anos aos governantes que me antecederam. O Grupo Escolar «Pedro II», de Maceió, teve benefícios gerais de conservação, pintura e melhoria de instalações sanitárias. Em Piranhas, em Pão de Açúcar e em Colônia Leopoldina foram realizadas obras nos Grupos Escolares «Manoel Porfírio», «Bráulio Cavalcante» e «Aristeu de Andrade». Em Marechal Deodoro, o Grupo Escolar está sendo atualmente quase totalmente restaurado, como foi consertada a Escola Rural da Massagüeira. Em Penedo, foi desapropriada uma casa par meliori do recreio do Grupo «Gabino Bezouro». Na Escola Profissional «Princesa Isabel», nesta capital, fizeram-se obras de limpeza e conservação das instalações de cozinhas.

No seu relatório de 1952, dizia o Diretor Geral do Departamento de Educação, referindo-se ao assunto: «Ao observador menos atento poderá parecer pouco. Mas a deplorável situação em que se encontravam dizem do vulto dos trabalhos e do montante das despesas realizadas. E nessa conservação teremos de continuar, permanentemente, na salvaguarda do patrimônio do Estado e no propiciamente às crianças adolescentes de casas higiênicas para estudar».

Não era possível, dentro das limitações orçamentárias, fazer mais ou eliminar totalmente os sinais destruidores de anos de abandono e desinteressc.

Não tem autoridade muitos dos signatários do manifesto para falar em escolas rurais.

A aplicação das verbas federais nos períodos anteriores ao meu Governo, foi orientada de tal forma que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, através do seu Diretor, o saudoso Murilo Braga, tomou a iniciativa de congelar o envio de verbas para Alagoas, enquanto procedia aqui a uma fiscalização rigorosa, cujas conclusões constituem um documentário completo da má conduta no emprêgo dos dinheiros públicos.

No meu Governo, tomaram-se severas providências moralizadoras que restauraram o conceito do Estado junto ao Ministério da Educação e culminaram em volumoso dossier apurador de responsabilidades, entregue ao Procurador da Fazenda Estadual para a defesa dos interesses do Estado e punição dos culpados.

Em relatório enviado ao Secretário do Interior em 3 de abril de 1952, assim se pronunciava sobre o assunto o órgão técnico da educação estadual: «Se tivesse havido um mínimo de bom senso e desejo sincero de ser útil ao Estado, nós possuiríamos hoje uma situação lisonjeira no setor do ensino rural, no tocante a prédios e instalações. No entanto, a política mal orientada, o comodismo e o desinteresse permitiram que se espalhassem, sem plano nem orientação, tão avultado número de prédios, e o que é pior, em grande parte péssimamente construídos, numa evidente má aplicação dos dinheiros públicos».

Herança tão pesada, todavia, não me modificou a decisão de enfrentar o problema. Executei larga política de recuperação do acervo recebido. Como se verificara nos Grupos Escolares, a pobreza de instalações das escolas isoladas era de estarrecer. Utilizando recursos orçamentários próprios e com a cooperação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o meu Governo conseguiu mobiliar cento e quarenta e cinco classes, atendendo, assim a urgente imperativo de ordem higiênica e pedagógica.

Subordinado aos limites das disponibilidades financeiras, tenho posto gradualmente a funcionar as referidas unidades escolares, em que pesem as dificuldades de localização e deficiências de construção.

Felizmente hoje o conceito de Alagoas no I.N.E.P. é lisonjeiro, tendo o eminente professor Anísio Teixeira enviado ao nosso Departamento de Educação, através dos ofícios 59, de 26.1.53, e 307, de 19.6.53, «cumprimentos pelo interesse que vem demonstrando no sentido de ampliar as possibilidades da Educação Primária do Estado» e «pelo espírito de cooperação com que contribuiu Alagoas para a realização do plano federal de auxílios para a ampliação e melhoria da rede escolar do Estado».

Tão honrosos conceitos decorrem, evidentemente, da conduta digna e honesta do Governo, abrindo para o Estado os horizontes largos de uma cooperação generosa do Poder Público Federal. A educação em Alagoas vive hoje dias de prestígio, moralidade e recuperação, graças a uma política valorizadora de obediência à lei e respeito aos direitos e dignidade do magistério, de aperfeiçoamento do material humano, cogitando de universidade de ensino médio, de centro educacional com escolas profissionais de arte; de música, stadium, teatro, casa de estudante de problemas técnicos, de melhor organização administrativa. E assim se verifica porque o Governo a tôdas essas iniciativas prestigia, assegurando, por outro lado, o clima de tranqüilidade indispensável ao desenvolvimento das coisas do espírito.

POSTOS DE SAÚDE

11 — «Os postos de saúde acham-se desprovidos de medicamentos e até de médicos».

Resposta:

11 — Jamais o Departamento Estadual de Saúde adquiriu e fabricou, com seus recursos próprios, maiores quantidades de medicamentos para suas unidades sanitárias, do interior e da capital, do que nestes dois últimos anos, e, também, nunca os recebeu em tão grande quantidade do Governo Federal, como na atual administração. O laboratório de Hipodermia, melhor instalado, aparelhado e ampliado no ano próximo passado, fabricou, em 1952, 195.958 ampolas de produtos vários e, até 31 de julho passado, já atingia a 142.361 o número dessas ampolas, o que dá uma previsão de 244.044 ampolas para todo o ano. Estas cifras jamais foram atingidas em anos anteriores, como demonstra o quadro abaixo:

1947	136.730
1948	119.640
1949	139.492
1950	171.100
1951	167.751

Pela primeira vez em sua história, iniciou o Departamento de Saúde, no ano passado, a aquisição de antibióticos e vitaminas, com seus próprios recursos, além de continuar a recebê-los em quantidade sempre crescente do Governo Federal, graças ao interesse da administração estadual, sempre em contacto perma-

nente com as autoridades sanitárias federais.

Nas administrações passadas, sem planejamento racional, sem recursos orçamentários bastantes e sem pessoal suficiente, foram sendo instalados postos de higiene no interior do Estado. O resultado é que muitos postos ficaram sem médicos e com verbas cada vez menores para aquisição de medicamentos.

O meu Governo, encontrando tais postos sem médicos, não teve possibilidades imediatas de resolver a situação, porquanto a carreira inicial de médicos sanitaristas é, na sua quase totalidade, exercida por interinos, muitos já há vários anos, o que impossibilitando as promoções de seus ocupantes às classes superiores, impedia a admissão de novos médicos.

O concurso para efetivação desses interinos, que, por motivos políticos, sempre se adiavam, foi agora realizado e, assim, com as próximas promoções as vagas abertas permitirão que novos sanitaristas sejam nomeados para os poucos postos ainda sem médicos.

Em Maragogi foi construído há anos um prédio para posto de higiene, mas este somente na minha administração veio ter um profissional em sua chefia.

A finalidade precípua dos postos de higiene não é a distribuição de medicamentos, que tem sido feita, em boa escala, mas a readmissão de imunizações contra doenças contagiosas e medidas outras de medicina preventiva que vêm sendo praticadas em ritmo sempre crescente. Para tornar mais ampla e contínua a prática dessas imunizações pelos postos de higiene, de importância considerável em saúde pública, iniciou o Departamento Estadual de Saúde o preparo dos principais produtos imunizantes, para que não viva a solicitação da capital federal e Estados vizinhos.

O atual Governo procurou dotar o Departamento de Saúde de maiores recursos e de técnicos mais numerosos e mais bem remunerados. Infelizmente essas iniciativas não se concretizaram em vista da atitude dos opositoristas da Assembléia Legislativa, que negaram, inclusive, o Orçamento para 1953.

Por iniciativa do meu Governo, postos volantes, na zona rural de Maceió e nas povoações das margens das lagoas, suprem a deficiência dos postos fixos, assegurando ao povo uma melhor assistência médico-sanitária.

MORDOMIA

12 — «O Governo pede suplementação da polpuda verba de mordomia, arrancando-a paradoxalmente do fomento à lavoura».

Resposta:

12 — A verba de mordomia do Palácio do Governo, criada com Cr\$ 50.000,00 em 1944 para o orçamento de 1945, quando a arrecadação fôra calculada em Cr\$ 33.000.000,00, fixou-se em Cr\$ 63.000,00 no orçamento para 1946, quando o Estado estimava sua arrecadação em Cr\$ 38.000.000,00, tendo sido as tabelas explicativas desse orçamento aprovadas pelo primeiro signatário do manifesto oposicionista, então na interventoria de Alagoas, que manteve a mesma verba no orçamento para 1947, por ele elaborado.

Em 1948, com uma arrecadação prevista de Cr\$ 64.209.896,00, a verba de mordomia foi fixada em Cr\$ 78.000,00.

Hoje, sete anos depois, com o Estado arrecadando em 1952 138.768.104,40 e esperando arrecadar êste ano Cr\$ 160.000.000,00, e o custo da vida extraordinariamente aumentado, sômente nos primeiros quatro meses dêste ano se tendo elevado em mais de trinta por cento, tal verba é fixada em Cr\$ 100.000,00. quantia que evidentemente não lhe justifica o adjetivo de polpuda, nem corresponde, de longe sequer, às despesas obrigatórias da mordomia de um Palácio de Governo. Se, portanto, em 1946, num orçamento em que a receita totalizava Cr\$ 38.000.000,00, a verba de mordomia era de Cr\$ 63.000,00, em 1953, com a arrecadação prevista, ela deveria ser mais de quatro vezes mais elevada, isto é, mais de Cr\$ 250.000,00.

Quanto à suplementação já em 1947 o meu antecessor com uma dotação de Cr\$ 63.000,00 pedira um refôrço da verba de mordomia de Cr\$ 21.000,00 (Decreto-lei 3.310 e Lei 1.378 de 1947). E em 1950 obtiveram nova suplementação de Cr\$ 50.000,00 com uma dotação de Cr\$. 80.000,00.

A suplementação pedida pelo Governo foi de Cr\$ 70.000,00, razoavel, convenha-se em face da suplementação anterior e da diferença de arrecadação e não se arrancou do fomento à produçãc. Tendo constado do orçamento do Estado de 1951 uma verba de Cr\$ 4.000.000,00 para ser empregada no acôrdo de fomento e defesa vegetal e animal com o Ministério da Agricultura, deveria o Ministério contribuir para esse acôrdo com Cr\$ 8.000.000,00. Sucede, entretanto, que a contribuição do Ministério foi em 1952 de apenas Cr\$ 6.750.000,00, em virtude do que, nos termos do convênio, ao Estado só competia dele participar com uma quota de Cr\$ 3.375.000,00, ou seja metade da parte do Ministério. A importância restante, que não cabia ser empregada naquele fim, serviu para diversas suplementações, entre as quais a cima mencionada.

ELEIÇÕES

13 — «A parcialidade do Governo nas eleições municipais de Marechal Deodoro, Maceió, Murici e Pilar, interferindo abertamente nas mesmas, é sobejamente conhecida. Em Maceió, esta parcialidade atingiu ao auge do interesse pela vitória do seu candidato, interesse demonstrado por uma série de desatinos e arbitrariedades praticadas por determinados elementos da Força Pública e de outros indivíduos arrebanhados da capangagem».

Resposta:

13 — É público e notório em Alagoas que as eleições municipais de Marechal Deodoro, Maceió, Murici e Pilar realizaram-se num clima da mais ampla liberdade.

As comunicações feitas pelos juizes eleitorais que presidiram tais pleitos, após o encerramento das votações, são um valioso testemunho do ambiente de garantias e liberdades reinantes nos mesmos.

Vale registrar ainda que as forças oposicionistas não ofereceram qualquer impugnação ou lançaram mão de qualquer recurso, com fundamento em coação eleitoral.

O Governo, mantendo a mesma orientação que se traçou desde as eleições suplementares, realizadas 18 dias depois de sua instalação, a 31 de janeiro de 1951, procurou sempre assegurar tôdas as garantias para que os pleitos decorressem na mais completa normalidade, chegando mesmo a colocar a força Pública à disposição dos juizes eleitorais. Um desses, o dr. Faustino de Miranda, irmão do primeiro signatário do manifesto oposicionista, e que presidiu as eleições de Marechal Deodoro e Pilar, declarou de público e à imprensa que o pleito ali correu perfeitamente bem, com a mais ampla liberdade assegurada a todos os eleitores.

Sobre Marechal Deodoro, recebi realmente do juiz Faustino de Miranda, logo depois do encerramento da eleição, realizada no dia 17 de janeiro de 1952, o seguinte telegrama:

«De Marechal Deodoro — Governador Arnon de Mello — Maceió — Eleições aqui hoje foram realizadas em perfeita ordem e liberdade. Cordiais saudações — Faustino Miranda, Juiz Eleitoral».

E sobre as eleições de Pilar, o mesmo juiz Faustino de Miranda, irmão do primeiro signatário do manifesto oposicionista, fez na mesma data em que se realizaram a 23 de abril dêste ano, as seguintes declarações publicadas no outro dia;

«Tenho a maior satisfação em falar à imprensa sobre a eleição para Prefeito de Pilar, que transcorreu na maior liberdade e ordem — declarou-nos à noitinha o juiz Faustino de Miranda. Tudo correu em completa normalidade. O Governo pôs à minha disposição a Polícia Militar, que ficou às minhas ordens, recolhida ao Quartel, mas dela não necessitei, dado o ambiente em que se feriu o pleito. Aliás, o Governo assegurou a liberdade não sómente de voto mas também de propaganda, pois aqui ambos os Partidos em luta realizaram comícios que quiseram, dizendo o que quiseram, com amplas garantias».

No entetanto, vale a pena lembrar que em 1949, na mesma cidade de Pilar, o meu antecessor esbofeteou pessoalmente um operário e criou tal ambiente de terror que os partidos oposicionistas não puderam concorrer a uma simples eleição de vereadores. E em 3 de outubro de 1950, na eleição de Mata Grande, houve mortos e feridos, entre estes um dos signatários do manifesto.

Quanto à eleição de Murici, realizou-se igualmente em ambiente de completa liberdade. No dia seguinte, ou seja a 16 de fevereiro deste ano, a imprensa transcrevia impressões de oposicionistas, até hoje não desmentidas.

«Que liberdade! — exclamavam os oposicionistas. Como é bom participar de uma eleição assim!» — publicou a «Gazeta de Alagoas». E o primeiro signatário do manifesto em presença de várias figuras de representação da vida pública do Estado manifestou por várias vezes em Murici, no dia do pleito, sua satisfação pela liberdade e ordem em que ele transcorria.

Quatro dias antes de realizar-se a eleição para Prefeito de Maceió, a oposição reclamou do Tribunal Eleitoral contra atos do Governador, de cuja participação na propaganda de um dos candidatos apresentou como prova um boletim assinado pelo Chefe do Executivo. Ficou, entretanto, demonstrado que tal boletim havia sido mandado imprimir pelo irmão de um deputado oposicionista.

O Tribunal Regional Eleitoral, pela resolução n. 2.609, de 3 de dezembro de 1952, publicada no «Diário Oficial» de 13 do mesmo mês, assim se expressou a respeito:

«Quanto ao boletim que os reclamantes juntaram para provar o interesse do Governador na vitória do candidato Joaquim Leão, boletim que afirmaram haver sido mandado confeccionar e distribuir pelo Governo, ficou provado que foi mandado imprimir por Galba Viana, ir-

mão de um dos signatários da reclamação, o deputado Aurélio Viana».

E sobre as demais alegações dos opositoristas, o Tribunal Regional Eleitoral, depois de tomar conhecimento da minha informação, assim decidiu em sua resolução n. 2.609:

«Em face do exposto, resolve o Tribunal julgar improcedente a reclamação».

Esse mesmo Tribunal, em 1947, ao tempo em que era interventor o primeiro signatário do manifesto, em decisão unânime, deixava fora de qualquer dúvida que o então Chefe do Governo, prestando informes àquela corte de justiça, sobre reclamações contra coações atribuídas ao Poder Público, confessara, até certo ponto, a ação coercitiva e, assim, a deixou fora de qualquer contestação.

E' interessante citar a resolução n. 161 do Tribunal Regional Eleitoral, de 16 de janeiro de 1947, quando era interventor — convem repetir — o primeiro signatário do manifesto, e às vésperas do pleito para Governador do Estado, na qual se lê:

«Atendendo a que os fatos arguidos pelo reclamante não foram contestados, antes, pelo contrário, a confirmação dos mesmos se infere da informação do chefe do Governo (o primeiro signatário do manifesto oposicionista), que, apenas, procurou justificá-los:

RESOLVE, unanimemente, o Tribunal Regional:

a) — determinar que os juizes eleitorais de Palmeira dos Índios (10ª Zona) e Anadia (4ª Zona) abram os competentes inquéritos afim de apurar quais os responsáveis pelas ocorrências reclamadas; e

b) — que se officie ao Sr. Interventor Federal neste Estado no sentido de serem asseguradas as devidas garantias ao partido reclamante, para que o mesmo possa, dentro da ordem e da lei, realizar livre propaganda de seus candidatos às próximas eleições».

Outra resolução, de n. 167, do mesmo Tribunal e datada de 18 de janeiro do mesmo ano, acentua:

«Focalizou a mesma informação do então Interventor Federal no Estado que os fatos apontados como significando uma realidade tangível de perseguições e violências contra pessoas filiadas à U.D.N. não passam de méros incidentes inevitáveis em época de exaltação».

E conclue a resolução n. 167, do Tribunal Regional Eleitoral, depois de frizar que «as ocorrências articuladas pela reclamante são de natureza grave»:

«Tem recebido este Tribunal reclamações, encaminhadas algumas por autoridades judiciárias a respeito, o que leva a credi-

tar-se terem às mesmas existido senão com a intensidade arguida, pelo menos com alguma evidência, tanto mais quanto esta verificação se constata pelo que contém nos autos.

Como solução acauteladora dos interesses gerais, este Tribunal resolveu que sejam abertos inquéritos pelos juizes locais, a fim de serem apurados os fatos e quais os responsáveis, e bem assim solicitar do Interventor Federal (o primeiro signatário do manifesto oposicionista), que seja posta à disposição dos Juizes a Fôrça Policial destacada nos municípios do interior, para as garantias da livre manifestação eleitoral nas eleições a se realizarem no dia 19 do corrente.»

Acentue-se, finalmente, que no meu Governo, apesar de colocada por mim a Fôrça Pública à disposição dos juizes eleitorais, nenhum deles aceitou o oferecimento por desnecessário. Relembre-se também, mais uma vez, que o mesmo Tribunal Regional Eleitoral julgou improcedente a reclamação que contra o meu Governo lhe dirigiram os oposicionistas de hoje, na eleição para Prefeito de Maceió, realizada a 7 de dezembro de 1952.

FUNCIONARIOS

14 — «O Governo persegue funcionários públicos demitindo-os, removendo-os, castigando-os sem amparo em lei, em franco desrespeito aos Estatutos dos Funcionários e à própria Constituição».

Resposta:

14 — As acusações são vagas, imprecisas e inconsistentes. Apesar da vacuidade, da imprecisão e da inconsistência de tais acusações, é fácil demonstrar a invérdade das mesmas por isso que, até o momento, nenhum funcionário recorreu ao Poder Judiciário para queixar-se de violências praticadas pelo Governo. Reveste-se esse fato de enorme significação, sabido que, com o advento da Constituição Federal de 1946, o instituto do mandado de segurança teve alargado o seu campo de ação, protegendo a liberdade individual contra os abusos do poder.

O meu Governo mantém em seus cargos e tem promovido funcionários que foram ardentes adeptos da situação passada e participaram da campanha contra a minha candidatura, e tem nomeado antigos adversários cuja capacidade se faz necessária ao serviço público.

IMPrensa OFICIOSA

15 — «A imprensa officiosa tem primado em insultar, denegrir e injuriar, em linguagem de calão, políticos e pessoas qualificadas que militam na opposição».

Resposta:

15 — Desde o inicio do meu Governo, a imprensa tem desfrutado em Alagoas da mais ampla liberdade. Basta dizer que dois jornais fazem virulenta opposição ao Governo, e, até hoje, não se aponta um único ato de violência praticado contra os mesmos ou contra os seus redatores.

Deixando a imprensa opposicionista viver nesse clima de liberdade, não seria justo nem razoável fôsse o Governo ter interferência junto aos jornais que lhe prestam apóio para censurar a linguagem por eles empregada.

Saliente-se, entretanto, que a imprensa que apoia o Governo nada mais tem feito do que repelir os insultos, as injúrias e as calúnias proferidas, estas sim, em termos de calão, pelos diários opposicionistas.

Uma simples consulta aos jornais de ambas as correntes deixaria bem claro que quem tem primado em insultar, denegrir e injuriar, em linguagem de calão, políticos e pessoas qualificadas, a começar pelo Chefe do Poder Executivo, que deveria merecer-lhes maior acatamento como primeiro magistrado do Estado, não é a imprensa chamada officiosa e sim os jornais da opposição.

Enquanto a imprensa taxada de officiosa é dirigida por pessoas de projeção na vida pública do Estado e que não se acham investidas de qualquer mandato eletivo, a imprensa opposicionista põe deputadôs à frente de seus jornais, como diretores, gerentes e secretários, com o objetivo de assegurar a licenciosidade de sua linguagem, acobertados que estão éles pelas imunidades.

* * *

Estão aí meridianamente respondidas as principais acusações constantes do manifesto opposicionista.

Das demais afirmativas, algumas, de tão pueris, não merecem contestação. E outras improcedentes chegam tardias para a condenação do regime passado, em que Alagoas viveu dominada pela intranquilidade e pela violência.

Acusam os opposicionistas o Governo de fazer uso indevido dos automóveis officiais, — afirmativa essa que não tem nenhum

fundamento, — esquecidos de que durante o Governo passado, que muitos entre eles apoiavam, os carros oficiais serviram nas campanhas eleitorais e em outras atividades.

Acusam o Governo de não dar assistência aos trabalhadores rurais e operários, como se isso fosse especificamente da competência do Estado. No entanto, oposicionistas da Assembléia põem abaixo projetos, por mim a ela encaminhados, criando o Conselho do Serviço Social e instituindo o Serviço Social de Menores.

Afirmam eles, sem a menor sombra de realidade, estar o Governo gastando na compra de veículos o diaheiro do Fomento Agrícola e do Departamento de Saúde, sem considerar que, durante o Governo que me antecedeu, chefes de repartições públicas compraram carros para seu uso com o dinheiro obtido da venda de antibióticos pertencentes ao Departamento de Saúde, fato este público e notório em Alagoas. Agora, o que se vê, ao contrário, é a grande falta de veículos para o uso do mundo oficial, desde que os próprios Secretários de Governo andam constantemente de «jeep» por estarem quase imprestáveis os seus carros, que datam ainda do Governo passado. Em mais de dois anos e meio de Governo, o único automóvel novo adquirido pelo Estado — e por verba própria — foi um Mercury 1951 destinado ao uso do Governador, o qual substituiu um velho Oldsmobile já inútil. E a aquisição de «jeeps», por preço de custo, feita ao Ministério da Agricultura atendeu a necessidades urgentes de diversos setores do serviço público, cujos veículos se apresentavam imprestáveis, utilizados que haviam sido pelo Governo na campanha eleitoral de 1950.

Quanto à afirmação de que não há segurança pública nem individual em Alagoas, de que o Governo se serve de capangas para intimidar seus adversários e procura engrossar suas hostes usando a violência e o suborno, chega-se a imaginar que o manifesto descreve situação existente no Estado antes de 1951.

Sobre o jogo de azar, sabe-se como é difícil lutar eficientemente contra êle, que aqui larga e livremente campeou no Governo passado, apoiado pela polícia e por muitos dos signatários do manifesto e em Governos a que pertenceram outros tantos desses signatários. Vale recordar a atitude de protesto de elementos oposicionistas quando o meu Governo, logo após a minha posse, iniciou a campanha para reprimir essa contravenção, campanha ainda agora intensificada pela Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública.

Não apresentam os oposicionistas a menor prova de que desrespeitei, como declararam, as leis e a Constituição. Fazem ainda acusações que, por inócuas e inexatas, não merecem contradita,

como, entre outras, a de que eu procuro embair a opinião pública apresentando como minhas obras de outras administrações, ou a que afirma não terem as rendas do Estado a devida aplicação, resultando desse fato crescente desorganização da administração pública.

Não é possível deixar de reconhecer a liberdade que atualmente se desfruta em nossa terra. Ai estão dois jornais oposicionistas, fato não constatado há muitos anos em Alagoas, marcando bem a diferença entre a situação atual e a do quadriênio passado, quando o «Diário do Povo», o bravo jornal udenista, foi destruído à vista de todos pela própria polícia, conforme ficou apurado através dos depoimentos dos executores da ordem do Governador, mercê do que o Estado foi condenado a pagar mais de um milhão de cruzeiros.

Também não é possível negar a segurança que o Governo proporciona a todos os cidadãos, correligionários ou adversários. Bem diversa se apresentava a época passada, em que um pai de família era assassinado à mesa do almoço, sol a pino, em pleno coração da cidade, e suas filhas, que o quiseram defender, baleadas por elementos da própria polícia, da polícia à qual está afeta a missão de manter a ordem e garantir a segurança dos cidadãos.

Tinha eu motivos realmente para considerar bem dura a tarefa do Governo: a herança que me cabia era das piores, mercê dos dessacertos, dos erros, dos desmandos cometidos pelo Governo anterior, quer no plano político, quer no plano administrativo. Não preciso acentuar mais a intranquilidade que dominava todos os alagoanos, não somente aqueles que combatiam o vandalismo oficial mas também os que eram indiferentes à situação e até os que a apoiavam. Não se sabia mesmo, ao sair-se à rua, se se voltaria vivo ou morto, dadas as ameaças dos agentes do poder público. De tal modo se faziam notar os desmandos que me foi difícil demonstrar, nos primeiros meses, não ter o Governo, para ser respeitado, necessidade de ser violento, tanto não ser viculento dava a impressão de ser fraco. Confundia-se serenidade com fraqueza, confundia-se a energia baseada no equilíbrio, sem palavras nem gestos teatrais, com falta de força do Poder Público para agir em defesa da sua autoridade.

Se fatos criminosos hoje se verificam no Estado, comuns em uma população de mais de um milhão e cento e cinquenta mil habitantes, todos os alagoanos sabem que jamais tiveram a inspiração, o apóio ou mesmo a complacência do meu Governo, que, bem ao contrário, os reprime sempre com o maior rigor. Vemos, aliás, no Rio de Janeiro, Capital Federal, sucederem cons-

tantemente homicídios, sem que possam ser evitados pelo Poder Público.

Não é possível deixar de reconhecer ainda que a paz existe em nossa terra. Respeitando os direitos dos cidadãos, prestigiando a Justiça, o Governo ganha a confiança do povo e pode realizar, como está realizando, uma obra de profunda repercussão para o futuro de Alagoas.

Não é possível esquecer, por outro lado, o permanente desentendimento existente no quadriênio passado entre o Poder Executivo e os Poderes Judiciário e Legislativo.

Não é possível realmente esquecer a situação a que, no Governo anterior, foi levado o Tribunal de Justiça, obrigado a suspender suas atividades pelas agressões do Chefe do Executivo, os desembargadores vivendo sob terríveis ameaças, com as suas casas pixadas e apedrejadas.

E' para mim motivo do maior orgulho haver restituído à Justiça de Alagoas o respeito que lhe é devido, cercanda-a do prestígio indispensável ao pleno exercício de sua elevada missão.

Não é possível esquecer as hostilidades do Governo passado à Assembléa Legislativa, que, além de cercada pela Polícia, teve seis dos seus membros presos, um dos quais agredido na Penitenciária pelo Governador em pessoa e outro forçado a assinar um documento infamante por um delegado de Polícia da cidade onde possuía uma fábrica de tecidos. Honra-me dizer que não tenho perdido oportunidade de aplaudir o Poder Legislativo e manifestar o meu empenho de defender a harmonia dos Poderes constituídos, base do bom funcionamento do regime democrático.

Tenho, assim, cumprido fielmente o que a esse respeito prometi ao povo alagoano, como candidato às eleições de 1950, porque, além da obra administrativa, que estou realizando, de interesse fundamental para o desenvolvimento de Alagoas, lhe tenho assegurado liberdade, segurança e paz. Lembro-me bem de que na fase da escolha do candidato ao Governo do Estado, todos os nossos líderes políticos mais responsáveis, entre eles alguns signatários do manifesto oposicionista, tinham antes de tudo uma preocupação: a tranquilidade da nossa gente. Diziam mesmo que o problema em Alagoas não era para nós de poder mas de tranquilidade, todos ansiosos por livrar, sem sangue, o nosso Estado de um Governo que se esmerou nos excessos de violência contra os adversários. Dentro desse pensamento, chegamos a nos fixar para candidato ao Governo de Alagoas no nome ilustre de um eminente filho desta terra, o General Vieira Peixoto, a quem atribuímos plena liberdade de movimento para entender-se com os nossos mais ferrenhos adversários, dispondo-nos a todas as

renúncias em favor da paz:

O povo alagoano acha-se justamente surpreso ante a atitude intempestiva de tantos dos seus representantes, dos quais tinha o direito de esperar mais reflexão. O grave erro deles não está apenas nos absurdos que proclamam mas na temeridade com que se lançam a uma luta sem motivo, contrariando os interesses do povo e da terra comum, cujo bem estar e cujo progresso se identificam com o ambiente de paz e de trabalho que lhe tenho assegurado.

Não será a paixão dos meus adversários que modificará a orientação que me tracei à frente do Governo do Estado ou me entibiará o ânimo para levar avante a tarefa que me impôs. Perante Alagoas e a Nação, assumo o compromisso de honra, em que empenho todo o meu passado democrático, de tudo fazer, disposto a todo e qualquer sacrifício, para que não se restaure em meu Estado um regime que tanto nos intranquilizou e humilhou. E renovo nesta oportunidade a todos os alagoanos de boa vontade o meu apêlo para que me ajudem a resolver os problemas do povo e a preservar as conquistas da memorável vitória de 3 de outubro de 1950.

Cordialmente,

ARNON DE MELLO.

Luta pela Manutenção da Ordem em Alagoas

Discurso pronunciado a 30 de agosto de 1953,
no Teatro Deodoro, agradecendo a manifestação de
solidariedade que as forças políticas lhe presta-
ram por ocasião do transcurso do 2º aniversário do
lançamento de sua candidatura ao Governo do
Estado:

Há três anos passados, nesta data memorável, reunimo-nos na velha Fenix Alagoana, à aproximação das eleições gerais, para iniciar uma campanha pela liberdade e pela tranquilidade da nossa gente. Um clima de violência e de arbítrio aqui se instalara por obra e graça do Poder Público, desassossegando, humilhando, amedrontando, aterrorizando os alagoanos. Está bem vivo na memória de todos nós a que extremos chegou aquela situação, que pode bem definir-se no assassinato de um chefe de família, à luz do dia, no centro de Maceió, por ser pai de um deputado oposicionista, e no gesto do Governador de então tiroteando, ele próprio, uma semana antes das eleições, indefesos estudantes secundários porque faziam a propaganda dos candidatos oposicionistas à Presidência da República e ao Governo do Estado.

Tinhamos autoridade de sobra para merecer o respeito e a confiança populares, não sómente pela nossa longa e penosa resistência aos desmandos oficiais, mas em virtude dos nossos esforços para, apesar de tudo, encontrar, em face da campanha eleitoral que se avizinhava, uma fórmula de conciliação que poupasse a Alagoas uma luta inglória. .

A CAMPANHA

Recusando-se os nossos adversários a entendimentos, lançámo-

nos ao prélio com a melhor disposição de espírito e ilimitada confiança no povo, confiança que as urnas em breve justificavam. Recordemos que, se vinham impressionando a Nação os sofrimentos a que por tanto tempo fomos aqui submetidos, nossa vitória emocionou o Brasil inteiro, mercê de exemplo, que demos, de um povo liberto pelas próprias mãos, através do voto, de uma tirania que se afigurava invencível. O retumbante resultado eleitoral exprime, de fato, o triunfo de uma causa e não o êxito pessoal.

Logo depois de eleito, reafirmei o sentido da nossa luta e, ao assumir o Governo, de novo fixei os propósitos que me norteavam. Três anos decorreram do lançamento da minha candidatura e há mais de dois anos e meio que me encontro à frente do Governo do Estado. Nesta hora de tanta emoção para mim, devo confessar que não tenho motivos para apagar as palavras pronunciadas àqule tempo, nem para mudar a orientação que então me tracei.

Tudo quanto disse ao povo durante a campanha eleitoral consta dos dois discursos que pronunciei a 30 de agosto de 1950 e a 31 de janeiro de 1951, ainda hoje mais uma vez divulgados pela imprensa e pelo Rádio. Eles evidenciam que não vancei, que continuo onde me encontrava, defendendo os meios ideais.

E' por isso que me sinto tão fortalecido e estimulado para enfrentar as dificuldades e os embaraços que se me deparam.

E' por isso, certamente, que aqui vos reunis hoje e, em tão impressionante coesão, demonstrais a vossa solidariedade ao Governador, que se mantém fiel aos compromissos assumidos em 1950. Mas não encaro esta solenidade, de tão profunda importância na nossa vida política, apenas como a comemoração eloqüente de um acontecimento. Percebo que o que me trazeis, com a vossa comvente solidariedade, é o julgamento generoso de homens das cidades e dos campos, pelo que tenho feito para servir-vos, pelo afincamento com que tenho trabalhado, pelo cuidado com que venho empregando o vosso dinheiro, pela extensão dos meus sacrifícios, inclusive reprimindo os meus melhores sentimentos para não perturbar a paz que me orgulho de vos ter dado. .

Não preciso repetir que tive a fortuna de instaurar e manter o clima de liberdade, de tranquilidade, de segurança, de respeito a todos os direitos em que estais vivendo, trabalhando e produzindo, como não preciso mettrar-vos a obra que venho realizando no nosso sistema de comunicações, na instrução pública, na saúde e no bem estar do povo, no desenvolvimento da nossa economia, no fortalecimento da Justiça, no alargamento da nossa produção, no amparo aos pequenos lavradores, no fornecimento de água aos bairros pobres da capital, na fundação de um serviço de esgotos para esta cidade.

Não preciso dizer-vos que me consagro inteiramente ao Governno que me entregastes, sem fechar os cuvidos à vossas solicitações, sem recusar aprêço às inspirações coletivas, todo devotado ao meu labor, escravo sem férias do meu dever.

El continuo a trabalhar sem ódios. Os insultos mais vis não me afastam do pensamento de que sou, como Governador, um magistrado, um magistrado que pode errar mas que não se desmanda, que não cede ao impulso de paixões inferiores. Ainda que, aliás, a serenidade não me fôsse imposta como obrigação pelo próprio cargo que ocupo, teria eu o direito de conservá-la ante os pronunciamentos de todos os tons que á meu respeito aqui se fizeram ouvir, confirmando manifestações telegráficas e epistolares que me têm chegado dos pontos mais diversos do Estado, dos municípios e povoados mais longínquos, como se viessem da própria terra.

Contra mim levantaram-se agora, como em 1950, quando fui candidato ao Governo do Estado, vozes apaixonadas em increpações sem base e sem sentido, que respondi com números e fatos. Mas esta reunião me diz que o povo alagoano me acompanha atentamente os passos e conhece por si próprio a realidade. Sabe do meu empenho em bem servi-lo e do resultado dos meus esforços.

Tomastes conhecimento, nos vários pontos em que exercéis a vossa atividade, das acusações que me estão sendo feitas, e chegastes até aqui, não para defender-me, mas para julgar-me. E vistes trazer-me, nesta hora a vossa sentença, na reafirmação da vossa comovedora solidariedade.

No instante em que sou pelos meus adversários — todos eles constituídos por suas próprias deliberações — acusado de crimes que não pratiquei e de erros que não cometi, essa solidariedade paga-me bem dos trabalhos em que me tenho consumido.

COMPROMISSO DE HONRA DO POVO

Devo dizer-vos ainda que não tomo a vossa presença nesta solenidade apenas como um julgamento, porque cia constitui também um verdadeiro compromisso de honra.

Juizes que sois da minha conduta administrativa e política, tendes sido, por outro lado, testemunhas vigilantes de que não corri de nenhuma forma para o clima de discórdia e de lutas a que estamos sendo impatrioticamente arrastados.

Ascendi ao Governo para ser o Governador de todos os alagoanos. Não procurei perseguir ninguém e olhei com a mesma isenção e a mesma simpatia meus correligionários e os que passaram a ré-lo na inscquecível campanha de 1950 ou depois dela.

Tive a alegria de receber a solidariedade e a colaboração de homens públicos que, vindos de outras origens partidárias e políticas, reconheceram a justiça dos meus propósitos e uniram seus esforços aos meus em favor do bem coletivo. Por outro lado, a vitória não me fez esquecer que eu não fôra eleito apenas pelo meu Partido e, assim, fiel à minha dignidade, não excluí do meu contato e do meu reconhecimento nenhum dos que colaboraram no triunfo de minha candidatura. Além de haver aberto as suas portas a todos os alagoanos de boa vontade, ainda agora, apesar de tudo e revivendo o espírito que nos animou na campanha passada, a UDN, o meu Partido, numa alta demonstração de consciência política, decidiu, sob a minha presidência, considerar válido o entendimento inter-partidário que realizou em 1950 com o PSD e o PR, provando, d'este modo, ainda uma vez, que não quisimos jamais excluir ninguém dos quadros do Governo. Lamento, entretanto, que companheiros de outrora hajam rompido conosco sem motivo. Na deliberação que tomaram, estou certo de que contribuíram menos os reais interesses de Alagoas do que o temperamento, os erros de visão, as incompreensões de cada um. Mas o tempo lhes dirá quem tinha razão; se nós, que nos mantemos onde antes nos encontrávamos, para evitar que retorne Alagoas ao passado, ou se eles, que nos negam apóio e procuram enfraquecer-nos, quando, exatamente quando os nossos verdadeiros adversários mais se animam à luta para a restauração, cheios de ódio, ansiosos de vingança.

GOVERNADOR INTER-PARTIDÁRIO

Da minha orientação conciliatória, posso dizer, sem receio de uma contestação honesta, que nunca me afastei, e nada o demonstra melhor do que o fato de participarem do meu Governo, prestigiando-me com a sua estima e merecendo minha inteira confiança, figuras das mais sugestivas de correntes políticas que não eram a minha. Não é inoportuno acentuar, a êsse respeito, que, para cumprir o meu dever de Governador Inter-Partidário, cheguei a parecer deslembado da minha condição de homem de partido.

Não tenho, pois, faltado aos meus compromissos políticos. Sem haver consentido, por mim e por vós, em perturbar a paz que instaurámos e que é, sem dúvida, o maior serviço que prestamos à nossa terra, e continuando a trabalhar na obra que me impus, sem olhar obstáculos, sem medir sacrifícios e sem deter-me diante das dificuldades que defronto, estou de consciência tranqüila.

COERÊNCIA DE ATUAÇÃO

A nossa autoridade é hoje a mesma de há três anos. Ela

decorre da coerência da nossa atuação, consentânea com os anseios populares, como da nossa preocupação em manter o regime que fundámos.

Convenhamos, em que começou cedo, mas não por nossa iniciativa, a luta eleitoral, pois estamos ainda a um ano de distância do próximo pleito. Destaque-se, todavia, que tal fato é uma prova evidente da liberdade e tranqüilidade que atualmente desfrutam todos os alagoanos. A campanha de 1950 durou apenas um mês, e não se poderia conscientemente admitir fazê-la mais prolongada, ante as ameaças e os riscos, a falta de garantias com que então se deparavam os adversários do Governo.

Seria realmente de toda conveniência que adiássemos agora o início da luta eleitoral, não pelos motivos que a retardaram há três anos, mas para que, mantido um ambiente mais calmo, pudéssemos todos melhor trabalhar pela terra comum. Desde que, porém, nossos adversários assim o quiseram, não temos motivos para temer o povo ou recear confrontos, sob qualquer ponto de vista. Estamos, ao contrário, confiantes e tranqüilos. Apesar de em meio do meu mandato, a obra administrativa executada já diz bem do empenho do Governo em realizar. Que todos quantos pretendem pleitear votos digam ao povo o que fizeram por êle, pois o que sobretudo interessa ao povo são serviços à coletividade.

LUTA PARA NÃO REGREDIR

Disponho-me a tudo fazer para que não seja destruído o regime de paz, de honestidade, de trabalho produtivo e de respeito a todos os direitos, que inaugurámos a 31 de janeiro de 1951. Empenhar-me-ei para que esse regime não se anule dentro de meu período governamental; porfiarei por que êle se projete para o futuro.

Para isso, porém, preciso contar com o vosso apóio. Não quero dar como cumprido o meu dever para com a minha terra e o seu grande povo apenas dedicando-lhes todo o meu tempo e todas as minhas energias. Pretendo fazê-lo lutando convosco para que não regridamos, para que não voltemos à era negra das provações que tanto nos afligiram.

Eleito por um período a terminar em 31 de janeiro de 1956, estou decidido a chegar ao fim do meu mandato para bem cumprir o meu dever. Não seria justo, aliás, mermente nas atuais circunstâncias, deixasse eu o Governo para solicitar aos alagoanos uma reafirmação, nas urnas, da sua solidariedade. Esta será dada ao Governo através da vitória dos candidatos que o apoiam e aos quais deve Alagoas, tanto quanto ao Governador, os serviços que lhe estamos prestando.

Em 1950, convocámos os alagoanos para lutar pela instauração da paz.

Em 1953, convocámos os alagoanos para lutar, com a mesma firmeza e redobrada responsabilidade, pela manutenção da paz, que não é obra de um homem nem de um Governo, mas do povo que a quis e a impôs pelo voto.

Hoje, como ontem, exprimimos os sentimentos populares. Ontem na oposição, e hoje no Governo, somos os mesmos, falamos a mesma linguagem, obedientes aos mesmos princípios, visando os mesmos objetivos. Hoje, como ontem, estou certo, merecemos o apoio do povo alagoano, que, coerente consigo mesmo, reafirmará em 1954 a grande conquista de 1950, assim evidenciando a sua sabedoria e o seu instinto de conservação.

E o meu reconhecimento às palavras dos grandes companheiros que acabam de referir-se ao meu Governo se aprofunda na convicção de que todos, unidos, coesos, determinados, cheios de flama, sentem o dever que nos assiste nesta hora de tão profunda significação para os destinos de Alagoas: o dever de consolidar uma obra política que justifica todos os sacrifícios.

Meus senhores:

Como em 1950, podemos confiar no julgamento do povo, que o povo nos julgará bem.

No Cumprimento do Dever

Discurso pronunciado, a 19 de setembro de 1953, agradecendo o banquete que lhe foi oferecido, na Associação Comercial, pela passagem do seu aniversário natalício:

Ao início do meu agradecimento a tão emocionante generosidade vossa, há que realçar, meus amigos, a feliz circunstância de estarmos todos reunidos neste salão da austera Associação Comercial de Maceió. Integrada de elementos da agricultura, do comércio, da indústria, e hoje sob a direção desse autêntico homem público que é Homero Galvão, os novos tempos, com a criação dos sindicatos e das suas federações, não a desfiguraram nem lhe tiraram o prestígio. Instituiu a lei outros órgãos de classe, mas os elementos que deles participam não tiveram forças para afastar-se da velha Associação Comercial, que conserva e acresce a sua grandeza pelo poder da tradição e ainda pela força moral e pelo espírito cívico que a informam e orientam, e a fazem sempre presente aos movimentos do interesse do povo.

Recordo com profunda emoção que foi daqui, deste mesmo salão, numa noite de setembro de 1945, que se irradiou para todos os municípios alagoanos o movimento em favor da redemocratização nacional, deflagrado com o apoio das personalidades mais prestigiosas da nossa vida econômica e social. Aqui também se reuniu e trabalhou a Assembléia Constituinte, e aqui foi assinada a Constituição do Estado de 1947:

Confunde-se, deste modo, a Associação Comercial de Maceió com a vida alagoana, decidida a dela participar até onde se estendam os interesses da produção, que ela representa e defende. Eis por que lhe foram concedidas atribuições de órgão consultivo do Poder Público. Eis por que o meu Governo tanto lhe requer a cooperação, sempre prestada com o alto pensamento

de servir à coletividade. Eu não poderia sem injustiça deixar de relembrar, em hora para mim tão memorável, que foram os homens da Associação Comercial que me forneceram os elementos financeiros necessários à execução do plano rodoviário, que assegurará um mais rápido desenvolvimento econômico à nossa terra. E a sua participação no meu Governo não parou aí, porque é ela de todos os dias, através das sugestões que me encaminham, dos problemas que estudam, das questões que debatem, dos assuntos que elucidam, todos de ordem geral e de interesse coletivo. Faz-se comum, assim, o nosso trabalho, realizando bem a Associação Comercial a nobre tarefa de órgão de utilidade pública. E nunca, seja dito por amor à verdade, nunca lhe surpreendi preocupação menos patriótica, pois seus objetivos são sempre o bem-estar e o progresso de Alagoas.

PRESENÇA DE ALAGOAS

Realizada neste salão, evidentemente que mais me engrandece a vossa generosa manifestação do aprêço, já sobremodo glorificada pela presença de tantos e tão altos valores da nossa terra. Não estão aqui, para uma reiteração de solidariedade, os meus companheiros de Partido, nem aqueles que, vindos de outras fontes, me animam com o seu apóio. O que eu vejo neste instante ao meu lado é Alagoas, a sociedade, a comunidade, o povo alagoano, demonstrando-me, ainda uma vez, o seu afeto e dando-me a honra do seu estímulo. Não tenho diante de mim portadores de interesses vários, lisongeando um homem de Governo; o que ora aqui se encontra é a consciência da minha gente, desnuda de paixões que lhe restrinjam a sinceridade e lhe perturbem a serenidade do julgamento.

Não participais, realmente, desta mesa, senão trazidos pela vossa amizade. Aqui estais, — agricultores, comerciantes, industriais, trabalhadores, pescadores, operários, médicos, advogados, engenheiros, magistrados, funcionários públicos, comerciários, sacerdotes, professores, escritores, jornalistas, deputados, prefeitos, vereadores, líderes políticos, líderes sindicais, afluindo das mais diversas nascentes, vindos de tôdas as classes sociais e de todo o Estado, da capital como dos mais distantes municípios, sem quaisquer intuítos políticos, sem a nódoa de uma ambição egoísta, — aqui estais para uma afirmação de confiança, para uma afirmação, tão necessária ao meu labor, de que não vos tenho faltado, nem me tornado menos merecedor da vossa confortadora expectativa.

FESTA QUE É UM ESTÍMULO

Em qualquer fase da minha vida, esta homenagem, tão espontânea, tão enobrecedora e tão excepcional, falaria profundamente à minha sensibilidade. Em qualquer época da minha existência vosso gesto encheria de conforto a minha alma agradecida. Mas, nesta hora, festa tão generosa tem para mim uma significação muito mais alta e muito mais comovedora, porque me trazeis com ela novos testemunhos da vossa estima, exatamente quando se tenta diminuir em mim um esforço bem intencionado e uma consciente e firme vontade de servir.

Há poucos dias, as forças políticas que me apoiam davam-me a mais alta prova de solidariedade com que poderia sonhar, numa concentração memorável que constituiu um dos mais impressionantes espetáculos cívicos já verificados em Alagoas. Agora sois vós que vos reunis aqui para dizerdes que minha vida continua digna de ser vivida.

Não me desviarão do meu caminho os que me combatem, os que me negam e mesmo os que, neste momento, procuram destruir-me, porque, não aquiescendo embora à anulação de minha autoridade, não me esquecerei jamais de que me cabe, antes de tudo, preservar a vossa tranquilidade. Continuarei trabalhando, dentro da paz que me orgulho de haver aqui instaurado, para estar, cada vez mais, à altura de prêmios inexcedíveis como o que agora estou recebendo.

Sou, realmente, posso dizê-lo sem o receio das contestações, um homem que, há mais de dois anos e meio, se consagra totalmente ao trabalho de servir-vos. Nesse espaço de tempo, terei naturalmente errado, mas nunca em mim diminuí o empenho de vos ser útil e de corresponder a vossa confiança, nem mesmo quando as injustiças e as incompreensões, as injúrias e os agravos poderiam encher-me de desalento e de desesperança. Nesse labor, que só não me exaure as energias porque não me tem faltado o vosso estímulo, nem sempre terei de todo atendido aos vossos anseios, mas nunca me furtei de ir-lhes ao encontro para mostrar que não lhes era indiferente.

UNIDADE DE PENSAMENTO PARA BEM SERVIR A TERRA

O dia de hoje sempre foi para mim de recolhimento, e vivido no recesso da minha família. Transferindo neste ano a comemoração desta data, da intimidade do meu lar para a grandiosidade deste recinto, retirando-a do círculo familiar para a amplitude de uma concentração de forças vivas do Estado, e festejando-a

no mesmo local em que se verificaram fatos memoráveis da nossa história cívica, ampliais os limites da minha família, a que vos incorporais com a vossa generosidade, e me conduziis a considerar bem maior a responsabilidade que me pesa e bem mais profunda a importância dos compromissos que me sobrecarregam no Governo de Alagoas. Sei perfeitamente que não se trata aqui de uma festa partidária, e longe de mim querer reduzir a larga e profunda significação desta homenagem com referências de ordem política; mas um homem público que, no exercício de um mandato popular, recebe, como eu, tal prova de confiança, consagrada de uma conduta e de um programa de Governo, não pode restringir seu pronunciamento a puras palavras de agradecimento pessoal. Não é positivamente ao homem de Partido que distinguis, mas também não vos reúne aqui o simples cidadão, bem modesto para receber honra tão insigne.

O que sobretudo nos congrega é evidentemente a identidade do nosso pensamento em benefício da terra comum. Sois as forças vivas do Estado, de que o Governo é uma expressão. Os homens que recebem das urnas o diploma eletivo, no decorrer dos pleitos não se nutrem, não fazem reservas suficientes da inspiração popular para todo o período do exercício do seu mandato. Eles carecem de auscultar permanentemente as fontes do seu poder para não se distanciarem dos anseios da comunidade. Se o povo, depois das campanhas eleitorais, não adormece, mas antes se mantém vigilante e atento; se o povo não se demite do direito de fiscalizar a atuação dos seus representantes, estes, para serem fiéis aos compromissos que o sufrágio universal lhes exige, não podem ficar indiferentes aos reclamos da alma coletiva, nem deixar de sondar-lhe sempre as vontades e as inclinações. Fortifica-se a vida democrática nessas relações entre eleitores e eleitos, e se os últimos não procedem como lhes cumpre, se não correspondem aos compromissos assumidos, não se iludam: transformam-se, por mais astuciosos, audazes, arrogantes e rumorosos, em verdadeiros corpos sem alma, solitários, vazios, inócuos, imperceptíveis, abandonados. Faltos da seiva e do vigor das origens de que dimanaram, não recebendo mais o fluxo da sensibilidade, do entusiasmo, da consciência populares, suas palavras e ações, sem conteúdo nem eficácia, suscitam indiferença e enfiado, bem longe, portanto, de influir nas inteligências e emocionar os corações.

OS MESMOS OBSTÁCULOS DE 20 ANOS PASSADOS

Este encontro que hoje me proporciona dá-me oportunidade de conferir as minhas ideias e propósitos com as vossas aspira-

ções e esperanças. E foi com profunda alegria que de novo verifiquei como estamos entendidos, ao ouvir a vossa voz, a voz nobre e grave, autorizada e respeitada, do vosso intérprete, eminente alagoano que se afirma pelo poder econômico como pela força da inteligência e pelo prestígio social e político, tal se houvesseis querido fixar através d'ele a síntese d'este congraçamento de figuras tão ilustres e de tão variadas procedências e atividades. Reune o dr. Osman Loureiro as condições de produtor de riqueza à de professor de Direito e de homem público com uma longa experiência de Governo. Ninguém melhor do que ele para conhecer as dificuldades de quem dirige um Estado como Alagoas. Os obstáculos por ele enfrentados há vinte anos são os mesmos que hoje nos desafiam. Na generosidade das suas palavras a meu respeito, que tanto cativaram o meu reconhecimento, bem se percebe a compreensão do antigo Governador que sentiu por igual os mesmos sofrimentos que venho defrontando.

Mas nenhuma surpresa me causaram tais dissabores. Habi tuado desde cedo à luta mais árdua pela vida, não poderia decepcionar-me com circunstâncias, contingências e acontecimentos próprios da vida política. Antes, pelo contrário, sou dos que consideram que os tropeços e os embaraços enrijam e fortalecem o homem público, e o preparam para as grandes vitórias. Há dificuldades que podem ser por ele chamadas de felizes, que podem mesmo ser desejadas. O indispensável é que, em meio ao tumulto e à tormenta, mantenha a reflexão, a serenidade e a prudência, distanciando-se dos arrebatamentos, tão comuns nas campanhas eleitorais, para entregar-se à compreensão, tão necessária à obra construtiva, consciente de que o voto do povo não lhe atribuiu somente direitos, mas sobretudo deveres. E entre estes deveres destaca-se o do senso da responsabilidade, que impõe ao homem de Governo a consideração dos interesses gerais acima dos sentimentos pessoais e dos interesses de indivíduos e de grupos, o que lhe dá a consciência da sua missão de magistrado.

PRECISO SE FAZ REALIZAR O MÁXIMO EM BENEFÍCIO DO POVO

É natural que o desempenho de tarefa sobremodo difícil provoque incompreensões e injustiças, que as vontades e ambições contrariadas exacerbam. Já se disse que governar é descontentar. As obrigações do Governo são muito impessoais para permitir que em torno d'ele se forme unanimidade de opiniões. Jamais esperei ou pretendi unanimidade, e todo o meu esforço de concii-

liação visa antes de tudo ao desarmamento dos espíritos e à preservação de um clima de segurança, tranqüilidade e ordem, para que o Governo possa realizar o máximo em benefício do povo.

Mesmo porque quem se vê alvo da confiança popular é que bem pode aferir a importância da crítica, tanto é através dela que se distingue a realidade e surge, afinal, a verdade. Até quando a liberdade de pensamento e de palavra, pelo excesso de paixão que a envolva, incida no erro e na injustiça e não contribua para o esclarecimento pessoal do homem de Governo, ainda assim ela se faz útil: permite uma visão mais nítida da verdade — que é objetiva, que não se inventa — pela contradição, pelo atrito da crítica infundada com a realidade, o que proporciona ao povo, com a sua fina intuição para discernir, uma impressão mais justa e mais favorável em relação ao Governo. Compete, assim, ao homem de Governo, imbuído da consciência da sua missão, crer no poder da verdade, que antes se exprime através do choque de opiniões do que da negação da liberdade, que é essencial à dignidade humana.

Inspirado por tais princípios, procurei não somente aqui instaurar um regime de liberdade, mas consolidá-lo, desde que a liberdade dá ao homem uma substância moral de incomparável valor, mas não se faz efetiva se não se alicerça em elementos de outra ordem, em elementos econômicos, de produção e de riqueza.

NOVO E VIGOROSO IMPULSO A ECONOMIA ALAGOANA

Para apressar o progresso da nossa terra, lancei-me a um programa administrativo que a muitos pareceu ousado de mais, e do qual se destaca o plano de construção e pavimentação de estradas. A rodovia Maceió-Palmeira dos Índios incentivarà a produção na área do agreste e do sertão, zonas por excelência de pequena propriedade. A estrada Maceió-Leopoldina acordará região das mais ricas do Estado e ainda não explorada por falta quase absoluta de vias de comunicação. Centros de consumo ficarão, assim, ligados aos de produção, e o transporte será fácil e barato — o que significa rebaixamento do custo da vida pela redução do preço das utilidades. Estou certo — repito — de que a execução de tal plano implicará num novo e vigoroso impulso para a economia alagoana, com o seu positivo e rápido desenvolvimento.

Embora não esteja eu aqui para falar-vos das realizações do Governo, cabe-me acentuar que, além do plano rodoviário e dos meus esforços no sentido de ampliar a educação pública e incrementar a produção, participam do meu programa administrativo

Outras obras que igualmente repercutirão no futuro de Alagoas, como o saneamento de Maceió e o abastecimento de água para os bairros pobres da capital e para as sedes de diversos municípios, serviços fundamentais e indispensáveis à saúde e ao bem-estar do povo.

BEM-ESTAR, JUSTIÇA E SEGURANÇA PARA O POVO

Não é possível, necessariamente, descurar o homem de Governo dos problemas do povo, tanto através dele se garantem a tranqüilidade e a prosperidade geral. Cabe-nos, sobretudo, não esquecer as vidas humildes sem alegria, os lares pobres sem pão e sem saúde, os lares dos sem trabalho, dos desafortunados, dos desamparados, e fazer empenho para promover-lhes bem-estar, segurança e justiça, visando a uma sociedade mais justa, em que as necessidades não comprometam a personalidade humana, e as desigualdades sociais não favoreçam as explosões de revolta. O problema, grave e complexo, não pode ser enfrentado através apenas das obras accidentais da caridade e da solidariedade humana, que confortam, mas não decidem. Torna-se preciso que estendamos em tais setores os nossos olhares para o futuro, que aprofundemos nossas preocupações, que nos dediquemos, não a empreendimentos que apenas encham a vista, mas que encaminhem e promovam soluções.

É, meus amigos, o que tem procurado fazer o meu Governo, na modéstia das suas atribuições, dentro do regime social em que vivemos. Certo que, obra de largo alcance, a nossa não pode aparecer do dia para a noite, mas já se afirmam os seus resultados.

Não preciso relembrar que para essa obra muito contribuístes, impelidos pelo vosso sentimento de responsabilidade. A democracia não restringe o sentido de Governo apenas ao Chefe do Executivo e seus auxiliares. Governo são todos quantos integram a comunidade, de que éle é cúpula e da qual tira os meios com que agir pelo bem-geral. Governo são especialmente todos os que aqui se encontram, nesta noite, identificados pelo trabalho que já realizámos e pela esperança que nutrimos de ainda muito fazer pela nossa terra.

A ESTIMA DO POVO, A MELHOR RECOMPENSA

A reafirmação, nesta hora, da vossa amizade e da vossa confiança evidencia uma renovada vontade de união e de ação comum. Este fato dá-me a certeza de que devo perseverar na

linha que me tracei, de realizar um Governo humano, de bem público, de moralidade, de austeridade, de segurança, de liberdade, de tranqüilidade, de ordem, de trabalho, orientado por um persistente esforço de persuasão; um Governo de entendimento e concórdia, que só reconheça inimigos nos inimigos do povo e nos inimigos de Alagoas e que insista sempre na cooperação de todos os alagoanos de boa vontade, para o serviço coletivo.

Foi, sem dúvida, esta orientação, foi esta conduta que me proporcionou as grandes emoções dêste dia, as quais me dão a certeza, hoje mais do que nunca, de estar amparado pela consciência da minha terra, aqui legitimamente representada. Eu não poderia, aliás, aspirar a uma demonstração mais solene de sua confiança, através da qual sinto que ela, vigilante, me acompanha, me fortalece e estimula. Se esta demonstração poderia, em qualquer época, chegar a envaidecer-me, neste instante me enche de determinação para não mudar de propósitos, nem de métodos, a fim de que possa merecer cada vez mais a vossa estima, que é a melhor recompensa que desejo para o meu trabalho.

Meus amigos:

Diante de vossa atitude, posso dizer que não me faltará, com a graça de Deus e com a vossa ajuda, nem fé, nem coragem, nem força para cumprir o meu dever, na luta pelo ideal que nos congrega.

Em Defesa da Liberdade

Discurso pronunciado ao microfone da Rádio Difusora de Alagoas, por ocasião do transecurso da data de 3 de outubro de 1953:

Povo alagoano

Como no ano passado, aqui estou, neste grande dia, para agradecer o vosso apóio e dizer-vos do resultado dos nossos esforços pelo bem público.

Nestes dois últimos meses já tive diversas oportunidades de vos falar da minha ação à frente dos destinos de Alagoas, mas isso não me impede de aqui estar hoje de novo convosco, comemorando uma data histórica, bem vossa, que é a da vossa libertação.

A primeira daquelas oportunidades se verificou a 11 de agosto findo, quando dirigi longa carta ao deputado Rui Palmeira, lida por êle da tribuna da Câmara Federal, defendendo-me de infundadas acusações dos meus adversários. A seguir, foi o discurso pronunciado na extraordinária concentração política do Teatro Decodoro, com que festejámos, a 30 do mesmo mês, o terceiro aniversário do lançamento da minha candidatura ao Governo de Alagoas. Veio depois o meu encontro com tôdas as classes sociais do Estado, com as figuras de maior expressão da vida alagoana, reunidas, sem qualquer cunho político, a 19 de setembro, no memorável banquete da Associação Comercial de Maceió.

Deram-me assim, os meus adversários, ensejo a que melhor fixasse, com a serenidade e franqueza com que me habituei a falar-vos, aspectos da minha ação administrativa e política que mais realçaram depois de por êles negados e malsinados. Pro-

porcionaram-se êles ainda receber, quando eu menos esperava, comovedoras reafirmações de aprêço, vindas, calorosas e vibrantes, de todos os pontos do Estado, expressas pelas grandes vozes de grandes e velhos companheiros de lutas democráticas e de eminentes alagoanos, como pela palavra ardente e generosa de estudantes e operários, todos impressionantes na firmeza e energia da decisão de solidariedade ao meu Governo. Verifiquei, dêste modo, como coincide a vontade do povo com a orientação que nos traçamos e como está vivo em tôdas as camadas da nossa sociedade o espírito de luta para defesa da liberdade e tranqüilidade da nossa gente.

Não é de agora que me vem dispensando o povo alagoano provas tão altas de generosidade. O 3 de outubro de 1950 foi emocionante expressão, pelas urnas, dêsse sentimento, que já anteriormente se evidenciara em todos os cantos por onde andei em propaganda eleitoral. A excepcional acolhida com que fui aqui recebido em 31 de janeiro de 1951 marcou, para sempre, a minha sensibilidade.

Evidentemente, tais demonstrações dimanavam das esperanças coletivas que o triunfo do movimento contra a tirania fizera eclodir. As manifestações dêste ano, porém, não as inspira apenas a esperança. Sinto através delas que, em meio ao meu mandato, já estou sendo julgado, e daí a importância de que, para mim, se revestem. Ao aceitá-las, em hora sobremodo difícil, tão intensa e cruel se tornara a campanha contra a verdade sobre o meu Governo, submeti-me realmente a duros testes, comparecendo perante verdadeiras assembléias, para ouvir o pronunciamento a meu respeito de homens cuja reconhecida independência moral não os levaria jamais a atitudes que lhes negassem a consciência. Nunca, aliás, me recusarei a essas provas, necessárias para exprimirem o grau de afinidade e entendimento entre o povo e o homem público, que deve estar sempre pronto a prestar contas ao povo, e não pode temer o povo, se quiser ser digno do seu mandato.

Aqueles encontros com as forças políticas e as classes sociais junta-se, alagoanos, êste nosso, de hoje, que se faz através dêste microfone, mas me causa a mesma emoção, tal se estivéssemos face a face. Não falo neste momento para agradecer uma homenagem, mas para cumprir um dever, nem me dirijo daqui a manifestantes ou a correligionários, mas a todos os alagoanos, sem distinção de classes, aos mais afortunados como à gente mais humilde. Para ser sincero, devo confessar que neste instante penso especialmente nessa gente humilde que tanto sofre e tanto necessita do nosso amparo, e são os seus

sófrimentos e as suas necessidades que ditam a rem dizer as minhas palavras, dirigidas ao coração e à razão dos alagoanos.

Não me seria possível esquecer também, nesta hora, aqueles que tombaram, os que foram humilhados, vilipendiados, martirizados, sacrificados pela sua dedicação ao bem-estar da nossa gente durante o negro período do govêrno que me antecedeu. Não poderia esquecer sobretudo o companheiro Eustáquio Malta e os seus jovens filhos Maria Sônia e João Ubaldo, nem o trabalhador Napoleão Henrique de Souza, todos chacinados neste dia pelo crime de defenderem para o nosso povo o regime de liberdade que afinal instauráramos. Domina-me a emoção ao pronunciar-lhes os nomes. E o faço numa comovida homenagem em que se afirma tôda a minha decisão de fidelidade aos ideais que nos reuniram e pelos quais se imolaram as suas vidas. Estamos hoje onde estávamos em 1950, voltados para o exemplo deles, como um estímulo permanente a iluminar e fortalecer as nossas ações.

Povo alagoano

Ao assumir o Govêrno em janeiro de 1951, falando-vos na Praça Pedro II, eu vos declarei:

«Conheço a generosa expectativa que se formou em tôrno da minha ação, mas devo sinceramente declarar que nada posso fazer sem a ajuda coletiva. Não me considerem capaz de realizar milagres. Não há governos onipotentes. O que prometo é empregar tôdas as minhas energias e todo o meu tempo ao serviço de Alagoas. Nada exijam do Govêrno, que, pelo menos agora, nada tem a dar a ninguém, mas sômente a pedir a todos. Pedir, sobretudo, compreensão».

Eu nada podia, de fato, prometer, e realmente precisava de muita ajuda e compreensão, pois a tarefa que me cabia se me apresentava sumamente difícil. Recorde-se; apenas, para não falarmos de aspectos já por demais debatidos, que, se o povo nos deu surpreendentemente a vitória eleitoral, por extraordinária diferença de votos, foi porque estava saturado da violência, e o fez num irreprimível movimento de rebeldia, inspirado pelo instinto de conservação e pelo sentimento de dignidade, ante o perigo da continuação de um estado de coisas verdadeiramente humilhante e insuportável. Eram profundos, sem dúvida, os ressentimentos provocados pelo passado, tão graves os erros e os crimes que se haviam praticado, mas não eram menores nem menos solenes os compromissos por mim assumidos de desarmar os espiritos e pacificar Alagoas. Se me competia, entretanto, evitar as vinganças animadas pelas mágoas e sófrimentos ainda muito em carne viva, cumpria-me também cuidar de não

apagar entusiasmos, nem decepcionar dedicações. Face à circunstâncias tão desencontradas, a contingências tão contraditórias, fortalecia-me, contudo, a convicção de que os meus correligionários bem compreenderiam que não me elegeram para representar apenas a eles, mas para representar todo o povo alagoano. E se o Governo não é um problema de vontade e sim de consciência, não poderia eu jamais sacrificar os interesses da totalidade aos de pessoas ou facções. Governador de todos os alagoanos, mesmo daqueles que de mim divergiram e me hostilizaram, meu mandato pertence evidentemente à comunidade, é um patrimônio da nossa gente. Não exerço uma função puramente política, mas uma espécie de magistratura, dentro da qual minhas obrigações não são somente para com as forças que me apoiaram, mas até para os que se me antepuseram. Os que escolheram o meu nome e ajudaram a minha eleição conquistaram direitos e assumiram deveres: o direito de exigir de mim conduta coerente com os princípios que nos congregaram e o dever de ajudar-me a corresponder à confiança popular. O povo que nos deu a vitória, suggestionado pelas nossas palavras, aguardava depois que as confirmássemos pela ação. A solidariedade ao Governador tinha, desta forma, muito maior importância do que o apóio ao candidato, que, derrotado, não decepcionaria ninguém, enquanto que, eleito, precisava atender a justos anseios. No que me diz respeito, a realidade vai dia a dia melhor demonstrando como tenho sido fiel às inspirações da campanha de 1950. Cuidei desde o início, conforme, aliás, enuncieira em meus discursos de candidato, de realizar um Governo de cunho nitidamente, essencialmente democrático, preocupado também em criar aqui um clima de tranqüillidade, indispensável à recuperação do Estado depois da fase de terríveis agitações e arbitrariedades que vencera.

O passado, porém, como que estabelecera em nosso meio uma ligação entre a noção de Governo e a de violência. E, diante de transição tão brusca, imaginou-se fôsse fraco este Governo pela liberdade que assegura, pela tolerância que demonstra, pela serenidade em que se mantém. A cordialidade, com que se faz sentir a nossa autoridade, a energia sem brutalidade, o respeito consentido e não imposto, antes prevenindo que reprimindo, num permanente esforço de persuasão e entendimento, coerente com a missão educativa do Poder Público, essas condições de vida democrática, que aqui instaurámos, levaram os nossos adversários ao grave erro de visão de considerá-las ditadas pela debilidade. Convenhamos, todavia, em que é preciso tenha o Governo em alto grau a consciência do seu poder para assim agir, excusando-se

de propagar o medo como elemento de prestígio e respeito, tanto a exarcebção e os atos brutais assinalam antes a fraqueza que a força. E assim agindo o Governo, por fidelidade aos compromissos assumidos e interpretando a vontade do povo, necessariamente conta com o apóio do povo, e nenhum Governo é fraco desde que dispõe deste apóio. Se, ademais, violência vencesse, nós não teríamos aqui alcançado o extraordinário triunfo de 1950.

As dificuldades maiores, que encontrei, porém, não estavam no choque entre a mentalidade aqui reinante e o novo regime, nem na grave situação financeira do Estado, nem na complexidade dos problemas a resolver. Situavam-se elas especialmente nas esperanças por nós despertadas e tão solerte e cruelmente exploradas pelos meus adversários. O povo, abandonado por tanto tempo, confiou no Governo, confiou com tal fé que, como já se disse, de nós esperava o milagre de realizar tudo imediatamente, sem o necessário intervalo para que se preparassem os alicerces da construção. «O que Deus é para o mundo, o Chefe do Estado é para a Nação e o Governador para a Província» — frisa São Tomás de Aquino no *De Regimine Principum*, mas isso não quer dizer tenha o Governador condições e elementos materiais para a tudo prover e atender, libertado das limitações humanas e das exigências de tempo e de meio.

De qualquer modo, era indispensável esforçar-me para que não fenecesse a flama que acendemos, não morressem tantas esperanças que acordámos, mas, ao contrário, se reavivassem e mais florescessem. Era, por outro lado, indispensável canalizar sentimentos tão diversos, suscitados pela nossa campanha, no sentido construtivo, transformando-os em forças positivas, em energias de trabalho pelo bem comum.

A triunfo tão excepcional e a expectativa tão grande, eu não podia indubitavelmente responder com um plano administrativo sem maior profundidade e significação. Mas bem sabeis em que situação caótica recebi o Estado: agitação política, «deficit» imenso, falta de crédito, produção desorganizada. Depois, entretanto, de alguns meses dedicados à arrumação da casa — não admitindo cruzar os braços, de vez que não aceitei o Poder pelo Poder mas pelo ensejo, que éle nos oferece, de agir em favor do bem público — lancei os fundamentos de uma obra definitiva, em que realçam, no setor rodoviário, a construção e pavimentação de estradas; e, no setor saúde pública, o saneamento de Maceió e o serviço de água para os bairros pobres da capital e as sedes de municípios do interior. Ides ouvir dentro de poucos instantes os meus auxiliares de Governo, sobre as nossas principais realizações administrativas. Eviden-

ciam estas que, tendo sido o nosso ideal a paz, não ficámos inertes depois dessa conquista moral e política, porque nela nos baseámos a fim de nos projetarmos, a despeito de todos os obstáculos, em empreendimentos de ordem material que — afirmo-o como uma homenagem aos meus colaboradores e ao povo que nos apoia e incentiva — surpreenderam todo o mundo pelo seu arrôjo e grandeza. Já hoje não se pode negar que trabalhamos com entusiasmo, constância e proveito e que levámos a efeito e estamos executando alguma coisa de muito importante e fecundo para o futuro de Alagoas. Já começam a aparecer as obras do Governo, muitas das quais não prometidas, mas realizadas.

Povo alagoano

Pedi-vos compreensão, e a obtive. Timbraram os meus adversários em vos conduzir ao desencanto e ao desespero, tentando anular, ao mesmo tempo, a autoridade de um Governo cuja ação se exerce de forma humana e democrática. Mas vós, com o vosso excepcional poder de intuição, não vos deixastes levar pelas sedução e pelos enganos. As manifestações de setembro serviram para que vos tomássemos a temperatura, e vós afirmastes o mesmo calor cívico de 1950, com o qual aqueceis o elan construtivo do Governo. A demora exigida para a execução dos empreendimentos mais duradouros, apesar de intensamente explorada pelos adversários, não apagou a chama das vossas esperanças, que se voltam como antes para nós. A confiança que em mim depositastes há três anos acaba de ser reafirmada de forma convincente. Confiei em vós, e vejo hoje que continuais confiando em mim. O trabalho dos meus adversários para separar-nos não deu nenhum resultado. As bandeiras queridas por vós — liberdade, paz, segurança, progresso e justiça — continuam nas nossas mãos, empunhadas por nós. As impaciências, justas, aliás, num povo torturado pelas necessidades, já vão sendo afastadas pelas esperanças satisfeitas.

Início, assim, a segunda metade do meu período de Governo com a consciência tranqüila, e com o meu velho otimismo renovado. Não tenho motivo para descreer, para perder a fé nem o gosto pela ação. Olhando o tempo transcorrido desde a campanha eleitoral, concluo que o mais difícil já passou e que o povo, consciente de sua força, sabe o que quer e sabe querer.

Bem conheço as críticas que se fazem ao Governo e me refiro às críticas honestas, não àquelas que envolvem a calúnia e a injúria. Mas precisamos atentar em que o crítico, em geral

espectador, não pode medir as dificuldades dos bastidores que impedem o homem de Governo de fazer sempre o melhor. É naturalmente muito mais fácil criticar que realizar. E o Governo — repito — não pode sozinho fazer tudo.

Nas democracias, o povo se apresenta e atua não apenas através do Governador, que é o Poder Executivo, mas, também, dos deputados, que constituem o Poder Legislativo. O Governador nada pode fazer sem a cooperação dos membros do Poder Legislativo, e todos são igualmente servidores do bem comum, com os mesmos e graves deveres. A vitória de 3 de outubro nos deu a eleição do Governador, mas não nos deu a maioria da Assembléa Legislativa. Fizemos, em trinta e cinco deputados, apenas quinze —, destes, três pouco depois se afastavam de nós. Nos primeiros tempos do meu Governo, tive a fortuna de obter do Poder Legislativo as leis que me permitiram executar grande parte do programa administrativo que elaborei, porque contei com o apoio de vários deputados que, eleitos por legendas adversárias nossas, logo compreenderam os meus intuitos, e patrioticamente decidiram apoiar-me.

Não é preciso, porém, que a oposição tenha maioria para conseguir dificultar e perturbar os trabalhos legislativos. O orçamento, por exemplo, para o qual não existe regime de urgência, só pode ser aprovado mediante entendimento entre as diversas bancadas. Não tendo havido esse acordo em 1952, apesar dos esforços dos elementos que apoiam o Governo na Assembléa, empenhados em que esta se desincumbisse da sua tarefa fundamental, não foi, infelizmente, votado o Orçamento para 1953, o que muito prejudicou Alagoas na sua marcha de progresso. Vale frisar, ainda, que aumentados, no ano passado, os vencimentos do funcionalismo, tal aumento não constou da lei parlamentar, porque a de 1953 é ainda a de 1952. Em virtude disso, o Governo, embora possua os fundos necessários, está ameaçado, por falta de suficiente verba orçamentária, que em breve se esgotará, de suspender o pagamento do funcionalismo, pois carece, para efetuar-lo, de autorização da Assembléa, e esta ainda não a deu. Vários projetos da maior importância lá se encontram, dependendo de exame e votação. Entre esses o da Colônia Penal Agrícola e os do Banco da Produção e da divisão das terras públicas, iniciativas estas últimas que, aprovadas e entrosando-se com a de construção e pavimentação de estradas, muito incrementariam a economia alagoana. Não é justo que a oposição leve a Assembléa Legislativa a servir a interesses partidários com sérios prejuízos para os interesses do povo, como no caso da não votação do Orçamento e da re-

jeição pura simples dos projetos governamentais, de tão profundo sentido humano, criando o Serviço Social de Menores e o Conselho de Assistência Social.

E' preciso convir em que, impedindo-se o Governo de trabalhar, não se atinge pròpriamente o Governador, porque antes se fere a terra comum, se se lhe dificulta o progresso. Sendo o Governo o órgão, o poder de execução, evidentemente só através d'ele se movimenta a máquina do Estado. Se a opposição parlamentar lhe nega os meios de agir, que poderá fazer o Governo em beneficio do povo? E por que se empenha a opposição em lutar sistematicamente contra o Governo, quando devíamos antes, através de uma ação comum, combater os problemas, a miséria, as iniquidades, as injúrias sociais, promovendo a extensão do bem estar até os mais pobres e humildes? Por que, em assomos de violência a que o Governo, com a sua força, não se entrega, tentar lançar cruelmente o Estado no tumulto, na cáos, fazendo-o voltar à manchetes dos jornais, sem nenhum proveito para o povo, antes com descrédito e prejuizo para todos nós?

Os simples descontentamentos e ambições não fornecem, ademais, suficiente substância e conteúdo à opposição, que precisa de uma mística. Crescemos e vencemos em 1950 porque tínhamos a mística da liberdade e da paz, justificada e alimentada pròdigamente pelas inomináveis violências e desacertos do Governo. E não adianta à opposição desvirtuar ou ocultar a realidade, adulterar ou negar a verdade, que termina sempre se impondo à luz do dia. As últimas atitudes dos meus adversários, oriundas de inexplicáveis falhas de observação, possibilitaram uma profunda sondagem da alma alagoana, que manifestou pacífica e firmemente a sua decisão contrária aos processos e aos rumos do movimento oposicionista. Depois disso, engane-se quem quiser. O povo alagoano votou livremente a 3 de outubro e não concebe possa modificar-se o seu veredictum, nem que lhe seja tirada a paz que conquistou.

Valho-me desta oportunidade, na data em que fomos, Governo e opposição, eleitos em 1950, para fazer caloroso apêlo a todos os deputados no sentido de se entenderem no bem de Alagoas. Conservando as nossas linhas partidárias, coloquemos todos acima das paixões pessoais, posemos as nossas responsabilidades e consideremos os sagrados interesses do povo.

Sobretudo depois das emocionantes manifestações que recebi, e que me deram a impressão de uma ratificação de mandato, de uma nova eleição, como em 1951 não posso arrogar-me o direito de odiar ninguém, nem muito menos de nutrir incompatibilidades, a não ser, já o afirmei, com os inimigos de Alagoas e do povo.

Meu coração está limpo de ressentimentos. Esquivei-me, aliás, permanentemente, no exercício da minha função, ao domínio das paixões que não fôsem as do bem público. Sempre tive em mente que não está em jôgo a minha pessoa, mas a coletividade que represento. Eis porque os agravos jamais enfraqueceram o sentido impessoal da minha ação de Governô, levando-me, ao inverso, a vencer-me a mim mesmo antes de tentar vencer os outros. O meu ponto de referência nunca foi o adversário que me agride, mas o interêsse público que me inspira.

Não penso em ser candidato a nenhum posto eletivo. Minha preocupação é assegurar plena liberdade ao povo para que êle eleja em 1954 quem achar mais digno de sua confiança. E não há dúvida que o povo distingue, agradecido, quem sobretudo lhe seja útil. Cada vez mais me convenço de que só lhe conquistamos o coração pelo bem que lhe fazemos. Já está necessariamente superada a fase do insulto, da ofensa. O material combatível com que se tenta acender fogueiras atrairá melhor as simpatias populares se aproveitado como energia construtiva. As necessidades do povo são tamanhas que êle já não se deixa levar por palavras bonitas e muito menos se entusiasma por gratuitas agressões aos que se empenham em minorar-lhe os sofrimentos, dar-lhe condições de vida mais favoráveis. O povo quer algo de mais substancial, e bem sabe que as lutas estéreis impedem o trabalho pelo bem comum. Os gritos apaixonados, visando à agitação e à desordem, não correspondem aos seus interêsses e não categorizam ninguém ao aprêço das elites, como das massas populares. Já o grande Vieira, no seu Sermão de Santo Antônio, de 1654, dizia que «Deus não quer roncadores, e que tem particular cuidado de abater e humilhar os que muito roncam». E, falando aos peixes, perguntava o sábio pregador: «E' possível que, sendo vós uns peixinhos tão pequenos, haveis de ser as roncadas do mar? Se, com uma linha de cozer e um alfinete torcido, vos pode pescar um aleijado, por que haveis de roncar tanto? Mas, por isso mesmo, roncais. Dizei-me: o espadarte por que não ronca? Porque, ordinariamente, quem tem muita espada tem pouca língua».

Quanto a mim, devo dizer mais uma vez que hoje, como ontem, não dificultarei nenhum esforço em benefício do povo. Antes pelo contrário, darei minha cooperação a qualquer empenho, venha de onde vier, no sentido do bem comum. Este é o meu dever.

Já vai muito longa a nossa palestra, alagoanos, mas não faz mal que me estenda na reafirmação de idéias e propósitos. Há quem me censure porque insisto em assuntos e pensamentos já por mim debatidos e enunciados, como se tal não fôsse útil

à melhor compreensão entre os homens e à sua maior identificação com a causa comum. Assim procedendo, alegra-me verificar, diante da renovação do apóio com que me distinguis, a constância dos vossos anseios, como a firmeza das vossas decisões. E do meu lado vos demonstro que também não mudei; que, no Governo há dois anos e oito meses, continuo invariavelmente o mesmo, com as mesmas idéias, os mesmos propósitos dos tempos de candidato. Felizes os que não renegam as palavras ditas, e podem repeti-las sempre, honrando-se delas. É prova esta de minha fidelidade e respeito a mim mesmo e a vós. É esta minha linha de coerência, a perseverança com que nela me mantenho, a determinação com que a sigo, dão-me a certeza de merecer a vossa confiança..

Não faz mal também que aludamos ao passado recente. Será que já atingimos a uma situação de poder esquecê-lo sem risco de o ver restaurado? Nossa história é curta, mas vivida tão intensamente e tão rica de ensinamentos e de acontecimentos decisivos para os destinos de Alagoas, que vale sempre a pena ser lembrada. Chegamos assim à conclusão de que nossa luta continua e deve sem descanso nem desfalecimento prosseguir. Nada de desmobilização, pois são muito grandes os nossos compromissos com o povo e não é menor o desejo dos nossos adversários de fazerem Alagoas retornar ao que era.

O mesmo instinto de conservação que levantou nossa gente em 1950, há-de sustentar-nos para defender o que alcançámos há três anos passados. E faz-se preciso, para isso, muito esforço, pois é mais difícil manter do que conquistar.

Que as forças políticas e espirituais despertadas pela renovação de Alagoas, com a consciência íntima, o sentimento real da missão e do destino que nos unem, continuem a revolução que foi o 3 de outubro, mormente agora, quando, alcançadas a liberdade e a tranqüilidade, já se vão consolidando os nossos ideais de progresso,

Superada a Política dos Governadores

Entrevista concedida ao «O Globo» do Rio de Janeiro
21 de outubro de 1953:

— Antigo colega de imprensa, o governador Arnon de Mello não se surpreendeu quando logo cedo o procurámos no hotel em que se acha hospedado. Chegara ao Rio na véspera, e nenhum jornal havia ainda noticiado sua presença aqui.

Perguntamos-lhe, de início, se acreditava no restabelecimento da política dos governadores para a sucessão presidencial.

— Considero-a superada — disse-nos o governador de Alagoas. — O voto secreto e a representação proporcional tiraram aos governadores aquele poder de decisão dos velhos tempos. Hoje a influência popular se faz mais efetiva através dos Partidos e de seus representantes e estes devem interpretar fielmente as aspirações coletivas se não quiserem ser irremediavelmente batidos nas urnas.

A SUGESTÃO DO GOVERNADOR DE PERNAMBUCO

Indagamos do Governador Arnon de Mello como via a posição adotada pelo Governador de Pernambuco em face da sucessão presidencial.

— Pleiteando — respondeu o Governante alagoano — um congraçamento de forças democráticas para a solução de problemas políticos de tanta importância, o governador Etelvino Lins procura poupar ao Brasil maiores choques, próprios do nosso regime mas que poderiam perturbar a vida do país. Membro de um grande Partido, eleva-se o governador Etelvino com essa atitude

porque demonstra seu empenho não de impor, mas de compor, conciliar.

QUANDO DEVE SER RESOLVIDA A SUCESSÃO

A UDN tem três governadores: um no Sul, em Santa Catarina, o sr. Irineu Bohnhausen; outro no Centro, em Mato Grosso, o senhor Fernando Correia; e outro no Norte, em Alagoas, o sr. Arnon de Mello. Quisemos ouvir a opinião d'êste sôbre a idéia de resolver-se desde agora o problema da sucessão presidencial. O governador de Alagoas declarou-nos:

— Não me parece que a idéia se adapte bem à nossa realidade. Com o voto secreto, quem poderia garantir a eleição de um candidato consertado com mais de dois anos de antecedência? Além disso, o candidato não é feito pela vontade dos homens mas sobretudo pelas circunstâncias e pelos acontecimentos, e êstes variam muito, evidentemente. Estamos a um ano das eleições gerais para o Senado, a Câmara Federal e as Assembléias Legislativas e para governadores de onze Estados. Que surgirá dessas eleições? Quais os homens públicos que através delas mais se afirmarão ao aprêço do povo? O caso Jânio Quadros evidencia que não nos devemos arriscar a previsões. Qualquer combinação de hoje para 1953 poderá ser desfeita como um castelo de cartas ao sópro dos resultados do pleito de 1954. Em 1950 vimos nomes surgidos anos antes como prováveis candidatos aos Governos da União e dos Estados, que não chegaram a sê-lo e outros que, lançados às urnas, não alcançaram a vitória. Enquanto isso, triunfaram quase todos os candidatos apresentados um mês antes do pleito. Qualquer homem público, no dia a dia da sua atividade política, encontra embaraços que lhe podem modificar o destino. Imaginemos agora como não se multiplicam essas dificuldades para um candidato, chamado a uma luta, uma verdadeira corrida de obstáculos de mais de dois anos, a enfrentar homens, circunstâncias e acontecimentos que o forcem necessariamente a definições nem sempre asseguradoras da sua vitória ou da sua própria condição de denominador comum de determinadas forças políticas.

Continua o governador Arnon de Mello:

— Acrescentem-se a isso os inconvenientes de uma maior duração da campanha presidencial, que, iniciando-se tão logo seja escolhido o candidato, promove agitação que não será tão benéfica à saúde do regime se alcançar tôda a metade de um quinquênio. Creio prudente preservarmo-nos da intensidade de uma luta que pode sem prejuízo ser empreendida em menor período de tempo.

SENTIDO NACIONAL E NÃO REGIONAL

Aludimos às recentes declarações do general Cordeiro de Farias. Declarou-nos o sr. Arnon de Mello:

— Deve realmente a política reger-se por um sentido mais nacional do que regional, como defende o general Cordeiro de Farias. A preocupação da unidade nacional há-de preponderar nas decisões de quantos homens públicos tenham o senso de responsabilidade e patriotismo.

A SUCESSÃO ALAGOANA

— Como se processará o problema da sua sucessão em Alagoas? A pergunta foi feita de chofre, mas respondida imediatamente:

— Normalmente. Já disse em discurso aos alagoanos que não penso em ser candidato a nenhum posto eletivo e que a minha determinação é assegurar plena liberdade ao povo para que ele eleja quem achar mais digno da sua confiança.

A CRISE E «IMPEACHMENT»

Todos nos recordamos de que no mês passado vários representantes federais de Alagoas foram a Maceió, declarando que iam promover o «impeachment» do governador Arnon de Mello. Um deles, em declarações a «O Globo», chegou a fixar o dia em que o chefe do Executivo receberia o «xeque-mate». Sucede, porém, que os representantes federais alagoanos foram a Alagoas e voltaram sem que nada sucedesse. E o que é pior: nada disseram da tribuna do Congresso ou pelos jornais sobre o que teria havido, que os impediu de executar o que planejaram. Agora indagamos do governador Arnon de Mello:

— Como pôde superar a crise de que resultaria o seu «impeachment»?

— «Não houve propriamente crise — disse-nos o Governador de Alagoas. Houve um erro de visão dos meus adversários, todos, diga-se de passagem, constituídos como tal por suas próprias deliberações. Diante disso, deliberei falar ao povo, com a serenidade e a franqueza de sempre, sobre aspectos da minha ação política e administrativa por eles negados e malsinados. Recebi, então, quando menos esperava, excepcionais reafirmações de solidariedade, vindas de todos os municípios do Estado e de todas as classes sociais. Senti através delas que, em meio ao meu

mandato, já estou sendo julgado, e que o povo alagoano aprová e defende a orientação que me tracei à frente dos destinos do Estado. A atitude dos meus adversários possibilitou, assim, uma sondagem da alma alagoana, que manifestou firmemente a sua decisão contrária aos processos e aos rumos do movimento oposicionista. O povo alagoano, que votou livremente em 1950, não concebe possa modificar-se o seu «verdictum», nem lhe seja tirada a paz que conquistou.

— Conta o seu Governo com maioria na Assembléia?

— Sim. A maioria dos deputados estaduais apoia o meu Governo.

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Interrogamos ao governador Arnon de Mello sobre a situação econômica e financeira de Alagoas, e ele declarou-nos:

— Todo o Nordeste sofre ainda hoje as consequências da seca. Esperamos, no entanto, produzir mais de dois milhões e quinhentos mil sacos sacos de açúcar. A nossa produção de cereais é este ano bem maior que a do ano passado e, quanto à de algodão, ainda está na dependência das chuvas. Sobre a situação financeira, tivemos no ano passado um «deficit» de cerca de quatro milhões de cruzeiros. Este ano esperamos arrecadar mais que no ano passado, porém as despesas são maiores que em 1952.

PROBLEMA DAS SECAS

— E o problema das secas?

— E' o mais grave problema do Nordeste. O ministro José Américo, que o conhece profundamente, realiza agora mesmo uma viagem por toda a região afetada pela calamidade. Conto que Alagoas não será esquecida por S. Excia. A estiagem foi terrível para nós em 1953.

CANGAÇO E SINDICATO DA MORTE

E sobre o cangaço e o «sindicato da Morte»?

— Estamos lutando contra o crime. Viu-se há pouco ser assassinado em Recife um deputado por um matador alugado. O meu Governo se empenhará a fundo no sentido de preservar Alagoas de mal tão grave.

TRANSPORTE E SAÚDE

— Quais as principais obras do seu Governo? — perguntamos.

— Estamos pavimentando a estrada Maceió-Palmeira dos Índios, que liga a capital do Estado à zona cerealífera do agreste, sertão e à cachoeira de Paulo Afonso. Até abril de 1954 esperamos ter prontos sessenta a setenta quilômetros dessa estrada no trecho entre Maceió-Porangaba e concluída a terraplenagem do trecho ainda virgem de Porangaba a Palmeira dos Índios. Também estamos construindo a rodovia que ligará Maceió a Leopoldina, na fronteira pernambucana, e cortará zona das mais ricas do Estado, até agora abandonada por falta de comunicações. Até dezembro chegaremos à fronteira. Já estamos iniciando a pavimentação do trecho dessa rodovia do aeroporto de Maceió a Vila Messias. Cuidamos ainda de dar saneamento a Maceió, que é a única capital do litoral brasileiro sem esgotos. Aracajú, com um pouco mais da metade da população de Maceió, já os tem desde 1914. As obras vão adiantadas e devem estar concluídas no segundo semestre de 1954. Além disso, meu Governo está estendendo o encanamento d'água para os bairros pobres de Maceió, como também promove a instalação do serviço de água a vários municípios alagoanos.



Ao Lado do Povo

Entrevista concedida a «Vanguarda», do Rio,
em 22 de outubro de 1953:

Em maio de 1930, «Vanguarda» contava com mais um repórter, um jovem recém-chegado do Nordeste que se transferira para o Rio a fim de lutar pela vida num meio maior. Este repórter, que por tanto tempo trabalhou em nossa imprensa, é o hoje governador de Alagoas, Arnon de Mello. Em contato com ele sentimos logo que se trata de um velho colega sempre pronto a atender à curiosidade do jornalista na sua missão de informar ao povo. E nós nos alegramos em verificar que o alto posto que ele ocupa não desfigurou o homem de imprensa que, passando vinte e um anos na oposição, ingressa na política para exercer a chefia do Poder Executivo. Continua o sr. Arnon de Mello fiel ao seu passado democrático, assegurando em seu Estado as liberdades públicas e batendo-se arduamente para ali realizar uma obra administrativa que justifique sua presença a frente dos destinos de Alagoas. Eis porque nós, seus antigos companheiros, sempre nos sentimos tão bem em revê-lo e em ouvi-lo, tanto ele é um produto da boa imprensa do Rio.

A OPOSIÇÃO FRAGOROSAMENTE DERROTADA

Um assunto que logo trouxemos à baila foi o da oposição em Alagoas. Como se sabe o sr. Arnon de Mello teve uma das maiores, senão a maior vitória eleitoral de 1950. Enfrentou ele não apenas o Governo Estadual, firmemente apoiado pelo Governo Federal, a esse tempo exercido pelo General Dutra e se desmandando nas piores violências. Enfrentou ele, além da violência, a loucura do sr. Silvestre Péricles, que instaurou em Alagoas um clima de verdadeiro terror. Basta dizer que, dez

dias antes das eleições, Silvestre, sabendo que estudantes secundários, de quinze a dezesseis anos, andavam de caminhão fazendo a propaganda de Arnon, saiu de Palácio no seu automóvel, interceptou numa das melhores ruas de Maceió o caminhão dos meninos e os tiroteou êle mesmo, acompanhando suas balas dos palavrões mais duros contra a família dos estudantes. E tudo isso apoiado ainda pelo General Góis Monteiro que, da tribuna do Senado, cobria Arnon das piores injúrias e calúnias. Pois bem, enquanto isso, o antigo repórter, com uma total confiança no povo, andava de cidade em cidade, fazendo a propaganda de sua candidatura, indiferente às ameaças com que procurava o Governo deter a sua campanha.

A surpresa foi grande para tôda a Nação, que não imaginava vencesse Arnon a oligarquia silvestrista. E é natural que Arnon encontrasse, depois de assumir o Governo, tantos tropeços no seu caminho. Venceu-os a todos, agindo sempre democraticamente, sem deixar anular a sua autoridade de Governo, mas sem perturbar as liberdades públicas.

HOJE MAIS FORTE QUE ONTEM

Últimamente, porém, a oposição silvestrista, ligada a elementos que apoiaram Arnon imaginando dominá-lo em prejuizo das demais fôrças políticas que com êle cooperam, a oposição alçou o colo e anunciou um «impeachment». Todos os representantes federais oposicionistas — e muitos se tornaram adversários de Arnon imaginando-o perdido — decidiram ir a Maceió assistir à execução daquela medida extrema, de que elas lançavam mão sem qualquer motivo, única e exclusivamente por que haviam obtido uma maioria ocasional. Arnon viu a onda e preparou sua defesa. Primeiro viajou pelos municípios, como em 1950, expondo ao povo suas idéias e seus propósitos e alertando-os quanto aos propósitos restauradores da oposição. Foi o bastante. O povo cerrou fileiras em tórno do Governador, e quando os oposicionistas chegaram do Rio encontraram um ambiente gelado em relação a êles. Alagoas estava em paz. Ninguém queria briga. O trabalho era grande em todos os setores e não havia tempo disponível para lutas estéreis. E os partidos que ficaram na oposição logo se dividiram perdendo deputados e líderes de autêntico prestígio eleitoral — o PSD, o PTB, o PSP, o PST. E Arnon recebeu as manifestações mais excepcionais que um homem de govêrno poderia imaginar receber em meio do seu mandato. E Arnon está hoje mais forte do que quando assumiu o Govêrno.

QUE ACHA DA OPOSIÇÃO?

Jornalista de oposição por muito anos, quisemos saber de Arnou de Mello como encara a oposição hoje, quando está no Govêrno.

— Quem se vê alvo da confiança popular bem pode aferir a importância da crítica, tanto é através dela que melhor se distingue a realidade e surge afinal a verdade, que antes se exprime através do choque de opiniões do que da negação da liberdade.

— E sobre os adversários políticos, pròpriamente?

— É natural que o desempenho da tarefa de govêrno provoque incompreensões e injustiças, que as vontades e as ambições contrariadas exacerbam. Já se disse que governar é descontentar. As obrigações do Govêrno são muito impessoais para permitir que em tôrno dêle se forme unânimidade de opiniões. Jamais esperei ou pretendi unânimidade, e todo o meu esforço de conciliação visa antes de tudo a segurança, tranquilidade e ordem para que o Govêrno possa realizar o máximo em benefício do povo.

O SINDICATO DA MORTE

Abordamos a seguir o caso do chamado «Sindicato da Morte». Telegramas de Recife anunciam a existência no Nordeste de um «Sindicato da Morte», com ramificações pelos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Ainda há pouco, foi morto em Recife o deputado José Santana por um assassino profissional a serviço do mesmo sindicato, segundo se informa. O coronel Salm de Miranda, secretário da Segurança Pública de Pernambuco, pediu ao Govêrno de Alagoas a prisão de um criminoso indigitado como matador do mencionado parlamentar, o qual se encontrava em Mata Grande, cujo prefeito o hospedava. O Secretário do Interior de Alagoas mandou uma diligência àquele município sertanejo, e o prefeito, de quem se diz que fornece criminosos para matar por dinheiro, recebeu real o tenente que o procurou (ameaçando-o com revólver em punho). Logo a seguir chega a Mata Grande o deputado Abrahão Fidelis, igualmente dado a proteger e homiziar criminosos, e, segundo informam os telegramas, deu fuga ao assassino e trouxe para o Rio o prefeito com a preocupação de fazer escândalo. No dia seguinte, outra diligência esteve na fazenda Poirangaba, de propriedade do referido deputado Abrahão e lá apreendeu grande quantidade de bala, de fuzil e capturou um elemento suspeito

de ser integrante do «Sindicato da Morte». Infelizmente, o indigitado matador do deputado Santana já havia deixado o território alagoano, sendo dois dias depois prêso em Bom Conselho, Pernambuco. De acôrdo com as declarações do secretário do Interior de Alagoas, descobriu-se com essas diligências o fio da meada das atividades do mesmo sindicato, as quais serão em breve reveladas ao Brasil para ver a que ponto chegam os adversários do sr. Arnon de Mello na sua ânsia de restaurar o antigo mandonismo de Alagoas.

Sôbre o assunto, disse-nos o governador Arnon de Mello:

— Realmente, o secretário do Interior de Alagoas está tomando providências enérgicas para reprimir o crime. O meu Governo não poupará esforço para evitar que se restaure em Alagoas uma organização sinistra, como a referida.

A SUCESSÃO ALAGOANA

Aludimos à sucessão alagoana. O Governador declarou-nos:

— Meu mandato é de cinco anos. Acho assim muito cedo para cuidar do assunto.

— Pretende candidatar-se a algum pôsto eletivo?

— Não. Pretendo concluir o meu mandato, que terminará a 31 de janeiro de 1956.

Fala-se na candidatura do deputado Tenório Cavalcanti ao Governo de Alagoas — arriscamos.

— Em Alagoas qualquer cidadão pode candidatar-se, que o meu Governo assegurará plena liberdade de voto.

— A UDN de Alagoas elegerá seus candidatos?

— A resposta só pode ser dada pelo povo através das urnas.

A PROPÓSITO DOS ADVERSÁRIOS

Voltamos ao assunto inicial. Queríamos saber do Governador se os seus adversários estão mais fracos ou mais fortes.

— Cometeram os meus adversários um grave erro, imaginando tirar do Poder um Governador que não sómente não vem desmerecendo da confiança do povo, mas esforçando-se intensamente pelo bem comum. As necessidades do povo são tamanhas que êle já não se deixa levar por palavras bonitas nem se entusiasma com agressões gratuitas. O povo quer algo de mais substancial, e, agradecido, distingue sobretudo quem mais se empenhe em resolver-lhe os problemas. Os meus adversários, na sua paixão política, se distanciaram do povo.

Alagoas e Minas Gerais

Saudando o governador Arnon de Mello, durante o jantar de honra que lhe ofereceu, em Pálacio, no dia 10 de dezembro de 1953, o governador Juscelino Kubitschek proferiu as seguintes palavras:

Dou-me por feliz com esta oportunidade, que se me oferece, de poder saudar Vossa Excelência, senhor Governador Arnon de Mello, em nome do Governo e do povo de Minas Gerais, com os mais sinceros sentimentos de admiração pela sua ilustre personalidade e de reconhecimento pela honra que nos confere com a sua visita.

Não são estranhos a Vossa Excelência estes sentimentos do povo mineiro que sempre se compraz com a distinção da visita daqueles que vêm a Minas para melhor conhecer o Estado e sua gente e, assim, poderem compreender mais exatamente o nosso ambiente de trabalho, ideias e aspirações.

Outros alagoanos, modestos ou eminentes, também já encontraram, e sempre encontrarão em Minas a acolhida mais cordial, seja qual for o motivo com que distinguiram o nosso Estado, porque a bela terra das Alagoas se destaca pela operosidade, inteligência e civismo de sua gente e pela pleiade de homens preclaros que tantos serviços prestaram e estão prestando à nossa estremecida Pátria. E Vossa Excelência, senhor Governador Arnon de Mello, é um dos mais lídimos representantes das tradições alagoanas, das características do povo de sua terra, das qualidades distintivas dessa ilustre comunidade social.

Se, porém, o povo alagoano apresenta qualidades peculiares elas se integram no caráter geral do brasileiro, tanto prevalecem, se afirmam e dominam as características essenciais, for-

mativas e exponenciais que se vieram plasmando e cristalizando através da História e ao longo dos séculos. Por isso mesmo é que nos sentimos irmãos, independentemente de latitude ou de ambientes, através da afinidade de aspirações, tendências e ideais na diversidade do cosmorama humano.

Ocorre o que nos assegura Renan ao definir um povo, afirmando que este se constitui quando tem glórias comuns no passado, possui uma vontade comum no presente, tendo realizado grandes empreendimentos em comum e dispondo-se a realizar outros ainda em comum.

Percebe-se a identidade de rumos históricos, de Alagoas e de Minas Gerais porque o ideal superior que lhes vem iluminando a trajetória é o mesmo em sua transcendência, em seus designios e em suas motivações. Esta base comum, esta afinidade virtual, esta confluência de aspirações que se confundem no estuário intermimo do ideal de pátria é que aproximam, conformam e polarizam os sentimentos em suas expressões mais íntimas, mais fraternas e também mais irreprimíveis.

Vossa Excelência, senhor Governador Arnon de Mello, teve já ensejo de observar outras terras e outros povos e, por isso mesmo, se acha mais capacitado para perceber e comprovar quanto este sentimento de brasilidade se faz o denominado comum, vivendo e palpitando no recondito do ser, dominando e arrebatando todos os demais sentimentos.

Dessas viagens, em que a sua clara inteligência perscrutou, a sua cultura analisou e a sua sensibilidade experimentou os contrastes e dissimilaridades de panoramas e de idéias, ficou-lhe a experiência que haveria de exercitar tão eficientemente no governo do nobre Estado de Alagoas, que se exorna de tão belas tradições, formadas e acrescidas desde os primórdios de sua vida histórica. Para a preservação e engrandecimento desse rico e admirável patrimônio Vossa Excelência coloca, a par de seu experiente tirocinio, o acendrado amor à terra natal, as luzes de seu brilhante espírito e a capacidade realizadora, o que vem contribuindo para a prosperidade de seu Estado e grandeza da Pátria comum.

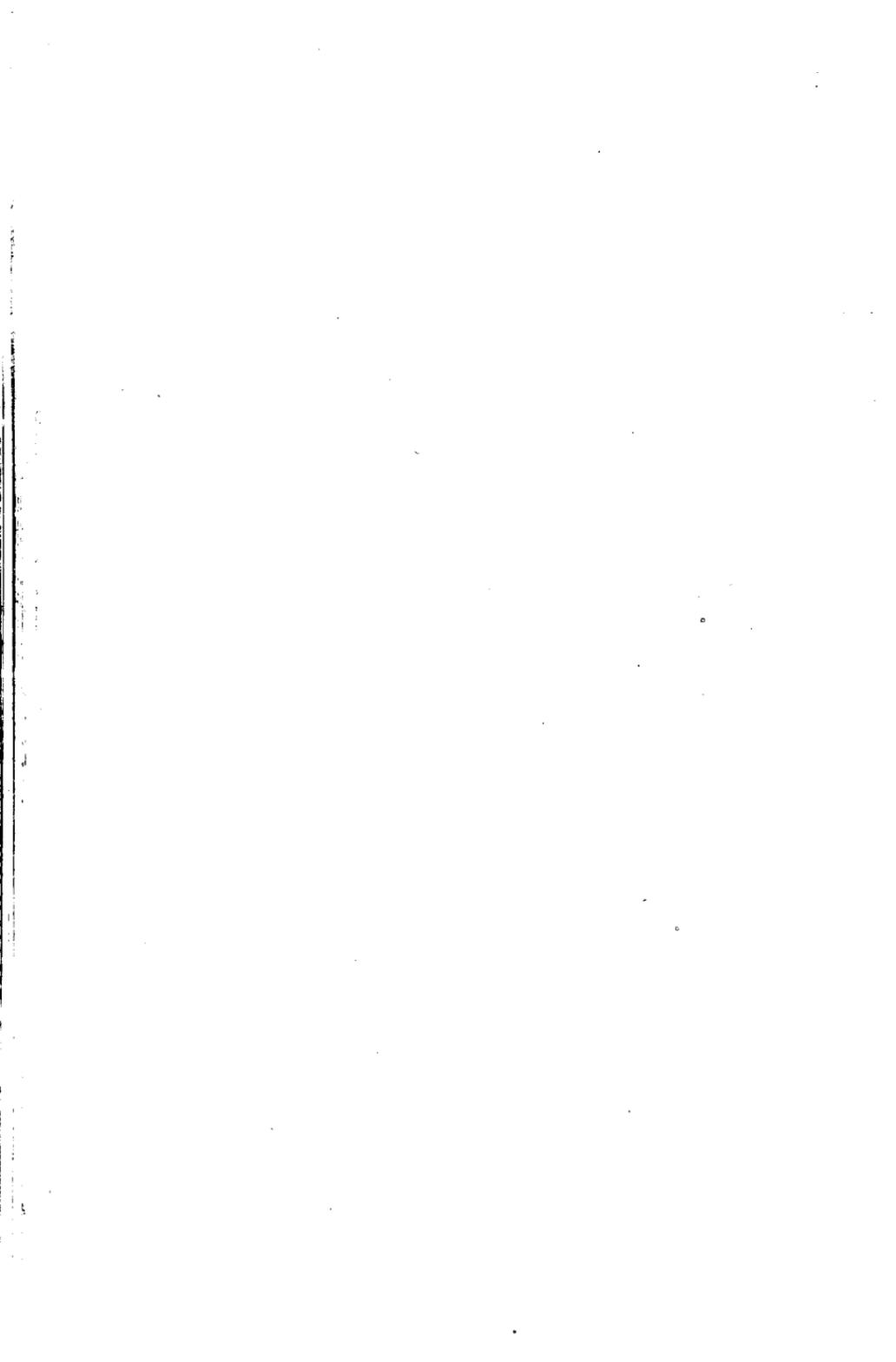
Visitando, há alguns meses, a formosa terra alagoana, pude observar notáveis aspectos da obra administrativa em que se empenha o seu Governo. Como nós aqui em Minas, Vossa Excelência sentiu ao vivo o que representa para o progresso cultural e o desenvolvimento espiritual de seu Estado a construção de uma rede moderna e eficiente de estradas de Rodagem. E minha impressão se tornou ainda mais grata ao verificar esse ponto de

contato entre os nossos programas de govêrno e especialmente ao percorrer as novas estradas que Vossa Excelência vai rasgando pelo interior de Alagoas, oferecendo ao intercambio das populações e das mercadorias magnificas artérias por fluir o sangue da civilização e do progresso. Os esforços de Vossa Excelência, nesse setor, representam garantia das belas perspectivas que se abrem ao futuro alagoano.

Desdobrou vossa excelência as suas atividades nas lides forenses e na banca de jornalista onde apurou a percepção mais pronta e abrangente de problemas, aspirações e tendências que nesses setores se manifestam vivamente e, por vezes, discordemente, obrigando a meditar, discernir e julgar com mais perfeita compreensão os múltiplos e insuspeitados aspectos da alma do homem, das realidades ambientais e das injunções superiores.

A sua honrosa permanência na terra mineira, senhor Governador, constitui para o nosso povo motivo de intensa satisfação, tanto porque lhe possibilitará avaliar o trabalho que em Minas se realiza, o sentido que o inspira, os objetivos a que se propõe e que outros não têm senão os de procurar engrandecer Minas para melhor servir o Brasil, ideal e propósitos que também definem, demarcam e animam a grande obra administrativa de v. excia. em seu nobre Estado.

Ao exprimir-lhe estes sentimentos calorosos pela alta distinção que confere ao Govêrno e povo de Minas Gerais, é nossa mais veemente aspiração que guarde as melhores recordações da convivência com o nosso povo, que estima e admira v. excia. Muito nos sensibiliza, igualmente, a presença de sua gentilíssima senhora, a quem tributamos as nossas homenagens de aprêço e admiração pela obra assistencial que tem realizado em Alagoas, inspirada nos mais nobres e belos sentimentos de solidariedade humana. Ao saudá-lo, senhor Governador Arnon de Mello, para agradecer-lhe a gentileza desta visita, formulamos os mais sinceros votos pelo pleno êxito de seu Govêrno, pela prosperidade crescente de Alagoas e pela felicidade do nobre povo alagoano.



Falando aos Mineiros

Discurso pronunciado no Palácio da Liberdade em Belo Horizonte, no dia 10 de dezembro de 1953, agradecendo a saudação que lhe dirigiu o Governador Juscelino Kubitschek, de Minas Gerais, de quem foi hóspede oficial:

— Há poucos dias, ao atravessar de avião a serra da Canastra, sobrevoei as nascentes do rio São Francisco, que daqui se estende até Alagoas, umedecendo as nossas terras, fertilizando-as, enriquecendo-as com o bom solo de Minas, e que em breve reerguerá o Nordeste pelo aproveitamento da energia da cachoeira de Paulo Afonso. Emocionado, evoquei como tantos outros a excepcional posição, no mapa brasileiro, deste grande Estado, cujas montanhas acolhem filetes d'água que transformam em rios caudalosos e se espraiam e se dirigem para diversos pontos do país, como alcançam as Nações vizinhas, engrossando-lhes o poder das correntes fluviais. Essa posição afirma-se também através dos seus sistemas orográficos, que se desdobram por outros Estados, ligando Minas ainda mais ao Brasil.

SITUAÇÃO SINGULAR

Se ésses laços se distinguem no plano geográfico e físico, como que se aprofundam na alma nacional, evidenciando-se do ponto de vista humano e social, o que confere a Minas singular situação de centro do conjunto brasileiro.

Como os rios e montanhas que lhe povoam o território e se projetam e se desatam fora das suas fronteiras, dentro delas também se encontram e delas se irradiam virtudes, qualidades e características que definem o Brasil e alimentam a nossa permanência e continuidade.

O amor à liberdade, que se enraíza nos primeiros dias do povoamento das Gerais e se mantém cheio de viço, científica na gente montanhesa um dos traços mais firmes do povo brasileiro. Concepções diversas, tais as injustiças reinóis face aos mineiros, conduziram os filhos desta velha Província a atitudes libertárias históricas, que ainda hoje não assinalam menos o nosso passado de que inspiram o nosso presente e revigoram o nosso futuro. O convívio, o entendimento entre pretos e brancos, senhores e escravos, ricos e pobres, na atividade da lavra e na luta contra as exigências da Coroa, cedo garantiu a Minas sua democratização através da aproximação de classes e de raças e de uma melhor distribuição de prestígios com o conseqüente prestígio da classe média. E' esse um dos fatores preponderantes do celebrado equilíbrio mineiro, do bom senso, da estabilidade dos mineiros, que realizaram no campo social, tanto quanto possível dentro do regime dominante, uma obra de congraçamento que os situa entre os extremos.

Evidentemente, na nossa democracia a liberdade não atinge seus fins, tanto lhe falta conteúdo, pela ausência de segurança econômica. Como no século XIX a economia feudal se exauriu na impossibilidade de produzir de acôrdo com as demandas, no século presente foi a economia capitalista superada pelos graves problemas que gerou, incapaz, que se apresenta, de distribuir os bens de produção. O aumento paralelo das riquezas e das necessidades originou um conflito que distancia a sociedade atual do grande objetivo da humanidade, que é o bem-estar coletivo. Eis porque tanto se fez preciso renunciar a privilégios, estabelecendo-se acôrdo entre os novos tempos e o regime vigente, através de medidas que a esta altura já se impõem como lugares comuns da realidade, e não como sonhos de românticos e sentimentais.

Há vinte e tantos anos, um ilustre governante mineiro, cujos ascendentes muito contribuíram para a nossa Independência, declarou e agiu conseqüentemente:

— Façamos a revolução, antes que o povo a faça.

Sentiu o Andrada sua responsabilidade de conduzir o povo aos seus justos anseios. Realmente, se não quer o homem de govêrno ter esvasiado de substância o seu mandato, há de buscar no povo permanentemente inspirações para a sua ação. E se o povo é a origem do poder político, a finalidade de quem exerce êste, necessariamente, será a solução dos problemas mais diretamente ligados ao bem-estar do povo. Ainda que não possa o Govêrno alcançar maior liberdade de ação para reformar e renovar, para reduzir as injustiças sociais, de vez que é cúpola, carente da cooperação geral, expressão de forças que nem sempre afinam

com as idéias novas e os novos tempos — ainda assim pode o Governo cumprir a sua missão pelo devotamento ao interesse coletivo e pelo esforço construtivo e progressista.

OTIMISMO E ENTUSIASMO

Alegra-me verificar neste ensejo, sr. Governador, o entusiasmo e o dinamismo com que Vossa Excelência se entrega ao serviço de Minas Gerais, empenhando-se profundamente pelo seu progresso e pela sua prosperidade. Não se pode evidentemente falar em progresso sem energia e transporte. E as atenções dos mineiros, cujos anseios Vossa Excelência tão bem exprime, se dirigem especialmente para êsses temas básicos, da maior repercussão nos destinos de Minas e do Brasil. Energia e transporte querem naturalmente dizer riqueza, e é vasto o campo a que se estendem os seus benefícios. Com energia e transporte é que podemos assegurar o aumento da produção e manter-lhe os preços baixos. Significa isso a redução do custo de vida, de interesse vital para os mais pobres, cuja sorte absorve as preocupações de todo o homem público não apenas por imposição do ideal democrático, mas pelos deveres de solidariedade humana. Sensível a tais problemas, Vossa Excelência se aproxima do povo, cujas esperanças e entusiasmos cumpre ademais atender e estimular para impedir desencantos e desilusões funestas ao processo democrático.

ANTIGA AMIZADE

Nossas relações, sr. Governador, não se revestem apenas de caráter oficial. Bem me recordo de quando, há dezessete anos, nos conhecemos, Vossa Excelência já representante do povo mineiro na Câmara Federal, e eu jornalista. Bem me recordo das nossas palestras de então, em que me impressionou vivamente a lucidez com que Vossa Excelência examinava os acontecimentos e problemas da época e a alta preocupação que demonstrava em vê-los solucionados sempre no sentido do bem público. Foi por isso que não constituiu surpresa para mim a vitória com que o povo mineiro consagrou o seu nome no pleito livre e honesto de 1950, presidido pelo meu prezado amigo, o nobre Governador Milton Campos, em quem a vocação democrática é a própria razão de ser. E' por isso que não constituem surpresa para mim o arrôjo e o vulto das suas iniciativas de governo e o êxito que Vossa Excelência vai alcançando à frente dos destinos de Minas. O sucesso do seu plano administrativo, buscando sobretudo dar a

Minas base econômica que corresponda à sua força política e moral, não há, por outro lado, de interessar apenas aos mineiros, que todos nós, de diversas regiões do Brasil, vemos na projeção deste Estado um seguro elemento da grandeza nacional.

Senhor Governador:

Em fins de 1951 honrou-me Vossa Excelência com uma visita a Alagoas. Hoje, aqui estou para retribuir-lhe a distinção com que nos cativou. Velho frequentador de Minas, habituado com os seus homens públicos em decorrência da minha antiga atividade jornalística, bem conheço a tradicional hospitalidade mineira. E essa hospitalidade não é produto apenas da «cultura» dos homens de Minas porque encontra também na vontade uma de suas fontes. Já Saint-Hilaire acentuava que «não é possível elogiar bastante a humanidade dos mineiros». Desde que aqui me encontro, sinto-me alvo de uma cortesia e uma generosidade que envolvem elementos de todas as categorias sociais e credos políticos, numa afirmação ainda de que Minas, por mais agitada com os fatos do presente, não se desliga dos valores e dos traços que lhe marcam a personalidade desde o passado remoto. E Vossa Excelência senhor Governador, exprimindo por palavras tão amáveis as saudações do povo mineiro ao povo alagoano e ao seu governador, refletiu essas sadias qualidades mineiras de acolhimento e cordialidade. Em nome do povo alagoano, em meu nome pessoal e no de minha senhora, agradeço a fidalguia de Vossa Excelência, tanto quanto a do povo mineiro, e convido a todos para bebermos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e de sua excelentíssima esposa, pelo êxito do seu Governo e pela prosperidade deste grande Estado.

Em Ouro Preto

Palavras pronunciadas em resposta à saudação que lhe dirigiu, em nome do Prefeito de Ouro Preto o professor Geraldo Trindade, diretor da Escola de Minas, no dia 13 de dezembro de 1953:

Há três dias em Minas, são bem variadas as emoções que tenho experimentado. Ante-ontem, com o Governador Juscelino Kubitschek, visitei uma usina de açúcar às portas de Belo Horizonte e estive no sertão mineiro, numa fazenda cujo proprietário nos revelou seu amor à terra na afirmação de que sentia, ao ver nascer e crescer uma árvore por ele plantada, a mesma emoção do poeta ao receber e transmitir-nos as mensagens da sua inspiração.

Ontem, percorremos, em Esmeraldas, a Escola Caio Martins, onde se executa, sob a direção de um digno oficial da Fôrça Pública de Minas, uma obra que nos arrancou lágrimas de emoção, pelo seu alto sentido social e humano, tal a da assistência e recuperação do menor abandonado.

Hoje, aqui estamos em Ouro Preto, onde viemos através de uma moderna estrada que é uma atitude de audácia da técnica e do Governo de Minas e contra a qual investe, com essas chuvas torrenciais, a Natureza, como a querer preservar esta cidade histórica dos avanços da civilização. E aqui estamos hoje nesta legendária Ouro Preto para homenagear na palavra do grande poeta Schmidt, a Alphonsus de Guimarães — o pobre Alphonsus — que destas montanhas seduziu sensibilidades e tocou corações com os seus versos tristes e humanos.

Tudo isso comprova que apesar de empenhados vivamente pelo progresso, o povo mineiro, o Governo mineiro, não renegam,

tecem desde a madrugada do Brasil, o amor à terra, a humanidade dos seus filhos e gosto pela cultura e pelas coisas de espírito, e apêgo por esses elementos imponderáveis que são as fontes perenes do estímulo para a vida.

Na emoção do meu reencontro com Ouro Preto, cuja legenda suscita em todos os brasileiros, tanto quanto a veneração pelo passado, a certeza do nosso destino, comove-me a gentileza do sr. Prefeito do município e do Diretor da Escola de Minas, o professor Geraldo Trindade, saudando o Governador de Alagoas e recordando que aqui têm estudado alagoanos que vão depois ajudar o desenvolvimento dos nossos Estados. E' éste um dos laços que unem as nossas terras, já ligadas pelo Rio da unidade nacional, laços que nos esforçamos para mais estreitar a serviço do Brasil.

Alagoas e São Paulo

Saudando o Governador Arnon de Mello, no banquete que lhe ofereceu no Palácio dos Campos Eliseos, no dia 15 de dezembro de 1953, o governador Lucas Garcez proferiu as seguintes palavras:

«Senhor Governador Arnon de Mello

Em nome do Governo e do povo de São Paulo, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência a expressão sincera de nossa satisfação pela sua amável estada entre nós. Alegria que, na verdade, é colorário natural da convicção em que estamos de que sua visita oficial enseja maior aproximação entre os nossos governados, ambição e anseios que há muito vêm nos unindo dentro dos ideais da pátria comum.

Certamente, Senhor Governador, não é por mero acaso que, neste instante, São Paulo, berço do civismo, e responsável pela consolidação da República, na pessoa de Vossa Excelência aperta a mão de um legítimo representante da terra dos Marechais, da terra dos instauradores dessa mesma República, daqueles bravos alagoanos que, numa predestinação que ressalta das páginas da História, fincaram os alicerces do edifício que a paulistas coube concluir.

Se esse clima de mútuo entendimento entre nossas gentes parte de um todo que, parafraseando WENDER WILKIE, denominaremos de «UM BRASIL SO'» — dependesse do Governador dos paulistas, evidentemente seriam desnecessárias quaisquer palavras neste jantar presidido pela cordialidade e pela simpatia. Mas — perdoe-me Vossa Excelência a franqueza — ninguém poderia nem jamais poderá destruir esses laços de amizade que tradicionalmente une alagoanos e paulistas, nessa tarefa da qual

a Nação vem colhendo êsses esplêndidos resultados que verificamos a cada dia que passa.

Confiamos cegamente, Senhor Governador, no triunfo da nossa luta comum em prôl do crescente intercâmbio entre Alagoas e São Paulo, e para isso contamos com a clarividência do Governo de Vossa Excelência, verdadeiro paradigma de operosidade e dedicação à causa pública, governo orientado por aquele sadio e vibrante entusiasmo que Vossa Excelência sempre emprestou às suas tarefas, por mais árduas e estafantes, desde os tempos do «Jornal de Alagoas» e do Grêmio Literário Guimarães Passos.

Quero me permitir, Senhor Governador, nesta oportunidade, acentuar a especial circunstância de estar cumprimentando, na sua pessoa, autêntico homem de imprensa, o vibrante jornalista e correspondente que sempre colocou sua pena a serviço das boas causas, jamais perdendo de vista a realidade da política nacional.

Por isso, não deve ter escapado à argúcia de Vossa Excelência — repórter roubado pela política às lides livres e sedutoras da imprensa — tôda a simpatia com que a gente de Piratininga recebe e encara seus irmãos de Alagoas.

Sua visita, Senhor Governador, graças à força irresistível e dominadora de sua personalidade de escôl, fugiu e ultrapassou aos cânones meramente protocolares, para se revestir daquele calor próprio ao ambicionado reencontro de velhos amigos.

Saiba, Vossa Excelência que, se dêste seu agradável convívio com a gente e a terra paulista, algo de mais estreito e duradouro surgir para cimentar os liames históricos, políticos, econômicos e culturais que nos unem, poderemos concluir com Vossa Excelência que, realmente «São Paulo Venceu!» Sim, Senhor Governador, porque onde se anunciar, prenunciar ou apresentar uma vitória de São Paulo, qualquer que seja o terreno da luta, aí se encontrará sempre uma vitória de Alagoas, uma vitória dêste nosso imenso Brasil.

Senhor Governador: Ao levantar minha taça em homenagem a Vossa Excelência em nome do povo e do Governo de São Paulo, quero augurar-lhe a concretização de seus planos administrativos, ao mesmo tempo que bebo à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Excelentíssima Senhora Arnon de Mello.

Aos Paulistas

Discurso pronunciado em 15 de dezembro de 1953, agradecendo à saudação do Governador Lucas Nogueira Garcez, no banquete oferecido ao Governador Arnon de Mello no Palácio dos Campos Eliseos, de São Paulo, Estado que Sua Excelência visitou como hóspede oficial:

Estou profundamente agradecido a Vossa Excelência, Senhor Governador, pela oportunidade, que me proporciona, desta feliz aproximação com São Paulo, através do seu mundo oficial e de suas classes representativas. Nenhum brasileiro, de qualquer região, pode dispensar hoje em dia um contacto mais íntimo com o Estado que Vossa Excelência dirige com tanta nobreza e tão alto patriotismo. Aqui como que se retemperam as energias para o trabalho, e o esplêndido panorama de progresso, que neste meio é dado contemplar, constitui novos estímulos para o desempenho das tarefas da vida pública.

Não só a iniciativa privada, nem o esforço coletivo desta laboriosa população, representa a obra gigantesca que, alicerçada em sólido passado, se projeta cada vez mais firme para o futuro. Também a atuação administrativa, o dinamismo das realizações, a capacidade de ação do Governo representam vigorosas fontes de incentivo. Sobretudo para os administradores é indispensável que aqui sintam, ao calor do coração da gente paulista, a magnitude de suas responsabilidades públicas.

São Paulo representa um padrão de trabalho, de pertinácia, de esforço, realçado pelo espírito acolhedor que se abre para o abraço fraterno e amigo a todos os brasileiros. O passado paulista continua no presente aquele mesmo espírito, aquele mesmo sentido de aproximação. Ao contrário do que afirmou Euclides da Cunha, nossas histórias — a do Nordeste e a do

Sul — não se fizeram inteiramente isoladas, ignorando-se mutuamente.

Quando no século XVII a penetração flamenga ameaçou a unidade luso-brasileira em terras do Nordeste, paulistas para lá foram ajudar-nos na expulsão dos invasores. E, mais tarde, muitos dêles se fixaram, sedentarizando-se no trabalho da terra, fundando povoados, formando família. Relembro, por exemplo, o vosso grande Domingos Jorge Velho, que se tornou sesmeiro em terras hoje alagoanas.

No século seguinte, o movimento das populações, que se deslocavam para os veios auríferos, contou com a colaboração nordestina. Homens do Nordeste, penetrando através do vale de São Francisco, vieram para as explorações do ouro, uns com seus escravos negros, outros trazendo tão só o espírito de aventura. Fundiram-se homens do Nordeste e do Sul num só sangue, que havia de gerar a população laboriosa e fecunda da mineração.

Paulistas e nordestinos sempre se aproximaram e se uniram, animados do ideal comum de servir bem e fielmente à nossa terra. Herdeiros ambos das mesmas tradições lusitanas, daquele mesmo espírito admirável de adaptação, têm continuado a obra de engrandecimento da pátria brasileira. E ainda hoje São Paulo, ufano de sua prosperidade, acolhe a gente do Nordeste, e lhe proporciona a oportunidade de trabalho que infelizmente condições diversas não permitem se desenvolva satisfatoriamente em nossa ainda pobre região.

O censo demográfico de 1950 acusou a presença, em São Paulo, de 43.505 nordestinos, que para aqui emigraram no afã de amanhar a terra roxa, terra da Promissão. Dêles, desejo particularizar, 12.235 eram alagoanos, conterrâneos meus que as vicissitudes da vida forçaram a sair do chão nativo para virem trazer sua cota de esforço à lavoura e à indústria de São Paulo, em troca de salário mais remunerador.

Só em 1952, entraram em São Paulo vindos por via terrestre, 113.614 nordestinos, que representam 87,7% do total de emigrados da região. Da Bahia e de Pernambuco foram as maiores contingentes, sendo pequena a parte referente a Alagoas; do nosso Estado vieram 8.330 pessoas, ou 6,5% do total emigrado.

E' certo que nem todos êsses emigrados ficaram, e uma parte dêles voltou aos seus respectivos Estados. Em 1952, por exemplo, retornaram de São Paulo para o Nordeste 27.287 pessoas, o que se traduz em números relativos por 24% do total entrado, quase um quarto, portanto. Mas não é um mal que isto aconteça, pois voltam ainda aptos para o trabalho, forta-

lêcidos pela experiência e pela lição de pertinácia aqui aprendida. São elementos que vão espelhar, no Nordeste, o elan paulista, levando-nos suas técnicas, sua maneira de agir, seus modos racionais de usar o solo.

Não ficam nisso, entretanto, as relações que se desenvolvem entre o Nordeste e São Paulo. Somos um dos principais centros consumidores das mercadorias paulistas e, em troca, seríamos seus fornecedores do tradicional produto das nossas várzeas, como é o açúcar, se a capacidade empreendedora de São Paulo não se houvesse lançado também, com o pleno êxito de sempre, nesse setor econômico.

Não cabe ocultar que êsse deslocamento da produção açucareira tem constituído permanente motivo de inquietação para os nordestinos. Cresceu o número de usinas de açúcar no sul, cresceram igualmente seu potencial e a área cultivada de cana. A área canavieira de São Paulo já superou a de Pernambuco, sendo de 137.809 hectares, e esta de 136.714 ha. A própria produção dos Estados sulinos ultrapassou a dos Estados nordestinos. Foi aquela, em 1950, de 11.950.311 sacos, contra 11.135.495 do Nordeste.

No comércio entre os Estados açucareiros do Nordeste e São Paulo verificaremos estatisticamente que, em 1946, o açúcar contribuía com 80,7% no volume total das exportações para São Paulo, e em 1949 aquela relação caía para 77,1%.

Sem os recursos financeiros que o açúcar lhes proporciona, não é realmente possível, aos Estados nordestinos, comprarem em São Paulo manufaturas ou outras utilidades de que suas populações carecem. Se, em volume de mercadorias comerciadas por cabotagem, ainda apresentam os Estados nordestinos saldo positivo, no que toca ao valor o problema se inverte para dar ao Nordeste resultado negativo. Sob êste último ângulo é que se situa a gravidade do problema, considerando-se a circunstância de que nos falecerão os meios necessários para êsse intercâmbio

Urgem, por isso mesmo, medidas que visem ao restabelecimento do antigo equilíbrio, em benefício, mesmo, não apenas do Nordeste, mas também dêste Estado, com o seu parque industrial em constante crescimento. Centro natural de consumo dos artigos manufaturados de São Paulo, necessita o Nordeste de recursos, para fazer face a essas importações.

Estou certo de que, mais uma vez, contaremos com São Paulo, isto é, teremos sua colaboração no sentido de preservar as nossas possibilidades reais, contribuindo os paulistas para que não se esfalece, de todo, a obra que lentamente se foi erigindo

na economia nordestina. Aqui se encontra o mais ativo fulcro de criação de riqueza do Brasil, e é, sem dúvida, com seus capitais que poderão desenvolver-se as forças latentes do Nordeste.

Desejo destacar, em especial, quanto será importante para nós, de Alagoas, a colaboração da experiência e de espírito de iniciativa dos paulistas. Vivemos um momento em que tôdas as nossas preocupações se voltam para o propósito de fomentar o potencial econômico de nosso Estado. Pequeno embora, dispõe Alagoas de fontes de riquezas que reclamam tão só, para seu fomento, os recursos necessários. Nossa gente, ativa, fecunda, laboriosa, emprega todos os seus esforços em benefício da prosperidade regional. Mas não contamos ainda com os recursos financeiros suficientes para os empreendimentos reclamados.

No exercício da função de Governo, tem me dominado o empenho de estimular, por todos os meios, as atividades locais. Vejo latente a riqueza variada que há em nosso território, ainda não devidamente explorada. Um simples passar de olhos pelo mapa do Estado nos evidencia a diversificação econômica que oferecem as regiões naturais das Alagoas.

Tôda a faixa litorânea está coberta de extenso coqueiral, beirando o mar e as embocaduras de rios, um e outros constituindo fontes de riqueza pela piscosidade que apresentam. A pesca em nosso Estado constitui atividade de vasto grupo demográfico, os jangadeiros e pescadores, espalhados pelo litoral, em pequenos povoados, em agrupamentos que, embora modestos, representam uma contribuição expressiva na economia regional.

A orla do coqueiral, seguem-se, do centro para o norte, os canaviais, principal fonte de produção do Estado, matéria prima de nossa indústria do açúcar .

Na parte sul do Estado, encontram-se as possibilidades de criatório e nas lagoas sanfranciscanas os vales e pequenas lagoas aí situadas oferecem excelentes condições para o desenvolvimento da cultura do arroz, sendo a fertilidade da terra mantida anualmente pelas cheias do grande rio. As margens do São Francisco, além da produção de arroz, vamos encontrar também uma área algodoeira.

Em 1950 a área cultivada, de arroz no Estado era de 4.855 hectares, tendo-nos proporcionado uma produção de 9.146 toneladas no valor de 10.951 mil cruzeiros. Em 1952 êsse volume produzido subiu consideravelmente, apresentando um total de .. 13.126 toneladas, que valeram 23.680 mil cruzeiros. A área cultivada, por sua vez, elevou-se a 6.868 hectares. As estimativas referentes a 1954 prevêem uma produção de 12.916 toneladas, um pouco inferior, em virtude da seca, à do ano anterior, com uma

área cultivada de 6.706 hectares.

Estes números nos permitem ver que, em relação a 1950, a produção rizícola de 1953 se eleva em 41%, ao mesmo tempo que a área cultivada apresenta um crescimento de 38%. Em que pese a pequena diminuição anual, decorrente de fatores como o da estiagem, o nível de desenvolvimento relativo se mantém em condições satisfatórias.

Na área anterior encontramos duas riquezas em franco desenvolvimento: o criatório e os cereais. Ocorrem êstes em magníficas condições nos municípios do interior, onde as características de expansão policultora se acentuaram nos últimos anos. Quanto ao criatório, o desenvolvimento da cultura da palma deu ensejo à formação de melhores pastagens para o gado, como em Pão de Açúcar e Batalha. Aí se encontra uma micro-área de laticínios, com produção de leite, manteiga e queijo, originada do alto rendimento oferecido pelo gado leiteiro.

Em outra zona formou-se uma área de cultura de fumo, assim podendo considerar-se em face do surto progressista que a lavoura fumageira obteve, em decorrência das condições propícias do solo. A produção do fumo se apresenta em ritmo de notável crescimento. Em 1950 ocupámos o sétimo lugar, entre as Unidades da Federação, nesse item de produção, com 2.585 toneladas, que representam 2.38% do total nacional, que, digo, nacional. Superam-nos apenas o Rio Grande do Sul, a Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraíba e Pará. A área cultivada se estendia por 3.421 hectares, alcançando a produção o valor de 19.373 mil cruzeiros. Em 1952, a produção elevou-se a 2.699 toneladas, estimando-se a de 1953, pelos elementos estatísticos já conhecidos, em 3.331 toneladas. Em relação a 1950, temos um crescimento relativo de 29%. A área cultivada igualmente se elevou, alcançando em 1953 o total de 3.920 hectares.

No sertão, nas vizinhanças da zona do fumo e penetrando pela do açúcar, a lavoura algodoeira se desenvolve em condições satisfatórias. E no extremo norte, onde é tradicional a indústria açucareira, há manchas de terra propícias à cultura do arroz, cujas amostras têm evidenciado a excelência do produto.

De par com estas possibilidades agropastoris, surgem as nossas indústrias. Sem falar no açúcar, vale salientar a de tecidos, quase centenária nas Alagoas, pois, a primeira fábrica foi fundada em 1857. Maceió, Rio Largo, Pilar e, na margem do São Francisco, Penedo, são municípios em que a atividade industrial têxtil se desenvolve de maneira satisfatória. De acôrdo com o censo de 1950, há, nas indústrias de tecidos, uma ocupação média mensal de 8.072 operários. Além disso contamos, também, com as indús-

trias alimentares, a de óleos vegetais, a de beneficiamento de arroz, sem esquecer ainda o fabrico de tijolos, de farinha, de sabão e de outros produtos, embora de significação regional pelo emprêgo dado à população. Temos hepatita em Arapiraca, para uma fábrica de adubos, e calcáreo em São Miguel, para uma fábrica de cimento.

Não obstante esse quadro de possibilidades, com a riqueza latente a reclamar exploração, lutamos com dificuldades, oriundas de deficiências que tohem o progresso do Estado e perturbam o ritmo normal de seu desenvolvimento. E' o que sucede, por exemplo, com os transportes e as vias de comunicações, precárias e insuficientes. Por isso mesmo é que o meu Governo se traçou um largo programa rodoviário, asfaltando as estradas e abrindo intercomunicações que facilitem o escoamento dos produtos.

Há que considerar, principalmente, a oportunidade de aparelhar o Estado para o aproveitamento da energia elétrica que as obras de Paulo Afonso nos vão proporcionar. Da importância desse empreendimento não preciso falar-vos. Sabeis, como o sabe todo o país, que são enormes as nossas necessidades de energia elétrica, e o muito que, neste setor, se possa fazer é ainda pouco diante do que carecemos.

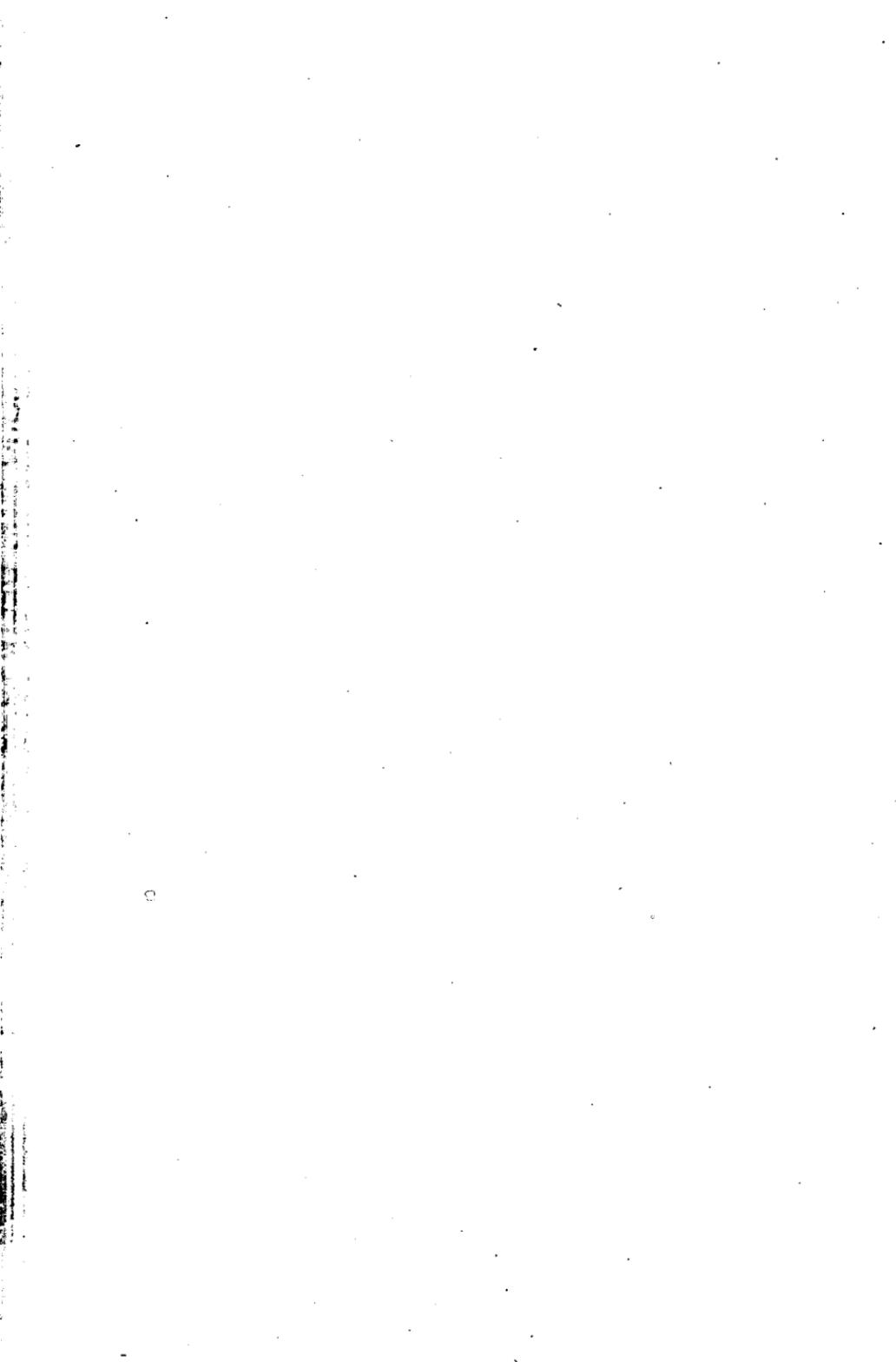
Com o aproveitamento da energia de Paulo Afonso, Alagoas tem diante de seu futuro perspectivas mais amplas. A utilização da energia, que o velho «sumidouro» dos tempos coloniais nos dará, representa o início de nova era de trabalho e de realização para as Alagoas e, de modo geral, para o nordeste. Urge, pois, preparar o Estado para o recebimento deste novo amparo às suas necessidades vitais. E é neste campo que se tornará muito útil para nós a colaboração paulista, com a inversão de capitais na formação de indústrias regionais..

Senhor Governador

Agradeço com a mais viva emoção as palavras com que me saudou Vossa Excelência. Destacando minha atividade jornalística, durante a qual tanto me aproximei dos paulistas, lembro a Vossa Excelência minha velha admiração pelo grande povo de Piratininga. Essa admiração, que dominou o jornalista, se mantém e se revigora no homem público, no homem de Governo que contempla com entusiasmo o trabalho e a capacidade construtiva dos paulistas, hoje governados por Vossa Excelência, que foi tirado da cátedra para servir a São Paulo e ao Brasil num dos postos de maior importância deste país. Jovem professor de engenharia, vem Vossa Excelência dando à Nação, no Governo de São Paulo, notável exemplo de dignidade, ao mesmo tempo que se afirma pelo senso de responsabilidade e pela capacidade de

realizar, bem afinados com o espírito paulista.

Desejo renovar a Vossa Excelência as expressões do meu reconhecimento pela fidalga acolhida que seu Governo vem de proporcionar ao Governador das Alagoas. Levo este contacto com a gente paulista, com sua administração, com os líderes das diversas atividades do Estado, a mais grata recordação, que representa, para mim, igualmente, uma lição de entusiasmo e de estímulo. Sinto-me no meio paulista, neste ambiente de trabalho, reconfortado e reanimado para novas tarefas. Tão admirável exemplo serve de incentivo e constitui para todos nós um padrão de confiança e de fé nos destinos do Brasil.



Aos Deputados Paulistas

Discurso pronunciado em 16 de dezembro de
1953, na Assembléa Legislativa de São Paulo:

Sr. Presidente da Assembléa Legislativa de São Paulo
Srs. Deputados,

É sempre com justificado orgulho que os brasileiros de qualquer região contemplam o progresso e a grandeza de São Paulo. A esse desvanecimento patriótico, junta-se em mim, nesta oportunidade de mais uma visita à terra bandeirante, a hora insigne de ser admitido ao convívio ilustre desta Assembléa Legislativa.

A própria denominação do Palácio que abriga o labor dos legisladores paulistas ecoa com profunda ressonância no espírito de quem, então, jovem repórter, procurou fixar em colunas de jornais e páginas de livro aspectos da epopéia de 1932. E a natureza dos trabalhos aqui realizados recorda ao democrata que me prezo de ser, atualmente na Chefia do Poder Executivo do meu Estado, a importância das relações entre esse Poder e o Legislativo, proporcionando-me o ensejo para render-lhe a minha homenagem e colher ensinamentos, sempre tão proveitosos, para o trato dos negócios públicos.

Ao fim de três anos do meu período governamental, aventurei-me a depor sobre a relevância, os percalços e o temor fecundo da experiência de regime representativo que o país reiniciou em novas bases, sob a Constituição de 1946. Em lugar da tranquila preponderância do Executivo, cujo chefe se elegia por um partido ou coligação que levava ao legislativo, na mesma ocasião, uma sólida maioria de correligionários, tornou-se freqüente a investidura de governadores em face de assembléa com a maior heterogeneidade de orientação política. Perante elas tem o administrador de travar a sã e nobre batalha cotidiana dos argumentos,

dos pontos de vista, das razões que ora aproximam ora afastam, na busca persistente do denominador comum que é o interesse coletivo.

Não é fácil o funcionamento dos poderes quando a noção de independência se exacerba ao ponto de repelir a noção de harmonia que todos se devem; não é cômodo governar quando aquela busca de bem geral encontra obstáculos nas paixões. Mas nosso país é um vasto e sugestivo laboratório tanto de natureza política quanto de natureza econômica e social. E a todos nós, de uma geração, que serve especialmente de cadinho à elaboração de novos e mais seguros rumos, não é a comodidade, a placidez, o que nos é dado ambicionar. Cabe-nos lutar, cada um pelas suas convicções, contanto que não nos desviemos do ideal supremo do cumprimento do dever, e aguardar serenos o julgamento dos nossos concidadãos.

Bem o sabem melhor do que ninguém os homens públicos de São Paulo, notadamente os que se reúnem nesta Casa, outrora e sempre viveiro de grandes figuras que depois honraram os mais altos cargos da Nação, no Império como na República.

Não se pode referir ao papel da gente paulista na vida brasileira sem evocar aquelas bandeiras que, penetrando as selvas alargaram os limites da Pátria. Sem lembrar os que lhes seguiam os caminhos entregando-se à atividade mineradora, completando, com o trabalho de povoamento, o ímpeto da penetração territorial. Porque é aquele espírito bandeirante, é aquela teimosia de minerador em luta com o meio agressivo que ainda hoje inspiram a ação deste povo. Se então foi no espaço, hoje é no tempo. E' como se chegasse ao futuro primeiro que todos. Por uma visão mais clara, por uma percepção mais cheia de acuidade, São Paulo se antecipa e continua pioneiro. Aqui é que temos, os que não puderam atingir ao mesmo espantoso desenvolvimento de civilização, de cultura, que buscar o exemplo, recolher a experiência para que mais seguramente nos possamos orientar. Observar como aqui se resolvem problemas, como nascem e são atacados os problemas novos, consequência do seu crescimento, do seu progresso. Uma economia que se organizou com tão bons resultados, um surto industrial tão vertiginoso, uma agricultura que se expandiu e aperfeiçoou com tanto êxito, tudo revela como São Paulo soube trabalhar, mobilizando os seus recursos técnicos e financeiros. Se «nunca a paisagem, o relêvo geográfico teve maior expressão sobre os destinos», como acentua o estudioso dos problemas de povoamento e população, a verdade é que São Paulo deve sua grandeza ao trabalho e inteligência do seu povo.

E graças a isto continuará sendo o ponto de orientação para

os filhos de outras regiões do país, sobretudo o Norte a que está fadado um grande papel na industrialização do Brasil.

Aqui é onde primeiro ocorrem os acontecimentos decisivos da vida nacional, sejam eles de ordem econômica, social ou política. Na sua maior parte registram-se aqui e se refletem no resto do país. O itinerário dos paulistas é seguido pelos que foram daqui, observam e acompanham as suas atitudes. O que aqui se faz, o que aqui se constroi, o que aqui se transforma e renova, é seguido atentamente pelos que buscam um caminho. Essa industrialização que, superando a agricultura, repercutindo tão fortemente na economia, modificou a paisagem política nacional, deslocou o eixo político das elites para as massas, que se viram na posse de encargos, dos quais não haviam cogitado, deu a São Paulo a iniciativa de uma grave responsabilidade. A brusca transição cujos efeitos têm extensão ainda não calculada está se processando aqui antes que em qualquer outra parte do Brasil. São Paulo vive e sente, primeiro que todos os outros, este grande instante histórico. Quando for ultrapassada a fase traumática e atravessado o momento emocional, uma nova era estará sendo vivida. Seu início já foi marcado, é a ele que assistimos. Mas a transformação decorrente não será capaz de provocar o repúdio daqueles sentimentos que caracterizaram a vida nacional no passado e no presente. Será antes uma reafirmação de preservarmos um modo de vida fundado na liberdade e no respeito à dignidade humana. Será uma identificação daqueles propósitos com os problemas do homem. Lembra-se Roosevelt não haver programas políticos sem problemas humanos. A compreensão da hora presente, a consciência da gravidade desses problemas reclamam muito dos homens públicos, dos que têm responsabilidades executivas, sempre chamados a estar presentes em cada problema da comunidade, e dos que legislam. Se para aqueles a tarefa é difícil, para estes é ainda mais delicada e complexa, tanto exige lucidez e interpretação da realidade, à base da qual tem de elaborar as leis.

No passado estagiaram nesta augusta Assembléia muitos dos altos valores políticos nacionais saídos daqui para mais diretamente influírem nos destinos da nossa Pátria. Hoje nós outros olhamos atentos para o modo como São Paulo se comporta diante dos fatos novos. E olhamos, Senhores Deputados, com aquela mesma tranquilidade, com aquela mesma serena confiança, com aquela mesma profunda fé com que o fizemos outrora, certo de que os paulistas de agora encontrarão, com a mesma inteligência e com o mesmo patriotismo, a saída ideal para os seus problemas, que são os nossos, que são os problemas do Brasil.

A oportunidade que esta visita me trouxe de reverenciar a memória dos de ontem e saudar os de hoje, não poderia ser mais desvanecedora, pois que no limiar das grandes festas quadricentenárias desta cidade. Permito-me antecipar meu tributo de peregrino às demonstrações empolgantes de progresso material e cultural, num ritmo sem precedente na América Latina, que vai oferecer ao mundo o gênio criador florescente em Piratininga, amálgama prodigioso da têmpera bandeirante, da civilização sedimentada de outros continentes, do esforço construtivo de brasileiros de outras regiões.

As virtudes nativas da terra desde cedo regada generosamente pelo sangue, suor e lágrimas de sertanistas e apóstolos admiráveis assimilaram as mais diversas correntes trazidas ao seu seio e produziram o espetáculo magnífico que é a posição singular de São Paulo, no Brasil e no Continente.

O papel desempenhado por essa energia realizadora, depois de quase atingido um nível de saturação nas terras paulistanas, está naturalmente fadado a projetar-se em todo o país, principalmente naquelas regiões cujo sub-desenvolvimento não permitiu apresentassem satisfatórios índices de consumo das mercadorias do grande parque manufatureiro aqui plantado. Ao espírito progressista e à vocação desbravadora dos paulistas se oferecem no terreno econômico, dentro do vasto território de nossa Pátria, amplas perspectivas. Lá está, no Nordeste, por exemplo, minha província das Alagoas com os seus vales férteis, seus produtos extrativos e a fecundidade das suas terras, os vales ubertosos de seus rios perenes, armada, dentro em pouco, com a potência captada na sua cachoeira de Paulo Afonso e trazida através de suas melhores zonas agrícolas pela rede da Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

Quando Euclides da Cunha escreveu que o Brasil é um país condenado à civilização, anteviu decerto o espraiamento das forças de progresso por todas as regiões, pois só assim será ele realmente grande e poderoso. São Paulo, ao completar o quarto centenário de fundação de sua cidade mater, demonstra que está apto a apressar a hora do cumprimento daquela sentença, antecipando o futuro previsto por todos quantos aferem as nossas possibilidades.

Concluída a consolidação do triunfo alcançado neste planalto privilegiado, os bandeirantes podem continuar a engrandecê-lo lançando a semente do seu espírito de iniciativa, da sua energia e da sua experiência nas distantes terras que para aqui vêm mandando tantos de seus filhos cooperar nesta construção portentosa, que o mundo vai contemplar em 1954.

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Expressando o reconhecimento mais profundo pela honra inesquecível de ter sido recebido nesta Casa, peço a Vossas Excelências receberem o testemunho do meu profundo regozijo cívico e orgulho patriótico do povo alagoano pelo esplendor cultural e material de São Paulo, seguido e animado pelo nobre labor de seus dignos e ilustres legisladores, e em consonância com as aspirações de um Brasil unido e próspero.



Sob o Regime Democrático a única Soberania é a da Lei

Respondendo à saudação que lhe dirigiu, em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo, a 16 de dezembro de 1953, o desembargador Percival de Oliveira, quando visitou esse órgão, o Governador Arnon de Mello disse de início que muito o comoveram as palavras do eminente magistrado, a quem manifestava seus melhores agradecimentos. E prosseguiu:

É para mim honra insigne o acolhimento que me dispensa esta egrégia Córte Judiciária, em cujo seio se encontram expoentes da magistratura e da consciência jurídica de São Paulo. Bem conheço as nobres tradições deste grande Tribunal, os nomes ilustres que nele fulgiram no passado, e larga influência que exerce, através dos tempos, na preservação da ordem legal, sob cuja égide cresceu e prosperou prodigiosamente a comunhão bandeirante. Sei, igualmente, pela projeção que a vida e os homens de São Paulo alcançam em todo o país, que essa tradição gloriosa não tem decaído do seu brilho no presente, mas, ao contrário, crescem cada dia o prestígio e a autoridade deste colégio judiciário, integrado por Juizes do mais alto saber e reputação, que exercem o seu delicado ofício de distribuir justiça cercados do maior respeito da parte do povo, que se beneficia da sua benfazeja influência e do seu benemérito trabalho.

Sob regimes como o que adotamos, nos quais a única supremacia legítima é a lei, à qual todos os poderes se subordinam, é salutar e fecundo esse contato entre os que têm a responsabilidade do exercício dos postos mais graduados da administração e aqueles aos quais está confiada a tarefa de assegurar o respeito

à ordem legal. A tendência instintiva dos que desempenham funções executivas é de se deixarem empolgar pelo desejo louvável de agir, de empreender e de realizar, fixando a atenção no alvo a atingir, considerando muitas vezes prejudiciais, importunos ou impertinentes os obstáculos que se anteponham à consecução do objetivo almejado. Um sistema de garantias jurídicas é preciso, porém; que o administrador tenha bem presente no seu espírito a idéia de que o seu ímpeto, o seu dinamismo e os seus planos têm uma barreira inviolável, diante da qual devam deter-se; o seu poder há-de conter-se rigorosamente dentro da lei; toda a obra de governo deve realizar-se sem o sacrificio de qualquer direito, por mais modesto que seja o seu titular.

O exercício da democracia exige virtudes e aprimora as qualidades superiores do homem justamente porque tem no respeito à ordem o seu sustentáculo. Nesse sistema, os fins não justificam os meios; e nem «a razão do Estado» pode servir de pretexto ou de cobertura para as ilegalidades e os excessos de poder. Nessas limitações reside, sem dúvida, uma das dificuldades de sua prática, mas residem, igualmente, a sua maior beleza, a sua força sugestiva e a sua influência insubstituível, pois a dignidade humana só se resguarda sob o império da lei, que garante ao cidadão as suas prerrogativas e a sua tranqüilidade, em face dos detentores do poder e das desigualdades econômicas.

Para os que desempenham tarefas na administração, a presença num Tribunal de Justiça renova poderosamente essas advertências e torna mais viva a consciência do respeito e da fidelidade à ordem jurídica. A marca judiciária do nosso regime ainda mais se acentuou sob a Constituição vigente. Aos órgãos da justiça incumbe a palavra derradeira em todas as controvérsias, e ao exame deles não se pode subtrair nenhum ato lesivo de direitos. Definiu-se, assim, com a orientação reforçada pelos constituintes de 46, não a supremacia de um poder sobre os outros, mas a supremacia absoluta da lei sobre todos os poderes, que a ela devem obediência e acatamento. A preeminência, no terreno jurídico, confiada ao Judiciário, exprime, no sistema, apenas a preeminência da lei, cuja guarda lhe está entregue.

E' sob a inspiração desses sentimentos que saúdo os eminentes juizes que honram e enobrecem esta altíssima corte judiciária, testemunhando-lhes, com o meu profundo respeito, os meus efusivos agradecimentos pela distinção que me conferiram, concedendo-me o prazer deste encontro.

São Paulo e a Energia de Paulo Afonso

Agradecendo o almoço que lhe ofereceram a 16 de dezembro de 1953, no Automóvel Club de São Paulo, as classe produtoras de São Paulo, e das quais foi intérprete o dr. Luiz Pisa Sobrinho, presidente da Sociedade Rural Bandeirante, o Governador Arnon de Mello começou manifestando seu reconhecimento às palavras amigas do seu velho amigo e companheiro de lutas democráticas Luiz Pisa Sobrinho, que, sendo agricultor, plantador de café, é também um homem público, um lutador pelas causas da liberdade e do povo. E continuou:

É com imenso prazer que me encontro aqui, na companhia dos altos representantes da agricultura, do comércio e da indústria paulista — disse, continuando, o Governador Arnon de Mello. Em tôda a minha vida habituei-me a admirar esta terra, exemplo poderoso de trabalho e sede de indispensável estágio para todos aqueles que desejam bem interpretar o processo de evolução da economia brasileira. Foi desta escola moderna de progresso que surgiram iniciativas marcantes de uma política de paz social, à base de ampla assistência e de educação técnica, da qual são testemunhos os Serviços Sociais da Indústria e do Comércio e os Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial e Comercial.

Foi, portanto, daqui de São Paulo que mais uma vez partiu um movimento pioneiro de recuperação do homem trabalhador. Mas a realidade brasileira está como exigindo de São Paulo um outro gesto de pioneirismo e êsse agora de sentido mais profundo.

Todos sabemos que a terra bandeirante atingiu a um alto grau de progresso tecnológico e que o padrão de vida do seu povo é sem dúvida o de mais elevado nível em todo o Brasil e, excetuando-se Buenos Aires, também na América Latina.

Juntando-se este Estado ao Distrito Federal, podemos verificar que a soma das duas áreas constitui 3% do território brasileiro e, ao mesmo tempo, representa quase toda a estrutura econômica do país. Se compararmos determinados índices econômicos e financeiros, veremos que esses 3% do território brasileiro compreendem 51% do nosso parque industrial, 57% dos salários pagos a operários, 65% do valor da produção industrial, 54% da produção agrícola animal e extrativa, 66% da rede bancária. Enquanto 97% do território, representando 8.267.458 quilômetros quadrados, contam com apenas 29.000 quilômetros de extensão ferroviária, os 3% a que acima me referi dispõem de 8 mil ou sejam 30%, aproximadamente, de toda a rede ferroviária racional.

Em 1952, dos empréstimos feitos pelo Banco do Brasil, no total de 55 bilhões de cruzeiros, couberam a esta área cerca de 37 bilhões.

E' que aqui, senhores, se encontra verdadeiramente todo o conjunto de resistência econômica, de fatores de produção aplicados quase numa fase de pleno emprego, o que aumenta as solicitações para a utilização mais intensa de novos elementos de trabalho. Mister se faz salientar que a renda nacional do nosso país, apesar ainda de pesquisas deficientes, foi estimada em perto de 250 bilhões de cruzeiros e somente a São Paulo e Distrito Federal cabem 115 bilhões. Entretanto, ao lado desta promissora paisagem econômica e social, vamos encontrar outras áreas, sobretudo no Norte e no Nordeste, clamando e reclamando por uma série de iniciativas capazes de ampará-las e fortalecê-las.

Estou seguro de que São Paulo, com seu alto nível de desenvolvimento, pode desempenhar importante missão recuperadora junto às áreas menos desenvolvidas do país.

O pioneirismo dos bandeirantes ainda não esmoreceu, nem esmorecerá. Durante a última guerra, quando se tornaram difíceis as aquisições de várias matérias primas, minerais e vegetais, indispensáveis para manter o ritmo da máquina de produção paulista, os empresários de São Paulo foram buscá-las na Paraíba, no Amazonas, em Mato Grosso. E seus investimentos com esse objetivo criaram atividades econômicas, substitutivas de importação, contornando-se assim os entraves criados pelo conflito mundial. Mas, dentro da evolução econômica do país, esse movimento representou apenas um episódio que não se ampliou, nem teve continuidade. O exemplo entretanto ficou, como que indicando

que o parque industrial de São Paulo pode ter uma complementação mais efetiva nas demais áreas brasileiras.

Agora mesmo, o nosso pequeno Estado de Alagoas oferece as melhores perspectivas para investimentos remuneradores. Bem sabemos que o argumento contrário à aplicação de capitais naquelas regiões era a falta de energia elétrica. Alguns mais francos chegaram a declarar categoricamente: «Fornecem-nos energia elétrica e nós faremos investimentos». E no momento, meus senhores, aproveitando essa reunião de patriotas e eficientes homens da empresa, de autênticos representantes do capitalismo nacional, posso dizer que a energia elétrica os espera em Alagoas. A obra notável, construída em Paulo Afonso, cria uma das condições básicas para o desenvolvimento econômico e não será possível que os homens de São Paulo fiquem indiferentes a esse grande fator de produção, que lhes oferecemos.

Foi precisamente um industrial paulista, o saudoso Roberto Simonsen, quem preconizou que era urgente um programa de recuperação do Nordeste, a fim de que não ficasse comprometida a nossa unidade econômica, e conseqüentemente a nossa unidade política. Tinha ainda aquele líder da indústria outro argumento ponderável, que se relacionava com a necessidade de ampliar-se e fortalecer-se o mercado interno do país.

Mas todos sabemos que o mercado interno não se amplia nem se fortalece sem a elevação do padrão de vida das coletividades. Se permanecer a tendência de empobrecimento, se os fatores de produção disponíveis nessas áreas sub-desenvolvidas não forem ampliados, se investimentos planejados não forem realizados no sentido de transformar em riqueza social a riqueza em potencial aí existente, se novos hábitos de consumo não forem criados; fatalmente este mercado interno ficará estagnado para prejuízo da própria indústria nacional. Em todos os países que se industrializaram rapidamente — e os Estados Unidos constituem o maior exemplo — o mercado interno desempenhou um papel fundamental.

E é nesse ponto que eu desejo insistir, ao receber homenagem tão expressiva. É imperioso que as populações do Norte e Nordeste melhorem o seu poder aquisitivo, aumentem a sua capacidade de compra, à base do seu desenvolvimento econômico, a fim de que a indústria nacional possa contar com o mercado de consumo capaz de oferecer resistência à concorrência estrangeira. Creio ser este um problema de interesse direto de São Paulo, que, mantendo o seu pioneirismo, através do incentivo ao progresso das áreas sub-desenvolvidas, poderá desempenhar a patriótica missão de assegurar unidade, solidez à estrutura econô-

mica do país:

Agradeço-vos, efusivamente, meus senhores, as gentilezas que me dispensastes e faço os mais calorosos votos pelo crescente êxito dos vossos empreendimentos, pela vossa prosperidade em proveito da grandeza de São Paulo e do Brasil.

Aos Udenistas de São Paulo

O Governador Arnon de Mello, em 17 de dezembro de 1953, agradecendo as palavras dos oradores udenistas que o saudaram, numa homenagem realizada na sede do Partido, na capital paulista, disse da sua emoção em receber provas tão vivas de seus velhos amigos de São Paulo, cujos estímulos lhe acresciam as forças para desempenhar sua tarefa.

Visitando S. Paulo, uma paisagem que sempre me atraiu, um povo cuja conduta sempre me impressionou — prosseguiu — tenho recebido as mais generosas homenagens que bem sei dirigidas ao meu querido Estado. Distinguiu-me o seu Governador com a magnífica acolhida que me vem dispensando. Honrou-me a sua Assembléia Legislativa recebendo-me no seu augusto plenário. E o seu egrégio Tribunal de Justiça me comoveu sobremodo, recepcionando-me no seu austero recinto. Encontrei-me com os representantes de suas classes produtoras, que tanto trabalham pelo progresso da terra. Senti-lhes os propósitos de cada vez mais cooperarem pelo engrandecimento do Brasil. Travei contacto com a vossa admirável gente, recebendo de todos as mais inequívocas e comovedoras manifestações de cordialidade e de amizade para com os alagoanos.

Agora estou entre vós, udenistas, como um dos vossos, que sou, feliz no vosso convívio, juntando à alegria de estar em S. Paulo a agradável sensação de achar-me em casa. Um encontro de companheiros seria motivo da maior satisfação. Os ideais udenistas que nos animam nos proporcionariam uma amena camaradagem, tão grata aos participantes de qualquer jornada. Imaginai como se torna ainda mais tocante à sensibilidade reunir-se neste encontro à camaradagem a amizade. Somam-se os motivos de ale-

gria, e nasce a perturbadora emoção de que me sinto possuído.

Revivo, ao rever muitos de vós, os memoráveis dias daquele movimento cívico coroado com a fundação da União Democrática Brasileira. E a grande figura do seu chefe, o vosso, preferiria dizer, o nosso Armando de Sales Oliveira, cuja atividade desgraçadamente cessou, cujas idéias gloriosamente fecundaram. Só a sua inspiração é que muitos nos fizemos companheiros e companheiros continuamos ao se fundar a UDN.

Sois dos mais decididos núcleos do nosso Partido, e a vossa conduta tem sido uma linha tradicional na vida da nossa organização. Ela reflete um estado de alma que deve ser compreendido, como admirada deve ser a vossa fidelidade democrática.

Os partidos políticos ainda não estão sendo considerados no Brasil como os instrumentos hábeis de prática do regime democrático, que são ou devem ser. Mas o tempo irá fixando o seu verdadeiro conceito, e cada vez mais atribuindo-lhes na prática o fundamental papel que lhes cabe. Se os fatos econômicos vão criando situações novas, modificando relações, a evolução nos levará inexoravelmente a uma revisão nos nossos métodos de ação, a uma interpretação nova dos problemas com os quais no final das contas precisamos estar em dia.

Ainda não nos libertamos da perturbação inicial do reflorescimento das atividades políticas. Cumpre, porém, e este é um dever de que todos estamos advertidos, cumpre aos nossos Partidos um lúcido esforço no sentido de mais extensa e profunda identificação com as massas.

Não é só no Brasil que o problema humano se converteu na bandeira de qualquer movimento político. É um fenómeno universal a que estamos presenciando, e ninguém poderá a eles assistir de fora. Crescentes são, pois, as nossas responsabilidades. As vossas sobretudo, paulistas. Na vossa grande terra já vimos assistindo à «avant-première» dos mais importantes acontecimentos políticos. E é aqui, da inteligência com que ireis atuar, na lucidez da vossa contemplação dos fatos, que sairá traçado o rumo para nós outros. Vós, companheiros, participais das responsabilidades de todos os paulistas. Vossos companheiros de outras regiões bem o sentem. Mas cuidam da nossa tarefa tranquilos. Porque acreditam em vós, na vossa capacidade, no vosso bom senso, na vossa tradicional e insuperável vocação democrática.

Muito obrigado por esta recepção; muito obrigado, muito mais obrigado pela vossa amizade.

Ao Poder Legislativo

Discurso em resposta à saudação dos deputados situacionistas à Assembléia Legislativa, que visitaram o Governador em 23 de dezembro de 1953:

«Grande é minha satisfação em receber, neste instante, a visita dos ilustres membros componentes da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, ao encerrar-se mais uma sessão ordinária da presente legislatura.

A perfeição do regime democrático existirá sempre em razão da harmonia e do bom entendimento entre os poderes constituidos.

E é com orgulho que posso proclamar haver durante o período do meu Governo forcejado para que os laços existentes entre aquêles poderes fôssem cada vez mais estreitos.

Prestigiando o Legislativo e acatando as decisões do Judiciário, de certo que o Poder Executivo se sente mais fortalecido para levar à frente a obra administrativa e solucionar os problemas que se lhe apresentam.

O esforço dispendido pelos senhores membros da Assembléia Legislativa na elaboração das leis não deverá jamais ser obscurecido ou relegado a um plano secundário.

Já os constitucionalistas têm ensinado que a feitura das Leis não é de ser confiada a uma, ou a um número limitado de pessoas. Como condição essencial para que possam ter lugar tôdas as vantagens da deliberação e livre discussão, e a fim de evitar a facilidade de manejos e combinações contrárias ao bem público, tem parecido preferível dar aquela importante tarefa a assembléias bastante numerosas para conterem uma boa porção de homens capazes de bem desempenhá-la e através dos quais

se ouve a voz do povo.

Das discussões e deliberações, havidas no seio dos organismos legislativos, nascem, deste modo, as leis que visam assegurar o bem-estar e o interesse públicos.

Os vetos que, algumas vezes, o Executivo opõe a determinadas proposições legislativas submetidas à sanção, não têm o efeito de mostrar um predomínio daquele poder sobre o Legislativo, mas apenas, dentro do princípio tutelar da harmonia e independência dos poderes, fazer com que as assembleias re-examinem as proposições vetadas, decidindo afinal pela aceitação ou rejeição dos fundamentos que levaram o Executivo a assim proceder.

No curso da presente sessão legislativa, a Assembléia votou mais de 50 proposições e, entre estas, algumas de alta significação para a vida política e administrativa, como sejam, a que organizou a Justiça Militar do Estado, a que criou como órgão autárquico a Rádio Difusora de Alagoas, a nova Organização Municipal e a lei orgamentária para o próximo exercício financeiro, além das proposições assegurando garantias e vantagens à classe dos servidores públicos, concedendo moratória aos devedores das cooperativas agrícolas, fornecendo ao Executivo créditos para atender à cobertura de despesas inadiáveis.

Numerosas proposições legislativas de não menor importância para a vida política, social e econômica do Estado, como sejam, as referentes à criação do Banco da Produção, à alienação e distribuição das Terras Públicas, à autorização para ampliação do Serviço Telefônico da Capital, a criação da Colônia Agrícola Penal de Santa Fé, à obtenção de recursos para a construção da nova Penitenciária do Estado, estão à espera da deliberação da Assembléia Legislativa, motivo porque se fez sua convocação extraordinária, durante a qual o Poder Executivo continuará contando, estou certo, com a sua cooperação necessária a fim de ter instrumentos seguros para agir em favor do soerguimento econômico do Estado, em que se empenham, no momento, todos os bons alagoanos, sem distinção de cor partidária.

Senhor Presidente
Srs. Deputados

Por várias vezes tenho acentuado — e não é de mais que o repita — a importância da boa harmonia entre os Poderes para que melhor se fortaleça o regime e mais lucre o povo. Evidentemente, mudam os tempos. Com a Constituição de 1946 e a

nova lei eleitoral, desapareceram as grandes maiorias parlamentares, constituindo-se, pela representação proporcional, assembleias com grande heterogeneidade de orientação política. Tal situação exige dos homens públicos com mandato popular redobrado esforço de compreensão a fim de que não se sacrifiquem os interesses do povo. Da parte do Chefe do Poder Executivo, sois testemunhas da minha preocupação de manter a harmonia entre os órgãos que compõem a estrutura do Estado. Essa harmonia, entretanto, não deve restringir-se às relações entre os Poderes, mas cumpre que se verifique dentro de cada um deles. Para ser justo é preciso reconhecer o ambiente de entendimento com que a Egrégia Assembléia Legislativa concluiu a sua tarefa em 1953, dando ao Poder Executivo as medidas mais urgentes por êle solicitadas, e quase sempre por unanimidade.

Os meus votos, e creio que os de todos os alagoanos dominados pela preocupação de bem servir, são no sentido de que permaneça tal ambiente de compreensão, cujos sadios resultados tantos benefícios representam para o povo e para o bom nome de Alagoas.

Agradeço, Sr. Presidente, muito sensibilizado, as palavras de saudação de Vossa Excelência e a visita com que me distinguem os ilustres membros da Assembléia Legislativa.

ÍNDICE

MENSAGEM

Pgs.

Introdução	5
Finanças Públicas	29
Situação econômica	89
Obras públicas	61
Saúde pública	79
Educação	97
Justiça e Segurança Pública	107
Assistência ao funcionalismo público	113
Autarquias e serviços industriais	121

APÊNDICE

Realizou sem prometer	151
Falando aos correligionários	155
As soluções de emergência e a seca	159
Falando ao «Diário de Notícias»	163
Entrevista ao «O Globo»	167
Entrevista à Rádio Record, de São Paulo	171
Resposta no Manifesto Oposicionista	175
Luta pela manutenção da ordem em Alagoas	203
No cumprimento do dever	209
Em defesa da liberdade	217
Superada a política dos Governadores	227
Ao lado do povo	233
Alagoas e Minas Gerais	237
Falando aos mineiros	241
Em Ouro Preto	245
Alagoas e São Paulo	247
Aos paulistas	249
Aos deputados paulistas	257
Sob o regime democrático a única soberania é a da lei	263
São Paulo e a energia de Paulo Afonso	265
Aos udenistas de São Paulo	269
Ao Poder Legislativo	271

